

A Defesa Nacional

N.º 626

Jul/Ago 1969

Neste número :

- Editorial — Caxias
- Figura exemplar de cidadão e soldado
- A Mobilização Nacional
- O Ministério do Interior e o desenvolvimento integrado — 1965
- Batalha de Campo Grande
- Siderúrgica de Santa Catarina
- A personalidade neurótica de nosso tempo
- Informações e contra-informações como instrumento contra-revolucionário e notas militares
- Um novo-velho método de instrução
- Leitura dinâmica
- Liberdade de quê?

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
55º

Rio de Janeiro, GB — Jul/Ago 1969

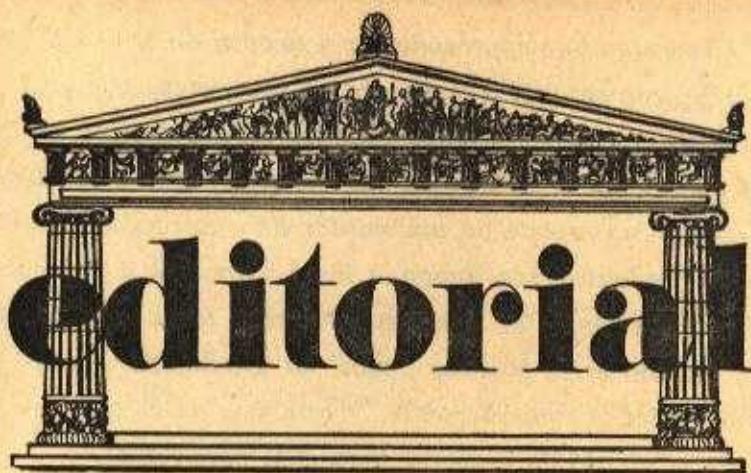
Número
626

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL — CAXIAS	5
FIGURA EXEMPLAR DE CIDADÃO E SOLDADO — Gen Ex Pan-taleão da SIlva Pessoa	11
1. MOBILIZAÇÃO NACIONAL — Gen Ex A. de Lyra Tavares	15
2. MINISTÉRIO DO INTERIOR E O DESENVOLVIMENTO RE-GIONAL INTEGRADO — (Conc.) Gen Div Augusto Afonso de Albuquerque Lima	21
BATALHA DE CAMPO GRANDE — Maj Altair Franco Ferreira	65
SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA S.A. — SIDESC — Maj R/1 Ary Cangussu de Mesquita	123
A PERSONALIDADE NEURÓTICA DO NOSSO TEMPO — Cap Art A. Machado de Paiva	129
INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES COMO INSTRU-MENTOS CONTRA-REVOLUCIONARIOS — Cel Cav Geraldo Knaack de Souza	139
CONCEITUAÇÃO DO ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES — Maj Roberto Mischow Filho	149
CONSIDERAÇÕES SÔBRE A INSTRUÇÃO — Ten Cel Cav Cesar Marques da Rocha	153
OS CENTROS DE INSTRUÇÃO — Maj Art Roberto Nunes Mendes	157
UM NOVO VELHO MÉTODO DE ENSINAR — 2º Sgt José Hi-pólito Reis Silveira	163
COLEGIO MILITAR DE FORTALEZA — Cel Prof José Aurélio S. Câmara	171
LEITURA DINAMICA	175
HUMBERTO DE CAMPOS E OS MILITARES	185
A CARTILHA DO SOLDADO	187
RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA "REVISTA"	189
ESTRANHAS COINCIDÊNCIAS ENTRE LINCOLN E KENNEDY	193
PARA QUE SERVE A POESIA — Cassiano Ricardo	195
SITUAÇÃO MARÍTIMA DA RÚSSIA EM RELAÇÃO A OUTRAS POTÊNCIAS	196
LIBERDADE DE QUE? — Gustavo Coração	197
RELAÇÃO DOS ASSINANTES EM DIA COM A "REVISTA"	199
ASSISTÊNCIA SOCIAL — FATOR DE DEFESA	203



LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA
Duque de Caxias



Editorial

CAXIAS

O EXEMPLO LEGADO

A DEFESA NACIONAL, em seu número de Jul-Agô, não poderia deixar de homenagear o PATRONO DO EXÉRCITO BRASILEIRO, orgulhosa de ser um órgão que contribui para a cultura militar.

Pensamos em que ao cidadão-soldado não se poderia prestar melhor homenagem que rememorar seu exemplo.

A vida de Caxias é antes de tudo um exemplo ímpar para o militar brasileiro, de como servir à Pátria que tão bem entendeu quanto amou.

Caxias viveu numa fase crítica, em que se estruturava a nova nação independente e os desentendimentos entre as diversas correntes eram o corolário dos entrechoques de interesses de grupos apaixonados e radicalizados.



Marechal MÁRIO ARY PIRES
EX-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

FIGURA EXEMPLAR DE CIDADÃO E SOLDADO

Gen Ex PANTALEAO DA SILVA PESSOA

Nascido em 1882 entre as exaltações gaúchas da propaganda republicana e as lutas estertóricas do segundo Império, começou Mário Ary Pires, na sua Santa Maria da Bôca do Monte, o plasmar do seu civismo. Com o advento da República e, pouco depois do golpe de estado de Deodoro, estando o Rio Grande sob o governo de Júlio de Castilhos que ajustara o Estado à barganha política com Floriano Peixoto, veio a revolução cruenta de 1893 onde a geração de Mário Pires sofreu em sua carne os embates da guerra civil. Nesse quadro, o então menino, já admirador das iniciativas impostas pelas circunstâncias e da liberdade pregada pelos teóricos do positivismo, fêz-se telegrafista, e nesse serviço público revelou habilidade e colheu recursos para estudar Humanidades.

Depois de tirar alguns preparatórios, em março de 1902, ingressou na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo e, dai por diante, só teve seu estudo perturbado pela revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, em 14 de novembro de 1904, contra a vacina obrigatória. Nessa revolta deu Mário Pires a primeira grande prova de seu caráter e energia, lutando, na medida do possível, para dissuadir seus camaradas da idéia de acompanharem aquela reação que considerava absurda, apaixonada e característica de uma política decadente. Vencido e em plena reação, correndo todos os riscos com que a tradição escolar o ameaçava, mostrando o ilogismo de uma solidariedade que negava o dever e a capacidade do acadêmico, preferiu a fuga perigosa sob a perseguição das sentinelas, pela encosta da Urca, para a Fortaleza de São João, a submeter suas convicções. Vencida a revolta, nunca fêz alarde do seu acerto, nem dêle se aproveitou.

A marcada personalidade de Mário Pires e a firmeza de suas decisões, servida e adoçada por um espírito bondoso, compreensível e cordial, não tiveram discrepancia nos seus 87 anos de existência. Disso deu provas no correr de sua exemplar carreira como oficial de Estado-Maior, como comandante e como juiz.

Depois de completar todos os cursos, em sua turma, escolheu a arma de Engenharia em que foi um autodidata, tornando-se precursor da moderna feição dessa arma. Como reconhecimento dessas

qualidades, foi escolhido para fazer parte da festejada "Missão Indiana", organizada para elevar o nível profissional da Escola Militar. Seus trabalhos publicados na revista "A Defesa Nacional" registram as minudências a que chegava na sua dedicação de instrutor. Organizou e comandou a Companhia Ferroviária, dando provas, não só da sua autoridade como disciplinador como de grande prestígio entre seus chefes. Diante de uma revolta, manteve sua unidade dentro da ordem e defendeu seus subordinados contra suspeitas e os justificou como usuários de uma liberdade de pensamento, que não era incompatível com a disciplina e o cumprimento do dever.

Estudioso e excepcionalmente trabalhador, alcançou alto nível de cultura geral e profissional, classificando-se entre os melhores oficiais do Estado-Maior do seu tempo. Desempenhou missões difíceis e delicadas, mostrando sempre que sabia cumprir o que ensinava e como também sabia dominar suas próprias opiniões, esquecer a camaradagem mal entendida e preterir amizade, para satisfazer às imposições do dever.

No gabinete do Ministro Nestor Passos deu largas à sua capacidade, e o Presidente da República distinguiu os seus pareceres. Pela vacância da chefia do referido gabinete, pouco antes da queda do Governo, teve de assumi-la. Leal e desassombrado, arcou, quase sózinho, com as dificuldades políticas da revolução de 1930. Depois foi a palavra honrada e singular da defesa dos atos do ministro deposto. Sofreu preterições mas, moralmente, na respeitabilidade a que se impôs, foi um vitorioso. Sempre se eximiu de explicar e, ainda menos, de justificar sua atitude. Não errou dando para a história o depoimento do que senti em suas conversas íntimas. Ele não tinha ilusões; não era partidário de obstinações improfícias e julgava razoável, mesmo necessária, uma ação para o restabelecimento da tranquilidade no País. Sua decisão foi manter-se ao lado do seu chefe, depois como antes dos acontecimentos, recolhendo o ônus que não admitia rejeitar.

Passado algum tempo, quando convidado para auxiliar a execução da lei que criara o Conselho de Segurança Nacional, lei em que já colaborara no governo Washington Luis, aceitou o encargo e projetou a regulamentação para o funcionamento do Conselho e sua Secretaria. Lá ainda resistem e resistirão as marcas da sua inteligência e previsão. Também a regulamentação da Ordem do Mérito foi obra sua em colaboração com o saudoso profissional e exemplar soldado, então coronel Newton de Andrade Cavalcante.

Como chefe do gabinete do Estado-Maior do Exército, Mário Pires desempenhou alta função normativa, incentivando a unidade de orientação e mantendo admirável harmonia entre os ope-

rantes. Na intentona comunista de 27 de novembro de 1935 empenhou sua perspicácia e, como trabalhador infatigável, cuidou desde as investigações até os atos da tragédia final.

No Paraná serviu diversas vezes; comandou desde o Batalhão de Engenharia até a Região Militar. Neste cargo, em momento difícil, teve ação decisiva salvando a camaradagem, mantendo a ordem e resguardando a autoridade civil ali constituida, até sua substituição regular, tudo sem quebra de lealdade a que se impusera.

Infelizmente, no momento em que reunia às suas qualidades de oficial de Estado-Maior o conhecimento do Exército e uma experiência que não se pode obter sem largo tirocínio, o desapreço em que cairia o Estado-Maior do Exército, na época substituído pelas superfetações do gabinete do Ministério da Guerra, tornou desinteressante sua escolha para o cargo que se havia preparado acima de qualquer concorrência.

Acabou sua carreira como ministro do Superior Tribunal Militar. Honrou essa instituição que só deixou ao completar 70 anos.

Como cidadão exemplar por seu patriotismo, por sua autoridade moral e por sua ação de conselho entre seus pares e amigos, na madrugada de 15 de abril de 1969, cercado pela bela família que soube constituir, passou de forma impercebível do sono natural para o da eternidade. Acabou silenciosamente, dentro do estilo de sua vida e sem os sofrimentos que não merecia ter.

DADOS BIOGRÁFICOS

CURSOS

- Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo
- Escola Militar do Brasil
- Escola de Guerra (Pôrto Alegre)
- Escola de Artilharia e Engenharia
- Estado-Maior e Engenharia Militar
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

PROMOÇÕES

Aspirante a Oficial	14 Fev 1908	Tenente-Coronel ...	3 Agô 1929
Alferes-Aluno	1 Abr 1909	Coronel	25 Mai 1934
2.º Tenente	1 Agô 1909	Gen Bda	13 Mai 1939
1.º Tenente	14 Nov 1916	Gen Div	8 Set 1944
Capitão	14 Jun 1921	Gen Ex	13 Set 1950
Major	20 Jul 1925	Marechal	5 Dez 1952

CONDECORAÇÕES

- Grande Oficial OMM — Medalha Militar (Ouro e Pas. Platina)
- Med G — Med Pacificador — Med C N Rio Branco — Oficial da Legião de Honra da França — Legião do Mérito dos Estados Unidos.

COMISSÕES

- Instrutor por concurso e, posteriormente, Instrutor-Chefe da Arma de Engenharia, na Escola Militar do Realengo, integrando a chamada "Missão Indígena".
- Cmt da Cia Ferroviária.
- Participou de Operações de Guerra nos Estados do Paraná e Santa Catarina, em 1925, integrando o 2.º Grupo do Destacamento das Forças em Operações contra os rebeldes naqueles Estados.
- Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra.
- Cmt do 5.º Batalhão de Engenharia.
- Chefe da 4.ª Seção do Estado-Maior do Exército.
- Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército.
- Cmt da Infantaria Divisionária da 5.ª DI.
- 1.º Subchefe do Estado-Maior do Exército.
- Cmt da 5.ª RM e 5.ª DI.
- Ministro do Superior Tribunal Militar.
- Presidente do Superior Tribunal Militar.

A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Gen Ex A. DE LYRA TAVARES

O maior problema da mobilização nacional consiste em manter constantemente alerta os órgãos responsáveis pela sua preparação e a consciência da coletividade nacional para a inexequibilidade e as consequências funestas de qualquer improvisação em matéria de tamanha importância, complexidade e envergadura. A rapidez e a eficiência de cada uma das operações da mobilização, todas elas entrosadas e coordenadas através de planejamento cuidadoso e seguro, são tanto mais apuradas quanto mais atento e objetivo fôr o trabalho de preparação de tempo de paz. Os Estados de maiores tradições militares, assim como os mais ameaçados por antagonismos atuais, têm sempre presentes na sua organização, nos seus planos e nos seus empreendimentos de tempo de paz as necessidades da mobilização nacional. Essas necessidades podem ser atendidas em melhores condições econômicas dentro do princípio de que, quanto mais bem planejada e preparada fôr a mobilização nacional, melhores serão as suas condições de execução e maior será a redução possível nos efetivos permanentes e nos demais elementos que se destinam às necessidades de cobertura militar mínima às operações iniciais, em caso de guerra. O problema do orçamento pode assim ser colocado em termos mais racionais e menos onerosos à economia nacional, sobretudo porque essa economia pode ser organizada em condições de atender, sem risco de desequilíbrio e rapidamente, à passagem do regime de tempo de paz para o de tempo de guerra. Aliás, os dois fatores fundamentais para essa mudança de regime são a indústria e os transportes nacionais, como elementos de influência mais direta no valor do potencial militar do país.

Essa foi a grande conclusão dos estudos do pós-guerra em várias das nações beligerantes, principalmente nos Estados Unidos, onde o problema dos orçamentos militares constitui nos dias de hoje um dos assuntos mais estudados e debatidos. Os pontos fundamentais desses estudos e debates relacionam-se, por um lado, com as vantagens econômicas e de ordem operacional da unificação das três Forças Armadas sem quebra das tradições e das peculiaridades de cada uma e, por outro lado, com o sentido preferencial dos investimentos na aquisição das novas armas, levando em conta que os modelos e tipos, dado o progresso vertical da ciência e da tecnologia aplicada à guerra, podem ser rapidamente ultrapassados em face da rápida evolução dos meios e dos processos de combate.

O que é fundamental é que a mobilização seja preparada, não apenas nos planos que respondam de modo mais adequado a cada uma das hi-

póteses formuladas, mas na efetivação de empreendimentos e medidas, sobretudo de ordem logística, que:

— permitam o aproveitamento racional dos recursos nacionais em benefício do esforço militar, mediante o balanço prévio e objetivo das necessidades de cada uma das Forças Armadas e de todas elas em conjunto, respeitadas as necessidades de ordem civil, sobretudo as reclamações pela Economia Nacional, em tempo de guerra;

— corrijam em tempo oportuno as deficiências da infra-estrutura do território, de modo a adaptá-la e provê-la dos recursos imprescindíveis, de acordo com as necessidades de ordem operacional apontadas pelo planejamento combinado;

— promovam o maior aproveitamento da Indústria Nacional para o atendimento das necessidades das Forças Armadas desde o tempo de paz, sparelhando-a progressivamente para fazer face a qualquer momento ao esforço da mobilização, inclusive quanto aos tipos especiais de produtos especificamente militares que devem ser, tanto quanto possível, padronizados para as Três Forças;

— proporcionem o conhecimento estatístico seguro das disponibilidades numéricas e qualitativas do potencial humano e a sua distribuição adequada em face das necessidades civis e militares.

Por outro lado, é certo, certíssimo, que a base de uma mobilização eficiente se encontra sobretudo na preparação espiritual da coletividade nacional, seja para prevenir, seja para enfrentar a contingência da guerra. Essa preparação, tanto no âmbito do Governo como na consciência do povo, torna-se imprescindível para que a passagem do regime de tempo de paz para o de tempo de guerra esteja organizada a qualquer momento, fazendo convergir o esforço nacional, em todos os setores interessados, no sentido da execução pronta e objetiva das medidas previstas, com a necessária penetração do risco coletivo que a guerra impõe e sem qualquer tipo de resistência interna que poderia agravá-lo.

Os estudos e planejamentos puramente teóricos, a descontinuidade e o adiamento sistemático na execução dos empreendimentos por êles aconselhados e a vacilação permanente entre as linhas de ação preconizadas resultam na inoperância ou na falência do Estado em matéria que pode de um momento para outro constituir condição fundamental para a sua livre sobrevivência. E não há dúvida sobre o fato de que o espírito de determinação e as bases da organização do povo para prover a sua defesa e resguardar a sua soberania constituem tarefa precípua do Governo, a influir decisivamente na sua organização e na sua ação em tempo de paz. É necessária a definição das responsabilidades dos vários órgãos do Estado com tarefa prevista no problema da mobilização, assim como a verificação permanente da eficiência das medidas e dos estudos de medidas e empreendimentos que a cada um deles cabe promover e cujo controle periódico deve estar previsto na própria organização da máquina adminis-

trativa, civil ou militar, através de testes de eficiência que cumpre realizar periódicamente. Isso significa que o organismo planejador deve estar vinculado em todos os seus escalões aos órgãos administrativos de execução, cujos programas devem considerar, para fins de efetivação, as medidas planejadas. Do contrário, faltarão ao Estado, em matéria de organização da sua segurança, dois elementos essenciais à correção das suas vulnerabilidades: a adoção progressiva das medidas julgadas necessárias e o controle periódico dos resultados obtidos, mediante testes, mesmo teóricos, na organização da segurança nacional. Na cúpula do mecanismo destinado a velar por essa segurança deve estar colocado por isso mesmo um órgão presidido pelo Chefe do Governo, ou delegado seu, abrangendo em conjunto os aspectos todos do problema e caracterizado pelo seu trabalho objetivo, atuante e permanente como ele requer. Cabe-lhe a tarefa de dirigir, impulsionar e controlar o trabalho dos vários setores governamentais, apoiando-o através da concretização das medidas e dos empreendimentos cuja execução cabe à autoridade administrativa promover e ultrapassam a esfera dos órgãos de planejamento que a assessoram. Tal papel, relevante e complexo, é atribuído, no caso do Brasil, ao Conselho de Segurança Nacional, cuja Secretaria, como órgão assessor e de estudos, não está, como muitas vezes se tem salientado, pela precariedade do seu aparelhamento material e organizacional e pelo reduzido número de especialistas de que dispõe, em condições de desempenhar com oportunidade e em toda a extensão a ampla tarefa que lhe cabe. O conhecimento seguro e a distribuição do potencial humano do país constituem fundamento de qualquer plano de organização da segurança nacional. No mesmo caso está a mobilização industrial. São problemas que abrangem necessidades civis e militares e por isso mesmo devem pertencer à esfera de um órgão superior, ainda não existente, que deveria coordená-los e discipliná-los, de modo que o Conselho de Segurança receba os elementos essenciais à formulação das suas decisões e à elaboração das diretrizes que lhe cumpre baixar. Sem elas perdem a objetividade e a oportunidade os estudos dos diversos órgãos nacionais de planejamento, civis e militares, pois não será possível assentá-los em bases firmes nem orientá-los segundo uma direção uniforme e adequada à conjuntura e à política nacionais.

Além disso, cumpre encarar realisticamente a posição do Estado no quadro internacional que condiciona a conduta da sua política, não apenas pelo caráter dos antagonismos que podem ameaçá-lo, como sobretudo pelos compromissos a que, como regra, estão vinculadas as suas atitudes e à sua conduta em face de tais antagonismos. Essa vinculação define-se por tratados e convênios que terão de ser necessariamente considerados no plano alto do planejamento nacional, para a definição das linhas de ação a serem adotadas pelo Governo e, como decorrência delas, do planejamento de série de medidas governamentais que deverão preparar e tornar possível a sua execução eventual. É evidente que nada pode ser improvisado nesse sentido se a mobilização nacional não for concebida e preparada em termos objetivos, aí incluídas a formação da mentalidade nacional e a realização das condições econômicas necessá-

rias que são, afinal de contas, os elementos decisivos e fundamentais para o êxito de qualquer plano dessa natureza.

Principalmente até que o povo atinja o seu grau de cultura necessário à compreensão real dos problemas nacionais e esteja em condições de colaborar mais diretamente na sua solução, cumpre ao Governo, através de seus órgãos e demais instrumentos ao seu alcance, propiciar essa compreensão, atuando sobretudo no setor educacional, de forma a fornecer à comunidade nacional os elementos imprescindíveis à orientação segura do esforço nacional no sentido do verdadeiro bem coletivo e dos objetivos nacionais colocados ao alcance do entendimento de todos.

De modo geral, o povo, encarado como coletividade, não considera nem tem meios para discernir claramente as suas legítimas aspirações e os seus reais interesses capitais como povo, em virtude da absorção do indivíduo no trabalho e no ambiente quotidiano e nos sofrimentos próprios, que ele mais recebe nos seus efeitos do que nas suas causas. É assim pensando que Jacques Maritain, falando sobre o funcionamento da democracia, procura definir no seu "O Homem e o Estado" a missão do Governo em relação ao povo que o investiu, por livre escolha, da autoridade para governá-lo.

"Governar em comunhão com o povo significa duas coisas. De um lado, educar e despertar o povo no próprio ato de governar, de modo a pedir-lhe a cada nova fase do progresso aquilo de que ele se tornou consciente e que deseja realizar. Estou pensando, por exemplo, em um esforço real pela educação, fundado no respeito pelo povo e na confiança dele, esforço no qual é ele o "agente principal", o que é precisamente o oposto ao hábito de impor idéias ao povo através de mera propaganda e de métodos de anúncio comercial. Significa, por outro lado, ter consciência daquilo que é profundo, duradouro e realmente digno do homem nas aspirações e na psique do povo. E assim que, mesmo perdendo a popularidade, pode um governante atuar ainda em comunhão com o povo no mais verdadeiro sentido da expressão. E se ele for um grande governante, poderá conseguir que essa impopularidade se transforme em uma confiança renovada e ainda mais profunda. De qualquer modo, nada existe de comum entre impor despóticamente a sua própria vontade ao povo como um governante que viva separado do povo e faça descer sobre ele a sua autoridade — é o fato de resistir ao povo, ou tornar-se odiado e rejeitado por ele, mas com ele unido em suas intenções mais profundas e ansioso de se conservar em comunhão com a sua vontade humana mais profunda, que o próprio povo por vezes ignora".

Maritain procura fundamentar as suas idéias na observação realística da vida de uma democracia e da intervenção das diferentes camadas sociais e de cultura que compõem o povo no funcionamento do organismo de uma nação democrática. Naquilo a que podemos chamar a psique comum do povo — opina ele — existe uma larga variedade de níveis e degraus. No nível mais superficial encontramos as correntes accidentais de opinião, tão passageiras como as ondas do mar e sujeitas

a todos os ventos da ansiedade, do temor, das paixões particulares ou dos interesses privados. Em níveis mais profundos encontramos as necessidades reais da multidão. No nível mais profundo reside a vontade de convivência e a consciência obscura de uma vocação e de um destino comum e, finalmente, a inclinação natural da vontade humana, considerada em sua essência, para o bem. (*O Homem e o Estado*, Jacques Maritain).

Esses conceitos de Maritain, formulados na base dos seus estudos demorados e cuidadosos sobre a organização política da sociedade humana, não variariam muito se tentássemos aplicá-los ao campo mais estreito de uma organização militar moderna, onde o Chefe, investido de uma autoridade que lhe é conferida por delegação, defronta-se com uma espécie de miniatura da sociedade, perante a qual lhe cumpre o duplo dever de estar sempre em comunhão com ela e de orientá-la firmemente no sentido do bem coletivo, que ela nem sempre está em condições de discernir, mesmo quando tenha de arcar com a impopularidade transitória que possa decorrer de certas medidas que desagradem ou desatendam, à primeira vista, aos interesses superficiais de parte dos elementos integrantes.

É essa, aliás, a conduta certa, embora de aplicação difícil, que a moderna psicologia militar preconiza para os que se exercitam nas soluções dos complexos problemas da liderança de grupos humanos. Os que têm experiência objetiva da vida militar, em tempo de paz e em campanha, sabem bem que comandar é educar e aglutinar, para o fim único da defesa da Pátria, homens de formação, de nível e de caráter extremamente diversos, que só valem pelo que realizam em conjunto, em benefício do conjunto e sentido em conjunto. É claro que vai uma distância muito grande entre comandar e governar, mas no que respeita à coesão de grupos humanos, o fenômeno não deixa de apresentar essa grande afinidade que a experiência própria me leva a registrar.

O problema da mobilização nacional, pelo que vimos, está intimamente associado ao da organização nacional nos seus elementos fundamentais, porque, em última análise, ela importa num esforço integral da Nação, em todos os seus setores de vida, para o fim de preservar a sua sobrevivência e a sua soberania, mediante o emprêgo adequado de todas as suas forças materiais e morais, o que implica sobretudo um problema de organização funcional e espiritual. Nesse sentido importa antes de tudo preparar o cidadão, como célula da comunidade nacional, na compreensão do papel que lhe cabe e nos misteres que a cada um cumpre desempenhar, como elemento de um todo, nas múltiplas atividades em que se reparte o esforço nacional. Por outro lado, importa conhecer e empregar, mediante planejamento cuidadoso que permita a correção oportuna das vulnerabilidades nacionais, a totalidade dos recursos do País. É uma tarefa complexa e de grande envergadura, que não comporta improvisações, exigindo o concurso dos órgãos e elementos civis e militares devidamente preparados.

Dai a importância de que se reveste o fato auspicioso do funcionamento do Curso de Mobilização Nacional, recentemente criado na Escola Superior de Guerra, estreitamente vinculado ao estudo dos problemas nacionais, de que a referida Escola já se tornou o centro mais autorizado, como resultado das suas patrióticas atividades, sobretudo no sentido de criar a mentalidade necessária pelo esforço comum de grandes valores civis e militares.

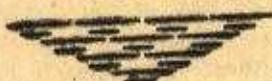
O Curso de Mobilização Nacional, criado pelo Decreto n.º 40.835, de 24 de janeiro de 1957, destina-se, nos termos das Instruções que regulam o seu funcionamento, a :

- habilitar civis e militares para dirigir e integrar os órgãos de direção e planejamento das atividades nacionais de mobilização;
- cooperar no estabelecimento da Doutrina de Mobilização Nacional.

Ele compreende particularmente :

- o estudo da Doutrina de Mobilização Nacional;
- a apresentação expositiva dos Fundamentos do Poder Nacional;
- a interpretação e avaliação desses fundamentos em face da Doutrina de Mobilização Nacional;
- o estudo dos aspectos críticos da Mobilização Nacional e o estabelecimento de linhas de ação;
- o aprimoramento da técnica de planejamento e sua aplicação à Mobilização Nacional.

(Transcrito do livro "Segurança Nacional — problemas atuais — 1964", já traduzido para o espanhol e inglês por solicitação do Estado-Maior do Exército do Equador e da Junta Interamericana de Defesa, respectivamente.)



O MINISTÉRIO DO INTERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

(Conclusão)

Gen Div AUGUSTO AFONSO DE ALBUQUERQUE LIMA

A.2 — *Região Nordeste:* abrangendo os seguintes Estados: Maranhão — Piauí — Ceará — Rio Grande do Norte — Paraíba — Pernambuco — Alagoas — Sergipe — Bahia — Minas Gerais (cerca de 20% da superfície do Estado, com uma área de 120.701 km², abrangendo totalmente as zonas de Montes Claros, Itacambira, parte do Alto Médio São Francisco e Alto São Francisco).

1 — APRECIACAO GERAL

1.1 — O IV Plano Diretor da SUDENE consubstancia a política de desenvolvimento da região, traçando novos balizamentos para a ação do poder público.

A nossa preocupação constante à frente do MINTER, nessa Região, volta-se tanto para uma programação objetiva das ações a serem desenvolvidas quanto para a articulação das diferentes agências administrativas responsáveis pela execução dos programas de desenvolvimento e para a melhoria dos seus níveis de eficiência. Assim, as diretrizes básicas da SUDENE, do BANCO DO NORDESTE, do DNOCS, da SUVALE e do DNOS para a região, possuem agora caráter de compatibilidade e de complementariedade, sem os quais não se revelaria a indispensável unidade de concepção programática, nem a integração de esforços sob comando único geral atribuído à SUDENE, o que constitui requisito para maior rendimento das ações planejadas. Isso, porém, não é bastante. A compatibilidade com os setores dos demais Ministérios, procuramos obtê-la através de entendimentos entre os órgãos executivos e dos próprios Ministros.

1.2 — As Distorções Existentes

— Setorialmente, podemos afirmar que o que mais nos preocupa é o das atividades rurais. O fato de, ainda, não haverem elas sofrido modificações sensíveis na sua estrutura econômica, caracteriza o fenômeno da distorção assinalada em relação ao setor industrial.

A sua estagnação, cujos sintomas não devem ser procurados em volumes físicos da produção, mas na rigidez com que se combinam os seus fatores e em níveis de produtividade — já está acarretando efeito frenador do desenvolvimento regional.

— O diagnóstico do setor agropecuário realizado pela SUDENE conduz à conclusão de que os efeitos e vícios da estrutura agrária da região estão gerando dificuldades muito sérias para a solução de três tipos interligados de problemas de relevância fundamental para o desenvolvimento do Nordeste: o da criação de um amplo mercado regional, o da insuficiência da oferta de produtos alimentares e matérias-primas, e o da absorção dos excedentes de força de trabalho.

— Espacialmente, há também distorções que a SUDENE está procurando corrigir, ou, pelo menos, diminuir o desenvolvimento de uns Estados em relação a outros.

1.3 — *As Ações Prioritárias*

a) No campo da agro-indústria canavieira no Nordeste, deverão ser conduzidos pelo GERAN, órgão que visa à solução integrada dos muitos sérios problemas econômicos do parque açucareiro e dos não menos graves problemas de natureza humana e social das regiões canavieiras. O IV Plano Diretor insere normas legais de que estava a carecer a aludida entidade para atuar com a indispensável operacionalidade e a desejada eficácia.

b) No campo da agricultura, a nova política de irrigação para o aproveitamento da água e do solo, racionalmente, em benefício do homem.

Dentro da nossa esfera de competência, outro exemplo de atuação sobre a problemática do setor rural reside na política de lavoura irrigada nas regiões semi-áridas nordestinas. O DNOCS e a SUVALE estão capacitados a fazer dos projetos de irrigação a sua incumbência prioritária. Para apoio dessa diretriz, tem plena validade a experiência já adquirida pela SUDENE e os exemplos internacionais, segundo podemos verificar pessoalmente. Nas áreas secas do Nordeste, a existência de recursos hídricos como os do São Francisco e das grandes represas públicas, a ocorrência de grandes áreas de solos agricultáveis em posição adequada em face dos recursos hídricos; as possibilidades de eletrificação rural, a viabilidade de melhor aproveitamento dos estabelecimentos produtores através de obras de engenharia rural e, finalmente, a presença de mercados consumidores regionais são condições que conjugam desafiando a iniciativa do poder público a implantar uma vigorosa política de irrigação. Essa política foi há pouco definida pelo Presidente da República no memorável discurso de Bedeuero.

O seu conteúdo não está apenas nas vantagens tecnológicas e econômicas da lavoura irrigada que se revelem em termos de produ-

tividade, de rentabilidade e de aproveitamento de recursos, mas também no seu aspecto social e humano. Além de absorverem numerosa força de trabalho, sabe-se que os projetos de irrigação são também projetos de reestruturação agrária e de criação de comunidades rurais de pequenos agricultores proprietários. O aumento da rentabilidade das atividades rurais, que acarretam realizar-se, sem distorções em benefício da comunidade rural contemplada, com repercussões benéficas sobre o abastecimento regional de alimentos e matérias-primas. Existe, portanto, um sentido reformista na política de lavoura irrigada contribuindo para justificar figure no IV Plano Diretor com a ambiciosa meta de 100.000 hectares em cinco anos.

2 — A AÇÃO DA SUDENE

2.1 — Podemos indicar em caráter geral alguns dados informativos, para que no debate o Superintendente da SUDENE, General Euler Bentes Monteiro, possa, então, detalhar a ação da SUDENE, no Nordeste:

a) no ano de 1967, os recursos dos artigos 34/18 liberados para imediata aplicação, chegaram a triplicar o total dos recursos liberados em todos os anos anteriores. Isto dá uma idéia de como estão intensificando no Nordeste os investimentos industriais induzidos pela SUDENE;

b) realmente, até fins de 1967, o montante dos recursos aprovados alcança 2,6 bilhões de cruzeiros novos, correspondendo a 497 empresas, dos quais, em 1967, foi de 1,1 bilhão de cruzeiros novos, atingindo, no total, especialmente, as maiores proporções, os Estados da Bahia (39,7%) Pernambuco (34,0%), seguido do Ceará (7,1%) e Alagoas (5,8%), o que mostra uma diferença espacial que se pretende corrigir, naturalmente;

c) o programa de assistência e financiamento à pequena e média indústria, que, pela primeira vez no Brasil, está sendo conduzida com determinação e atingindo uma área empresarial que sempre fora desprezada, está em fase de adiantada implantação. Para isso, por proposta da SUDENE, o MINTER baixou Portaria n.º 170, de 4-VIII-67, fixando normas para que o BNH atendesse aos financiamentos solicitados com repasse da parcela dos recursos derivados dos artigos 34/18, aos Bancos e Companhias Estaduais de Desenvolvimento. Até 31 de dezembro de 1967, os repasses atingiam já a NCr\$ 30 milhões;

d) a extensão dos incentivos dos artigos 34/18 para a agricultura efetivamente só ocorreu em fins de 1965. Dado o pouco tempo de sua execução, não é possível uma avaliação dos seus efeitos sobre a produtividade do setor agrícola. Contudo, levando-se em conta que, até 1967, foram aprovados 65 projetos, com inversões totais no montante de NCr\$ 92,2 milhões e que, nesse ano, foram liberados NCr\$ 10,7 milhões, é lícito afirmar que a existência de empreendimentos racio-

nalmente planejados, capazes de absorver êsses recursos, poderá constituir indicio de nova modernização agrícola que, somando à irrigação, tirará o Nordeste definitivamente do subdesenvolvimento agudo em que está mergulhado.

2.2 — Resultados Obtidos

O êxito da política de desenvolvimento no Nordeste deve-se, indiscutivelmente, à ação da SUDENE, pela estratégia correta e bem executada que vem adotando, não só pela coordenação dos investimentos federais na região, mas, sobretudo, pela criação de um elenco de incentivos fiscais, creditícios, e cambiais para o setor privado.

Realmente, a política de incentivos está plenamente vitoriosa. O principal aspecto de tais assuntos traduz na faculdade de a pessoa jurídica optar pelo pagamento da metade do Impôsto de Renda, e depositar, a outra metade, no Banco do Nordeste, para financiamento de investimentos aprovados pela SUDENE.

Este engenhoso sistema favorece a formação de capital, diferindo das isenções fiscais comuns, que afetam os custos e os preços dos produtos acabados, a lucratividade das empresas beneficiárias da isenção, ou ambos. Esta diferença é de fundamental importância.

É preciso compreender, também, que o sistema dos artigos 34/18 baseia-se no dinamismo do setor privado, com os benefícios usufruídos pelos próprios industriais, comerciantes, etc., e não constituem donativos encaminhados compulsoriamente aos nordestinos, segundo a compreensão de muitos. E, como o Impôsto de Renda é pago principalmente pelas firmas do Centro-Sul, são elas as beneficiárias diretas do mecanismo criado por lei, com o elevado objetivo social de dinamizar a economia da região brasileira menos favorecida e considerada uma área crítica de segurança nacional.

Impõe-se acentuar que o sistema de incentivos é extra-orçamentário, o que lhe dá simplicidade e evita a burocratização que caracteriza os pagamentos de subsídios diretamente pelo Tesouro, como ocorre em outros países. Aqui o contribuinte em vez de pagar o impôsto de renda devido, paga apenas a metade, depositando a outra metade no Banco do Nordeste do Brasil S. A. Em vez de ter direito a pleitear uma restituição de impostos pagos, como ocorre alhures, passa o contribuinte a ser detentor de depósitos vinculados utilizáveis no financiamento de projetos aprovados pela SUDENE. E como qualquer atraso no pagamento do impôsto de renda implica na perda automática da opção, o mecanismo funciona como importante fator na regularidade da arrecadação do impôsto de renda das pessoas jurídicas. Atrasar o pagamento equivale a sofrer multa de 100%.

É o sistema administrado autônomaente, sem qualquer interferência de outras autoridades, o que põe a salvo dos "cortes" e "contenções" tão comuns na execução de projetos que são custeados com

verbas orçamentárias. Está, também, o sistema de incentivos fiscais, à margem do processo de elaboração orçamentária, e, por conseguinte, imune aos vaivéns da política partidária.

Cumpre salientar, no entanto, que o *empreendedor não tem liberdade total de usar o dinheiro como bem lhe aprouver. O Governo, através da SUDENE, estabelece prioridade e metas, analisa os projetos, aprova-os e controla estritamente sua execução.* Assegura-se, dessa maneira, profícua colaboração entre o setor privado e o Governo na execução de esclarecida política de desenvolvimento regional, cujo resultado final será a redução das disparidades de renda e de riqueza e a promoção do bem-estar dos nordestinos.

Como exemplo da expansão do mercado consumidor, vejamos o crescimento da frota de automóvel da Região. De 48.000 carros em 1960, passou para 132.000 em 1967, ou seja, cresceu 175%. No Brasil, como um todo, o aumento foi de 137%. A frota total de veículos automotores do Nordeste representava 9,9% da frota brasileira em 1961. Em 1967, sua participação elevou-se a 10,8%, tendo esta Região se motorizado mais rapidamente em qualquer tipo de veículo do que o país como um todo. *Desnecessário é dizer que os veículos foram produzidos no Sul, cuja indústria se beneficiou com a quase triplicação de mercado do Nordeste, em apenas 7 anos.*

A análise da arrecadação federal nos anos de 1963 a 1967 é o índice seguro do êxito do sistema de incentivos fiscais. Naquele período, a única área onde a União arrecadou substancialmente mais, em termos relativos, foi o Nordeste. Sua participação na receita tributária federal, que era de 5,1% passou a ser 6%, ou seja, aumentou 18%. A participação do Centro-Sul caiu 1% e a do Sul aumentou 2%.

A evolução do Imposto de Renda é, ainda, mais significativa. Apesar das isenções recomendadas pela SUDENE, a participação do Nordeste na arrecadação daquele tributo, aumentou do índice 100 em 1963, para o índice 142 em 1967, ou seja, experimentou um incremento de 42% em apenas 5 anos. A Amazônia contribuiu com mais 13%, enquanto o Centro-Sul e o Sul sofreram uma diminuição de 2% e o Centro-Oeste, uma queda de 13%.

O Espetacular Aumento de Arrecadação do Imposto de Renda do Nordeste

Dos mais recentes estudos elaborados pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste, desejamos apresentar aos Senhores estagiários os mais recentes e positivos dados sobre o Nordeste.

O recente crescimento da economia nordestina é corroborado por outros indicadores, como o consumo de eletricidade, a produção de cimento, etc. O mais significativo de todos, no entanto, é o espetacular aumento da arrecadação do imposto de renda (pessoa física e jurídica).

a partir de 1962, em termos reais, "per capita". O quadro abaixo mostra que o aumento da arrecadação do Nordeste foi maior, em termos relativos, do que o de qualquer outra região do País.

Arrecadação "per capita" do Imposto de Renda, a preços de 1964

Regiões	1962	1963	1964	1965	Aumento
Maranhão, Piauí, Ceará ..	20	26	36	38	90%
R. G. Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas	41	49	55	67	63%
Sergipe e Bahia	36	47	51	66	83%
São Paulo	615	785	844	916	49%
Brasil	254	310	357	375	48%

Fontes: Ministério da Fazenda (Mensário Estatístico, Janeiro/1967).

3 — ESTUDO DO PROFESSOR HIRSCHMAN

Uma análise dos resultados obtidos pela SUDENE demonstra que o setor, cujo desenvolvimento sobrepujou de muito os demais, tem sido o *industrial*, em virtude do dispositivo da legislação tributária, que provocou o interesse do capital privado das regiões mais avançadas pelas oportunidades de investimento no Nordeste.

No dizer do economista norte-americano Albert O. Hirschman, da Harvard University, uma característica extremamente importante desse mecanismo é o fato de o montante de recursos próprios, somado aos fundos do artigo 34/18, deve ser considerada sob o ponto de vista do *projeto* e não do *contribuinte* do *impôsto de renda*. Os projetos subsidiados pelo mecanismo 34/18 estão fazendo com que a estrutura industrial do Nordeste torne-se mais diversificada e sofisticada, com um rápido incremento da influência da presença das indústrias na região, por suas características de agentes, a um só tempo, dinâmicos e criadores de efeitos induzidos.

Os projetos aprovados até junho de 1967 criariam 67.800 empregos novos diretos. Compare-se a cifra com a força de trabalho industrial que, em 1959, eleva aquêle número para 176.800. Cada NCr\$ 20.580, cerca de US\$ 5.700, à taxa de câmbio corrente, investido, cria um novo empréstimo. Esta não é, certamente, uma taxa de capital — trabalho animador para uma região com problemas de desemprego, mas é a contrapartida inevitável da modificação da estrutura industrial, já notada, do setor de bens intermediários e de capital.

Por último, na sua conclusão, o Professor Hirschman diz o seguinte:

"O presente impulso da industrialização, posto em marcha pelo mecanismo dos artigos 34/18 representa, sem dúvida alguma, o mais significativo avanço econômico a ocorrer no Nordeste Brasileiro, durante muitas décadas; é, também, pro-

vavelmente, tão mais estimulante da história do crescimento que se verifica no Brasil, desde o surto desenvolvimentista dos anos 50. Deve-se enfatizar, ainda uma vez, que esta história está apenas despotando: só no ano passado, aproximadamente, é que as despesas de construção industrial atingiram níveis respeitáveis e o aumento resultante no produto industrial só será claramente visível daqui a um ou dois anos. Mas as instituições incumbidas de administrar a expansão industrial se acham agora em forma e operando bem; criou-se na comunidade empresarial brasileira considerável interesse pelas oportunidades relativas às potencialidades e perspectivas industriais da região então sofrendo rápida mutação.

O presente estágio de transição permitiu dois tipos de impressões distorcidas: de um lado, o programa do 34/18 tem sido criticado por inefetivo, já que conduz a uma drenagem de fundos líquidos pouco necessários, provenientes do "centro dinâmico", sem que o Tesouro alcance, na realidade, qualquer objetivo no Nordeste, a que se alega faltar "capacidade de absorção". De outro lado, já se percebem algumas vozes a proclamar que o Nordeste já teve seu surto industrial e que chegou o tempo de, no interesse do "desenvolvimento equilibrado", orientar os recursos do sistema 34/18 para a agricultura do Nordeste, ou para outras regiões. É quase desnecessário assinalar que essas duas posições são igualmente errôneas: o Nordeste está desenvolvendo agora substancial capacidade de absorção de fundos tornados disponíveis, através do sistema de incentivos fiscais; de outro lado, o fato de que uma dúzia de fábricas esteja em construção não significa que o Nordeste, ou qualquer cidade nordestina, em particular, esteja, por ora, num processo de explosão que precise ser estancado, no interesse do equilíbrio setorial ou geográfico.

Parece difícil pôr em dúvida que os problemas da inadequada produtividade agrícola e dos padrões defeituosos de propriedade da terra continuem tão agudos, como sempre o foram no Nordeste. E, contudo, improvável que o sistema do 34/18 possa levar à agricultura a mesma contribuição fundamental com que está impulsionando a expansão da indústria. O progresso na agricultura depende, em parte, da pesquisa paciente e do trabalho de extensão, em parte de decisões políticas relativas à propriedade da terra, assim como de investimentos públicos em irrigação, transporte e educação. Em verdade, o aumento da atividade industrial e do nível de emprêgo na indústria poderá constituir-se numa importante contribuição para a agricultura, através da ampliação do mercado para os produtos agrícolas e, por via de consequência, do aumento de pressão sobre a "zona da mata", no sentido de substituir a cultura tradicional, mas cada vez mais

antieconômica, de cana-de-açúcar, pelas culturas alimentares e criação.

Este relatório se encerra, portanto, com um apelo enfático para que não se "agite o barco" no presente, permitindo-se, assim, ao impulso da industrialização do Nordeste atingir a sua maturidade."

4 — CONCLUSÕES PARCIAIS

Uma análise que se faça da atuação do setor público no Nordeste põe em destaque:

4.1 — Manutenção, ainda por algum tempo, dos incentivos fiscais, conforme estabelece a Lei, considerando-a intocável e não extensível a outras regiões do país, que não sejam aquelas consideradas relevantes, sob o ponto de vista de Segurança Nacional e de interesse do campo econômico-social, que são justamente o Nordeste e o Norte do Brasil. Daí considerar-se mesmo um ato praticado contra a unidade nacional pensar em suspender um processo econômico em pleno desenvolvimento como do Nordeste, pela redução temporária de percentagem de 50% sobre o Imposto de Renda para investimentos naquelas áreas críticas, como preconizam alguns que não conhecem de perto a realidade nacional, naquilo que diz respeito com as tensões sociais existentes naquelas mencionadas áreas críticas.

4.2 — Necessidade de estabelecer, com segurança, a coordenação dos órgãos e das empresas públicas na região. Com efeito, apesar de a Lei da SUDENE ter permitido o estabelecimento de diretrizes para todos os órgãos federais que atuam na região, além da coordenação de sua atuação, não foi possível, até o momento, o exercício pleno de um comando único nas atividades de planejamento e execução, de tal modo que sejam estabelecidas prioridades para todos os órgãos e eliminadas as duplicações que implicam em perda de eficácia e maiores custos sociais. E o tempo e as nossas limitações financeiras não nos permitem procrastinações no particular.

4.3 — Distribuição mais equitativa da renda urbana e rural, visando à formação de uma demanda efetiva, capacitada à absorção de produtos manufaturados, bem como às exigências de um desenvolvimento sem tensões e com custo social mais reduzido e vinculado aos objetivos da justiça social.

4.4 — Criação da mentalidade dos homens de governo e do povo, para o problema da IRRIGAÇÃO, sem a qual nenhuma agricultura poderá ter aproveitamento econômico justo e atraente para o homem rural.

4.5 — É necessário que os homens do Sul, em particular, alguns deles não convededores da situação do Nordeste, tenham a consciência de que o desenvolvimento do Nordeste não há de perturbar o de ou-

tras áreas, pelo contrário, o vizinho desenvolvido econômicamente será um melhor mercado de que o subdesenvolvido.

Basta atentarmos para o fato de que, malgrado a eficiência dos organismos regionais como a SUDENE e o Banco do Nordeste, que unem seus recursos aos dos Estados e empresários para melhor aproveitamento dos incentivos fiscais e consequente elevação do homem nordestino, sómente daqui a vinte anos, se mantido o crescimento anual de 7%, em nossa renda "per capita", passaremos dos 170 dólares atuais para 410, época em que o Centro-Sul, com um crescimento de apenas 3% ao ano, passará dos 450 dólares, de hoje, para 770 dólares. E, se considerarmos quase fantástico um ininterrupto crescimento de 7%, durante 20 anos — ao passo que os 3% para o Centro-Sul estão abaixo de todas as previsões — não custa concluir, diz o Governador Luiz Viana, que para a sobrevivência do Nordeste, como uma comunidade compatível com a dignidade humana, necessita tanto dos incentivos fiscais quanto do próprio ar que se respira.

A.3 — Região Sul: Rio Grande do Sul — Santa Catarina e Paraná

Diante de alguns comentários que temos ouvido, cabe-nos declarar que a nossa preocupação se estende a todos os Estados. Por exemplo, para o Rio Grande do Sul, um Estado de grande potencialidade, que, em governos passados, apesar de ter, na Presidência da República, seus coestaduanos, não possui uma infra-estrutura de energia elétrica, nem um sistema rodoviário, que pudesse apoiar o desenvolvimento econômico da região, aproveitando a imensa capacidade dos empresários gaúchos. Esse Estado, sem dúvida alguma, possui imensa capacidade de produção. Entretanto, não foram estudados devidamente seus problemas, sobretudo no setor da agropecuária, não se lhe dando, neste particular, nem condições econômicas, nem condições de atualização dos problemas dessa área, em termos de nova tecnologia.

Por isso mesmo, tendo conhecido a região "in-loco", resolvemos levar dois grupos técnicos de reconhecida capacidade — o de Israel e o da Espanha —, para fazerem estudos. O primeiro, de desenvolvimento integrado para a região da Campanha, que abrange cerca de 40.000 km² e, vez por outra, sujeita a sécas, causadoras de graves danos econômicos para o empresário gaúcho; o outro grupo está estudando os primeiros projetos de irrigação, para criar a nova sistemática de que qualquer agricultura não pode estar sujeita aos azares do tempo, que necessita da implantação de nova tecnologia, com os distritos de irrigação, à semelhança do que estamos fazendo no Nordeste.

Assim, achamos profundamente injusto considerar que o MINTER esteja esquecendo esse Estado, ou mesmo qualquer outro, em conse-

quiéncia da atenção que dispensamos ao Norte e Nordeste, áreas críticas de interesse da Segurança Nacional.

Podem ficar certos todos aquêles que pensam em termos de desenvolvimento e de interesse nacional — que o desenvolvimento regional, como o concebemos, abrange todas as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, e que o Governo do Presidente Costa e Silva vem dedicando não só na área do meu Ministério, como na de todos os demais, toda a atenção para os problemas nacionais e estaduais, no sentido de desenvolvê-las a todas e não prejudicar umas em relação a outras.

Dentro desse conceito é que foi criada a SUDESUL que, no tempo, prestará relevantes serviços aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

1 — CRIAÇÃO DA SUDESUL

A recentemente extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, criada pela Lei n.º 2.976, de 26/XI/56, destinava-se a elevar o padrão de vida das populações da sua área de atuação em programas quinquenais.

Diante das graves distorções a que foi submetido o antigo organismo, somente em 1967, através do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, conseguiu-se estruturar a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL —, nos moldes da SUDENE, isto é, sob o regime autárquico, e teve, também, na mesma ocasião, aprovado o seu Primeiro Plano Diretor.

Este primeiro Plano, além de instaurar uma nova mentalidade na região, procura, numa primeira etapa, definir os objetivos gerais, a saber:

- 1 — Incremento da renda "per capita" e eliminação dos desequilíbrios internos;
- 2 — Integração da respectiva área às demais zonas econômicas do País;
- 3 — Aproveitamento mais racional dos recursos humanos e naturais da região.

O Primeiro Plano Diretor surgiu da necessidade de se equacionar, de maneira global, todos os problemas da Região, programando os investimentos, coordenando os recursos públicos e orientando a economia privada, visando à melhor produtividade e ao maior rendimento de capital empregado.

Como base para as diretrizes atuais, foi dada maior ênfase aos problemas da infra-estrutura, seguidos de programação mais racional no Setor de Recursos Humanos.

Como é óbvio, houve necessidade de efetuar um diagnóstico da Região, consistente numa rápida análise dos aspectos físicos, sociais

e econômicos como um todo. No seu último aspecto, foram selecionados os setores agropecuário e industrial, como fatores mais responsáveis pela dinâmica da economia regional e, portanto, mais representativos da sua potencialidade, sendo os demais setores enfocados em relação a estes, como de apoio a essa dinâmica.

Procurou-se, ainda, no particular, integrar o planejamento regional, por intermédio do nosso Ministério, com os planos setoriais das demais Secretarias de Estado.

Além do mais, estamos convencidos de que todos os problemas que se apresentam na Região não poderão ser apreciados exclusivamente dentro do âmbito dos interesses estritamente econômicos, mas sim tendo sempre em vista os padrões de valorização humana.

A ação da Superintendência preocupa-se com a implantação de um processo de desenvolvimento planejado, ao longo do qual serão colhidas experiências para o seu aprimoramento.

Os programas previstos, no decorrer da aplicação do primeiro Plano, terão tratamento adequado, na medida em que haja maior conhecimento sistematizado da área, para que fique assegurada a justeza de seus recursos e a complementariedade das atividades programadas. E, portanto, um Plano dinâmico.

— A estratégia adotada será, em suas linhas gerais, a seguinte:

1 — Diversificar a atividade produtiva, quanto à industrialização e extração mineral e vegetal;

a) implantando a infra-estrutura e criando pré-condições para desencadear o processo de desenvolvimento, quer pelo estudo de oportunidades industriais, quer pela pesquisa de recursos naturais;

2 — Escoar e colocar os excedentes gerados na área:

a) melhorando e racionalizando a infra-estrutura de transporte e armazenagem, a fim de permitir o escoamento da produção aos centros urbanos;

b) desenvolvendo uma política econômica apropriada e objetiva, quanto à exportação dos excedentes;

c) elevando-se o volume da produção às exigências do consumo.

3 — Modificar o procedimento adotado no setor primário, visando ao aumento da produtividade:

a) introduzindo modificações tecnológicas adequadas às condições regionais;

b) norteando a organização da produção agrícola;

c) utilizando a extensão rural.

- 4 — Orientar o processo de ocupação econômica da região;
 - a) pesquisando os melhores procedimentos para sua ocupação econômica;
 - b) criando infra-estruturas econômicas e sociais necessárias à fixação do homem à terra;
 - c) propiciando incentivos para assegurar a ocupação mais racional da área.

5 — Conhecer o potencial de recursos regionais para o seu pleno aproveitamento:

a) pesquisando e analisando o sistema de comercialização agrícola, o mercado de produtos industriais, os recursos naturais e vegetais, bem como os recursos humanos da região.

6 — Superar os obstáculos operacionais para a implantação do Plano:

- a) modificando a estrutura jurídica e administrativa do órgão;
- b) ampliando a sua área de ação e as disponibilidades de recursos;
- c) coordenando a ação dos demais órgãos governamentais;
- d) ampliando seu quadro administrativo e técnico.

7 — Concentrar os recursos em obras prioritárias, visando a evitar-se a costumeira pulverização das verbas.

2 — TRABALHOS EM EXECUÇÃO

Tendo em vista as atribuições da SUDESUL como órgão planejador e coordenador do desenvolvimento, agora na totalidade dos três Estados do Sul, suas atividades vêm sendo orientadas no sentido de coletar informativos complementares e elaborar programas e projetos para o desencadeamento de sua ação.

Entre as diversas atividades, destacamos:

Levantamentos Estatísticos

- Dados sobre o setor secundário dos três Estados do Sul;
- Levantamento sobre as necessidades de mão-de-obra industrial nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná;
- Análise estatística do setor primário dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Cálculo do PIB, por município, do setor primário do R. Grande do Sul;
- Programação de levantamentos estatísticos a serem executados nos três Estados, relativos ao setor primário e secundário.

Estudos, Pré-projetos e Projetos Elaborados

- Análise e planejamento da educação na região Sul em convênio com a Universidade de Harvard;
- Projeto Educação de base Osório — Torres — RS, em convênio com a fundação Landel de Moura de Escolas Radiofônicas;
- Planejamento de Saúde da região Sul, em convênio com a Organização Pan-americana de Saúde;
- Estudo integrado para implantação de hospitais regionais;
- Curso de Pós-Graduação de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico para servidores de órgãos públicos ligados ao desenvolvimento da região Sul — 4 meses — em convênio com a CEPAL;
- Curso de Pós-Graduação para formação em assessoria e extensão industrial para técnicos ligados ao desenvolvimento industrial da região Sul — 4 meses — em convênio com o Programa DELFET (Holanda) e o BRDE;
- Cursos de Treinamento para mão-de-obra industrial em cada Estado da região Sul, em convênio com o SENAI/RS/SC PR;
- Pesquisa sobre consumo de produtos industrializados — dimensionamento de mercados — nas 18 cidades de maior população da região Sul;
- Estudos de oportunidades industriais e perfis industriais da Região;
- Análise da indústria têxtil de Santa Catarina;
- Estudo sobre comercialização e distribuição do pescado na região Sul, em convênio com a SUDEPE;
- Análise e programação do setor secundário da região Sul;
- Planejamento hidrogeológico integrado da Campanha Sul-Rio-Grandense;
- Inventário do calcário no Rio Grande do Sul;
- Estudos sobre aproveitamento das argilas expansíveis em Jaguarão e Candiota, RS;
- Levantamento de solos do Estado de Santa Catarina, em convênio com o Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura — SC;
- Estudo dos planos rodoviários municipais;
- Pesquisas e estudos sobre telecomunicações nos três Estados do Sul;
- Realização de estudos de viabilidade técnico-econômicas das obras de defesa contra inundações dos centros populacionais de Porto Alegre, São Leopoldo e Canoas, no Rio Grande do Sul, compreendendo a elaboração de orçamentos e estudos de resarcimento das despesas.

Os mencionados estudos serão efetuados mediante contrato firmado entre o DNOS e o consórcio O.T.I. — Oficina Técnica de Empresas de Ingenieria S.L., de Madrid e a Engevix S.A. — Estudos e Projetos de Engenharia do Rio de Janeiro.

O referido contrato foi registrado no Banco Central, com o número 82/1.186, e se encontra em vias de conclusão.

Tendo em vista propiciar uma solução para o problema da estiagem, nas zonas agropastoris do Rio Grande do Sul, foi firmado em 17 de julho último, contrato entre a SUDESUL e o consórcio constituído pelas SONDOTÉCNICA — Engenharia de Solos S.A., do Rio de Janeiro e a TAHAL — Consulting Engineers Ltd., de Tel-Aviv, Israel.

Além da finalidade acima mencionada, de elaborar planos e projetos agro-hidrológicos integrados, constam, também, como objeto de contrato, estudos básicos de pré-viabilidade técnico-econômica, análises, programações, avaliação de potências e elaboração de pianos-diretores, programa de aproveitamento e valorização de recursos naturais, em áreas que serão distribuídas, oportunamente, pela SUDESUL, em função das necessidades mais imediatas e das disponibilidades dos seus recursos.

A par das atividades já mencionadas, com a finalidade de expandir a atuação da SUDESUL, como planejador e orientador nos diversos setores, foram desenvolvidos trabalhos de contatos com os diversos órgãos atuantes na área, para tornar possível sua função coordenadora.

Aplicação de Recursos

As aplicações dos recursos, no período de que trata esta explanação, apresentam os seguintes quadros:

RECURSOS APLICADOS, EM CONVÉNIOS, NO PÉRIODO DE 1/1/67 a 29/11/68

(Em NCr\$).

	TOTAL	%
1. INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	1.590.172,90	42,9
1.1 - Transporte	1.284.965,00	34,7
1.2 - Comunicações	-	-
1.3 - Energia	305.207,90	8,2
2. AGRICULTURA-ABASTECIMENTO	498.918,00	13,5
3. INDÚSTRIA	-	-
4. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	1.417.849,87	38,3
4.1 - Educação	874.933,47	23,7
4.2 - Serviço Social	-	-
4.3 - Saúde	237.916,40	6,4
4.4 - Saneamento	305.000,00	8,2
5. RECURSOS NATURAIS	21.274,00	0,6
6. PLANEJAMENTO	25.000,00	0,7
6.1 - Administração Pública	25.000,00	0,7
Recuperação de danos causados por tufão no município de Lajeado (RS) (Dec. 61.384, de 19/IX/67)	150.000,00	4,0
T O T A L	3.703.214,77	100,00

APLICAÇÃO DOS RECURSOS POR ESTADO

ESTADOS	JAN/67 a FEV/68		1966		%
	NCr\$	%	NCr\$	%	
Rio Grande do Sul	1.598.813,30	43,2	1.209.987,56	65,2	
Santa Catarina	1.369.358,40	37,0	122.695,13	6,6	
Paraná	581.043,07	15,7	348.095,25	18,8	
Mato Grosso	154.000,00	4,1	173.332,87	9,4	
T O T A I S	3.703.214,77	100,0	1.854.110,81	100,0	

E necessário esclarecer que os recursos em questão se referem ao exercício de 1967 e aos que foram transferidos da extinta SPVERFSP.

APLICAÇÕES PROGRAMADAS PARA 1968 (Em NCr\$)

		TOTAL	%
1.	INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	3.160.000,00	26,5
1.1	- Transporte	-	-
1.2	- Comunicações	400.000,00	3,4
1.3	- Energia	2.760.000,00	23,1
2.	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	2.660.000,00	22,3
3.	INDÚSTRIA	600.000,00	5,0
4.	INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	4.612.000,00	38,7
4.1	- Educação	2.274.000,00	19,1
4.2	- Serviço Social	50.000,00	0,4
4.3	- Saúde	1.808.000,00	15,2
4.4	- Saneamento	480.000,00	4,0
5.	RECURSOS NATURAIS	350.000,00	2,9
6.	PLANEJAMENTO	530.000,00	4,4
6.1	- Administração Pública	150.000,00	1,2
6.2	- Plano de Desenvolvimento Integrado	280.000,00	2,4
6.3	- Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal para Programação Global e Setorial	100.000,00	0,8
	T O T A I S	11.912.000,00	100,0

ESTADO	NCr\$	%
Rio Grande do Sul	5.597	48,5
Santa Catarina	2.628	22,8
Paraná	3.307	28,7
T O T A I S	11.532	100,00

Nota: - Na distribuição por Estado não se incluiram NCr\$ 380.000,00, por serem recursos globais destinados ao Planejamento integrado e treinamento de pessoal em Programação.

A.4 — *Região Centro-Oeste: (Mato Grosso — Goiás — Território Federal de Rondônia)*

A'4.1 — Para essa região, nos moldes da SUDENE, sem contudo aplicar-se, no caso, o mecanismo dos incentivos fiscais, foi criada recentemente a SUDECO, que se instalou em Brasília, a 25 de abril de 1968, em solenidade presidida pelo Chefe da Nação, o eminente Marechal Costa e Silva, e à qual caberá o relevante papel na integração das fronteiras econômicas do País, no sentido de fazê-las coincidir, tanto quanto possível, com as linhas demarcatórias da soberania política nacional.

A ela caberá o desempenho de tarefas específicas e o cumprimento de missões que podem ser assim sintetizadas:

- a) procurar conhecer de fato os recursos naturais da área, no sentido de aproveitá-los regionalmente e industrializá-los, mediante hábil e capaz política especial para aproveitamento desses recursos;
- b) procurar exercer influência benéfica junto aos Estados e Municípios, no sentido de integrar suas despesas num sistema de planejamento regional amplo e integrado;
- c) estabelecer um programa de atividades regionais e de órgãos regionais do Governo Federal, inclusive no que se refere aos programas de trabalho;
- d) desenvolver o programa de urbanização, procurando compatibilizar as ações dos organismos federais do MINTER: DNOS, SENAM, SERFHAU, BNH, de modo a dar unidade de ação ao planejamento de tais atividades;
- e) procurar obter, por intermédio do MINTER, a participaçãoativa do capital nacional ou estrangeiro, ou de ambos, para a montagem de indústrias, dentro do conceito nacional de desenvolvimento;
- f) estudar os espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado e capazes de induzir o crescimento de áreas vizinhas, diante dos escassos recursos disponíveis e maior eficácia dos dispêndios;
- g) procurar racionalizar e fornecer as instituições regionais, pelo estabelecimento de programas de trabalho e de treinamento para os planejadores regionais e administradores públicos;
- h) promover a procura de dados objetivos e reais capazes de permitirem a elaboração de um diagnóstico regional e consequentemente o estabelecimento dos respectivos programas de desenvolvimento, sem hiatos nem distorções.

A SUDECO, na sua fase de organização, não necessitou recrutar pessoal estranho aos quadros do Serviço Público. Está preenchendo

os seus cargos com funcionários transferidos de outros órgãos do MINTER e, assim, há de se reestruturar em caráter definitivo. A ela, entretanto, devem ser fornecidos os meios materiais necessários para bem cumprir as sua tarefas e atender os imperativos de desenvolvimento da região Centro-Oeste e do Território Federal de Rondônia, porta de entrada da Amazônia Ocidental.

A instalação daquela nova Agência de Desenvolvimento Regional constituiu mais um marco plantado dentro das diretrizes de Governo, consubstanciadas no "Programa Estratégico de Desenvolvimento", e que assim se definem:

I — Criação de um processo auto-sustentável de desenvolvimento, em cada grande região;

II — A inserção desse processo dentro de uma linha de integração nacional, com vistas à relativa diferenciação econômica de cada região, e a formação de um mercado nacional integrado.

Entregamos, assim, naquela ocasião, aos brasileiros — e mais especialmente, aos mato-grossenses, goianos e às populações pioneiras do Território Federal de Rondônia — a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

E o fizemos tocados de indisfarçável emoção e seguros do êxito dos trabalhos que serão desenvolvidos, porque incorporamos esta nova Agência à sua área de jurisdição através das mãos honradas do eminente Presidente Costa e Silva, tranquilo e seguro dinamizador do desenvolvimento nacional, a serviço do progresso social e da valorização do homem brasileiro.

Convém salientar e deixar bem claro que o Ministério do Interior ainda não atingiu o seu objetivo final quanto à apreciação da missão que lhe é atribuída — DESENVOLVIMENTO REGIONAL —, de vez que, até o presente momento, por uma questão prioritária de atendimento, ainda não conseguimos organizar o órgão destinado a planejar e coordenar as ações do Governo Federal na região SUDESTE, que abrange os Estados de São Paulo, Guanabara, Estado do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo.

Entretanto, os problemas mais graves dessa região não nos passaram despercebidos, porquanto, em primeiro lugar, desde o ano p.p., estamos tentando criar um organismo para estudo global do desenvolvimento do Vale do Paraíba, que interessa vivamente aos centros mais populosos do país e a quase todos os Estados da Região.

Outra preocupação séria que enfrentamos nesse momento, é a relativa ao Estado do Espírito Santo, que, sem incluir-se na área da SUDENE, não teve seus problemas equacionados ainda, nem outros auxílios para o seu desenvolvimento econômico. Entretanto, para evitar qualquer perda de tempo, enquanto não existe o órgão àquele fim destinado, propusemos a criação de um GT, que, esperamos, en-

trará em funcionamento dentro de pouco tempo. Entretanto, algumas das necessidades básicas relacionadas na área do MINTER, naquele Estado, estão sendo atendidas, nos campos da habitação e saneamento.

Não devemos esquecer que os problemas são inúmeros e nem todos podem ser atacados de uma só vez. Dentro de uma prioridade relativa, com as verbas limitadas que possuímos, temos a certeza de que a maximização dos serviços executados, está atendendo, em parte, quase todas as regiões do País.

Assim, afirmamos que as áreas críticas do País — Norte e Nordeste — foram consideradas prioritariamente. Mas, também, nas demais estão sendo aplicados recursos oriundos do orçamento federal, além de outros, tais como o FISANE, financiamento externo, etc. As críticas, pois, de que o MINTER só olha para o Norte e Nordeste é improcedente, sem base na realidade e, possivelmente, concebida pela ignorância de quem as formula e as inspira.

II — PRINCIPAIS SETORES DE INCIDENCIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

1. SANEAMENTO BÁSICO

A aplicação desordenada e pulverizada dos escassos recursos públicos brasileiros é, sem dúvida, uma das principais causas do crescente "deficit" da infra-estrutura no País.

Também a inflação brasileira tem uma de suas raízes nos investimentos feitos em um semi-número de obras interrompidas por falta de uma programação financeira adequada e que absorvem, sem nada produzir, os preciosos recursos públicos.

A criação do Fundo Rodoviário Nacional, há cerca de 20 anos, representou a primeira tentativa de concentrar e programar adequadamente a aplicação desses recursos.

Estimulados pelo êxito dessa primeira iniciativa, multiplicaram-se os fundos com diversas finalidades.

A maior parte deles, no entanto, tinha por base a vinculação da receita orçamentária o que, levado ao exagero, passou a inflexibilizar a execução orçamentária. A Constituição de 1967 coibiu o abuso, vedando a vinculação da receita nos orçamentos públicos.

Os fundos passaram a ser alimentados com dotações consignadas em orçamentos-programas, anual e plurianual, sofrendo porém, quando aplicados a fundo perdido, as inevitáveis flutuações das verbas orçamentárias.

Retornou-se, também, aos fundos alimentados em fontes extra-orçamentárias, umas fundadas em poupança compulsória — sobretaxa de tarifas ou fólihas de salário — outras em poupanças livres captadas

por via de depósito ou títulos. Esses fundos têm por principal característica o retorno e a remuneração obrigatórios já que são formados à base de operações de crédito.

A mais expressiva dessas iniciativas foi, sem dúvida, a criação do Sistema Financeiro de Habitação, sob a égide do BNH e tendo como principal suporte financeiro o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O saneamento básico no País, no entanto, apesar de sua importância para a saúde, o bem-estar e a economia brasileira não tinha, até agora, o apoio financeiro de que carece.

O Fundo Nacional de Saneamento teve existência efêmera. O Fundo Rotativo de Águas e Esgotos não chegou a contar com recursos que pudesssem, sequer, arranhar o problema.

Por outro lado, a política financeira nesse campo continuou a caracterizar-se pela pulverização de recursos insuficientes e a fundo perdido, impedindo qualquer solução racional para o problema.

1.1 — A Nova Política no Campo de Saneamento

Visando a corrigir tal situação, responsável pela perda de saúde e produtividade de mais da metade da população brasileira, houve por bem o Excelentíssimo Senhor Presidente da República tomar duas providências básicas:

— enviou mensagem ao Congresso Nacional, que se transformou na Lei n.º 5.318/67, instituindo a Política Nacional de Saneamento e criando o Conselho Nacional de Saneamento; e,

— expediu o Decreto n.º 61.160/67 que criou o Fundo de Financiamento para Saneamento — FISANE.

Tanto o Conselho como o FISANE foram atribuídos ao Ministério do Interior, embora prevista a colaboração dos demais organismos que atuam no campo do saneamento e, em especial, do Ministério da Saúde.

Como providência imediata, o Ministério do Interior expediu a Portaria n.º 214/67 que regulamentou o FISANE e entregou sua gestão ao Banco Nacional da Habitação.

Posteriormente, através da Portaria n.º 333/67, foram também transferidos para o BNH, à conta do FISANE, os direitos e obrigações do Acordo DNOS/USAID, de 26 de abril de 1965, sob gestão do antigo Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água — GELF.

1.2 — O Sistema Financeiro do Saneamento

A criação do Fundo de Financiamento para Saneamento (FISANE), por Decreto do Presidente da República, no âmbito do Ministério do

Interior, representou o primeiro passo dado no sentido de racionalizar e tornar mais eficiente a condução da política de saneamento no País, até então caracterizada pela pulverização de recursos insuficientes — e a fundo perdido — impedindo qualquer solução racional para o problema.

Contudo, a dinamização do programa de financiamento para saneamento foi assegurada, quando o BNH destinou recursos próprios para o setor, derivados do sistema por ele administrado, e passou a associar-se aos recursos e esforços dos órgãos regionais e dos governos estaduais e municipais.

Coerente com essa mobilização geral de recursos em nível federal, regional, estadual e municipal, que envolve, numa ação conjunta e associada, o BNH, como órgão central, aplicando seus próprios recursos e os do FISANE, Governos dos Estados e Órgãos Regionais, como entidades financeiradoras, apoiadas pelos seus próprios Fundos de Financiamento para Água e Esgotos, e tendo, como contrapartida, o esforço municipal, deliberamos instituir o SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO, consoante os termos da Portaria n.º 273, que balizamos, recentemente, a 9 de setembro último.

Finalmente, dando mais um passo na institucionalização de órgãos que vímos promovendo, o BNH, por decisão recente, e com base naquela Portaria, criou a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO, que substitui agora a Superintendência do FISANE, com atribuições bem mais amplas, tendo os objetivos principais de coordenar e supervisionar as atividades do Sistema Financeiro do Saneamento.

Assim institucionalizado, integram o Sistema os seguintes órgãos e entidades:

- I — o BNH, como órgão central;
- II — as Entidades Financeiradoras;
- III — os Agentes Financeiros;
- IV — os Agentes Promotores;
- V — e outras Entidades que venham a se integrar no Sistema.

Os recursos aplicáveis pelo Sistema Financeiro do Saneamento são mobilizados em nível federal, regional, estadual e municipal.

No âmbito federal, os recursos são mobilizados pelo BNH e constituídos de:

- a) recursos do BNH, e/ou de empréstimos internos e externos de que for mutuário desde que previamente destinados pela Diretoria;
- b) recursos do Fundo de Financiamento para Saneamento — (FISANE), previstos no art. 2.º do Decreto n.º 61.160/67, regulamen-

tado por ato que expedimos, e recolhidos ao BNH sob a forma de depósitos.

No âmbito regional e estadual os recursos são mobilizados através dos Fundos de Financiamentos para Águas e Esgotos (FAE), integralizados com recursos regionais e/ou estaduais, na medida em que se realizem os programas.

No âmbito municipal, os recursos são representados pelos investimentos municipais nos seus projetos de água e esgotos ou através de formação de Fundos Intermunicipais.

A aplicação dos recursos do Sistema é feita através de uma rede de Agentes Financeiros, credenciados junto ao BNH, em projetos componentes de programas regionais, estaduais ou intermunicipais, elaborados e acompanhados por uma rede de Agentes Promotores.

O exame de projetos técnicos e a fiscalização de sua execução serão, também, inteiramente descentralizados, através da delegação de competência a órgãos técnicos locais.

Entre as principais características do sistema adotado, vale ressaltar:

- a) a programação global, flexível e dinâmica, em níveis metropolitano, estadual, regional e nacional, visando à implantação progressiva de sistemas adequados de águas e esgotos;
- b) a viabilização do atendimento a qualquer município brasileiro, mesmo os de menor população ou poder econômico, através da dosagem racional dos recursos originários de doação ou de empréstimo;
- c) a mobilização de recursos, na escala requerida pelas dimensões do País e do problema, não só através da criação de um sistema financeiro adequado como pela soma dos esforços de todas as entidades que atuam nesse campo, garantindo de forma permanente a execução dos programas aprovados; e,
- d) a alta aceleração no atendimento aos municípios, sómente possível pelo ataque em massa ao problema, pela assistência permanente de recursos suficientes e pela completa descentralização no exame dos projetos; haverá limitação apenas na fase inicial, pela possível escassez de pessoal e material especializados.

1.3 — *O Programa de Financiamento para Saneamento*

Destina-se o Programa de Financiamento para Saneamento, em especial, a financiar e refinanciar, aplicando recursos do Sistema Financeiro do Saneamento, os estudos, os projetos, a assistência técnica e a execução das obras necessárias à implantação, ampliação,

inclusive à melhoria dos sistemas de esgotos e de abastecimento de água nos centros urbanos do País.

Ó Programa poderá atender, também, ao financiamento e refinanciamento dos sistemas de irrigação, drenagem e controle de inundações, desde que as operações sejam econômica e financeiramente viáveis e na medida das disponibilidades financeiras.

A execução do Programa é feita através de subprogramas regulamentados pela Diretoria do BNH, já estando em operação o "REFINAG", destinado ao financiamento de sistemas de abastecimento de água, enquanto que o Subprograma relativo aos sistemas de esgotos será implementado no próximo ano.

Na concessão de financiamentos e refinanciamentos, através do REFINAG, são observadas as seguintes condições principais:

- a) relacionamento com as comunidades onde os problemas de saúde pública decorram do mau funcionamento do sistema de abastecimento de água;
- b) apreciação de projetos incluídos e considerados prioritários em planos de aplicações propostos por organismos regionais e estaduais;
- c) comprometimento de retorno dos recursos regionais e estaduais na formação de Fundos destinados ao financiamento de outros projetos do Programa;
- d) destinação às comunidades que tenham seu desenvolvimento orientado por "Plano de Desenvolvimento Local Integrado", e atendimento dos programas de abastecimento de água dos conjuntos integrantes do Plano Nacional de Habitação.

Os recursos destinados ao Programa de Financiamento para Saneamento são, invariavelmente, aplicados sob a forma de empréstimos, sendo complementados por uma contrapartida municipal, que será aplicada sem retorno.

Somente nos casos de absoluta impossibilidade para comunidades realmente incapazes de retribuir o benefício recebido é que deverão ser desviadas verbas orçamentárias federais para aplicação a fundo perdido.

A participação do BNH nos investimentos é de 37,5%, cabendo aos organismos regionais e aos estaduais igual percentual, enquanto que a dos municípios é de 25% do total do empreendimento, valor este aplicado a fundo perdido, tendo em vista, principalmente, a redução das tarifas de água. O BNH poderá financiar até 60% dessa contrapartida municipal, a médio prazo.

Os empréstimos do BNH para a realização do Programa estão sujeitos às seguintes principais condições:

- a) correção monetária;
- b) prestações trimestrais a juros máximos de 10% ao ano;
- c) prazo máximo de carência de 36 meses;
- d) prazo máximo de amortização: 216 meses.

São observadas, ainda, as seguintes fases para a concessão de financiamento para sistemas de abastecimento de água através do Subprograma REFINAG:

- a) Convênio de promessa de financiamento de programas de abastecimento de água para a Região, Estado ou Área Metropolitana;
- b) Contratos, vinculados aos convênios, para financiamento dos projetos componentes dos programas aprovados.

1.4 — Fundos de Financiamento para Água e Esgotos

A característica principal da nova política adotada pelo Ministério do Interior é o estímulo concedido à formação dos Fundos de Financiamento para Água e Esgotos, de natureza regional, estadual ou intermunicipal.

Esses Fundos que estão sendo criados no País, através de convênios celebrados entre o BNH, Organismos Regionais e Governos dos Estados, são a base e a garantia do Sistema Financeiro do Saneamento, de vez que visam a proporcionar recursos estáveis para o desenvolvimento de programas de saneamento regionais, estaduais ou intermunicipais.

O seu custo para os organismos regionais e para os Estados e municípios será praticamente nulo, uma vez que serão integralizados com as verbas orçamentárias, normalmente aplicadas no setor.

O seu resultado, a curto prazo, será altamente rentável para municípios, Estados e regiões, em vista dos estímulos concedidos pelo BNH e do alto efeito multiplicador do esquema.

O retorno ao Fundo dos recursos investidos, e que de outra forma estariam perdidos para novos investimentos, acrescidos dos juros e garantidos em seu valor pela correção monetária, permitirá garantir a realização futura do programa.

A realização desses programas tornar-se-á, assim, independente das oscilações orçamentárias e as obras e serviços iniciados terão seu término garantido no prazo mínimo.

Uma vez eliminado o "deficit" de serviços existentes, bastará que a taxa de juros seja pelo menos igual à do crescimento demográfico.

da área, para que os recursos orçamentários se tornem desnecessários e possam ser liberados para outros empreendimentos.

Em consequência da maior velocidade e da segurança na realização dos programas de saneamento, estimular-se-á o desenvolvimento das atividades que garantirão o apoio logístico ao programa e representados pela formação de pessoal especializado e de escritórios de projeto e de obras, assim como pela ampliação e instalação de novas indústrias de material especializado.

O custo desses benefícios será perfeitamente suportável e pago por quem os receber e quando os receber.

Assim, em troca de um abastecimento de água conveniente, sob o ponto de vista da qualidade e da quantidade, ou seja, em troca da melhoria de saúde e do progresso econômico de sua comunidade, o usuário final terá um acréscimo médio estimado, nas condições atuais, entre 5 e 10 centavos de cruzeiro novo, em cada mil litros de água fornecida, quantidade suficiente para abastecer uma família por um a dois dias.

Apesar de relativamente baixo, tal crescimento poderá ainda ser distribuído de maneira variável e ser reduzido ou anulado, para as populações de mais baixa renda, desde que compensado com tarifas um pouco mais altas para a população de maior renda e para o comércio e indústria.

Prevê-se que os recursos mobilizáveis para êsses fundos, somados aos investimentos próprios dos municípios e aos recursos aplicados, em contrapartida, pelo BNH, serão capazes de atingir, no próximo triénio, mais de 1 bilhão de cruzeiros novos.

Em uma primeira tomada de contacto com tais problemas, estimava-se, inicialmente, que êsse montante, se aplicado apenas na instalação da melhoria de sistema de abastecimento de água, seria capaz de beneficiar uma população superior a 20 milhões de pessoas, ou seja, quase a metade da população brasileira, hoje, calculada, em cerca de 85 milhões.

Cumpre assinalar, ainda, que os Fundos ficarão sob gestão da entidade pública que os instituir, dando-lhes, portanto, plena garantia aos recursos ali investidos.

1.5 — *Trabalhos Realizados*

O Programa foi, oficialmente, lançado no Rio Grande do Sul, em abril do corrente ano, quando ali foi instalado o Governo Federal. Em solenidade que presidimos e que contou com a presença do Governador do Estado, procedeu-se a assinatura do convênio para constituição do fundo estadual para financiamento de águas e esgotos, e de promessa de financiamento para abastecimento de água naquele Estado.

Os convênios de constituição de fundo e de promessa de financiamento assinados até o momento beneficiam, em todo o País, 442 cidades, permitindo o abastecimento de água a mais de 16 milhões de pessoas.

Firmaram convênios com o BNH, a SUDAM, os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, São Paulo e os Territórios Federais de Roraima, Rondônia e Amapá, além da Prefeitura de Belo Horizonte.

O valor dos programas aprovados já atinge a NCr\$ 505 milhões, havendo o BNH se comprometido a financiar NCr\$ 190 milhões.

Os Estados do Acre, Paraíba, Minas Gerais e Santa Catarina já estão com seus convênios aprovados, os quais serão assinados, proximamente, beneficiando mais de 165 municípios, aproximadamente.

Os convênios com os Estados da Bahia, Alagoas e Espírito Santo, já estão em adiantada fase de estudos.

O investimento total do programa, abrangendo todos os Estados brasileiros, está estimado em NCr\$ 1.154.710,00 devendo beneficiar, nos próximos 3 anos, 80% da população urbana de cerca de 936 municípios, para uma população de aproximadamente 17 milhões de pessoas, no prazo previsto para a implantação.

Hoje, o programa está em plena execução, com a assinatura de contratos de financiamento, o que permitirá, em breve, o inicio das obras em 52 municípios gaúchos e 1 fluminense.

Os trabalhos em curso na capital mineira têm sua conclusão prevista para o inicio do próximo ano.

Além disso, as obras decorrentes dos acordos do antigo GEF, encampados pela Superintendência do Sistema Financeiro do Saneamento, encontram-se em pleno andamento, em nada menos que 12 cidades de diversos Estados da Federação.

Os quadros anexos fornecerão elementos ilustrativos da discussão que nos permitimos fazer em torno do assunto.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO

SUBPROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - REFINAG

PARTICIPAÇÃO NO SUBPROGRAMA

BEN 37,5 %
ESTADOS E ÓRGÃOS REGIONAIS... 37,5 %
MUNICÍPIOS 25,0 %

PERÍODO MÁXIMO DE IMPLANTAÇÃO - 3 ANOS
PERÍODO MÉDIO DE ALCANCE - 20 ANOS

CONVÉNIOS ASSINADOS

UNIDADES BENEFICIADAS	Nº DE CIDADES ATENDIDAS	POPULAÇÃO ABASTECIVEL PELOS PROJETOS		VALOR DOS PROGRAMAS R\$ 1.000
		PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	
1. AMAZONAS	10	280.000	600.000	18.000
2. PARÁ	28	700.000	1.600.000	32.000
3. AMAPÁ	1	57.000	80.000	7.040
4. RORAIMA	1	20.000	40.000	1.800
5. RONDÔNIA	1	10.000	20.000	200
6. MARAÇHÃO	37	190.000	350.000	18.000
7. MATO GROSSO	12	290.000	500.000	24.000
8. GOIÁS	60	900.000	1.800.000	60.000
9. SÃO PAULO	87	2.300.000	4.600.000	144.000
10. RIO GRANDE DO SUL	150	1.750.000	3.500.000	100.000
11. RIO DE JANEIRO	55	1.700.000	3.600.000	100.000
TOTAL	442	8.197.000	16.690.000	505.040

CONVÉNIOS APROVADOS

1. ACRE	4	29.000	60.000	2.000
2. PARAÍBA	69	370.000	900.000	43.000
3. MINAS GERAIS	61	1.300.000	2.200.000	110.000
4. SANTA CATARINA	31	500.000	1.200.000	56.000
TOTAL	165	2.199.000	4.360.000	211.000

CONVÉNIOS EM ANDAMENTO

1. ALAGOAS	30	500.000	1.000.000	40.000
2. BAHIA	45	1.100.000	2.200.000	80.000
3. ESPÍRITO SANTO	10	180.000	360.000	10.670
TOTAL	85	1.780.000	3.560.000	130.670

QUADRO RESUMO

CONVÉNIOS ASSINADOS	642	8.197.000	16.690.000	505.040
CONVÉNIOS APROVADOS	165	2.199.000	4.360.000	211.000
CONVÉNIOS EM ANDAMENTO	85	1.780.000	3.560.000	130.670
OUTROS ESTADOS	200	3.700.000	7.400.000	308.000
TOTAL	892	15.876.000	32.010.000	1.154.710
CONTRATOS DO EXINTO GEP	14	900.000	1.800.000	43.000
BELO HORIZONTE (SISTEMA DO RIO DAS VELHAS)	1	1.000.000	3.000.000	20.000

MINISTÉRIO DO INTERIOR

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DO SANEAMENTO

SUBPROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REFINAG

PARTICIPAÇÃO NO SUBPROGRAMA

BNUH	37,5 %
ESTADOS E ÓRGÃOS REGIONAIS..	37,5 %
MUNICÍPIOS	25,0 %

PERÍODO PREVISTO DE IMPLANTAÇÃO - 3 ANOS

PERÍODO MÉDIO DE ALCANCE - 20 ANOS

CONTRATOS ASSINADOS

UNIDADES BENEFICIADAS	Nº MUNICÍPIOS ATENDIDOS	POPULAÇÃO A SER ABASTECIDA		VALOR DO INVESTIMENTO NR\$ 1.000
		PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	
MINAS GERAIS	1	1.000.000	3.000.000	20.000.00
RIO DE JANEIRO	1	32.600	112.800	4.400,00
RIO GRANDE DO SUL	52	75.000	163.000	10.800,00
EXTINTO GEP	12	750.000	1.500.000	40.000,00
T O T A L	66	1.057.600	4.795.800	75.200,00

CONTRATOS EM ESTUDO

GOIAS	1	386.800	1.780.000	47.864,00
SÃO PAULO	3	283.200	820.000	17.800,00
HATO GROSSO	4	109.000	220.000	14.950,00
T O T A L	8	779.000	2.820.000	80.614,00

QUADRO RESUMO

CONTRATOS ASSINADOS	54	1.107.600	4.295.800	35.200,00
EXTINTO GEP	12	750.000	1.500.000	40.000,00
CONTRATOS EM ESTUDO	8	779.000	2.820.000	80.614,00

2 — IRRIGAÇÃO

Para mim, constitui objetivo essencial desenvolver, no mais curto prazo, todos os estudos, elaborar projetos de execução e implantar imediatamente os sistemas de irrigação, no Nordeste, em particular, pelo aproveitamento da água acumulada, e no Brasil, em geral, criando uma nova consciência nacional sobre o assunto de natureza tão grave.

Encontramo-nos diante de um "desafio", como tão acertadamente assinalou o Professor Eugênio Gudin. Efetivamente, não terá outro sentido a circunstância de dispormos não só de 11 a 13 bilhões de metros cúbicos de água acumulada, mas, sobretudo, do imenso potencial dos Rios São Francisco e Parnaíba, que permanecem aguardando o aproveitamento racional e efetivo de suas águas, tecnicamente, em benefício de largas extensões de terras irrigáveis e ainda não beneficiadas, infelizmente, em contradição com o que vimos na maioria dos países desenvolvidos.

Aceitando, corajosamente o "desafio", neste particular, e com a disposição de trabalhar sem desfalecimento, como temos feito desde o primeiro dia em que recebemos a honrosa tarefa de estruturar e dinamizar a nova Secretaria de Estado, colocamos a irrigação como um dos objetivos prioritários de nossa administração.

Felizmente, com a ajuda de homens devotados a prestar aos seus concidadãos os serviços que a nação reclama de todos nós, e pelas providências já adotadas, estamos convencidos de que iremos além "dos discursos e programas", pois, desta vez, a implantação dos projetos vem sendo precedida dos estudos de viabilidade técnica e econômica, inexistentes à época das construções dos grandes açudes, ao longo das décadas levantadas a partir de 1910, além de determinação de iniciar o aproveitamento da pequena irrigação onde existirem condições para implantá-la.

Efetivamente, após o meu regresso da viagem de estudos e observações, que me levou a Israel, França, Espanha e Portugal, com um grupo técnico, verificando todos os detalhes da construção de canais de irrigação e a elaboração de projetos, resultou evidente que nossa inércia e nossos insucessos, neste particular, tinham suas origens na nossa incapacidade de visualizar os problemas, diante da carência de meios disponíveis, entre nós, e principalmente da falta de interesse dos dirigentes responsáveis pelos órgãos encarregados de tais serviços, durante um longo passado.

Como primeiro passo, após essa viagem, resolvi contratar, sem perda de tempo, diferentes grupos internacionais consorciados com as nossas empresas, para fins de elaborar projetos cobrindo extensa área do Nordeste, em caráter preferencial, e do Brasil, em geral. Com esses projetos poderemos solicitar financiamentos ao BID, que já vem propiciando recursos ao México, em escala altamente expressiva, num triste confronto com a nossa realidade.

Recentemente, tive oportunidade de conhecer, dentro dos imensos objetivos que me prefixei, o que se fez e se continua a fazer no Oeste dos Estados Unidos da América e no México, e, mais uma vez, constatei, com tristeza e certo desencanto, a insuficiência dos nossos conhecimentos técnicos quanto ao uso da água e, mesmo, da nossa incapacidade quanto à irrigação, diante da observação das tarefas executadas pelos próprios índios do Arizona e do Colorado, através de imensas áreas, beneficiadas por trabalho realizado com simplicidade e com resultados realmente admiráveis.

Por tudo isso, posso afirmar que a partida já foi dada e havemos de levar avante, de qualquer modo, todo esse imenso esforço para sepultar no passado as nossas frustrações, apesar da incompreensão de muitos e do ceticismo que se procura alimentar a respeito do que hoje se procura corrigir, com novo ânimo e deliberada vontade de realizar.

No caso específico do Nordeste, mencionado no início de um artigo divulgado pelo Professor Eugênio Gudin, sob o título "Irrigação, uma Esperança", caberá à SUDENE a coordenação e a compatibilização dos programas de uso da água com a política de desenvolvimento regional, e ao DNOCS, em conjunto com a SUVALE, a responsabilidade pelos estudos, elaboração e implantação dos projetos.

Realmente, o IV Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para o quinquênio 1969-1973, que engloba a programação de todos os órgãos do Ministério do Interior, no Nordeste, coloca a irrigação como uma de suas metas primordiais, estabelecendo que todos os programas das agências governamentais, ali sediadas, sejam dedicados quase exclusivamente à irrigação. A esta altura, o que mais se impõe na Região — o aproveitamento imediato das terras áridas e semi-áridas do Nordeste — não admite procrastinações. Visa-se, assim, à preservação do ritmo do próprio desenvolvimento industrial que a SUDENE está conduzindo, de modo tão promissor, e que poderá tornar-se problemática, no futuro, caso lhe falte o apoio do setor agrícola e pecuário.

No sentido de concretizar o que ali foi estabelecido, já desenvolve o Ministério, através de seus órgãos, a seguinte programação:

2.1 — SUDENE

2.1.1 — *Em Cooperação com a Missão Geológica Alemã:*

Estudos de viabilidade técnica e econômica no Vale do Acaraí, Ceará, em pleno andamento.

2.1.2 — *Em Convênio com o DNOCS:*

a) *Vale do Jaguaribe:* com a participação da Missão Francesa foram realizados todos os estudos básicos, estando em fase de elaboração dois projetos executivos;

b) *Projeto Morada Nova*: dará início ao aproveitamento do Açu-de Banabuiú, que permitirá a irrigação de 70.000 ha. No corrente exercício ocorrerá a implantação do projeto, pelo DNOCS, em 800 ha.;

c) *Projeto Icó-Lima Campos*: visando ao aproveitamento do açude Lima Campos, com a irrigação de 7.500 ha. Em 1968, a área irrigada será ampliada em mais 400 ha;

d) *Projeto Lameiro (Vale do Paraíba)*: os trabalhos contam com a assistência da Missão Técnica de Israel. Numa primeira etapa, aproveitar-se-á o lençol subterrâneo do Vale, estimado em 10 bilhões de metros cúbicos de água. A implantação do projeto em 5.500 hectares, que em sua etapa final abrangerá 40.000 ha, terá início em 1970.

2.1.3 — *Em Convênio com a SUVALE (Submédio São Francisco)*

Projeto Bebedouro — Favela: nas duas áreas, estima-se um aproveitamento de 120.000 ha, contando os trabalhos com a colaboração da FAO. Em 1.000 hectares já estão sendo implantados serviços, atingindo-se, até o fim de 1969, os 2.500 ha, que servirão de modelo para as grandes áreas a serem irrigadas.

2.2 — DNOCS

Além dos trabalhos que vem executando, em cooperação com a SUDENE, desenvolve o DNOCS, em linhas gerais, a seguinte programação:

2.2.1 — *Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, e Elaboração de Projetos Executivos, através de Contratos com Consórcios de Firmas Nacionais e Internacionais, nos seguintes Vales*:

- Coreaú e Gurupi (Ceará);
- Moxotó (Pernambuco);
- Itapicuru e Rio das Contas (Bahia); e
- Vasa-Barris (Bahia e Sergipe).

2.2.2 — *Contratos com Firmas Nacionais, para Levantamento de Dados, nos Vales*:

- Paraíba (Paraíba); e
- Pajeú (Pernambuco).

Nos Vales acima, além de um plano diretor de desenvolvimento hidroagrícola, serão elaborados projetos executivos de irrigação em cerca de 31.000 ha.

No corrente ano, deverão ser firmados, igualmente, novos contratos, para os Vales do Piranhas-Açu (Rio Grande do Norte e Paraíba) e do Apodi (Rio Grande do Norte) e outros mais que se fizerem necessários em outros promissores Vales.

Como se pode verificar a "velha Inspetoria de Sècas" ainda existe, trabalhando com seriedade, sem alarde, e agora voltada prioritariamente para o problema da agricultura irrigada, procurando maximizar o aproveitamento da água acumulada, que, agora, como previra Arrojado Lisboa, já existe em volume suficiente para exercer a pressão necessária a despertar governantes e governados para a importância da irrigação.

2.3 — SUVALE

Também a SUVALE, conforme a orientação recebida, volta suas energias para o desenvolvimento hidroagrícola, visando à utilização das enormes reservas hídricas e ao aproveitamento de solos da Bacia do São Francisco.

Além dos projetos Bebedouro e Favela, em convênio com a SUDENE e em cooperação com a FAO, desenvolve estudos de viabilidade técnica e econômica, objetivando o seguinte:

2.3.1 — *Projeto Jequitai — Velhas*: prevê a irrigação de 56.000 ha. Em cooperação com a USAID, já foi elaborado um projeto para uma área de 1.000 ha, que, até 1969, será ampliado, de modo a permitir a implantação em 1.500 ha.

2.3.2 — *Projeto Corrente*: estima-se um aproveitamento final de 216.000 ha, com uma primeira etapa de 5.000 ha, dos quais 1.000 a serem implantados em 1969.

2.3.3 — *Projeto Formoso*: no Médio São Francisco, prevê a ampliação para 2.500 ha da área irrigada pela ex-Comissão do Vale do São Francisco.

2.3.4 — *Projeto São Desidério*: com um aproveitamento estimado de 37.000 ha, os trabalhos desenvolvem-se de modo a que se possa irrigar 1.000 ha, já em 1969.

2.4 — DNOS

No Estado do Rio Grande do Sul, o DNOS vem desenvolvendo a seguinte atividade:

2.4.1 — *Projeto Taim*: realização de estudos de viabilidade técnico-econômica e elaboração de projeto detalhado de irrigação e drenagem do Vale do Rio Taim, no Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo uma área aproximada de 65.000 ha.

Os citados estudos foram firmados em convênios, do DNOS com a Engevix S. A. — Estudos e Projetos de Engenharia do Rio de Janeiro, a OTI — Oficina Técnica de Empresas y Ingenieria SL de Madrid e a Consulpresa — Consultores de Presas y Aprovechamiento Hidráulicos de Madrid.

O referido contrato foi registrado no Banco Central, sob o número 82/1.196, para ser concluído no prazo de 22 meses, a contar de 12 de janeiro do corrente ano, no valor de US\$ 293.615,00.

2.4.2 — *Projeto Camaquã*: realização de estudos de viabilidade técnico-económica de irrigação e drenagem dos Vales dos Rios Camaquã, Sutil, Duro e Velhaco, no Rio Grande do Sul, em uma área aproximada de 350 000 ha, e elaboração detalhada, para irrigação e drenagem, na mesma região, de uma área de 50.000 ha.

Os mencionados estudos foram firmados em Convênio do DNOS com a OTI — Oficina Técnica de Empresas de Ingenieria S. L., de Madrid, a INTECSA — Internacional de Ingenieria y Estudios Técnicos S.A. de Madrid e a Sondotécnica — Engenharia de Solos S.A. do Rio de Janeiro.

O citado contrato foi registrado no Banco Central, sob o número 82/1.197 e o prazo para a realização dos serviços é de 30 meses, a partir de 12 de janeiro do corrente ano, no valor de US\$ 480.980,00.

Estamos, como se vê, procurando aproveitar a experiência de outros países e absorver o "know-how" de que somos carentes, buscando assistência técnica estrangeira, de caráter complementar através de Missões Oficiais, ou de entidades privadas idôneas. Esperamos, nesse contexto, desenvolver nossos próprios métodos de trabalho e uma tecnologia adaptada ao nosso meio, particularmente, às condições nordestinas.

Esta programação, já em franco andamento, encoraja-nos a afirmar que o "desafio" foi aceito pelos próprios brasileiros e que, dentro em breve, as terras do Nordeste deixarão de ser "sécas e estéreis", e transformar-se-ão em áreas propícias à agricultura e à produção de riquezas, como suporte indispensável do processo de industrialização desencadeado pela SUDENE.

Ingressamos, assim, em nova fase e iniciamos a luta com as armas que julgarmos adequadas, dentro do que nos permitem nossas limitações. Anima-nos, em verdade, um lucido otimismo, sopesamos a magnitude dos obstáculos, mas, do mesmo passo, avaliamos realisticamente as nossas possibilidades de vitória, pois, a decantada "Incapacidade de um povo", expressão muito em voga em 1919, é um conceito que o nordestino descomplexado de nossos dias repele com energia, caldeada em sua luta tenaz para se afirmar contra condições hostis, e com o qual não mais corre o risco de se identificar.

Assim, podemos afirmar que a política hidráulica, quanto à irrigação, objetiva-se, basicamente, no aumento da produtividade da terra. Anima-nos, neste particular, o êxito da notável eficiência dos mexicanos que hoje se rejubilam com a melhor produção agropecuária dos solos beneficiados pelas obras hidráulicas para irrigação, graças aos esforços e às técnicas que souberam desenvolver.

Portanto, a preocupação do MINTER e dos seus Órgãos está na preparação dos usuários dos futuros distritos de irrigação, até alcançarem sua capacitação máxima, além dos benefícios regionais, diretos ou imediatos, na produção de gêneros de primeira necessidade, tanto para o consumo local e nacional, como para a exportação, como consequência da conservação permanente destas terras para benefício das gerações futuras.

3 — PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO

3.1 — Esse é um dos mais importantes setores do Ministério do Interior, principalmente porque toca diretamente ao Homem — meta principal de qualquer plano governamental. A esse setor, pois, temos dado a máxima atenção, procurando remover os pontos de estrangulamento que surgem aqui e ali ao longo do processo em desenvolvimento. Lutamos, diuturnamente, para aperfeiçoar os instrumentos de ação, nesta parte, de modo a estabelecer, em bases sólidas, a montagem de um sistema que se torne irreversível no decurso, pelo menos, dos próximos dois anos.

No contexto do fenômeno da explosão demográfica e do que já se tem caracterizado nos últimos decênios, situam-se os grandes desafios do desenvolvimento, que se impõe sejam enfrentados com decisão e, dentro dêle, se inserem as razões mais profundas da crise de habitação. E, em contrapartida, a atuação significativa do Governo na solução do problema habitacional, ao mesmo tempo em que atacará um dos aspectos cruciais da vida brasileira, trará irrecusável e substancial contribuição de desenvolvimento econômico-social do País.

3.2 — As diretrizes da Política Nacional de Habitação, que devem nortear a ação pública, podem ser assim explicitadas:

3.2.1 — Os Programas Habitacionais constituirão componente decisivo da política de desenvolvimento econômico-social, devendo, por consequência, harmonizar-se com os demais programas setoriais, dentro do Programa Estratégico do Governo.

3.2.2 — Os Programas Habitacionais serão, paralelamente, um instrumento de política de desenvolvimento regional e de ocupação do território — o que significa que os investimentos devem ser orientados em direção aos locais ou regiões onde já existam ou se projetam concentrações de atividades econômicas.

3.2.3 — Os Programas Habitacionais e de Planejamento Urbano atenderão às populações, dentro de adequados padrões de salubridade e segurança física e social, compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias e em dimensões suportáveis pela comunidade.

3.2.4 — A correção monetária, em termos justos e humanos, deve ser considerada enquanto houver inflação, a fim de que os financiamentos sejam recuperados ao longo dos prazos estipulados, diferenciadas as taxas conforme a classe sócio-económica dos beneficiários.

3.2.5 — O Governo reconhece que poderá haver necessidade de uma política de subsídios, destinados às famílias de baixa renda, que não podem ser atendidas pelos programas normais de Sistema Financeiro de Habitação.

3.2.6 — As pesquisas técnicas e sócio-económicas serão conduzidas com objetivo de reduzir os custos de construção.

3.2.7 — Os programas destinados aos grupos familiares deverão ser complementados mediante Programas Integrados de Desenvolvimento da Comunidade.

3.2.8 — Os Programas Habitacionais, estando intimamente ligados aos problemas do saneamento básico e abastecimento de água, atenderão a tais itens, mediante o estabelecimento de um sistema de financiamento com a participação conjunta dos Estados e Municípios.

3.2.9 — O Programa Nacional de Habitação, à semelhança do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, procurará criar um Fundo específico para atendimento dos militares, de modo geral, de maneira que, ao término da carreira militar, oficiais ou sargentos disponham de financiamento garantido para aquisição de casa própria e, no caso de morte do cabeça do casal, a família receba o imóvel sem qualquer indenização. Assegura-se, assim, em última análise, a solução definitiva, em curto prazo, da construção de casas funcionais, em várias regiões do Brasil.

3.3 — O principal órgão de execução da política habitacional do Governo Federal é o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), vinculado ao Ministério do Interior e subordinado à orientação do Conselho Monetário Nacional, para que seja mantida a necessária unidade de atuação do Governo, no campo da política monetária e creditícia.

3.3.1 — Os principais sistemas adotados pelo BNH são:

a) o Sistema do FGTS, composto da rede bancária e do Conselho Curador, e que possibilita a captação de recursos para a execução do Plano Nacional de Habitação;

b) o Sistema de Poupança e Empréstimo, constituído dos Agentes Financeiros, Associações de Poupança e Empréstimos, Caixas Económicas e Sociedades de Crédito Imobiliário, para captação de Poupanças Livres do público, através da colocação de Letras Imobiliárias, ou da obtenção de depósitos para aplicação no financiamento da construção e venda de habitações;

c) o Sistema de Mercado de Hipotecas constituído dos Agentes, Financiadores e Iniciadores Privados, das Cédulas Hipotecárias que são adquiridas pelo BNH, ou por investidores institucionais, e que responde pelo atendimento das necessidades habitacionais de famílias de todas as faixas de renda urbana;

d) o Sistema de Cooperativas Habitacionais dos Operários, constituído pelas cooperativas e pelos Institutos de Orientação Técnica, e que responde pelo atendimento das necessidades habitacionais dos operários sindicalizados;

e) o Sistema das Companhias de Habitação—COHABs, entidades regionais, podendo pertencer a mais de um Município, ou de âmbito estadual, obviamente, de maior amplitude e capacidade ampliada, responsáveis pelo atendimento das necessidades habitacionais das famílias de baixa renda;

f) o Sistema de Agentes Financiadores de Habitações Rurais, ainda em montagem, responsável pelo atendimento das áreas rurais;

g) o Sistema de Desenvolvimento Comunitário, responsável pela integração e educação social das famílias que já tenham obtido casa própria, dentro dos planos de atendimento das faixas de renda baixa;

h) o Sistema de Financiamento de Materiais de Construção, constituído dos ajustes financeiros do FIMACO e das entidades de apoio logístico e técnico do Programa Nacional de Habitação, responsável pelo financiamento de todas as fases do processo de produção e comercialização de materiais de construção, pela melhoria de produtividade e pela diminuição das perdas em seu uso. A tal sistema se ligam os Subprogramas de Refinanciamento ou Financiamento do Consumidor de Materiais e Construção — RECON, e o de Financiamento ou Refinanciamento do Investimento do Ativo Fixo das Empresas Produtoras e Distribuidoras de Material de Construção — REINVEST;

i) o Sistema de Planejamento Local Integrado, constituído pelo SERFHAU e por entidades privadas e públicas, a cargo das quais estará a tarefa do planejamento do crescimento das cidades brasileiras, em seus aspectos físicos, econômicos e sociais;

j) o Sistema Financeiro do Saneamento, constituído dos agentes do FISANE, destinado a financiar obras de abastecimento de água.

3.3.2 — O Programa Nacional de Habitação, em sua fase de implantação, constituiu-se, como se vê, de vários planos, destinados a diversas classes sociais, e cujas características de prazo, juros e condições foram determinadas em função das condições financeiras e dos recursos disponíveis dos adquirentes.

Resta-nos, agora, continuar a aperfeiçoar o processo habitacional, em seu conjunto, eliminando as distorções e os pontos de estrangulamento que apareçam. Assim procedendo, temos a certeza de que, ainda no atual Governo, será montado um processo irreversível no campo habitacional, com as maiores repercussões na área social.

3.3.3 — No que tange à quantificação dos projetos e às realizações executadas, inclusive as em andamento, a equipe do BNH apresentará a este seletº auditório tudo o que se tem feito, para julgamento posterior, inclusive abrangendo os aspectos mais próximos de nós — de interesse social enorme — o equacionamento, em bases amplas, do problema das favelas, no Grande Rio, para sua solução, em termos de continuidade, e a indispensável garantia de êxito na recuperação da paisagem urbana dos centros populosos e localização condigna do vultoso contingente dos desabrigados.

A participação do BNH, inclui, além de recursos próprios, os do FGTS e os de origem externa, não havendo, porém, quaisquer recursos orçamentários da União.

Os recursos desembolsados permitirão a produção e comercialização de 692 mil unidades residenciais no triênio e de 781 mil no quadriênio 1967/70, tendo o Exmo. Sr. Presidente Costa e Silva fixado a meta de 1.000.000 de residências no período de seu governo. Tarefa pesada, que estamos procurando cumprí-la com a dinamização crescente do Sistema.

Os investimentos globais propiciados deverão atingir a 6.483 milhões de cruzeiros novos, no triênio, e a 6.896 milhões, no quadriênio, induzindo-se, portanto, a poupança privada a aplicar, no triênio, 1.913 milhões e, no quadriênio, 2.090 milhões.

Da mesma forma, os investimentos globais a serem gerados pelos Convênios e Contratos deverão somar 5.806 milhões, no triênio e a 7.776 milhões, no quadriênio. Pretendemos deixar montado um processo irreversível — que só tenderá a aumentar, se bem administrado.

III — CONCLUSÃO

Acreditamos haver fixado os pontos essenciais do que conceituamos como "Desenvolvimento Regional Integrado".

Devemos, entretanto, advertirmo-nos de que, na cidade e nos campos, nas áreas metropolitanas e nos pequenos povoados, nas zonas densamente habitadas e nas regiões de população escassa ou rarefeita, a meta do desenvolvimento deverá fixar-se, precipuamente, no homem, como razão de sua própria conceituação, perseguindo seus anseios de tranqüilidade, aliando-se ao seu empenho em se libertar dos temores e das angústias e encorajando-o em sua permanente busca da felicidade.

Em nosso País, o sentido de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se traduz na necessidade inadiável de possibilitar o aprovei-

tamento de todas as nossas disponibilidades e a exploração de todos os nossos recursos, em grande parte ainda em forma potencial, assume as características de um desafio proposto a sucessivas gerações. Herdeiros de dilatadas fronteiras políticas, conquistadas e consolidadas no passado, impõe-se-nos, como dever inarredável, como sagrada missão, a dilatação de nossas fronteiras econômicas, através da arrancada para nosso desenvolvimento integrado.

Integração e desenvolvimento, aos quais a Revolução de Março tem dado ênfase especial e que se inscrevem por inteiro nas atribuições do Ministério do Interior, cujos órgãos de planejamento e execução já podem exibir à Nação — sobretudo as Superintendências de Desenvolvimento Regional — excelente e encorajador acervo de realizações.

O que já não temos direito de esquecer, em face das condições nacionais e internacionais, quer sob o ângulo político-filosófico, quer sob o aspecto econômico e tecnológico, é de que o Brasil não pode e não deve permanecer tentando a solução de seus angustiantes problemas, pelos métodos ortodoxos e adequados apenas a países de estrutura tradicionalmente consolidada.

A nossa realidade, hoje mais do que nunca, está exigindo soluções corajosas, diria mesmo audaciosas, para os problemas básicos de nossa vida econômico-social.

O desenvolvimento, fulcro de toda a estratégia de Governo, só nos parece atingível com algumas tomadas de posição que definam com realismo e objetividade, a imposição de rever certas diretrizes que algumas por obsoletas e outras por excessivamente timidas, estão a impedir e a retardar o grande passo inicial que teremos de dar em direção ao tão almejado, tão falado, tão necessário e, infelizmente, ainda tão distante desenvolvimento.

Uma Revolução como a que fizemos em 1964, ungida dos princípios sedimentados na Escola Superior de Guerra de altos estudos e alevados propósitos, só atingirá seus definitivos objetivos na medida em que possa levar a Nação a se afinar com o mundo de hoje, com a participação real do povo, em todas as suas camadas econômico-sociais, nos modernos processos de desenvolvimento econômico, através de algumas reformas efetivas, a maioria das quais já se encontra equacionada, mas carecendo apenas de firmes decisões na linha de execução.

Integração e desenvolvimento que sómente terá sentido enquanto significar segurança para nossa soberania sobre todas as parcelas do território nacional, e, sobretudo, caminho através do qual se conquiste padrão de vida satisfatório para cada brasileiro, redenção para aqueles que ainda suportam condições de vida as mais primitivas, saúde e bem-estar para tantos, em cujo socorro deveremos levar com urgência o benefício da ciência e da técnica.

O período conturbado que o mundo inteiro atravessa, empresta, entretanto, conotações estranhas a episódios que se vêm repetindo, com aspectos, de certo modo inéditos, de violência, principalmente nos grandes centros urbanos de todos os continentes.

Tais circunstâncias nos advertem do espírito de premunição dos nossos líderes militares e de tantos dos nossos camaradas de todas as armas que, em uníssono com o clamor do povo brasileiro, ofereceram à Nação um poderoso escudo de defesa, ao deflagrarem a Revolução Salvadorina de 1964.

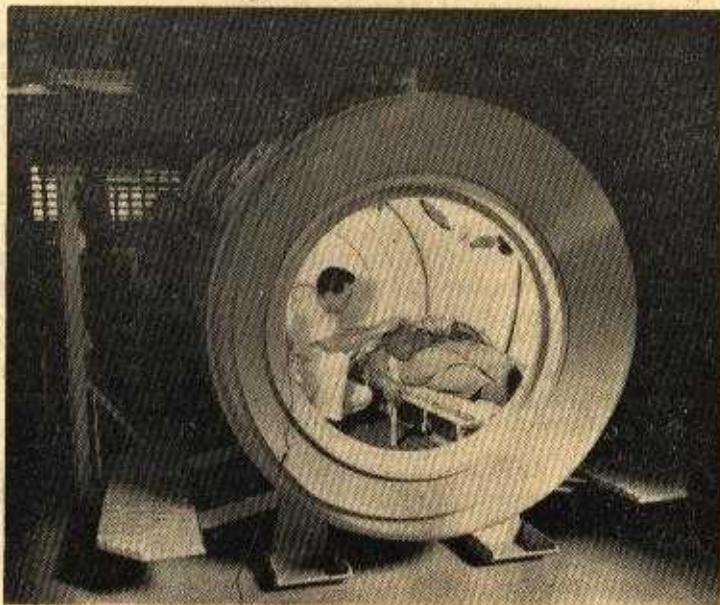
Essa Revolução, por sua vez, há de ser preservada, como instrumento essencial à demarragem do país para seu grande destino. Temos de assegurar seu prosseguimento, até porque seu êxito significal sublimação de esforços que não podem ser, agora, comprometidos pela ousadia de seus adversários ou pela nossa própria timidez. E se tanto não a justificasse, lembre-se que a preservação da Revolução garante uma continuidade administrativa que é legítima pelo confronto com o descalabro amoral a que estava submetido o país antes de março de 1964.

Esse, o desafio que se nos oferece na presente conjuntura. Desafio que aceitamos e que estafnos procurando vencer dentro das limitações que nos são naturais.

ASSINATURA PARA 1970

Estamos enviando com o presente exemplar o cartão de renovação de assinatura para o ano de 1970, conforme anunciamos às páginas 68 do número anterior, o 625. Muito agradecemos a atenção dos senhores assinantes em remeter-nos os mesmos, devidamente preenchidos, no prazo solicitado, 30 de novembro de 1969.

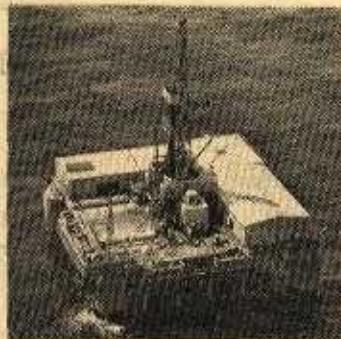
A Diretoria



Busca Submarina

Eis um exame do trabalho dos exploradores modernos, que buscam petróleo e gás abaixo das profundezas oceânicas para satisfazer as necessidades sempre crescentes da indústria e de outros empreendimentos.

Este é um dentre mais de uma centena de filmes, disponíveis na Filmoteca Shell, para empréstimo gratuito a sociedades e instituições. Descreve como os técnicos em petróleo elaboram mapas das formações rochosas localizadas abaixo do solo submarino e decidem sobre as probabilidades de encontrar-se petróleo nessas formações. Descreve também o método de estudos das marés, correntes, velocidade dos ventos e de que maneira se têm descoberto novas técnicas para enfrentar com êxito os problemas de perfuração em condições inteiramente novas.



PARA INFORMAÇÕES SÓBRE FILMES SHELL ESCREVA PARA:

SHELL BRASIL S.A. (PETRÓLEO)

RIO DE JANEIRO, CAIXA POSTAL, 252 - ZC-00
SÃO PAULO CAIXA POSTAL 2000

BATALHA DE CAMPO GRANDE

16 de agosto de 1869

Maj ALTAIR FRANCO FERREIRA

PLANO

1 — SIGNIFICADO DA EFEMERIDE

2 — ANTECEDENTES DA BATALHA

- A Dezembrada.
- O afastamento de CAXIAS do TO.
- A nomeação do novo Comandante-Chefe.

3 — O COMANDANTE-CHEFE

4 — ESTUDOS E PLANOS PARA PROSEGUIMENTO DA CAMPANHA

- Operações iniciais da nova fase da Campanha.
- Estudos do terreno.
- A ordem de batalha conhecida do inimigo.
- Os meios disponíveis.
- Propostas de MITRE e crítica de OSÓRIO.
- O Plano de Manobra adotado pelo Generalíssimo.

5 — A MANOBRA PARA A BATALHA

- O conceito de POTÊNCIA, no dispositivo adotado.
- O conceito de VELOCIDADE, face aos meios disponíveis.
- As medidas tendentes a assegurar a SURPRESA.
- A marcha sobre VALENZUELA.
- PERIBEBUI.

6 — A MANOBRA NA BATALHA

- A idéia de esmagamento das forças inimigas.
- A retirada do inimigo dividido em escalões e a consequente mudança do dispositivo amigo.
- A batalha de CAMPO GRANDE.

7 — CONSEQUÉNCIAS DA BATALHA

- Novos aspectos do desmantelamento do exército de LOPEZ.
- A tomada de CARAGUATAI.
- Nova felicidade da guerra.
- O vencedor de CAMPO GRANDE — Elogio do Conde d' Eu.

*"Eye jheya Pedro segundo,
Ndé reipy jhyhi chevè Asunción
Y pituvá co ne cambá
Ilha ndipú co ne canñon."*

(*Yataity-Corá — 1868*)

1 — SIGNIFICADO DA EFEMÉRIDE

Consagra a data de 16 de agosto um grande feito do Exército Nacional, rememorando a épica Batalha de CAMPO GRANDE, ou de NHU-GUAÇÚ, no dizer guarani, a memorável batalha com que o imperial Príncipe e Marechal Conde d' Eu finalizou a chamada "Manobra de PERIBEBUI, com a qual logrou S. Alteza, complementando a magnífica atuação de CAXIAS nos anos anteriores e, particularmente, em dezembro do ano de 1868, realizar por fim, a destruição completa e definitiva do então pretenso poderio militar do ditador Solano López, do Paraguai, cuja prisão e morte ocorridas nas barracas do rio Aquidaban (Aiquidaban-y), seis meses mais tarde, marcaram o fim definitivo da cruenta guerra que, por cinco longos anos de sangue e sofrimentos, assolou as depauperadas terras daquela páis do Centro-Sul da América.

Nela se exalta que nem só de negros (cambás), como anunciou o irreverente vate popular Natalicio Veras, no seu "Yataity-Corá" do ano anterior, era o exército com que Pedro Segundo mandou ocupar Assunção, e sim, o fez, pela força indiscutível de seus canhões, servidos por uma magnífica tropa de homens livres, porém altamente disciplinados e manobrados por chefes ilustres e ilustrados, cujos sucessos eram o fruto de seus conhecimentos e experiência na mecânica dos envolvimentos e na técnica do esmagamento pelo fogo e pela baloneta, guiados por ideais nobres e elevados em que a Justiça e a Liberdade eram seus fanais. Nela, como em todas as outras efemérides militares da Pátria, há ensejo para se decantar e verner a indómita coragem do soldado brasileiro, a nobreza de seus sentimentos de altruismo e dericação, a sua resoluta resistência à fadiga e ao sofrimento, ao valor de seu imarcescível heroísmo, sempre redivivo na beleza magnífica das tradições militares das Forças Armadas.

Em janeiro de 1869, Caxias, depois de dois e mais anos de campanha, com seu organismo sexagenário minado pela inospitalidade e paludes do terreno palmilhado e pelo cansaço dos exaustivos esforços dispendidos nos últimos meses passados, sente que não pode continuar no comando das forças brasileiras, sem, pelo menos, após justo repouso, refazer suas combalidas energias, razão por que, e a conselho médico, requer ao Ministro da Guerra, substituto para suas funções de Comandante-Chefe, "caso não fosse possível, ao menos em relevância aos seus serviços, a concessão de uma licença de três meses,

para tratamento de saúde, onde melhor lhe conviesse", passando a 13 do mesmo mês e ano, o comando ao Marechal Guilherme Xavier de Souza e seguindo, em navio, para Montevidéu, onde, em clima mais ameno, pensava poder restabelecer-se de seus achaques.

Com juntas razões o grande chefe militar admitira estarem terminadas as operações de maior vulto. Em Avai e em Lomas Valentinas, Caxias se capacitou do aniquilamento do exército de López, principalmente, quando entre os feridos e prisioneiros divisou um sem número de jovens rapazes, senão mesmo de meninos que, para darem mais varonilidade a seus aspectos juvenis, usavam no rosto, grosseiramente colados, pelos de animais ou traçados de crina de cavalo, à guisa de barbas ou bigodes, num atestado eloquente de que já faltavam homens válidos para substituir os veteranos para sempre caídos nos cruéis reencontros, dentro das fileiras devastadas do valeroso e dedicado exército guarani.

Entretanto, nem só aniquilar o exército inimigo era o objetivo da guerra. Se assim o era no campo militar, no campo político e diante dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados da Tríplice Aliança, o objetivo era antes, o de privar de seus poderes ditatoriais o caudilho governante, cujas idéias e ideais eram conhecidamente prígnos à paz continental e diametralmente opostos ao sentido democrático que movia os Aliados a guerreá-lo.

A chamada "Campanha da Cordilheira" foi a última fase dessa luta titânica que foi a Guerra do Paraguai. Nela se viveu a perseguição ao caudilho governante que, desprezando o depauperamento físico de seu povo exausto de luto e sofrimentos suportados durante os longos anos de luta, negava-se a reconhecer a vitória das armas aliadas, a instalação na Capital geográfica do país da Junta Governativa que modificava a orientação administrativa da República, preferindo prosseguir na sua doentia obstinação de mando, lançando-se as guerrilhas, no altiplano da Serra do Itibirapé, seguido por um punhado de exaltados dispostos a compartilhar desse clima de incertezas e desassossegos decorrentes.

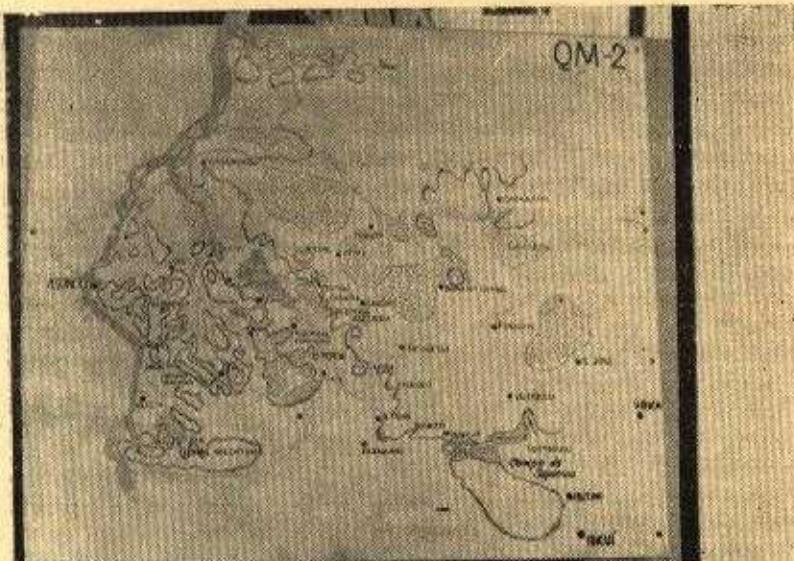
Foi outro lado, a Campanha da Cordilheira testemunha, outrossim, o brilho da mentalidade militar do jovem Marechal do Império, de 27 anos, o Príncipe Gastão d' Orleans, Conde d' Eu, francês de nascimento e que, tendo cursado escolas militares da Europa e enriquecido seus conhecimentos bélicos e suas lidas castrenses nas duras lutas de que participara no Marrocos, foi elevado ao marechalato no Brasil, por casamento com a Princesa Imperial, adotando a nova pátria com orgulho e convicção. O desembarço, desassombro e firmeza com que resolveu os problemas da estratégia e da tática, granjearam-lhe a confiança de seus generais, a visão com que abordou as dificuldades de logística, emprestou-lhe qualidades de Chefe previdente e cauteloso, ainda que, por vezes, mal correspondido pela ganância e desleixo dos fornecedores, que muito pouco faziam para atender a seus judiciosos pedidos e oportunos reclamos.

A Batalha de Campo Grande ou de Nhu-Guaçú, cujo centenário este ano se comemora, coroa a magnifica Manobra do Peribui e constitui o feito máximo daquela campanha final, para consagrar, pelo arrôjo de muitos e pela coragem de tantos, uma página heróica nas tradições do Exército Nacional, em apoteótica afirmação do valor do Soldado Brasileiro.

2 — ANTECEDENTES DA CAMPANHA

López, várias vezes batido nos recontros havidos ao longo do Rio Paraguai, e por bem dizer, com seu exército dizimado e aniquilado, depois das batalhas do mês de dezembro de 1868, nas quais Caxias aplicou toda a força de seu admirável gênio militar na espetacular "Manobra do Piquicirí", glorificando-se mais do que em quaisquer outras, nas heróicas jornadas de Itororó, de Avali e de Lomas Valentinas, logrou, por fim, fugir do esmagamento e cerco que se fazia sentir sobre seu exército e, antes de se embrenhar pelos invios caminhos do Potreiro Marmol, dissolveu suas tropas, dando-lhes, segundo consta, como ponto de reunião futuro — Cerro León —, ao pé da famosa Serra de Itibirapé, para onde se deslocou, depois de alguns dias ocultado, com um pequeno grupo de abnegados amigos e fanáticos, nos meandros das matas do citado Potreiro Marmol, para escapar às operações de limpeza e perseguição montadas pelos aliados vencedores de Lomas Valentinas e Angustura.

CROQUIN.º 1



Cronui mostrando a posição relativa das localidades citadas no trabalho.

Também já não há dúvida alguma que López, depois de se ver atacado de revés, ao norte do Piquiciri, passou a admitir, no seu fôro íntimo, a idéia e possibilidade da derrota nas Lomas, adotando as seguintes medidas preventivas: 1.^{a)} Ordem de evacuação da população da Capital guarani; 2^{a)} Transferência sucessiva da Capital política e administrativa para as localidades de Luque e, em seguida para Peribebui, esta no altiplano da Serra do Itibirapé; 3^{a)} Mudança dos arsenais e fábricas para localidades do interior, tais como Caacupe, Ibicui, Itacurubi, e outras, desde que ao abrigo da serra; finalmente, depois da derrota de Avaí, depois de fracassada a tentativa do Ministro Caminos, de recrutar 3 a 4 mil rapazes para acometer as retaguardas dos atacantes brasileiros, faz abrir uma pica da através das intrincadas matas que bordejam o Potreiro Marmol, embora nas suas arengas à tropa, fizesse solenes promessas de que, naquele reduto de Itá-Itabé, havia de morrer com o último soldado.

Obstinado em manter a governança de seu sacrificado povo, López abandona a Capital de seu país à sua própria sorte e, no alto da Serra, tenta reunir os remanescentes de seus corpos de elite, os trânsfugas e extraviados que atendiam à ordem de reunião em Cerro León, dada semanas atrás, nas posições das Lomas e, para recompletar efetivos, lançava mão de conscrições que atingiam crianças, velhos e, até mesmo, mutilados e incapazes, como foram encontrados nas trincheiras do Peribebui.

A conquista e ocupação de Assunção, objetivo político-geográfico da guerra, o conhecimento que se tinha da completa exaustão do país invadido, seja no contingente humano, nos recursos bélicos ou potencial logístico, acrescidos com a instalação da Junta Governativa com programas de governo mais condizentes com as idéias democráticas da época, eram razões para admitir que a guerra estava vencida militarmente, mas os termos do Tratado da Tríplice Aliança em que Brasil, Argentina e Uruguai, — os dois primeiros em guerra, por Iha ter declarado de fato, o Paraguai, e o último em estado de hostilidade por ter sentido ameaçada a sua segurança interna diante das violações praticadas pelo Estado guarani aos tratados e usos internacionais, à fé pública em geral pelo cometimento de atos limitrotificáveis e perturbadores das boas relações com as Nações limitrofes —, continham declarações como a inicial do Artigo Sétimo, que rezava: "Não sendo o guerra contra o povo do Paraguai e sim, contra seu Governo...", e exigiam o prosseguimento da luta.

Assunção foi encontrada como cidade abandonada. Vazia, quase despovoada, mostrando nas feridas das portas e janelas arrombadas os vestígios do saque e da política de terra arrasada a que foi submetida, mas mesmo assim, Caxias preferiu determinar que a tropa acampasse nas cercanias da cidade, enquanto se refazia das canseiras da longa guerra de movimento que acabava de fazer, percorrendo mais de 300 km em longos 30 meses de lutas e vicissitudes de toda

natureza. Havia, sobretudo, em Assunção, medo da propalada sanha de ne **cambá de Pedro II**, mandados ocupar Assunção, os quais, entretanto, bem cedo provaram ser, antes implacáveis invasores e vingadores, legítimos salvadores e libertadores, além de emotivos amorosos de extrema bondade.

Grupos famintos e esmulambentos de mulheres e crianças vinham voltando, aos poucos, alguns chefiados por carcomidos anciãos, para seus miseráveis barracos de taipa e se reconfortavam nas milgalhas dos restos atirados ao lixo, pelos soldados que, condoidos por tamanha miséria, passavam a guardar sobras e a criar excessos, para melhor atender a seus "protegidos" eventuais. Atrás dessas caravanas de párias, grupos de remedilados retornavam, mais confiantes, às suas casas e, em seguida a estes, outros, e mais outros, e mais o comércio que se juntava ao do exército, com seus aproveitadores e especuladores, suas chinas baratas, suas hetairas elegantes, seus víscios e perversões.

Apesar das drásticas medidas de polícia estabelecidas por Caxias, tão logo ocupou a cidade, a demorada inatividade da tropa acampada em torno da Capital, as folgas e dispensas do pessoal gozadas nos ambientes clandestinos de um comércio desonesto, devasso e aproveitante, e mais a insistência com que era propalada a lenda dos "tesouros enterrados", davam à região ambiente propício para que se renovasse aquele fenômeno dissipador que tanto e tão profundamente minara os exércitos aliados nos campos de Tuiuti, nos meses que se seguiram ao 24 de maio de 1866, onde a disciplina periclitava com freqüência.

Caxias, por irremovíveis motivos de saúde, havia passado o comando ao seu substituto legal e recolhera-se a Montevidéu, onde chegou por tal forma doente, que teve que desembarcar apoiado no braço de amigos, sendo reembarcado em navio de guerra, rumo ao Rio de Janeiro, por ordem do Governo. Mas a preocupação do Grande Cabo de Guerra era restabelecer-se em curto prazo, para voltar ao convívio de seus dedicados comandados, tal como fez saber na sua famosa Ordem do Dia número 275, no seguinte trecho:

"...se, por ventura, tiver ainda a fortuna de restabelecer-me nos pátrios lares, contem os meus bravos companheiros de glórias e fadigas, que ainda voltarei, um dia, para continuar a saudá-los na árdua campanha em que nos achamos empenhados..."

A verdade dos fatos é que o heróico vencedor do Paraguai, ao desembarcar na Capital Federal, em fevereiro, não foi, sequer, recebido oficialmente por qualquer autoridade ou elemento do Governo, para lhe dar as boas-vindas da pátria agradecida, já que os familiares e amigos ignoravam esse inopinado regresso. A 23 de março, foi louvado como merecia, pelos relevantes serviços prestados nos

campos da luta, elevado ao alto título de Duque e, dispensado... "a pedido", do Comando-Chefe das Forças em operações contra a República do Paraguai, sendo nomeado para substitui-lo, nesse comando, Sua Alteza Conde d'Eu, Marechal Gastão d'Orleans.

3 — O COMANDANTE-CHEFE

O recém-nomeado Comandante-Chefe das tropas brasileiras no TO do Paraguai era, pois, o jovem Marechal de 27 anos de idade, Luiz Philippe Maria Fernando Castão de Orleans — Conde d' Eu —, Príncipe consorte de Sua Alteza Princesa Isabel, primogênita da Imperial Família de Sua Majestade D. Pedro II, Imperador do Brasil.

Nascido na França, foi educado no exílio, adquirindo nas escolas militares e campos de manobras de Viena, a técnica dos exércitos germânicos e experimentando, nas areias tórridas do Norte da África, as agruras da vida de campanha, inclusive seu batismo de fogo, ocorrido em terras do Marrocos. Vivo e inteligente, sabendo-se cobiçado pelas casas reinantes para desposar princesas que lhe poderiam alçar a elevados destinos políticos, soube completar e aprimorar sua cultura geral e militar, brilhantemente ressaltados por seus hábitos de fina distinção, discreta polidez e desembaraço social. Tendo-se casado, aos 22 anos, com a primogênita da Família Imperial do Brasil, parece haver bem atendido às suas ambições de projeção política, ao mesmo tempo que lhe assentaram muito bem, face ao seu valor intelectual e à ditinção de suas maneiras, os bordados de Marechal de sua pátria adotiva.

Mas o jovem Marechal brasileiro Conde d' Eu não conseguia, a despeito do deliberado autocontrôle a que se impunha por sua própria distinção pessoal, como pelo respeito que lhe inspirava a extraordinária cultura e resplandescente talento de seu Imperial Sogro, libertar-se do criticismo europeu, estabelecendo, por vezes, desalrosas comparações entre as coisas do incipiente desabrochar do Império sul-americano, com os velhos hábitos da já esgotada Europa, fraqueza essa que afetou a sua popularidade, a qual jamais chegou a ser das mais desejáveis. Não foi, portanto, com completa simpatia, que sua nomeação para Comandante-Chefe foi recebida, tanto nos meios políticos como no âmbito militar, onde se admitia que a presença do Conde estrangeiro em tão alto comando pudesse vir a afetar a sensibilidade de tantos outros velhos chefes militares brasileiros, que talvez se sentissem preferidos em tão honrosa comissão.

No entanto o Conde francês era grato à sua pátria adotiva. Contrariando os receios e desejos de sua esposa, aceita, de imediato e com muita honra, o convite de seu Imperial Sogro, e logo se apresta para viajar e assumir seu destacado posto no teatro de operações. Menos de um mês necessitou ele para tudo isso, e, mesmo porque, mantinha a feliz intenção de assumir o comando na data em que se comemo-

raria o terceiro aniversário do desembarque em força das tropas aliadas em território paraguaio, e assim o fez, baixando sua Ordem do Dia n.º 1 a 16 de abril de 1869, onde com desassombrado civismo, com excepcional habilidade política e deliberada humildade rende preito de alevantada fé nas tropas que vai comandar e nos destinos do País que vai servir, nos seguintes termos:

"Nomeado por Decreto Imperial de 22 de março pp.^o, Comandante em Chefe de todas as Forças Brasileiras em operações contra o Governo do Paraguai, assumo, nesta data, tão espinhoso cargo.

Nas heróicas tropas que se acham reunidas sob meu comando tem posto o Brasil suas mais caras esperanças.

Cabe-nos, por um último esforço, conseguir plenamente o fim que pôs à Nação Brasileira as armas na mão; restituir à nossa querida Pátria a paz e a segurança indispensáveis ao pleno desenvolvimento de sua prosperidade.

Tendo em mente tão sagrados objetos, cada um de nós cumprirá sempre seu dever.

Volta hoje o aniversário do dia em que, guiados por um General de inexcedível heroísmo, efetuastes, em presença do inimigo, uma das mais atrevidas operações militares.

As inúmeras provas de bravura e de resignação que, depois como antes desse dia sempre memorável, tem dado o Exército, a Armada os Voluntários da Pátria e a Guarda Nacional, têm feito brilhar as armas brasileiras de uma glória imorredoura.

O Deus dos Exércitos não há de permitir que seja perdido o fruto de tantos sacrifícios e de tanta perseverança.

Ele coroará mais uma vez os nossos esforços e os de nossos leais aliados; um triunfo definitivo firmará em quatro nações os benefícios da paz e da liberdade; e, vitoriosos, tornaremos a ver o céu ameno da Pátria.

Camaradas, pronto me achareis sempre a advogar perante os poderes do Estado, os vossos legítimos direitos.

Obrigado, quando menos esperava, a vir tomar o lugar dos Generais cuja experiência vos tem conduzido por entre as provações de uma prolongada guerra, confio que encontrarei em cada um de vós a mais cordial cooperação.

Ela me habilitara a cumprir com todas as obrigações da árdua comissão que me tem imposto minha entranhável dedicação à grandeza do Brasil.

Viva a Nação Brasileira.

Viva Sua Majestade o Imperador.

Vivam os nossos Aliados.

Essa habilidade revelada em tão brilhante documento passa a se renovar a todo instante, dai por diante. O acatamento que empresta à cooperação de seus generais, as palavras felizes de incitamento e de louvor dadas a quem as merecer, a justiça firme e equânime que sabe distribuir e até mesmo os repetidos gestos de ousadia e coragem pessoal diante do inimigo caracterizam no Conde d' Eu, o chefe inato, o condutor de homens, o COMANDANTE.

4 — ESTUDOS E PLANOS PARA PROSSEGUIMENTO DA CAMPANHA

CAXIAS logo após ocupar a cidade de ASSUNÇÃO, diante do fato concreto da fuga de LÓPEZ e possível internação para sua nova Capital PERIBEBUÍ, no alto da serra do ITIBIRAPÉ, na suposição, talvez, de que o Ditador não encontraria mais meios humanos para reconstituir seus exércitos, e diante das insidiosas e maquiavélicas proposições de certo Ministro estrangeiro acreditado junto a LÓPEZ, passou a alimentar como hipótese mais provável da continuação das hostilidades a luta em que teria de se empenhar para evitar a fuga do Ditador do seu próprio país, razão por que tratou de executar quatro medidas de capital importância, quais as de:

— fazer seguir, a 5 de janeiro, uma expedição naval ao rio MANDUVIRÁ, em cujos meandros se sabia estar refugiada boa parte da vencida esquadra paraguaiã, visando a reconhecer a navegabilidade do rio e, se possível, levar a destruição às naus ali refugiadas, reconhecimento esse que resultou na constatação de assoreamento da barra, na altura da foz, só permitindo, nas águas normais, a navegação de canoas e barcos de mui pequenos calado;

— aprestar elementos da esquadra para subir o rio Paraguai, a fim de restabelecer as comunicações com a Província de Mato Grosso, zarpando a esquadrilha a 14 de janeiro, levando a bordo elementos do exército para guarnecer a região de FECHO DOS MORROS (cerca de 120 milhas ao N. da Foz do APA), missão que foi cumprida finalmente, por uma das belonaves de pequeno calado, que atingiu a cidadade de CUIABA, onde foi recebida com grandes festas;

— diante dos resultados da expedição do Manduvirá, ocupar e fortificar a cidade do Rosário, na foz do citado rio, o que foi feito a 7 de abril, pelo Destacamento sob comando do Coronel Olivelra Bueno;

— determinar o avanço sobre Vila Rica, da Divisão sob comando de Portinhoí recém-chegada do Rio Grande do Sul à região de Itapua, ainda na margem esquerda do rio Paraná, a fim de privar López dos recursos possivelmente vindos daquela região ervanteira.

O Conde d' Eu ao assumir o comando fê-lo em Luque, cidade a cerca de 20km de Assunção, sobre a estrada de ferro que, vinte anos atrás, López mandara construir para carrear sobre a Capital

os produtos ervateiros vindo de Leste, principalmente de Vila Rica. Assim encontrou o 2.º C. Ex. com 8.013 homens, dois quilômetros antes da cidade, ao sul da estrada de ferro; o 1.º C. Ex. com 7.563 homens, três quilômetros depois da cidade, com vanguarda forte em Lambaré e Juquiri, guardando os restos da ponte semidestruida e o passo sobre o rio do mesmo nome; em Luque ainda estacionava a tropa de Comando, a Artilharia, a Brigada Auxiliar e os Transportes, somando 3.803 homens. A este pessoal, para se conhecer o efeito total brasileiro, era preciso acrescer: a Fôrça Expedicionária de Rosário (1.914), a Guarnição de Assunção (2.856), o Destacamento de Fecho dos Morros (280), a Guarnição de Humaitá (2.084) e a Divisão Portinho (1.394), perfazendo o total de 27.907 combatentes brasileiros, formando ao lado de cerca de 4.500 argentinos, 780 uruguaios e 550 paraguaios livres, o grande total aliado de 33.737 combatentes.

A 18 de abril manda o Conde renovar a expedição ao Manduvirá com o mesmo objetivo de destruir os navios ali ocultados, o que não foi conseguido, pois alguns deles estavam sendo empregados como obstáculos, encalhados no leito do famoso rio.

No dia 4 de maio, o Conde deseja ser informado sobre a transversal: Areguá, Patifio-Cué, Itaguá e Ita, as duas primeiras sobre a estrada de ferro, bem como dos caminhos que a elas conduzem, designando para isso destacamentos do valor de regimento de cavalaria, sob os comandos do Cel Bento Monteiro (pelo eixo da E.F.), Cel Silva Tavares (centro) e Cel Pereira Junior (sobre Ita), dos quais só o primeiro foi hostilizado por elementos desembarcados de chalanás e balsas navegando na famosa Lagoa Ipacarai, face a Aregua:

No dia seguinte o Cmt. uruguai Gen. Castro lança um raide sobre a Fábrica de Ferro do Ibicui (225 km de Assunção), sob o comando do Cel Coronado, com uma centena de cavaleiros escolhidos e com a missão de destruir o estabelecimento e dar liberdade a numeroso contingente de prisioneiros ali confinados. Vinte dias depois voltou, com perda de 3 homens apenas, com 10 feridos que trouxe em carretas, meia centena de prisioneiros da guarnição do estabelecimento, a notícia da morte em combate do famoso Cap. Insfran, comandante militar da fábrica e presídio e uma centena de presos libertos, nêles incluídas algumas mulheres, e mais, numerosas presas de guerra, depois de haver destruído a fogo e água a maquinaria da fábrica.

Com as informações negativas colhidas a 4 de maio, o conhecimento obtido das possibilidades das estradas naqueles reconhecimentos pôde o Conde deslocar seus C. Ex. do incômodo corredor de Luque, para a extensa planicie da base da montanha que sabia vigiada pelo inimigo, completando a 25 de maio o seguinte dispositivo: 1.º C. Ex. em Piraju, 2.º C. Ex. em Taquaral (ou Guazuvinu), os argentinos acampados em Cerro Perón, a meio caminho entre o 1.º e 2.º Corpos

e os uruguaios juntos com o 1.º Corpo em Piraju, todos face ao paredão montanhoso, onde se refaziam as forças de López e, por isso mesmo, guardados por posições de vigilância permanente, devidamente fortificadas e artilhadas, que, na época, tomavam o nome de redutos. Por outro lado, diariamente eram lançados reconhecimentos sobre o sopé e os desfiladeiros de acesso à montanha, em força, se para confirmar informes de desertores, fugitivos e passados — que na ocasião eram numerosos —, sobre a presença de tropas inimigas na planície.

Essa intensa busca de informações permitiu, nos primeiros dias de junho, a inserção no "Diário do Exército" do seguinte estudo: "Piraju fica fronteiro ao acampamento inimigo de Ascurra e, em linha reta, dêle distará pouco menos de duas léguas. Uma extensa planície se interpõe a esses dois pontos que ocupam aquela, a fralda de um outeiro encostado a serros baixos, e este, a base da Cordilheira, ficando quase ao meio dessa distância o arroio Piraju, que corre, bordado sempre de mato, na direção de NNO e vai desaguar na lagoa Ipacararai. Em frente ao acampamento do 2.º C. Ex. em Taquaral, o terreno assim se descreve: — A pouca distância dos piquetes avançados existe uma sanga bastante funda, cujo passo, em forma de "S", é longo de mais para passar-se a cavalo, e acha-se ainda mais, embarracado com aguapés. Depois transpõe-se o rio Piraju e, além, abre-se um campo largo e bonito a que se seguem, nas primeiras dobras do terreno antes da montanha, uns potreiros e, mais adiante, matagais chegados uns aos outros até a picada, que é cercada de mato denso."

Olhada do lado da linha férrea, a Cordilheira era vista como enormes e continuadas montanhas azuladas, cujos cumes pareciam esconder-se nas nuvens, levantando-se como paredão intransponível, densamente coberto de exuberante mata. Essa Cordilheira, diziam e confirmavam os reconhecimentos, os informes de trânsfugas e de prisioneiros, estava ocupada pelo inimigo numa frente de cerca de 12 léguas que mantinha elementos de defesa em todos os desfiladeiros de acesso, que eram os seguintes, de S. para o N.:

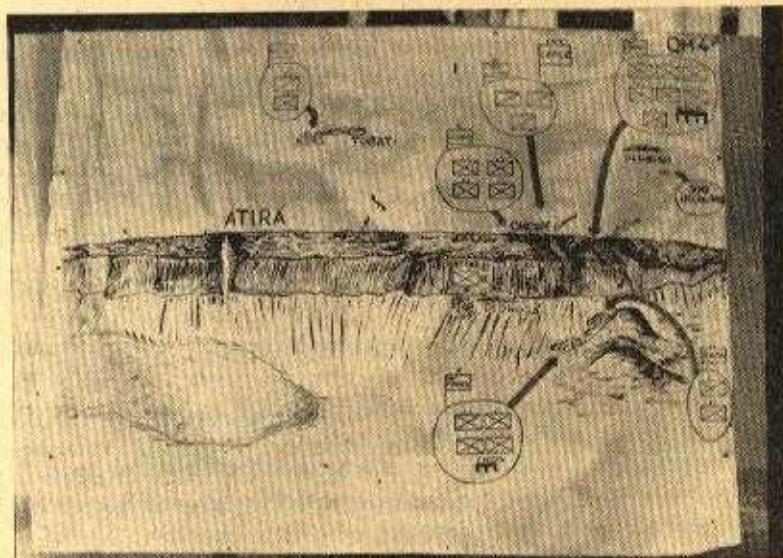
- Bocaiati, o mais próximo da nossa extrema direita, a 2 léguas de Paraguari;
- Chololó, que é a subida à frente de Paraguari, a léguia e meia da anterior;
- Cerro Leon, a meia léguia N. de Chololó e que conduz diretamente a Peribebuí, a terceira capital guarani;
- Ascurra, em frente a Piraju e a uma léguia de Cerro Leon;
- Pedrosa, à pequena distância da anterior; levando a Caacupé;
- Cabañas, meia léguia depois;
- Atirá, três léguas mais ao N. e conduzindo à vila do mesmo nome;

- Altos, a légua e meia de Atirá;
- Emboscada, distante três léguas de Altos e a cerca de légua e meia da barranca do Rio Paraguai, com caminho que, pelo vale do rio Peribebuí, conduzia a Tobati.

Esses caminhos todos, à exceção do último, têm características de desfiladeiros, apresentando terreno incerto com aclives muito fortes e atravancados de volumosas pedras e obstáculos de toda natureza, sendo, todavia, o de Bocalati (ou Mbocayaté) o que menores dificuldades apresenta. Mais para o S. foram ainda reconhecidas as subidas de Mobicuá (ou Mbicuá) e de Valenzuela, por onde passa a estrada, ou melhor, o caminho que demanda Vila Rica, bem mais a SE. do país, sendo que para atingi-la será preciso vencer o desfiladeiro de Sapucaia, que nada mais é do que um profundo corte aberto nos contrafortes da Cordilheira, por onde, futuramente, passará a estrada de ferro.

Do altiplano situado atrás dessa muralha pouco se sabe, além da existência de extensas matas e intermináveis ervais de mate nativo, na suave vertente que descamba para a profunda calha do rio Paraná. Mas lá estão algumas localidades, tais como Peribebuí, a terceira capital de López, Valenzuela, São José e Barreiro Grande, centros ervateiros e Caacupé, para onde López havia transferido as máquinas do Arsenal de Assunção, e onde se consertavam e até fabricavam algumas espingardas, canhões e munições.

CROQUI N.º 2



Esquema da situação da tropa de LOPEZ em julho de 1869

Ainda baseado em repetidos informes e informações mais abalizadas, López dispunha, por bem dizer, de 4 Divisões e alguns destacamentos, a saber: (croqui n.º 2);

— 1.ª Divisão, sob comando do Cel. Franco, na base da Serra, guardando o desfiladeiro do Ascurra, com 4 Btl de 250 homens de efetivo e 7 bocas-de-fogo;

— 2.ª Divisão, sob comando do Ten-Cel Carmona, com 7 Btl. e 11 canhões, em condições de impedir o desembocar dos desfiladeiros de Ascurra, ou de Cerro Leon;

— 3.ª Divisão, comandada pelo Cel Escobar, com 4 Btl. entre Caacupé e Ascurra, visando o contra-atacar elementos que logrem desembocar do desfiladeiro e ladeira do Ascurra;

— 4.ª Divisão, sob o mando do Major Soza, com 2 Btl. na raiz da Serra, guardando as estradas do desfiladeiro de Cerro Leon.

López tinha seu QG em Caacupé, junto com seu lugar-tenente Caballero, com 3 regimentos de cavalaria, sendo que este General ainda se ressentia do ferimento recebido no pescoço, em Avahí. Havia, ainda, em Pedrosa, na raiz da Serra, o Btl. n.º 18 de Infantaria; entre Tobiati e Atirá, o Ten Cel. Montiel, com 2 Btl.; e em Peribebuí Pablo Caballero trinava cerca de 300 jovens recrutas para reforçar a guarnição da cidade, composta de 1.200 veteranos, mas muitos dos quais ainda doentes, feridos e até mesmo inválidos. Além disso, havia destacamentos volantes fazendo a coleta do gado e razias de toda espécie, no alto Tebicuari-Guaçu e o SE do país.

Tal dispositivo em força e profundidade em torno de Ascurra e Cerro Leon e mais os repetidos informes colhidos de passados e prisioneiros, permitia deduzir que o Ditador esperava ser atacado nessa região, dando todavia, importância secundária à direção Taquaral-Altos-Atirá e desdenhando manobras de envolvimento de maior envergadura.

Entrementes, nos últimos dias de junho, o Gen. argentino Emilio Mitre apresenta ao Conde D' Eu seus apontamentos e sugestões sobre o prosseguimento das operações, que podem ser resumidos nas três linhas de conduta que se seguem: (croqui n.º 3, a, b, c)

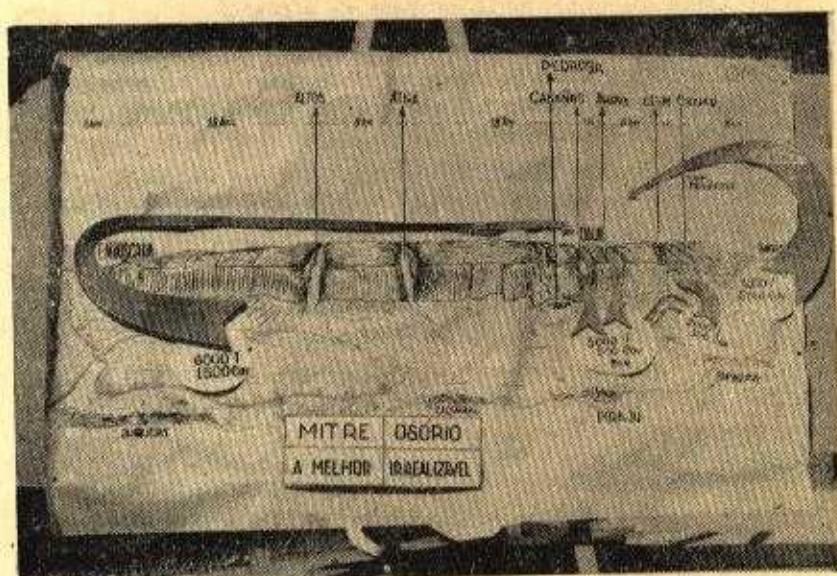
— 1.ª linha de ação:

a) Fixar frontalmente o inimigo, deixando 12.000 homens nas posições atuais;

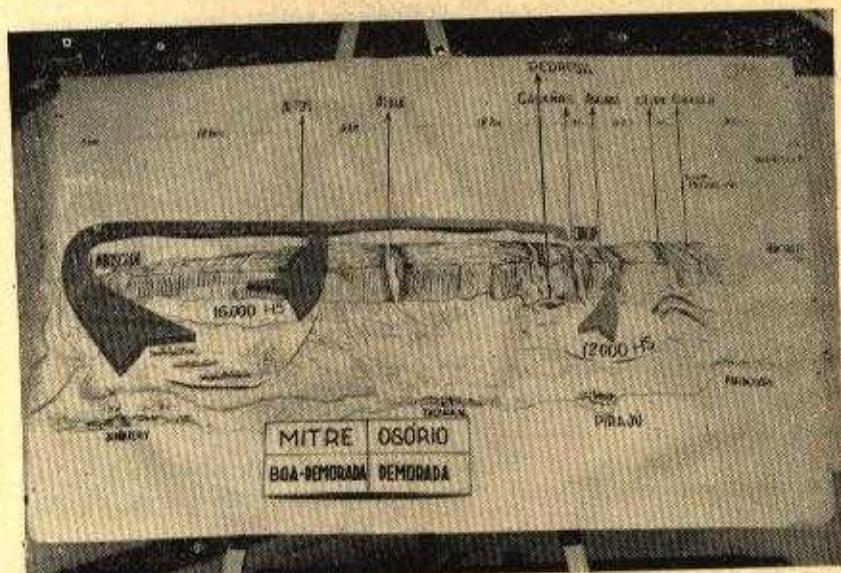
b) Marchar com 16.000 homens por Chololó, Mboicaiati e Valenzuela, convergindo sobre Peribebuí, postando-se, assim, à retaguarda do inimigo;

c) Atacar Caacupé por ação convergente, com os elementos chegados a Peribebuí e outros da tropa de fixação, através de Cerro Leon;

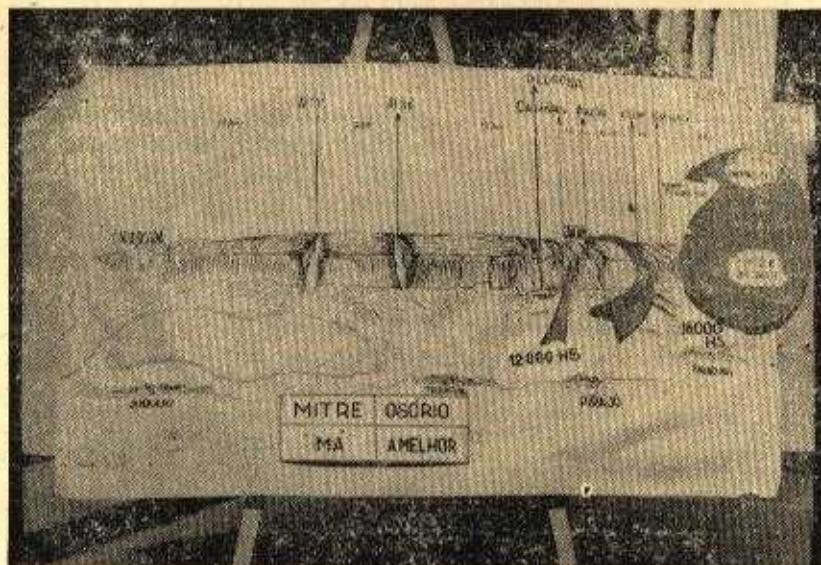
CROQUIS N.^o 3 (a, b, c)



Linhas de ação propostas por MITRE, para prosseguimento das operações



Lutas de ação propostas por MITRE, para prosseguimento das operações



Linhas de ação propostas por MITRE, para prosseguimento das operações

— 2.^a linha de ação:

- a) Cobertura e fixação nas atuais posições: valor 12.000 combatentes;
 - b) Deslocamento do Grosso (da ordem de 16.000 homens), usando meios fluviais e lacustres, por forma a contornar a Cordilheira por Emboscada, onde seria montada base de operações;
 - c) Ataque a Caacupé, mediante ação flanqueante, partida de Altos, em intima ligação com a tropa de cobertura, através de ações ofensivas frontais desfechadas pelos corredores de Altos e Atirá;

— 3.^a linha de ação:

- a) Ataque Frontal, através de Cerro Leon, Ascurra e Cabañas, utilizando para tal 12.000 infantes e 1.300 cavalarianos;
 - b) Ataque contra o Flanco Direito do inimigo, por Altos e Atirá, por tropas envolventes desembarcadas em Emboscada, no valor de 6.000 infantes e 1.500 cavaleiros;
 - c) Ataque contra o Flanco Esquerdo inimigo, por Mooicaiati, com coluna de 1.000 infantes e 1.500 cavaleiros, e
 - d) Reserva: 4.000 infantes que, eventualmente, agiriam por Altos.

Das três variantes, o proponente se empolgara pela 3.^a, terminando suas longas considerações com a frase: "A qual, se aceita, será, então, estudada a fundo, para exata fixação do ritmo da operação".

Nessa altura, o Conde d'Eu já contava com a cooperação efectiva de Osório, que embora não refeito do balanço recebido em Avai, atendeu prontamente ao convite e designação do Príncipe, para comandar o 1.^º C. Ex., cujo comando assumiu a 16 de junho em Piraju e então, em pleno uso desesa cooperação, o Conde submeteu o importante documento argentino à apreciação de seus generais, solicitando particularmente a opinião do Marquês de Herval.

Osório, que definido por Luiz da Câmara Cascudo, "era o bom humor, o largo riso gaúcho, sonoro e limpo, sonante como se reunisse todas as cantigas do Pampa", depois de cuidadoso estudo, expôs sua crítica sensata, como era de esperar de sua austera personalidade, condenando "ab initio" a 3.^a variante, salientando a fraqueza dos efetivos tão disseminados, e refutando a fragilidade dos ataques frontais, compartimentados em desfiladeiros estreitos, sem espaço para quaisquer manobras e sem possibilidades de intercomunicação ou de ligação de qualquer natureza e bem assim sem posições adequadas ao apoio de fogos, com canhões de pequeno campo vertical, de que era dotada a nossa Artilharia. Sobre a 2.^a variante, opina com Mitre, classificando-a de complexa e indiscreta, pois a trabalhosa faina de embarques e desembarques de pessoal e material, a mudança e instalação da base de operações e de reabastecimentos em Emboscada, haviam de denunciar tão evidentemente a manobra, que o inimigo ou retiraria das posições, ou teria tempo suficiente para se cobrir na frente ameaçada. Por fim, a 1.^a variante, julgada a mais fraca, pelo próprio proponente, foi, entretanto, considerada a mais interessante, sobretudo com as contrapropostas da ação flanqueante secundária, por Altos e Tobati, e da ação diversionária dos ataques de fixação diante de Ascurra e de Cerro Leon, as quais, quando devidamente explicadas e defendidas no Conselho de Comandos convocado pelo Conde, a 7 de julho, fêz com que Mitre, que defendia a tese da ação de força frontal, se declarasse "vencido" embora não "convencido", sujeitando-se às opiniões dos generais brasileiros, porque o seu Exército carecia de recursos para efetivar a sua tese".

O Art. 3.^º do Tratado da Tríplice Aliança estipulava categóricamente a competência do Comandante das Armas Argentinas, na direção das operações, enquanto as mesmas se desenvolvessem nas proximidades imediatas de seu território e admitia a reciprocidade de comando, quando a luta se transferisse para o território de qualquer dos outros aliados, isto para homenagem ao Presidente da República Argentina, presente ao TO, de vez que excluída estava a hipótese de D. Pedro II assumir tal direção. No momento, a presença augusta do Príncipe, disposta allá do efetivo manobreiro da cam-

panha, dava de fato direito ao Brasil para esse comando, como o reconheceu o general argentino, mas entendimentos foram estabelecidos e protocolos diplomáticos foram trocados, estabelecendo-se um "status quo" em que cada uma das forças aliadas ficaria sob o exclusivo comando do respectivo general-chefe, tomado todas as suas ações o caráter de espontânea colaboração, ato modificativo do Tratado que só foi, por fim, ratificado e assinado em 5 de outubro do ano em causa.

Os generais brasileiros se entusiasmam com o "Plano de Operações" que vem se esboçando e de que Osório, entre duas cortadas de mate, vai gostosamente revelando as idéias gerais, principalmente quando a definiu como "a manobra de flanco de larga envergadura, das do gênero que Caxias tanto usava", o que teria sido bastante para que todos concordassem em admitir ser a única maneira certa de prosseguir a Campanha, porque assim sempre o fez o Mestre.

Para o Marechal Conde d'Eu, criado militarmente no conceito das manobras européias de uma Logística a curta distância, o Plano parecia um tanto aventureiro e preocupante, pois ele bem pesava a extensão e as dificuldades que teria de vencer, no desbordamento pelo Sul, a segurança que exigia, a complexidade de Logística a enfrentar, embora, já na reunião de Comandantes Aliados de 7 de julho, tivesse obtido o formal compromisso de Mitre de defender a linha de comunicações durante todo o período da manobra para a batalha. Inversamente, o entusiasmo de "seus" generais e o pleno apoio que davam à idéia eram razões fortes para que o Conde enfrentasse, com galhardia, esse "risco calculado".

Como era hábito na época, esse Plano para a Manobra do Peribebui jamais teve redação completa e específica, embora a famosa ata da reunião de 7 de julho consigne o desenvolvimento do mesmo. Reuniam-se os comandantes, que ouviam as generalidades, a concepção da manobra e, por fim, recebiam as respectivas Cartas-Instruções que fixavam a responsabilidade de cada um.

Em realidade, uma atenta análise da famosa ata citada permite extrair elementos, por vezes textuais, para estabelecer:

a) **Finalidade da Manobra:** "Acabar-se, o mais prontamente possível e por meio das armas, a guerra em que se acham empenhados o Brasil, a Confederação Argentina e o Estado Oriental contra o Governo do Paraguai" (sic);

b) **Inimigo e Possibilidades:** Em torno do Ditador, no triângulo Caacupé-Ascurra-Peribebui existem de 8 a 10 mil combatentes, mal fardados e mal equipados, heterogêneamente armados, porém de moral fanatizado e comandados por chefes carentes de técnica mas ousados e inconsequentes, as suas possibilidades sendo: 1.^{a)} "retirar-se para o lado de Leste" (sic) ou de NE, depois de tirar o melhor partido possível de suas atuais posições dominantes, face à subida

da Serra (por onde, aliás, esperava ser atacado); 2.º) surpreendido por manobra desbordante por quaisquer dos flancos, resistir nas atuais posições, ou onde quer que seja atacado, por forma a permitir, por meio de cobertura forte, a internação do Ditador nas matas de Leste, onde viveria a aventura e as guerrilhas; 3.º) desfechamento de golpes de mão de vaivém, sobre a Estrada de Ferro, visando a desarticular a nossa linha de comunicações e destruir os depósitos nela instalados;

c) **Concepção da Manobra** — Colocar as Fôrças Aliadas à retaguarda das do inimigo, cortando-lhe a retirada para as ricas regiões ervateiras de Leste, ocupando, para isso, a localidade de São José, a qual, "se ocupada antes do inimigo ali chegar, seja porque não se tenha movido, disposto a resistir nas atuais posições do Ascurra, seja por que, tentando retirar-se, não tenha podido fazer sua marcha com a celeridade necessária, irá encontrá-lo, subindo pelo fácil declive pouco coberto de mato e sem desfiladeiro que a Cordilheira oferece por aquêle lado" (sic); manter em segurança a linha de comunicações do Exército Aliado, para o que contaria com a cooperação do Gen E. Mitre, que, ademais, para mascarar o deslocamento da coluna expedicionária e fixar o inimigo nas atuais posições, lançará, no mesmo dia do movimento, um reconhecimento em fôrça sobre os acampamentos fronteiros à base de Piraju; por fim, completar a ação envolvente da coluna expedicionária por um movimento em fôrça lançado na direção de Altos e Atirá, visando a barrar a retirada do inimigo para NE e procedido em coordenação com o ataque daquela fôrça.

Por outro lado, as Cartas-Instruções (Anexos "E", "F", "G", "H"), fornecidas aos comandantes de grupamentos de fôrça, além de lhes fixar as respectivas missões e definir suas responsabilidades, permitem esquematicamente compor o seguinte:

— **Ritmo da Operação: (Croqui n.º 4)**

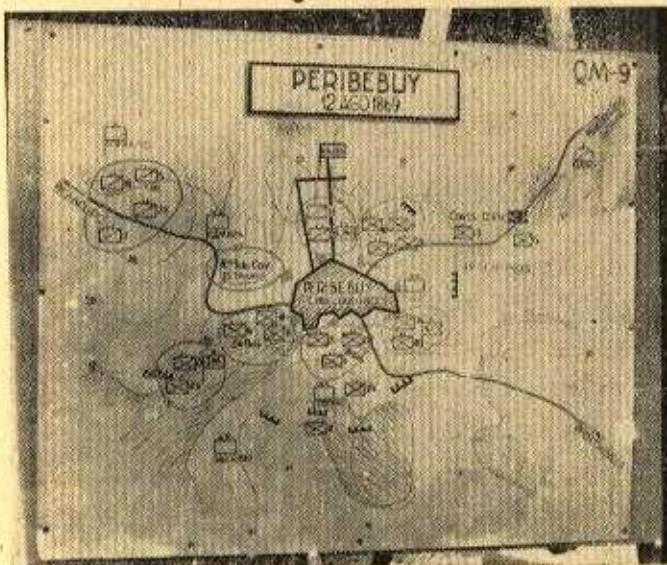
— **Numa fase preparatória: (de D-3 a D)** — Ocupar prontamente Ibitimi, Ibicui e Pirajura, mais ao Sul, com vigilância levada até ao Passo do Achar, sobre o rio Tebiuari-MI;

— **Numa 1.ª fase: (D a D-5)** — Deslocar o grosso das fôrças para a região de Valenzuela, em condições de atuar em fôrça sobre Perubebui ou sobre São José e ocupar a estrada Barreiro Grande-São José-Vila Rica. Mascaração o inicio do movimento do grosso por meio de ações frontais de pequena profundidade.

— **Numa 2.ª fase: (a partir de D-7)** — Combinado com a ação de fôrça partida de Altos e Atirá sobre Caacupé ou Barreiro Grande, procurar destruir os agrupamentos inimigos nas posições atuais, ou pelo menos impedir que se reagrupem em Caraguataí ou São José:

— **3.ª fase: Perseguição aos remanescentes.**

CROQUI N.º 4



Esquema da Manobra do PERIBEBUI

5 — A MANOBRA PARA A BATALHA

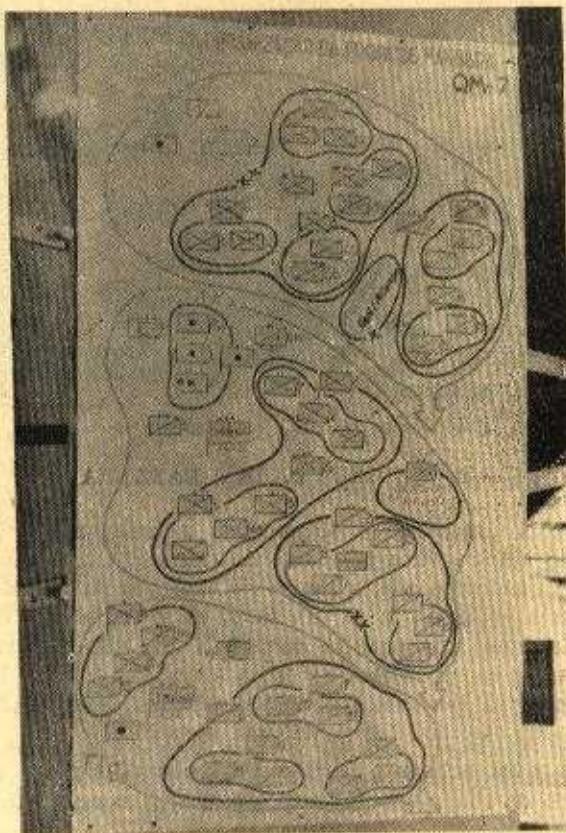
Estava, pois, assentado o plano para a manobra do Peribebui cuja execução aguardava a promessa do Gen argentino E. Mitre, de 1.000 infantes escolhidos que, segundo o estabelecido na reunião de 7 de julho, deveriam estar no T. O., na torna-viagem de nau que deveria deixar Assunção por aqueles dias. Os fatos não confirmaram a promessa e antes comprovaram as previsões do conselheiro Paranhos, também presente à reunião, segundo as quais o Governo Argentino não poderia, na ocasião, dispor daquele efetivo.

O Conde d'Eu achava que não era possível esperar por mais tempo o inicio de sua manobra, estabelecendo, portanto: D = 1.º de agosto.

Balanceando as forças disponíveis, o Conde d'Eu estava satisfeito com a distribuição estabelecida, pois a coluna expedicionária, composta dos 1.º e 2.º C. Ex., flanco-guardados pela divisão J. Manuel Mena Barreto, somava o total de 21.150 homens, ou seja, 71% dos efetivos presentes, caracterizando a potência da concepção napoleônica da manobra de ala, enquanto que apenas 1/3 (9.317 combatentes) do total se destinava à fixação do inimigo e à segurança da linha de comunicações, numa primeira fase, e numa segunda etapa, à ação de vigilância e ação desbordante pelo Norte. De qualquer forma, a despeito das missões atribuídas, esse destacamento

de segurança havia de combater na razão de 1x1 inimigo, enquanto que a Fôrça Expedicionária combateria na razão de 2x1, e a sua Flanco-guarda, quase toda de cavalaria, valia 1/3 do efetivo do C. Ex. do Marquês do Herval (croquis n.º 5 e 6).

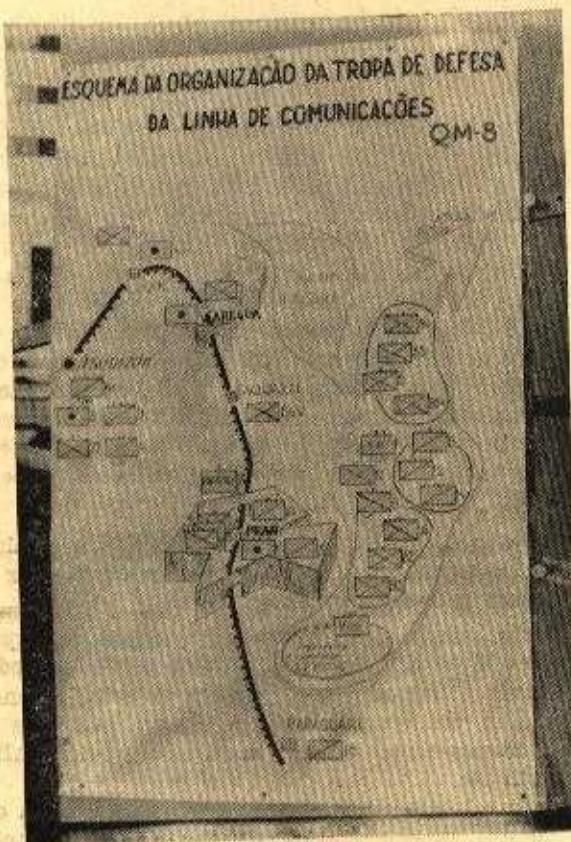
CROQUI N.º 5



Esquema de Organização da Tropa de Manobra
(Ver Anexos "A", "B", "C")

O segundo elemento da manobra de ala, a velocidade, também foi objeto de estudos, para estabelecimento de medidas especiais, recomendações e transigências. A tropa a movimentar compõe-se de 78% de infantaria, 20% de cavalaria e elementos de artilharia, engenharia e trens, tropa essa portadora de hábitos e vícios consolidados por quatro longos anos de guerra de movimento, em terrenos e estradas em que os banhados, os lamaçais, os atoleiros e quando

CROQUI N.º 6



Esquema de Organização da Tropa de Defesa da Linha de Comunicações
(Ver Anexo "D")

secos, os areais, eram uma constante impressionante. A infantaria deslocava-se por seus próprios meios, trazendo atrás de si trens de combate, muitas vezes arrastados por juntas de bois ou transportados em dorso de cargueiros, sobre carregados agora, depois de 7 meses de estagnação em torno de Assunção, com centenas de "cupidinhos", os gericos de que o exército se encheu por "aquisição própria" para transporte dos "bens pessoais", das vivandeiras, das "chinás" e do que mais lôr. Foi portanto de alto acerto a medida de determinar que a infantaria marchasse pelo leito da ferrovia, enquanto que os trens deveriam utilizar a estrada paralela, cujas condições..., com as chuvas hêmias, não haviam de ser das mais apreciáveis, como também terá sido recomendável a predeterminação de locais de estacionamento separados, da tropa e dos trens, cada qual do seu lado da estrada que demanda Paraguari, assim como terão

sido certas as concessões e transigências permitidas, durante a fase preliminar e 1.^a fase, quais as dos contatos, em fim de marcha, dos homens com os T. C., com suas chinas e seu jericos que traziam o "de comer", já que o hábito militar da época era a distribuição das rações individuais cruas, para preparo pelo homem que a consumia. Outrossim deve ser levada à conta da preocupação do Comandante-Chefe em obter velocidade relativa, ou, pelo menos, constância de movimentos, a prefixação de prazos, que, aparentemente longos, serviam entretanto para assegurar a repetição de jornadas curtas, economizando esforços dos infantes e garantindo oportunidade de ligações, ao fim de cada fase prevista. Por fim, a sábia dosagem de cavalaria em cada destacamento permitia u'a marcha calma, descançada e até despreocupada, aos grossos de infantaria assegurando a continuidade e uniformidade do movimento. Foi preocupação constante do Príncipe Comandante, desde a sua chegada ao T. O. guarani, a renovação de sua remonta e o forrageamento dos 27.000 cavalos constantes da "grade" do Quartel-Mestre, naquele memorável dia 16 de abril, dos quais mais de 10.000 estavam estropiados e inservíveis.

Todavia, a velocidade foi pouca. Caxias em Tulu-Cuê e no Piquiciri, em idênticas condições, obteve maior rapidez e melhores rendimentos em seus deslocamentos.

Finalmente o terceiro elemento da manobra, a surpresa, conseguiu o Conde d'Eu assegurá-la, mediante as seguintes medidas gerais:

— adotando a manobra que, por sua ousadia, extensão e naturais dificuldades era considerada, na época, a menos provável e, sobretudo, a menos esperada pelo inimigo, segundo confirmadas informações colhidas;

— fazendo combinar, com leveira precedência, cada deslocamento dos elementos expedicionários, de ativas demonstrações de força, face aos desfiladeiros que conduzem ao alto da cordilheira, fronteiros a Piraju e a Taquaral;

— mantendo, por muito tempo, durante os movimentos dos grossos, em constante atividade e como tropa de contenção frontal, a volumosa coluna do General argentino Emilio Mitre, e estabelecendo que a cooperação traduzida no desbordamento pelo Norte, dessa força só tivesse início depois de claramente definida a situação da 1.^a fase, ou quando o troar do canhão marcassem sério engajamento daqueles grossos com as forças inimigas;

— finalmente, fazendo deslocar fortes elementos de segurança para cobrir direções perigosas, fora do eixo principal da ação envolvente, dando a falsa impressão de u'a mais extensa manobra do que a realmente planejada e adotada.

Entrementes o Conde d'Eu não estava tranqüilo, comprova-o o texto da Carta-Instrução dirigida ao Gen José Auto. Há, nesse precioso documento, ressabios de ceticismo quanto ao exato cumprimento, por parte da tropa de contenção frontal, cuja "direção geral

das ditas fôrças pertence ao Comandante-em-Chefe do Exército Argentino, General D. Emilio Mitre" (sic), com evidentes temores de que o ilustre Chefe aliado, empolgado por sua idéia inicial do ataque frontal, se engajassem demasiadamente profundo nas fintas que devia realizar, e compromettesse o desenvolver da manobra, ou então, antecipando o troar do canhão indicativo do engajamento dos grossos no alto da montanha, ou do aviso correspondente, se lançasse inopinada e ousadamente a algum ataque nos desfiladeiros da cordilheira, ou mesmo ao desbordamento por Altos e Atirá, abandonando à sua sorte, a linha de comunicações e os depósitos nela instalados a tão duras penas, angústia decorrente do defeituoso comando paralelo e claramente demonstradas na citada Carta-Instrução, quando recomenda, no item 3.º: "...Na execução, porém, do que indicar o General Mitre deve o Brigadeiro José Auto da Silva Guimaraes cingir-se aos pontos essenciais estabelecidos na dita ata (de 7 de julho de 69)" (sic) e, bem assim, no final do mesmo item, "...No caso de ter-se de verificar dito ataque, compete ao General Mitre determinar a direção que deve levar e a repartição mais conveniente das fôrças aliadas, parecendo, por ora, pelas explorações a que já têm procedido o Cel Camilo Mércio Pereira e o Cap Amarante, que a direção mais vantajosa é a das subidas que conduzam aos povoados de Altos e Atirá e às quais se chega pelo caminho que atravessa o braço da lagoa em frente à estação de Taquaral" (sic), recomendações estas que crescem de importância ao se notar que as tropas do Gen Auto representam 70% do destacamento gentilmente posto sob o comando do Gen Mitre (desde que as ordens dêste coincidam com as do comando brasileiro).

Outra razão para as preocupações do Príncipe era a questão dos reabastecimentos e forrageamento da numerosa cavalhada, ambos nas mãos de um único fornecedor Sr. Lanus, de quem disse Taunay, nas suas famosas Cartas de Companha: "... o qual só com sua proposta fez fugir todas as outras, pois vai ela firmar-se em um material considerável, cuja posse atemoriza aos mais concorrentes" (sic), explicando em outra correspondência: "... Embalde anuncia-se a concorrência para novos contratos, os pretendentes mais, no caso de se apresentarem, recuam diante da responsabilidade em montar o material para os primeiros meses de fornecimento e das somas que precisariam despender" (sic), completando, com certa malícia: "... Fica, pois, de pé o ajuste de muitos anos, havendo, até certo ponto, perigo em esmerilhar-lhe muito as irregularidades, quando elas não provenham da má vontade e da falta de atividade" (sic). O Conde d'Eu consegue atestar os depósitos de Pirajú e de Taquaral, ainda que esvaziando os de Assunção, mas as promessas são boas e a presença de numerosa ponta de gado desembarcando em Angustura alivia a tensão de S. Alteza, nas vésperas do inicio do movimento, mas não antes de outorgar ao Gen Auto a autoridade bastante para se corresponder diretamente com o Governo Imperial.

com o Comando-em-Chefe das Fôrças Navais e com os representantes diplomáticos ou outros funcionários brasileiros existentes nas Estados do Rio da Prata, para a transmissão de notícias importantes ou para requisições ou remessas de praças doentes... uma pequena dose de derrotismo, numa grande receita de previsão.

Mas a manobra se desenrola com pleno êxito e precisão, tanto assim que a 7 de agosto (D+6) o grosso das tropas atinge Valenzuela, encontrada deserta, depois, sem dúvida, de escaramuças mais ou menos violentas, nos desfiladeiros de Sapucai e na própria estrada Venezuela-Ibitimi, fato este que o Conde d'Eu comentava, entre surpresa e eufórico dos fáceis sucessos dessa 1.^a fase, "... Parece incrível que a picada por onde acabamos de subir houvesse sido, até o último momento, mantida aberta, para as comunicações que López tinha com os distritos meridionais de Vila Rica, Juti, Caarapá, etc.. Também, era crença geral entre os paraguaios que o movimento flanqueante se estenderia no sentido de Vila Rica, enganados como foram pelas expedições do General João Manoel e, sobretudo, pela do Gen Portinho."

Resquin, historiando o episódio, confirmou os informes e informações de que se utilizou o Conde d'Eu para montar sua manobra envolvente pelo Sapucai, com a seguinte explicação: "... quando López sentiu o movimento de flanco do exército brasileiro não tratou mais de fortificar o Sapucai, logo mandou ordem a Romero que se reunisse à divisão existente em São José, deixando aberta a picada de Valenzuela, por não julgá-la de importância, logo que a de Sapucai fosse tomada, ou também, por não conhecer bem aquela subida; e, se não mandou mais gente defender Sapucai, foi por supor que uma força brasileira podia dar volta por outro caminho e vir sair à retaguarda da posição fortificada, cortando toda a gente que estivesse nessa posição..." (sic), explicação pouco coerente, como aliás é todo o livro do historiador em causa, mas que faz inflar o nosso orgulho militar pelo testemunho que dá, do respeito em que era tida a capacidade manobreira das tropas brasileiras.

Em verdade, quando, em meados de junho, o Conde d'Eu ordenou a Portinho a execução da transposição do Paraná em Encarnacion e da ação sobre Vila Rica provocou a reação de López mandando seguir, para barrar-lhe o avanço, tropas do Cel Rozendo Romero, que deveriam fazê-lo no corte da orroio Pirapó ou Pirapoguaçu, afluente do Tebicuari, e a 20 léguas (120 km) ao sul daquela cidade de Vila Rica. Dêsse passo foi desalojado a 8 de julho, pela ação violenta dos bravos gaúchos do 1.^º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, sob as ordens do intrépido Ten Cel Serafim Corrêa de Barros, que durante uma semana se bateu em escaramuças ao longo da picada de Rolan-Cuê, mantendo o contato com o inimigo em retirada ao longo dos 20 km que separam aquélle passo da localidade abandonada de Yuti, situada entre matas impenetráveis e estelhos invadíveis, e onde uma retaguarda de 2 Btl. Inf. com 2 peças de artilharia resistiu por mais

de 4 dias e até completa exaustão, deixando numerosos mortos e feridos. Diante do terreno hostil que defrontava e levando em conta a volumosa impedimenta que a divisão trazia, constante de numerosa caçalhada e boiada, Portinho resolve voltar para a margem esquerda do rio Tebicuari, o que fez através do Passo Jará (ou Passo do Barcelo), oito léguas a jusante do local onde, 21 dias antes, havia atravessado dito rio, em busca do contato com o inimigo, e onde entrou em ligação com a canhoneira Henrique Martins e o monitor Ceará, da imperial esquadra que aliviaram a impedimenta transportando os feridos para os hospitais de Humaitá e de Assunção, conduzindo para essa capital as famílias retirantes, libertadas e trânsfugas e trazendo um dos Ajudante de Campo do Conde d'Eu com recados que confirmavam o acerto da mudança de direção efetivada por Portinho e determinando o recolhimento da coluna a Assunção, pelos caminhos da Zona do Interior balizados por Caapucu, Tabapuí, Itá, S. Lourenço, também conhecido como Estrada das Missões. Por outro lado Romero, talvez iludido pela manobra de Portinho, também retirou suas tropas cansadas e desfalcadas, havendo notícias de sua passagem sucessivamente por Caazapá, Capila Borja, São José e Ascurra, tudo no decorrer do mês de julho.

Dessa forma, o Conde d'Eu ao chegar a Valenzuela, lança reconhecimentos sobre as direções de:

- Peribebuí,
- Itacurubi e

— São José; os quais, completando os informes de fugitivos, trânsfugas e desertores, permitiram montar o seguinte quadro da situação do inimigo:

— em Peribebuí o inimigo se fortifica ativamente, cavando profundos fossos, nas direções perigosas, e erguendo fortes parapeitos e posições de tiro, inclusive para peças de artilharia; a guarnição sobe aos 1.800 a 2.000 homens e está sob o comando do Cel Pablo Caballero;

— Itacurubi foi surpreendida pelos nossos reconhecimentos, que a encontraram quase deserta, tendo os mesmos voltados sem combater e trazendo mancheias de alfaias de prata, encontradas em uma fazenda de parentes de López que não tiveram tempo de escondê-las;

— São José também foi encontrada desguarnecida de tropas, inclusive nas suas cercanias; a população civil reconhecia nos nossos esquadrões as tropas do "exército salvador";

... além disso insistentes e repetidas notícias dão a presença de López com o grosso de suas tropas, ainda em Ascurra e Caacupé.

É o momento, portanto, de desencadear a 2.^a fase da manobra, atacando, para aplastar, Peribebuí, por forma a impedir a fuga do inimigo para o Leste.

Na manhã do dia 10, o Conde d'Eu marcha resolutamente sobre Peribebuí, que atinge com seus grossos emassados (1.^º e 2.^º C.Ex.)

no correr da jornada dêsse dia, gastando a tarde e a noite e mais a jornada seguinte para desdobrar seu dispositivo de ataque à cidade fortificada, e de segurança, particularmente na direção de Caacupé, de onde podem surgir elementos de contra-ataque, admitindo, ou-trossim, que seria o momento azado para dar o aviso para inicio do desbordamento pelo Norte, conforme combinado com Mitre e amplamente recomendado a José Auto.

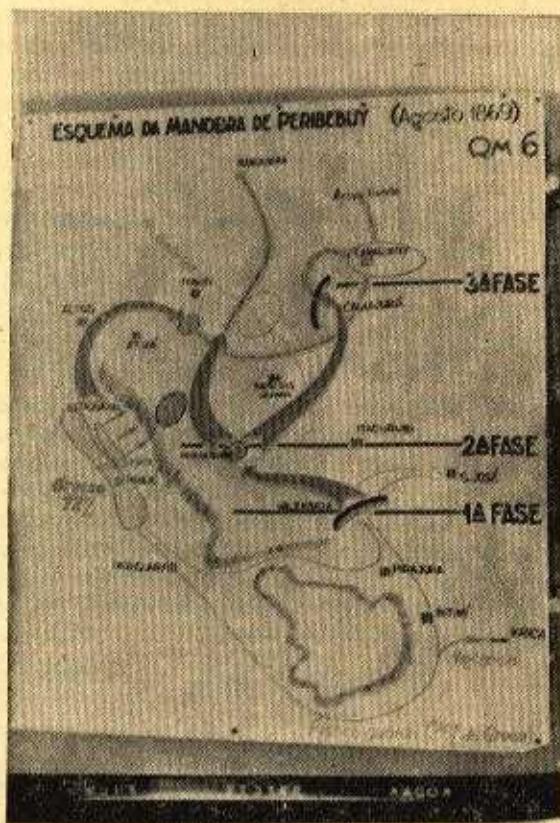
Para atacar Peribebui, resolveu o Conde d'Eu aplicar ações convergentes de seus dois C.Ex., investindo pelo Sul o 1.º C.Ex., com Osório à testa, que nesta altura já enquadrava também as forças do Brig João Manuel Mena Barreto, o cavaleiro da véspera; enquanto que por N.E., o próprio Conde conduziria as tropas do 2.º C.Ex. e Div. Argentina, a cavaleiro da estrada de Barreiro Grande, tendo os Argentinos à esquerda e mais elementos da 3.ª Bda Inf. sob comando direto de Vitorino Monteiro, que substituía o Gen Polldoro, por motivo de doença, na direção do 2.º C.Ex., fazendo ligações com Osório; cobrindo-se por N. e N.W., pelos cavaleiros do Brig Vasco Alves e Câmara, sendo que este devia, ademais, vigiar a direção de Caacupé, dispositivo esse realizado no fim da jornada de 11 de agosto. (croqui n.º 6)

Notícias e boatos da presença de tropas inimigas em Barreiro Grande, impuseram o deslocamento rápido e imediato da Divisão de Cavalaria Bueno, seguida, ainda a 11, de Destacamento composto de 2 Bdas de Infantaria e uma Div. Argentina, tudo sob o Cmdo de Resin para aquèle local, onde apenas foram constados indícios da passagem de forte coluna que se dirigia para Caacupé ou Ascurras, tudo fazendo crer tratar-se da chamada e reunião dos últimos recursos válidos para engrossar as tropas do Ditador.

As manhãs de inverno no alto da Serra são, em geral, frias e cobertas de neblina, de sorte que só às 8 horas da manhã houve visibilidade para a ação da artilharia e inicio da abordagem meia hora depois, com os habituais lances de coragem e heroísmo dos atacantes aliados contra a tenaz e obsecada resistência dos defensores, dramática luta que Borman descreveu e finalizou com o seguinte tópico: "... nesse certame, em que os próprios generais parecem contender entre si, pela maior messe de glórias, cai, mortalmente ferido, junto à contra-escarpa e expira alguns minutos depois o intrépido General João Manuel, um dos bravos cujo nome e serviços a Pátria nunca deve olvidar."

A vitória de Peribebui, ainda que custando a vida preciosa dêsse grande General e mais a de 7 oficiais e 45 soldados, além de ferimentos em 61 oficiais e 385 soldados dos Aliados, representou o aniquilamento completo e total da força de cobertura ali postada pelo Ditador. Dentre as centenas de mortos figurava o próprio Pablo Caballero, comandante da praça, tendo sido feitos prisioneiros tantos

CROQUI N.^o 6



Esquema do Dispositivo de ataque a PERIBEBUI

quantos não tombaram mortos, havendo na guarnição, como já era sabido, grande número de estroplados das lutas anteriores, combatendo lado a lado com jovens adolescentes e mulheres, utilizando o mais variado e exótico armamento capaz de arremessar projéteis de qualquer natureza. Peribebui era já a terceira capital de guerra do Paraguai e nela foram encontrados não só os arquivos da República, como vultosa soma de dinheiro do erário público, representado por cédulas e moedas estrangeiras, inclusive brasileiras, tudo fazendo crer que López tenha sido surpreendido pela violência esmagadora do ataque brasileiro contra aquela cidade fortificada. Peribebui não era, evidentemente, um objetivo principal em que merecesse empenhar-se toda a força expedicionária para conquistá-lo, mas o Conde d'Eu terá tido duas razões muito fortes para fazê-lo, primeira, a obediência doutrinária da indivisibilidade de força de manobra, pois Sua Alteza sabia ou temia que o inimigo fosse mais forte do que cada

um de seus Corpos de Exército isolados, sobretudo porque, manobrando em linhas interiores, poderia o Ditador montar perigosas ações convergentes sobre seus atacantes, divididos e dissociados; a outra, de natureza logística, a tropa não estava bem alimentada e a cavalhada estava pessimamente forrageada, o fator velocidade falhava. Entre atacar imediatamente os grossos inimigos em Caacupé, Sanga-Hu e Ascurras, desbordando Peribebuí, deixada para trás sob cerco, com a tropa exausta, fracionada e com reabastecimento duvidoso, e perder três dias na tomada do dispositivo de assédio a essa praça forte e consequente assalto, e mais três outros para recompor e deslocar a coluna atacante sobre aquélle objetivo final, tudo isso enquanto se apressavam comboios de gêneros e munições e se exploravam os enormes recursos acumulados em Peribebuí, foi, sem dúvida alguma, medida de alta sabedoria e de elementar prudência que muito nobilita seu autor, a de escolher a segunda variante.

Desde o dia 9 de agosto que as notícias confirmam a hipótese de que o inimigo espera ser atacado em Caacupé, Sanga-Hu, Ascurras, entretanto, quando houve o ataque a Peribebuí, o Conde d'Eu se cobriu fortemente na direção de Caacupé, com as tropas de Câmara, precaução desnecessária, embora muito recomendável, para um chefe cioso de seus deveres para com a segurança de suas operações. López abandonou Peribebuí à sua própria sorte, e em vez de tentar socorrer aquela praça forte, preferiu internar-se, dando lugar às medidas radicais que adiante se verão.

Nessa altura o Conde d'Eu já sabia do prematuro deslocamento das forças de Mitre, atravessando, a pé enxuto o rio Piraju em frente a Taquaral, graças aos esforços técnicos do pequeno contingente de engenharia, presente ao Destacamento, e então, mais uma vez fiel ao princípio universal de "juntar para combater", pensou em acometer as tropas inimigas, com toda a sua tropa expedicionária, atacando segundo as direções Peribebuí-Caacupé, com o 1.º C.Ex. e Atirá-Caacupé, com o Destacamento Mitre, enquanto que o 2.º C.Ex., desbordando pelo Norte, barraria e impediria tentativas de fuga, segundo a direção Caacupé-Caraguatai.

Estava montada a batalha final, cujas características, entretanto as circunstâncias haviam de mudar radicalmente, talvez para maior glória das Armas brasileiras.

6 — A MANOBRA NA BATALHA

As 12h15min do dia 13 de agosto o Conde d'Eu deu inicio à marcha para a batalha final, que, como em Peribebuí, deveria aniquilar completamente os exércitos inimigos estacionados em Caacupé, Sanga-Hu e Ascurras. A manobra concebida era, de fato, esmagadora, pois o 1.º C.Ex., marchando na testa, tomaria contato, engajaria e atacaria na direção de Caacupé, enquanto que o 2.º C.Ex., em segun-

do escalão, deslizando pela direita, barraria as saídas do campo de batalha que conduzem a Barreiro Grande e a Caraguataí, ao mesmo tempo que o Destacamento Mitre, forçando as tropas de Montiel em Atirá, avançaria também sobre Caacupé; operação simples, factível que apresentava a grande vantagem de solicitar uma ação maciça de todo o exército dos aliados contra as tropas de López, atuando na razão de 3x1, quanto a efetivos, mas com o ponto fraco de ser mentada sobre um dado incontrolável, na época, qual o da "cooperação" da coluna Mitre, cujo avanço não podia ter convenientemente acompanhado pelo comandante-chefe no outro extremo do T.O.

Caacupé ficava a 2 léguas a NW de Peribebuí, mas percorrida a primeira légua, o Conde D'Eu deparou com a primeira dificuldade: a estrada se trifurcava, o ramo da direita, segundo diziam, para Caacupé; o do centro, para Sanga-Hu, onde diziam existir um baluarte defensivo onde vivia López e o terceiro, rumava para Cerro-Lecn-Piraju, e estranhamente o caminho de Caacupé, o pior dos três quanto a condições de tráfego, era também o que menores indícios de utilização apresentava e não era vigiado como os outros, por patrulhas bem montadas, tirando bom partido das cobertas que a rala vegetação oferecia. Mas o que mais preocupava o Conde d'Eu era o fato de que o estado da cavalhada era precário, os meios de reconhecimento eram fracos e de pequeno rendimento, por causa daquela precariedade, e a própria infantaria sempre tão galante nas provas de abnegada resistência fraquejava, deixando ao longo do caminho magotes de estropiados, indiferentes às consequências previstas nos hábitos disciplinares da época.

No confronto entre o ataque imediato, rápido e montado a despeito da exaustão da tropa e a segurança de uma procrastinação para um justo descanso e re confortantes reabastecimentos, o Comandante-Chefe prefere a segunda, e manda instalar acampamentos nos locais atingidos. Por outro lado, o Conde d'Eu já havia perdido, por doença que o obrigou a se recolher aos hospitais de Assunção, o Gen Polidoro, comandante efetivo do 2º C.Ex., que, pouco antes de Peribebuí, fora substituído pelo General Vitorino José Carneiro Monteiro; agora, eram os padecimentos da mal curada ferida de Osório, — o "comandante de homens livres" —, que iam obrigar-lo a passar o comando do 1º C.Ex. ao General José Luiz Mena Barreto, o que ocorreu na noite de 15 para 16. E o General Osório, a quem o Conde d'Eu tanto acatava, era contrário ao prosseguimento da marcha no lastimável estado físico em que se encontrava a tropa...; os retardatários não sofreram as duras penas previstas para o caso, no intransigente regulamento disciplinar do Conde de Lippe.

No correr do dia 14, também não se marchou, mas foram lançados vários reconhecimentos, uns de combate que noticiaram movimentos na picada que conduz a Caraguataí e que trouxeram panfletos convidando para a solenidade do Te Deum comemorativo da

"Vitória de Peribebui", rezado em Caacupé no dia 13; outros técnicos, como os dos incansáveis engenheiros Catão e Jardim, que exploraram os passos de Chololó e de Cerro Leon, encontrados sem vivalma, danificados e intransitáveis, embora com indícios de utilização recente, pelos depósitos que apresentavam; e também o do próprio Chefe da Comissão de Engenheiros, Rufino Galvão, feito sobre a estrada de Caacupé, por mais de uma légua a dentro, que foi julgada utilizável para as nossas viaturas, depois de rápidos consertos logo iniciados pelo Btl. de Engenharia.

Domingo dia 15, foi a data marcada para reinício da marcha. As 6 horas da manhã o Conde d'Eu, cujo acampamento se localizara entre os dois C.Ex., deixa ordens ao Cmt do 2.º para guardar as estradas de Caacupé e de Sanga-Hu e se dirige, em andadura viva para a testa do 1.º C.Ex., que já se havia adentrado pela estrada de Caacupé e pára, légua e meia percorrida, diante de um passo encachoeirado, que a engenharia se propõe a melhorar em duas ou três horas, e ai, por declaração de dois oficiais prisioneiros, vem a saber que López, na noite da véspera, fizera evacuar tóda a guarnição de Caacupé para os ervais do Norte, marchando él, com cerca de 6.000 homens, 24 bôcas-de-fogo e numeroso municio de bôca, no primeiro escalão, que por essa altura já estaria a légua e meia ou duas de Caacupé, enquanto que Caballero, com cerca de 4 ou 5 mil combatentes, faria a retaguarda, cobrindo inclusive numeroso carretame. Esta notícia, confirmando aquela outra, das patrulhas que notaram muito movimento em Caacupé, levaram o Conde d'Eu a modificações completas na manobra projetada, decorrência aliás da mudança do tipo de batalha imposta pelas circunstâncias. Divididas as fôrças inimigas, quaisquer de seus C.Ex. seriam mais fracos, isoladamente, do que quaisquer dos nossos, dai a idéia vinda à mente esclarecida do Conde D'Eu: dividir seu Corpo Expedicionário nos dois contingentes naturais, 1.º e 2.º C.Ex. e com êles esmagar, onde encontrar, os dois contingentes guaranis, sempre com a deliberada obstinação de aprisionar, ou se necessário, dar fim à vida do Ditador, contra quem, aliás, era feita a guerra.

Da idéia à execução a demora foi mínima. Um bilhete-ordem, rapidamente escrito a lápis, alterou a missão de Vitorino, e a marcha de aproximação se transformou em perseguição, com duas colunas, por itinerários paralelos (V. Anexo "I"), para um duplo combate de encontro, distanciados 1,5 a 2 léguas, um do outro, para os quais a coluna Mitre, vinda de Tobati, serviria de elemento de limpeza de campo de batalha ou de aproveitamento de êxito, se não chegasse demasiadamente fatigada. Vitorino por sua vez, recebendo o recado por volta das 13 horas, uma hora depois fazia seguir Câmara, para cumprimento de sua missão especial, ditada pelo próprio Comandante-Chefe, cuja execução foi, desnecessário esclarecer, correta e oportuna, reunindo-se, com os reforços tomados em Peribebui, às

fôrças de Bueno, em Barreiro Grande, aos últimos raios de sol de inverno (17 horas) dêsse famigerado domingo. Cérrca de zero hora de 16, chegava Vitorino com as quatro brigadas de Infantaria, 1.^a, 3.^a, 4.^a e 10.^a, à mesma região de Barreiro Grande.

Pelos lados de Caacupé, que o Conde d'Eu atingiu por volta das 13 horas, as patrulhas de vanguarda ainda tiroteavam com as retaguardas de Caballero, na entrada da picada através da mata, rumo a Caraguatai. Essa picada, diziam os vaqueanos, atravessa quase léguia e meia de mata cerrada e apresenta alguns atoleiros no caminho, onde em geral foram abertas clareiras, derrubando as árvores marginais para estivas, que não raro se transformavam em obstáculos do tipo abatises. No momento ela apresentava os rastros profundos deixados pela passagem de cerca de 10.000 homens combatentes, mais outros tantos, não combatentes (velhos, mulheres e crianças) e numeroso carretame, ou em outras palavras, apresentava péssimas condições para a marcha dos infantes e para o tráfego dos trens correspondentes. O problema estava, pois, em resolver se lançava a tropa, ainda na tarde de 15 através da picada, em condições de talvez não poder dela desembocar, seja por cansaço, seja porque o inimigo barrasse as saídas da dita picada, ou se repousava em Caacupé para fazer a aproximação na madrugada de 16. Óbvio admitir que a prudência e o bom senso do Conde d'Eu recomendaram a segunda hipótese.

Ainda nessa tarde colheu o Conde d'Eu a satisfação de saber que os reconhecimentos do engenheiro Catão Roxo, encarregado de explorar a descida de Ascurras para a planicie de Piraju, resultaram favoráveis, já que a passagem foi encontrada desguarnecida e julgada francamente utilizável para os comboios de viveres e munições necessários à vida da tropa em combate na frente.

Alta madrugada do dia 16, a 8.^a Bda Cav. do Cel Cipriano de Moraes, composta dos 7.^º e 13.^º Corpos Auxiliares, fazendo a vanguarda da coluna, lança-se picada adentro, que atravessa sem ser molestada, chegando à outra boca, de onde não desembocou de imediato, primeiro, como medida de segurança e segundo, em virtude da neblina que ainda caia na planicie descampada que lhe sucedia e de que os vaqueanos haviam feito referência como sendo a extensa campina de Nhu-Guaçu, denominação indígena de Campo Grande.

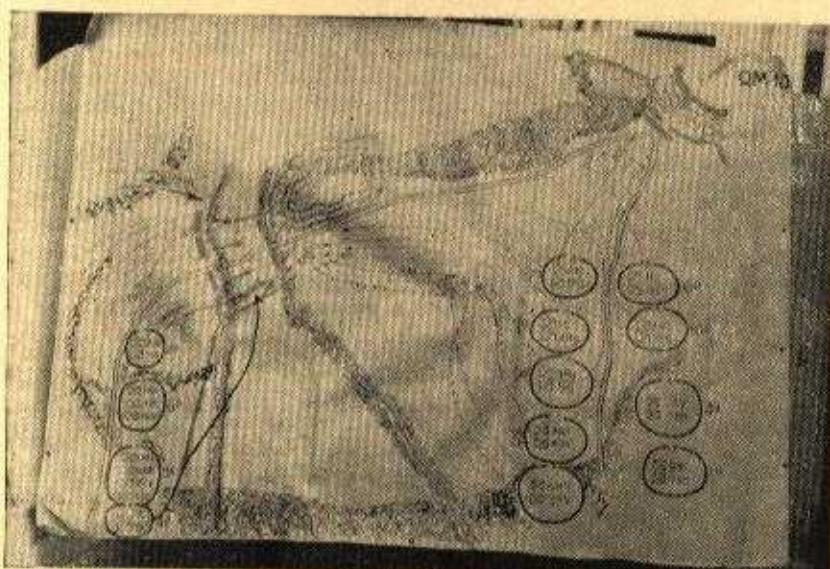
As seis da manhã dêsse dia 16 o Conde d'Eu entrou, com o grosso do destacamento, a 3.^a D.I. do Cel Herculano Sancho da Silva Pedra reforçada pela 8.^a Bda Inf. de Deodoro, que se havia destacado em Peribebui, integrando as fôrças do pranteado João Manuel, pela picada adentro onde as dificuldades maiores passaram a ser, conforme relata Taunay no "Diário do Exército", "... em alguns pontos estreita, em outros atoladiça e logo aos primeiros passos foram reconhecidos os sinais da marcha precipitada que leva a retaguarda de

López; na verdade ao princípio viam-se carréteas abandonadas, trastes, etc.; depois, crianças e mulheres mortas afinal, famílias inteiras desfalecidas de fadiga e metidas no mato; o número dessa gente foi progressivamente aumentando e, como observassem o tratamento simpático que recebiam, saiam ao nosso encontro e voltavam para Caacupé, formando comprida procissão de mulheres, crianças e velhos."

As sete e meia, quando começa a se dissipar a névoa matinal, ouve-se o troar do canhão na direção provável da zona de ação do 2.º C.Ex. Em verdade, Câmara depois de breve repouso em Barreiro Grande, retomou, cerca das duas e meia da madrugada, o avanço sobre a estrada Barreiro Grande-Caraguatai e depois de percorridas duas léguas suas vanguardas (7.ª Bda Cav. de Bento Martins), conseguem, mal-e-mal divisar, do alto de uma coxilha, o entroncamento dessa estrada com a de Caacupé, região que, segundo uns, é conhecida por Pindoti, e por outros como Caagui-Juru, sendo recebidas por cerrados fogos de infantaria e artilharia, partidos da mata que cobria a estrada por Leste, fogos tão violentos que conduziram ao desdobramento da Artilharia de que dispunha Câmara, que supunha engajar-se com a flanco-guarda das tropas de López, principalmente depois que percebe, mais ou menos 1,5 km à esquerda (Oeste), troços de Infantaria, manobrando perto de um capão de mato, contra os quais manda um dos Regimentos da Bda Chananeco (1.º RC). Entremedes os irrequietos gaúchos do 20.º Corpo Provisório do Ten-Cel Souto. Doca conseguem apoderar-se de três carréteas retardatárias do inimigo, mal dissimuladas no mato, matando e ferindo os condutores e aprisionando outro que, entre arrogante e temeroso, informa que López passara pela picada de Caagui-Juru, ainda com sol da véspera, rumo a Caraguatai, que ele, prisioneiro pertencia às forças de Bernal, encarregado da defesa da picada de Caagui-Juru e que a trouxa divisaada no capão à esquerda era possivelmente a de Caballero que possuía muita artilharia..., bate-la esta que, todavia, induz Câmara a mandar avançar o próprio Chananeco, com o outro elemento de sua Brigada, para reconhecer e deter aquela infantaria. Era a tomada de contato dos elementos da direita (croqui n.º 7)

Na esquerda, a canhonada ouvida de NE impressionou não só aos elementos da vanguarda (8.ª Bda Cav. de Cipriano de Moraes) que se apressou em tomar contato com elementos que se divisavam a 1/4 de léguas da boca da picada, como também ao próprio Conde d'Eu e ao Cel Pedra, Cmt da 3.ª D.I. que mandaram, de imediato, "aliviar mochilas" e "2.ª Bda, avançar, acelerado", até à boca da picada, de onde se desenvolveu e desdobrou com os Btl em triângulo (2 cias em 1.º escalão, outra em 2.º), com a precisão de um exercício de campo de instrução, ainda que sob fogo, indo ocupar o intervalo entre os dois corpos de cavalaria que se esforçavam para delimitar os flancos adversários. Era o contato dos elementos da esquerda.

CROQUI N.º 7



Esquema da Batalha de CAMPO GRANDE

O inimigo, sem ceder um passo, aferra no terreno os elementos amigos à medida que se vão desdobrando obrigando o Conde d'Eu a empregar mais uma Bda Inf, a 6.^a, de Lourenço de Araújo, com uma Bia de Artilharia, que progrediu em cunha, com o 1.^o Btl de Linha no centro avançado, cobrindo a Artilharia do Cel Lobo d'Eça, ladeado pelo 46.^o de Voluntários à esquerda e pelo 8.^o de Linha à direita, deixando, todavia, um intervalo entre este e o 2.^o de Linha, da Bda Valporto, que dois esquadrões do 13.^o Corpo Provisório tamponaram como puderam, enquanto que os outros dois esquadrões desse Corpo, com a Legião Paraguaiã faziam esforços inauditos para delimitar o flanco direito do inimigo.

O Conde d'Eu, do alto de uma anfractuosidade do terreno, à pequena distância da boca da picada e entre esta e o arroio Juqueri, que é encaixado, correntoso e de margens abruptas e cuja abordagem e transposição o inimigo parece querer impedir a todo custo, observa a plenitude do campo de batalha, numa profundidade de 3 a 4 Km, percebendo, num último plano a confluência em cascata dos dois arroios, Juqueri e Peribebui, balizando o degrau do altiplano para as alturas médias de Altos-Tobati que, muito mais ao Norte, se esbatem nas margens alagadiças do Rio Paraguai e mais para Leste, vasta região matosa que se estende, a perder de vista, para o Norte. A mesopotâmia entre os dois rios, que sobem como que paralelos, rumo Sul, até à altura do próprio observatório, onde o Juqueri se

perde nas matas atravessadas pela picada e o Peribebui inflete para SW para, numa grande curva, banhar, no seu alto curso, as cidades de Barreiro Grande e Peribebui, apresenta um divisor de águas marcado por pequenas elevações coroadas de mato, onde o inimigo parece ocultar reservas. A picada ou estrada que vai para Caraguatai atravessa o Juqueri por um passo, visível do observatório, do qual deve distar uns 2.000 metros, que parece ser de difícil acesso na margem esquerda, por ser molhado e atoladiço e na margem direita galga em rampa forte, uma elevação das talas da mesopotâmia, sendo ainda dominado por elevação maior, já da margem direita do Peribebui, alturas que se desenvolvem para Leste, sempre matosas e agressivas, no sopé das quais corre a estrada até à garganta de Gaagui-Juru, no cimo da qual está a cidade de Caraguatai.

Desejando firmar mais o flanco direito do inimigo, o Conde d'Eu obtém o beneplácito do General uruguai Henrique de Castro para empregar a sua infantaria em substituição às simples patrulhas de cavalaria do 7.º Corpo Provisório, a fim de liberá-lo para novos reconhecimentos, desaferramento que é conseguido com rápidas cargas dos esquadrões-reserva, reforçados com o próprio esquadrão-escolta, sob o comando do Cap João Teles autorizado pelo Conde, e onde o inimigo revelou um novo e triste tipo de combatente, grupos de jovens armados exclusivamente de chuços de madeira de lei, com choupa e conto de aço, que usavam, ora como lanças, ora como porretes e, às vezes, como dardos, e que investiam inopinadamente sobre os atacantes, sobretudo desgarrados, quais verdadeiros demônios e em seguida se ocultavam na macega, depois de autênticos ataques suicidas, o que faziam com tamanha ousadia, que o próprio Cel Pedra foi vítima de uma emboscada desse tipo, devendo sua vida à gravata de couro de seu esmerado uniforme, que desviou o golpe que lhe era dirigido, embora desequilibrando-o e atirando-o dentro do rio, onde combateu e dominou 3 de seus juvenis adversários.

Por volta das 10 horas da manhã, Deodoro, comandante da 8.ª Bda Inf, que vinha em 3.º escalão, atende a um paraguaio da Legião, gravemente ferido, que buscava tratamento à retaguarda, o qual lhe informou da existência de uma picada, pela esquerda que, dentro de uma orla de mato, val ter, depois de uma légua, quase na confluência dos dois rios. Deodoro determina que o 27.º de Voluntários, muito ressentido dos sucessos de Peribebui, permaneça no local, em guarda do mochilame e apronta o 10.º e o 16.º de Linha para avançarem pelo sobredito caminho, a fim de surpreender o flanco inimigo com a súbita presença de cerca de 600 fuzis, depois, necessariamente, dos pedidos de autorização dos comandos superiores o que o Conde d'Eu não só aprovou, como se lhe mandou ajuntar uma Bia Art com a determinação de uma rápida ação sobre o passo, cujo movimento via crescer a cada instante, e passou a aguardar, tão serenamente quanto podia, os efeitos dessa manobra, sem despregar

o binóculo daquele extremo, por onde, diga-se de passagem, esperava ver surgir, a qualquer momento, a Coluna Mitre. Angústia semelhante à de Caxias, em Itororó, quanto a Osório.

Estavam, entretanto, bem fixadas as características do combate de encontro, onde os flancos constituem o ponto de atração dos litigantes, e, talvez, por isso mesmo, ordenou que a 4.^a Bda Cav (Hipólito Ribeiro), que no dia vinha fazendo a Retaguarda da Coluna, se aproximasse, o que se fez sem detença, avançando os dois Corpos Provisórios, 10.^º e 24.^º a cavaleiro do divisor de águas, o primeiro na vertente do Juqueri e o segundo na do Peribebui.

O canhoneio ouvido de manhã cedo, longinquamente, continua a se ouvir, agora com intervalos mais longos, entre as salvas, mas o crepitir histérico da fuzilaria vem se repetindo amiúde, ora vindo de Leste, de NE, ou de NNE, com ligeiras nuvens de fumaça que parecem emergir da vala do Peribebui. São aquêles Btl inimigos que, muito cedo apareceram à esquerda do 2.^º C.Ex. e contra os quais Câmara destacou a Bda Chananeco, que agora faziam guerrilha, aproveitando a mata do corte para disfarçar seus movimentos, aparecendo, ora aqui, ora ali, ora acolá, mas sempre atraindo, cada vez mais os brasileiros para junto das forças de Caballero que como vimos, barrava tenazmente o acesso e utilização do passo do arroio Juqueri, com boa parte de seus combatentes, enquanto outros eram mantidos em reserva, ocultos nos bosquetes e capões da região, inclusive na margem direita do Peribebui.

Quando Vitorino (Cmt 2.^º C.Ex.) chega ao P.C. de Câmara percebe logo a situação: não é mais oportuno e sobretudo não é seguro forçar a garganta de Caagui-Juru, para acometer López, como era o desejo do Conde, revelado na Carta-Missão de ontem (dia 15), mas convinha aferrar os defensores da boca do desfiladeiro, para o que destaca o 17.^º de Linha (da 1.^a Bda) e o 23.^º de Voluntários, da Bda Wanderley, sob o Cmdo dêsse, como reforço e apoio das duas Bdas de Cavalaria (7.^a e 6.^a) que se engajaram a cavaleiro da estrada e que mantêm sob fogo de artilharia o inimigo da boca da garganta, que Câmara avalia em 2.000 combatentes, às ordens do famoso Major Bernal, lugar-tenente de Romero, batido por Portinho semanas atrás no Passo do Tebiuari-Guassu, no Rolan-Cué e no Yuti; do lado de Chananeco, sem dar maior importância ao incidente, manda o Btl de Floriano Peixoto (9.^º de Linha) e duas bocas de fogo para reforçá-lo, mas percebendo as esquivas do inimigo e depois das informações colhidas de um jovem trânsfuga aprisionado, rapaz de certa cultura, bem falante que disse pertencer a um dos Btl de Caballero, o qual ocupava posições perto do rio Peribebui, com cerca de 4.000 combatentes e muitas bocas de fogo, agora cortados de López e combatendo sob o lema "Vencer ou Morrer", (se a baleia visava a intimidar, produziu efeito contrário), Vitorino manda constituir um Destacamento, sob comando de Mallet, com a 10.^a Bda Inf

(Hermes da Fonseca), com o 6.º Btl de Linha e o 13.º de Voluntários, a Ala esquerda do 1.º Reg Artilharia e à retaguarda o 40.º de Voluntário, ao qual se juntou Câmara, com a 10.ª Bda Cav (Silva Tavares), e 3.º Reg Cav Linha e o esquadrão de clavineiros do 16.º Corpo Provisório, pertencentes à 9.ª Bda (Sabino Mena Barreto), com ordem de absorver o destacamento Chananeço e em conjunto acometer as forças de Caballero, para destruí-las.

Voltando para o lado do Juqueri, o inimigo parece ter iniciado um movimento retrógrado; para cobri-lo, lança fogo na macega ressequida pela longa estiagem, produzindo rolos de fumaça que prejudicam a visibilidade e as ligações e, para desaferrar os elementos da defesa, lança contra-ataques loucos, aos gritos, dos demônios armados de chuços que, pelo inopinado, pela balbúrdia e até mesmo pela extravagância produzem flutuações nas nossas linhas, mesmo porque os veteranos de Tuluti, de Humaitá, de Surubi-Í, de Palmas, de Itororó, de Avai, de Lomas Valentinas, não encontram manobra de liquidar aqueles esqueletos juvenis que se desfazem de suas armas, quando atacados, que não se rendem quando presos, e que inclusive se deixam passar por mortos, atirados no chão, para atacar pelas costas.

Deodoro fascina por sua ousadia calma, decidida, e consegue trazer atrás de sua figura homérica de chefe, não só os Btis de sua Bda, o 10.º e o 16.º e o 13º Corpos Provisórios como também o 1.º de Linha e o 46.º de Voluntários (da 8.ª Bda) e o 2.º de Linha (da 2.ª Bda) que se haviam dispersado inicialmente e que, voltando à calma, se galvanizaram com a disciplina e garbo da 8.ª Bda, que resolutamente, investia sobre o passo, em renhida disputa de cerca de uma hora, ao fim da qual, o inimigo, com grandes perdas, quebrou seus atributos de tenacidade, deixando a posição um tanto atabalhoada-memente.

A mesma calma e resolução, demonstrou-as Valporto, comandante da 2.ª Bda, à frente do 7.º de Linha, seguido de Lourenço de Araujo (6.ª Bda) com o 8.º Btl e dos uruguaios que, a montante do passo, logram atravessar o Juqueri, cobertos pelo 7.º Corpo Provisório e investem de través e de revés, sobre uma artilharia em posição, tomado-a, destruindo-a e desbaratando a tropa de apoio, que tentou atravessar o Peribebuí, por uma velha ponte existente nas cercanias.

Entrementes, à direita do Peribebuí, a Coluna Mallet vai engajando sucessivamente suas unidades, para ampliar o ataque de Chananeço, com o 1.º Corpo Provisório, o 2.º Reg de Linha e o 9º Btl de Linha, de Floriano, metendo mais em linha, o 40.º de Voluntários, à esquerda deste, o 13.º Btl procurando apolar-se no corte do rio, e entrando em ligação com o 24.º Corpo Provisório, da Bda Hipólito Ribeiro, do 1.º C.Ex.; a Artilharia entrou em posição, sob a proteção

do 6.^º, e Câmara desenvolveu ações envolventes, que desmoralizaram completamente o inimigo, impondo-lhe completa derrota que é o próprio Centurion quem descreve, do seguinte modo:

"Na verdade, tudo estava terminado, mas ainda havia um reduzido batalhão, um pelotão de cavalaria e três bocas de fogo leves, que, durante o combate haviam tomado posição do outro lado da ponte do Peribeui, para conter o avanço de uma coluna inimiga, que vinha pela retaguarda. Essa pequena força estava formada em batalha perto de um conjunto de carrétas sitas na orla do mato que borda e limita o campo do lado Norte. Em frente dessas carrétas se haviam concentrado as forças inimigas, como se nenhuma força paraguaiã lhe chamasse a atenção de qualquer lado; pouco a pouco elas iam avançando contra as carrétas, que pareciam ser o objetivo do seu lento e pausado movimento. O General Caballero que se encontrava próximo das sobreditas carrétas, acompanhado de 10 ou 12 oficiais, chamou os alferes José Aquino e Estanislau Leguizamón e lhes disse: — é chegado o momento de finalizar esta contenda; confio ao vosso valor e arrôjo, esta última missão. — Tomai conta d'este fraco, porém entusiástico batalhão que temos à frente, e carregai com impeto contra o inimigo, pois com esse resultado, qualquer que élle seja, teremos cumprido o nosso lema: *vencer ou morrer!* Os oficiais partiram velozes a percorrer a linha, despertaram animação e entusiasmo nas tropas, informando-as das resoluções do General; porém o inimigo, que se havia colocado quase à distância da voz, ganhando terreno paulatinamente, observou o movimento dos paraguaios e compreendeu-lhes a intenção. Ao iniciar-se a carga, a Infantaria inimiga da frente, manobra célere, abrindo um largo espaço à cavalaria da retaguarda, que se lança, como um raio ao encontro dos atacantes. Impotente para resistir, nossa linha cede, no centro, ao vigoroso impulso da carga; a porção que se apoia no mato, debanda, dela só se salvando algumas que nêle se abrigaram; os restantes, que ficaram em campo raso, morreram ou caíram prisioneiros. O General Caballero, perseguido de perto, abandonou o seu cavalo, que refugava a sanga, transpôs a pé o Juqueri (1) e ganhou o interior do mato, exausto de fadiga, acompanhado de dois ou três ajudantes. Cumpriu assim o encargo do Marechal, que lhe havia recomendado com muito encarecimento que — *se não deixasse aprisionar!*.

O Conde d' Eu, di-lo Taunay em seu Diário de Companhia, "estava debaixo de fogo de artilharia e fuzilaria, tendo feito espalhar seu Estado Maior que, em grupo, havia por vêzes atraído a atenção dos adversários", e, entusiasmado com os sucessos de Deodoro, junto ao passo, contagiado pela decidida operação de transposição de Valporto e dos uruguaios, segue-lhes os passos, e ainda é Taunay quem

(1) Deve haver engano do historiador e tratar-se do Peribeui.

descreve que, "entretanto, um batalhão paraguaio que se havia atirado num capão para escapar à nossa cavalaria, reformara-se e com tal fúria carregara sobre um dos batalhões atacantes, que certa vacilação e mesmo desordem manifestou-se, ficando por instantes em risco maior a vida do General-Chefe." Novamente a Cavalaria de Hipólito, com o Esq. Escolta, rechaçam o contra-ataque com avassaladora carga, empolgando o "esprit de corps" de destemeroso "Hussard", na pessoa do jovem Conde, que, de espada desembainhada, já se propunha comandá-la, no que é obstado pelo Capitão de E. M., Almeida Castro, que se apercebendo do perigo de tão arrojada intenção, lhe sofreria o árdego cavalo, pedindo respeitosamente: "Alteza! deixai ao Soldado a Glória de se sacrificar pela Pátria e por seu General...", épico momento eternizado na tela magistral de Pedro Américo, "Batalha de Campo Grande".

O fragor da batalha diminui, os tiroteios escasseiam e quando os há, provém de cunhetes de munição abandonados no campo e atingidos pelo incêndio que ainda lavra na macega. O aspecto da região é simplesmente apocalíptico; o passo, atravancado de peças e carrétas atoladas, de animais de tiro mortos ou dilacerados pelos fragmentos de granada, de cadáveres e de estropiados impossibilitados de se locomover, retinha as águas que se espraiavam, aumentando a lama e o atoleiro; o fogo que lavrava desde as 10 horas da manhã, se alastrava lentamente e entre um ou outro cunhete que fazia explodir, queimava mortalmente um ferido immobilizado por sua contusão, ou carbonizava irreconhecivelmente um dos milhares de cadáveres que juncavam, às vezes aos magotes, os campos e capões, formando com canhões estourados, com carrétas quebradas e saqueadas, o espetáculo dantesco revelador da intensidade com que se combateu, o ardor com que se atacou e a tenacidade com que se defendeu, tanto de um lado, como de outro.

Entre 15,30 e 16,00 horas, o Conde d' Eu deu por terminado o combate, mandou reunir corneteiros e clarins das unidades que se refaziam nas proximidades de seu P. C., mandou tocar "Vitória!", formou o seu Esq. Escolta determinando que fosse prestada a rotineira "Em continência ao terreno — Apresentar Armas!", numa verdadeira homenagem a toda aquela bravura, a todo aquêle denodado patriotismo. Cansado de esperar pela coluna Mitre, que, allás, só chegou na jornada seguinte, deslocou-se o Conde para a região chamada Pendoti; onde já começava a se instalar em bivaque o 2.º C. Ex., carneando, na falta de coisa melhor, alguns bois de tiro das carrétas inimigas abandonadas ao longo da "estrada" de Caacupé, permitindo igual descanso ao 1.º C. Ex., pois unidades havia, principalmente naquele, que, entre marchas e combates, tinham percorrido naquela jornada, cerca de 30 Km.

Quanto à coluna Mitre, convém, para que bem se compreendam as razões pelas quais não pôde cooperar na grande batalha de Campo

Grande, rebuscar alguns dados que descrevem o seu deslocamento e as peripécias e dificuldades que teve de afroçtar no decorrer dos mesmos.

Nas vésperas do ataque ao Peribebui, ou seja, portanto, no dia 11 de agosto, o Conde d' Eu expediu nova "Carta-Instrução" ao General Auto, comandante das forças brasileiras participantes do Destacamento General Emilio Mitre (Anexo "J") que, "ultima ratio" consistia no "aviso de haver chegado o momento oportuno" das operações de cooperação estabelecidas na ata de 7 de julho, e de que trata a famosa "Carta-Instrução" de 30 do mesmo mês, além de outros pormenores operativos, aviso esse que, por motivos desconhecidos, só por volta do dia 14, terá chegado às mãos de seu destinatário. Entretanto, desde o dia 9 de agosto, que o General argentino havia transposto o arroio Piraju e acampado em frente às posições inimigas de Pedrosa e Ascurra, depois de um reconhecimento em força que, segundo uns, terá sido realizado pela 5.^a Div. de Cavalaria brasileira e segundo outros, pelo regimento argentino de cavalaria "San Martin", apoiado pelo Btl. Inf. "Cordoba" e Btl. 4, de Guardas Nacionais de Buenos Aires.

¹⁸²⁰ Graças ao perfeito entendimento mantido entre o Cmt. argentino e Gen Auto, Cmt. das forças brasileiras às ordens daquele General, todas as providências de reforçamento e de movimentação de tropas brasileiras de defesa da linha de comunicações, determinadas pelo Conde d' Eu, foram tomadas e realizadas a tempo e com oportunidade, de modo que, mesmo havendo o General Mitre precedido o aviso para inicio de sua ação envolvente de cooperação, as tropas do Gen. Auto que constituiam, por bem dizer, o elemento de força do Destacamento, não foram surpreendidas, e assim foi que já estavam disponíveis, desde 9, a bateria de seis canhões La-Hitte, cal. 4, que estava no Taquaral, bem como a de canhões Witworth, Cal. 2, do 1.^º Btl. Art. a pé, que estava em Piraju; também a ala esquerda do 11.^º Btl. ocupou Aragua, liberando o 54.^º de Voluntários, que passou para Taquaral, o 35.^º de Voluntários foi trazido para Guazuvirá, a fim de recompletar a 5.^a Bda, e a Guardião de Assunção forneceu reforço de 100 homens para vigilância de Luque. O Coronel Paranhos foi avisado de que assumiria o Cmdo das forças brasileiras de Luque e Paraguari e um inicio de pânico ocorrido no dia 9, decorrente da explosão simultânea de algumas granadas espoletadas, deixadas sub-repticilmente, por espías, no leito da via férrea, foi prontamente debelado, inclusive com castigo aos derrotistas que insistiam em divulgá-lo (na versão de um ataque de López às nossas retaguardas).

Na noite de 11, para fugir à observação do inimigo, o General Mitre deu inicio ao seu movimento flanqueante por Altos, levando como vanguarda, comandada pelo Cel. Camilo Mércio Pereira, um Esq. do 14.^º Corpo Provisório, o 18.^º Btl. de linha brasileiros e o Btl. Santa Fé e Btl. Rosário, argentinos, que na madrugada de 12 surpre-

endeu um reduto que defendia a subida, conhecida na região como Freitas, cuja tropa abandonou a fortificação para se atocalar face a uma clareira, onde aliás Camilo Mércio pretendia parar para descansar, pois vinha marchando havia mais de seis horas, pela madrugada adentro. Sentindo-se vigiado, montou novo ataque, conseguindo em curto prazo pôr em fuga o inimigo que se dirigiu para Atirá, ainda que com a perda para nós, dos Capitães José Tomás Ferreira Neves e Manuel Joaquim dos Santos Silva, mortos no campo da honra. A 13, a 5.^a Div. Cav. foi mandada na direção de Altos, que encontrou desguarnecida, com uma população faminta de cerca de 2.000 almas, entre mulheres, crianças e aleijados e uma centena de prisioneiros de Mato Grosso que foram encaminhados para Taquaral e em seguida para Assunção, com evidente atravancamento da estrada ou picada. A 14, chega ao estacionamento na encruzilhada de Altos — Atirá, o 12.^o Btl. de Inf. brasileiro, sob o comando do Major Cunha Matos, que chegara ao TO com as tropas de Portinho, semanas antes, recebendo ordens de se estabelecer naquele local, fazendo reduto, para cobrir a "Linha de Comunicações" e vigiar a direção de Atirá, para onde havia refluiido o inimigo da véspera, liberando a tropa de Mitre, que se deslocou, nessa tarde para Altos, enquanto a Cavalaria do Coronel Carlos Bethbezé de Oliveira Neri (5.^a D. C. e, a ela associado o Regimento argentino "San Martin") atingia Tobati, encontrando-a deserta, ou quase isto, ficando, dessa forma cumprida a determinação do Comandante-em-Chefe, que nessa manhã de 15, por um correio enviado por Ascurras, mandara um recado verbal, cujo resumo seria: "chevendo esta manhã (15) ao Cacupé, soube da retirada do inimigo para Caraguataí, com suas forças divididas em dois escalões, aos quais atacarei na manhã de amanhã, em qualquer ponto da "picada Cacupé — Caraguataí", em ação envolvente partida de Caacupé e de Barreiro Grande".

Tal aviso terá provocado ordem de marcha forçada às tropas de Mitre, a quem entretanto, não terá ocorrido a medida de "Arriar — mochilas!", de sorte que não conseguiu vencer os 26 Km que separavam Altos de Campo Grande, na jornada de 16.

Quanto à Cavalaria, reza a parte do Cel. Francisco Pinheiro Guimarães, deputado do Ajudante-Geral, o seguinte: "... Ao terminar a ação, que durou cinco e meia horas, um ajudante-de-ordens do distinto Coronel Carlos Bethbezé de Oliveira Neri, que fazia a vanguarda da coluna comandada por S. Exa. Sr. General Mitre, a qual se achava acampada a duas léguas de Nhu-Guaçu, veio receber ordens de V. Alteza; era um reforço de 8.000 homens de que se poderia dispor, se acaso fosse necessário..." Todavia alguns historiadores argentinos, baseados nas "Memórias do Gen. Donato Alvarez, que na época era o Cmt. do Reg. "San Martin", asseguram que esse valoroso oficial, tão logo tenha ouvido o canhoneio em Campo Grande, na margem do Arroio Tobati, onde acampavam as tropas

de Neri, propôs a éste avançar naquela direção, e mantendo a vanguarda dessa força, e terá sido o primeiro a chegar ao campo de batalha, o que aconteceu ao declinar do dia, pelo que só pode dar uma carga sobre a direita do inimigo, contribuindo assim para lhe precipitar a retirada...; aconteceu, porém, que o Conde comemorou a vitória, antes do declinar do dia.

Para "recolher os feridos que por ventura tenham ficado no campo de batalha, enterrar os mortos encontrados, vigiar e policiar o referido campo, arrolar e encaminhar o armamento e as munições nêle encontrados, inutilizando o que não tiver aplicação, inclusive carrétas, galeras e furgões e arrebanhar o gado e animais de tiro", foi designada, ainda na tarde de 16 a 6.º Bda Cavalaria, do Cel Sabino da Rocha, que desaferrou das posições face à picada de Caagui-Juru, como elemento "menos empregado e mais descansado".

Em seu relatório de fim de missão, esse Cel diz haver identificado entre os mortos, os corpos do Maj. Plácido de Oliveira Fialho, Cap. Bernardo Garcia Horta, Cap. Sérgio Gonçalves de Carvalho, Ten. Cândido Garcez Caldeira e Alferes Pedro de Mascarenhas Arouca, além do Cel. paraguaio Franco, Comandante da Infantaria de Caballero (e que durante o mês de Julho defendeu a picada de Ascurras), tendo dado sepultura a mais 21 soldados brasileiros (1), e, bem assim, a quase um milhar de soldados guaranis (2); que inutilizou quinhentas e tantas armas de infantaria, cento e cinqüenta clavinas americanas de modernos sistemas aperfeiçoados e 800 lanças e chuços; encontrou 24 bôcas de fogo, sendo uma nossa, com a culatra arrebentada, estando a maioria das outras deliberadamente encravadas; que arrolou 87 carrétas e galeras, das quais 34 com munição de infantaria, seis com munição de artilharia, logo mandadas recolher ao 2.º C. Ex., uma dezena com material de sapa, inclusive "machetes" (facões de mato), e muitas outras com móveis e bens pessoais do Ditador; que escondidos nas carrétas, ou nelas repousando, fêz prisão de 48 militares, entre eles o Cel. paraguaio Oviedo, um major, um capitão e um tenente, quase todos feridos ou contusos, que foram convenientemente encaminhados ao Btl. encarregado de conduzir prisioneiros a Piraju, e, por fim, que arrebanhou 156 bois de tiro, dos quais entregou 106 ao Ajudante-Geral e mais alguns pormenores de somenos importância.

Nos chamados "Hospitais de Sangue", verdadeiros postos de socorro de emergência, montados desde o inicio das operações, em

(1) As partes oficiais, detalhadas, acusam um total de 45 praças mortas, sendo possível admitir que muitos corpos se carbonizaram no incêndio da macega ateado pelo inimigo, na margem esquerda do arroio Juqueri;

(2) A documentação quer de origem brasileira, como a guarani, avalia os mortos paraguaios em cerca de 2.000, desproporção admissível, pelo tipo de combate suicida de algumas unidades, pelo ardor fanatizado com que os combatentes interpretavam seu lema "vencer ou morrer" e, por fim, pela falta de vivência da guerra da maioria dos combatentes e falta de conhecimento técnico dos quadros subalternos.

ranchos e depósitos encontrados no caminho percorrido, graças à dedicação do Dr. Francisco Bonifácio de Abreu, Chefe interino do Corpo de Saúde e dos Drs. José Joaquim dos Santos Correa e José Theodósio de Souza Dantas, atenderam e prepararam para serem evacuados para os hospitais de Assunção:

feridos : oficiais, 32 — soldados, 227

contusos: oficiais, 9 — soldados, 17,

embora os "Detalhes regimentais", hoje os "Boletins Diários" somassem 431 praças fora de combate, das quais tiradas as 45 mortas, sobrariam 386 feridos, o que importa dizer que deve ter havido 159 casos de ferimentos ligeiros que nem foram atendidos pelos hospitais.

O Btl. de Engenheiros também trabalhou, no dia 17 na limpeza do campo de batalha, encarregando-se das destruições de maior vulto, inclusive do material de artilharia inimigo.

Ainda no correr do dia 17, em que houve apenas trocas de tiros entre as nossas patrulhas e a vigilância inimiga da boca da picada de Caaguijuru, ocorreu também a apresentação ou prisão de cerca de um milhar de transfugas, extraídos e desertores, que na véspera tinham se ocultado nas matas das cercanias e que, no momento, premidos pela fome e pela sede, senão receosos dos castigos que os esperavam em suas unidades de origem, preferiam a rendição, entre êles o sargento de cavalaria Emilio Aceval, que, mais tarde havia de ser Presidente da República do Paraguai.

7 — CONSEQUÊNCIAS DA BATALHA

Assim como há historiólogos que admitem, sem quebra do respeito e veneração devidos aos que fizeram o sacrifício máximo para reafirmá-la, a vitória de toda a guerra do Paraguai ter sido conquistada pelos Aliados na famosa batalha do Riachuelo, no dia 11 de junho de 1865, porque nesse dia foi destruída a esquadra guarani, ficando o adversário privado do livre trânsito da grande artéria, o rio Paraguai-Paraná, e a Tríplice-Aliança dona dessa importante linha de comunicações, sobre a qual pôde escolher bases de operações sucessivas, à medida que se adentrava no território liberado, também se pode dizer que a Batalha de Campo Grande marcou, indiscutivelmente, o fim definitivo da trabalhosa fase chamada "Campanha da Cordilheira", pois nela foram postos para de combate, seguramente 50% dos remanescentes das já combatidas forças terrestres guaranis que, outrrossim, ficaram privadas de seus trens de munições e outros recursos com que pretendia enfrentar as guerrilhas subsequentes, e mais ainda, sentiram desfazer-se o tabu de invencibilidade com que o Ditador pretendia aureolá-las para lhes explorar o cego e fanático fervor patriótico de que eram imbuídas.

Ao deixar Ascurras, López havia dividido suas tropas em dois escalões, distanciados uma jornada, um do outro, compreendendo cada um, 4 a 5 mil homens, sob os comandos respectivos de Resquin e Caballero, atribuindo a este o suplementar encargo de proteger o numeroso carretame de seus pesados trens, enquanto ele próprio marcharia com Resquin.

Deixando Peribebui entregue à sua sorte, em proveito exclusivo, por bem dizer, de sua segurança pessoal, o Ditador sacrificou, apenas para ganhar tempo, toda aquela galharda guarnição de cerca de 2.000 homens, que lutando à razão de 1x10, contra as tropas aliadas que a acometiam, teve aprisionados tantos quantos não sucubiram no terrível assédio de 12 de agosto.

Em Campo Grande, pereceram mais de 2.000 combatentes inimigos, tendo sido aprisionados cerca de 1.300 homens, dentre os quais muitos feridos, mas na maioria jovens imberbes que já nem dispunham, sequer, de animais para, de seus pelos e crinas, fazerem suas barbas postiças, como as usavam os "acá-moroti" de Avai e de Lomas Valentinas. Ademais, houve, nos dias seguintes à ação, a prisão ou apresentação de trânsfugas, desertores e extraviados, que atingiu a casa do militar, o que significava a destruição da Coluna Caballero, que repetindo a cena de Avai, abandonou, quando perseguido de perto, o seu cavalo com os "apéros" de prata e embrenhou-se na mata, onde, certamente outro animal o esperava, cuidadosamente guardado por seus leais servidores.

Centenas de armas de fogo individuais, canhões e munições traziam as iniciais do Arsenal de Guerra de Caacupé, lanças, chulos, machetes, material de sapa, tudo isso foi encontrado no caos do campo de batalha, demonstrando o denodado esforço do Ditador para reorganizar seus exércitos batidos em Lomas Valentinas, esforço que não se terá limitado apenas aos "milagres" domésticos, pois bem assinala o Conde d'Eu em seu Diário do Exército, quando se refere ao material apreendido: "... algumas espingardas deixadas pelo inimigo no campo de batalha, eram americanas e dos modernos sistemas aperfeiçoados, por nós não conhecidos...", tudo para maior glória da vitória brasileira do dia 16 de agosto de 1869.

A coluna Mitre (com 60% de tropa brasileira) que deveria "cooperar", vinda de NW., cuja presença teria abreviado a pugna, não pôde chegar a tempo de fazê-lo e suas vanguardas de cavalaria (Bda Neri e Reg. San Martin) só chegaram ao campo da luta, no fim da tarde, depois de solenizada a vitória, e assim mesmo, em fins de marchas forçadas, mas há que reconhecer a atividade desenvolvida, na extrema esquerda das tropas de Câmara que investiam a picada de Caaguijuru, da divisão argentina do Coronel Luiz Maria Campos, liberando a 6.^a DC já empenhada, as reservas e o próprio General Câmara para outras missões do correr do dia, bem como a valorosa cooperação das forças orientais do General Henrique de Castro, no

flanco direito dos brasileiros atacantes do arroio Juqueri, liberando o 7.º Corpo Provisório para sua ulterior missão de ligação do 1.º com o 2.º C.Ex., cobrindo, a princípio indiretamente e, por fim estabelecendo segurança vital do PC em que agia o Conde d'Eu, quando desencadeou a ação final sobre as baterias guaranis das elevações da mesopotâmia e na própria participação dessa destemerosa ação final de desbaratamento do inimigo.

No dia 17 de agosto de 1869 o problema se apresentava, portanto com os seguintes dados:

- López parece ter atingido Caraguatai com o C. Ex. de Resquim, avaliado, como se disse, em 4.000 combatentes e 16 bôcas de fogo;
- há, possivelmente, um milhar de homens, nas matas circunvizinhas do lado N. e NW. do grande campo, uns deliberadamente ocultos em emboscadas e outros perdidos, esfomeados, desatinados e sem intenção hostil alguma;
- o caminho direto para Caraguatai está barrado por forte defesa instalada na picada de Caaguijuru.

A missão persiste: aprisionar López.

O Conde d'Eu, sabedor da existência de outros caminhos que conduziam à cidadela do Dílator e confiante no valor de suas tropas, apenas atingidas em 2,5% de perdas totais, nos últimos reencontros havidos, decide, sem hesitação:

- 2.º C. Ex. fará frontalmente o desfiladeiro de Caaguijuru;
- 1.º C. Ex. desbordará essas resistências pela esquerda (Norte) a cavaleiro do caminho que conduz a Caraguatai;
- Coluna Mitre, desbordará pela direita (Leste), com idêntico destino.

Vitorino (2.º C. Ex.) manobrando magistralmente as Bdas Hermes e Pereira de Carvalho, coadjuvado pelas penetrações de Câmara, acomete de revés e de través os defensores de Caaguijuru que, sentindo cortada sua retaguarda, se rendem ou se deixam matar, desimpedido o caminho para o objetivo final da jornada de 18, que é alcançado na tarde desse dia, não só pelas tropas de Vitorino, como pelas de Mitre, que encontraram a cidade desguarnecida e entregue à sua sorte de famintos e esmudambados.

O 1.º C. Ex. avançando por invios caminhos de difícil progressão para efetivos maiores, só tarde da noite chegou ao objetivo, assim mesmo apenas com parte de seu efetivo, porque, tendo sido tiroteado a meio caminho, desviou alguns destacamentos contra êsses opositores e, em os perseguindo, atingiram o local denominado Alfonso, junto ao passo Guraião, no arroio Iagui, afluente do Manduvirá, nas proximidades do qual se divisavam, encalhados, alguns barcos da efêmera esquadra de López, cujas guarnições de guarda, na impossibilidade

de defendê-los, e na obsessão de os não deixar cair em mãos inimigas, lhes ateou fogo, marcando mais uma consequência circunstancial altamente favorável aos aliados, da magistral e ousada "Manobra do Peribebuí", do Conde d'Eu.

A perseguição ainda foi levada até às margens do rio Hondo, cerca de 9 a 9,5 léguas de Caraguati por tropas do 2.º C. Ex. e de Mitre que lá chegaram no dia 21, mas desprovidas de Artilharia, que ficara atolava a meio-caminho, então, o Conde d'Eu resolutamente mandou quebrar o contacto e fazer contramarchar aqueles destacamentos sobre Caraguatai.

Nova feição toma a guerra. São ocupados e guardados todos os portos por onde possa o Ditador embarcar para um exílio voluntário, ou por onde possa receber alguma nova partida de "armas modernas de tipo desconhecido", ao mesmo tempo que, dessas bases são lançados vigorosos golpes de mão, de ação paralela, devassando as matas e ervais do interior, por onde se tinha notícias da passagem do famoso perseguido e de onde sempre se traziam notícias, prisioneiros e feridos de encontros mais ou menos violentos entretidos com os famigerados "volantes" guaranis. Sete longos e penosos meses durou essa fase final da guerra.

A Manobra do Peribebuí e, particularmente a Batalha de Campo Grande, consagraram as virtudes militares e os dotes pessoais do Marechal Conde d'Eu, que foi incansável e inexcedível nas sábias medidas de conduta da batalha. Sabedor que foi, que o objetivo político da guerra não mais se encontrava em Caacupé, onde pretendia atacá-lo maciçamente com a totalidade de suas forças, numa bem concebida manobra esmagadora de ação convergente, não testavilhou para tomar a decisão de aceitar a circunstância do combate de encontro, atacando as duas colunas em que se tinha dividido o exército inimigo, por ações simultâneas em dois pontos, distantes quase léguas e meia, um do outro, e, no cobate, propriamente dito, não dispôndo de cavalaria suficiente para manobrar os flancos inimigos que observavam a saída da boca da picada, não teve dúvidas para mandar aliviar sua infantaria da carga das mochilas e fazê-la desdobrar-se pela direita e pela esquerda, ainda que exigindo destes, esforços titânicos, demonstrando confiança ilimitada, fruto da vivência e observação, nos desajeitados nordestinos gingões, que tão mal o haviam impressionado, nos tempos de paz, quando da sua chegada ao Brasil de 1864. E não faltou ao ilustre Conde, nem a paciência e serenidade para acompanhar os acontecimentos do dia 16, com calma e discrição, ainda que angustiado com a demora da cooperação da coluna Mitre, que nem chegou a se efetivar, como não faltou coragem pessoal e sangue frio para afrontar as vicissitudes do campo de batalha em P.C. de emergência, por vêzes ao alcance do tiro de fuzil e muitas vêzes dividindo seu E.M. que "reunido, chamava a atenção do inimigo", ou o arrôjo, num momento de crise, para desembainhar sua

espada e se decidir a comandar cargas salvadoras, no que foi obstado pela dedicação de seus ajudantes de campo e pelo efeito psicológico das palavras por um deles pronunciadas.

Na execução da manobra para a batalha, o Conde lançando-se no seu amplo desbordamento de 38 km., esteve, por bem dizer, desligado das forças de fixação frontal (Gen Mitre e Gen Auto), sofreu até o impacto de uma falsa notícia, veiculada na véspera de seu ataque a Peribebuí, de que López, havia, por seu lado, acometido a base de Piraju, não tendo faltado, inclusive, quem asseverasse ter ouvido o canhoneio do combate, o que, certamente, terá afligido o Comandante-Chefe, temendo pela sorte de sua estação reguladora, justamente no momento em que a escassez de seus próprios abastecimentos tanto a valorizavam, para prosseguimento de sua manobra; mas a confiança no valor dos comandos aliados, a confiança depositada no inclito General Auto, a quem, em Carta-Instrução, havia outorgado amplos poderes para providências excepcionais, tranquilizaram-no e fizeram-no redigir a Carta recomendando o inicio do movimento desbordante pelo Norte e estabelecido na reunião de 7 de junho.

Na concepção da manobra, quando o General Mitre fazia apologia do ataque frontal, o Conde, fazendo-se um continuador da doutrina e dos princípios de Caxias, preferiu contradizê-lo e adotar a manobra de flanco de ampla envergadura, a fim de colocar as forças aliadas à retaguarda das do inimigo, como uma verdadeira replicação em terra firme, da manobra do Piquiciri, do enexcedível Caxias, em dezembro do ano anterior.

Cem anos decorrem do glorioso feito. Cem anos são passados em que um pujilo de chefes brasileiros, tendo à frente o Príncipe Consorte, Marechal Conde d'Eu, fizeram prova de sua inabalável fé nos destinos da Pátria e souberam honrar, com a galhardia de suas condutas, os comandos de que estiveram investidos, conduzindo Soldados Brasileiros pela senda gloriosa das tradições que hoje constituem o apanágio e o orgulho do Exército do Brasil.

ANEXO "A"

ORDEM DE BATALHA DA FLANCO-GUARDA

Cmt: Gen JOÃO MANUEL MENNA BARRETO

ELEMENTOS		COMANDANTES	LOCAIS
1. ^a D.C. Cel Oliveira Bueno	1. ^a Bda Cavalaria	Cel Vasco Antônio da Fontoura Chananeço	
	1. ^a Corpo Prov	Major Cláudiano Soares das Neves	
	2. ^a Reg (—)	—	
8. ^a Bda Inf Cel Manuel Deodoro da Fonseca	9. ^a Bda Cavalaria	Cel João Sabino Menna Barreto	
	3. ^a Corpo Prov	Maj José Diogo dos Reis	
	16. ^a Corpo Prov	Ten Cel Manuel da Cruz Brilhante	
Art Eng	7. ^a Bda Cavalaria	Cel Bento Martins de Menezes	PARA-
	20. ^a Corpo Prov	Ten Cel José Fernandes de Souza Docca	GUARI
	17. ^a Corpo Prov	Ten Cel Manuel José Soares	
8. ^a Bda Inf Cel Manuel Deodoro da Fonseca	10. ^a Btl Linha	Maj Pedro Alves de Alencar	
	16. ^a Btl Linha	Maj Felizardo Antônio Cabral	
	27. ^a V.P.	Maj José Maria Fernandes de Assunção	
TOTAL		4.940 HOMENS	

ANEXO "B"

ORDEM DE BATALHA DO 2.º CEx

Cmt: Marechal Marquês do HERVAL

ELEMENTOS	COMANDANTES	LOCAIS
3.ª Divisão de Cavalaria. — 4.ª Bda. Cav. — 10.º Corpo Prov. ^o — 24.º Corpo Prov. ^o — 8.ª Bda. Cav. — 7.º Corpo Prov. ^o — Legião Paraguaiã — 13.º Corpo Prov. ^o	Brig VASCO ALVES Cel Hipólito Antônio Ribeiro Ten Cel Urbano Rodrigues Chagas Ten Cel Isidoro Fernandes de Oliveira Cel Cipriano de Moraes Ten Cel Manuel Lucas de Souza Pablo Recalde Ten Cel Francisco Pedro Rodrigues Lima	
3.ª Divisão de Infantaria — 6.ª Bda. Inf. — 1.º Btl. de Linha — 8.º Btl. de Linha — 46.º de Voluntários — 2.ª Bda. Inf. — 7.º Btl. de Linha — 2.º Btl. de Linha — 4.º Btl de Linha	Cel Hereulano Sanches da Silva PEDRA Cel Lourenco Araújo Ten Cel J. Argolo Moraes Rêgo Ten Cel Antonio Joaquim Baçalar Maj Francisco Lima e Silva Cel Oliveira Valpôrto Maj Frederico Cristiano Buis Major José Cordeiro Varella França Maj Luiz José Ferreira Jr.	PARA-GUARI
Artilharia Divisionária — 2.º Reg Art — Bia 4 peças 1.º Btl Art — Bia de Foguetes	Cel EMILIO MALLET Cel Lobo d'Eça Cap Mourão Pinheiro Maior Francisco Antonio de Moura	
Tropa de Corpo de Exército — 2.º Reg Cavalaria (—) — Ala direita do Btl Eng. ^o — Corpo de Transportes	Maj Plácido Fialho de Oliveira Ramos Ten Cel Joaquim Maciel de Oliveira	
Divisão Oriental Infantaria e Cavalaria no valor de 90 homens	Gen D. HENRIQUE DE CASTRO	
GRANDE TOTAL		8 340 HOMENS

ANEXO "C"

ORDEM DE BATALHA DO 2.º CEx

Cmt: Gen POLIDORO DA FONSECA QUINTANILHA JORDÃO,
e a partir de 7 Agô: Mai VITORINO JOSÉ CARNEIRO MONTEIRO

ELEMENTOS	COMANDANTES	LOCAIS
2.ª Div Cavalaria — 6.ª Bda Cav — 11.º Corpo Prov. — 5.º Corpo Caçadores — 10.ª Bda Cav — 19.º Corpo Prov. — 21.º Corpo Prov.	Brig CAMARA Cel Justiniano Sabino da Rocha Ten Cel Manuel Amaro Barbosa Maj José Lourenço Vieira Souto Cel João Neves da Silva Tavares Ten Cel Manuel Hipólito Pereira Ten Cel Antonio Pereira de Oliveira	
1.ª Divisão de Infantaria — 3.ª Bda Inf — 36.º de Voluntários — 40.º de Voluntários — 4.ª Bda Inf — 23.º de Voluntários — 3.º Btl de Linha — 10.ª Bda Inf — 6.º Btl de Linha — 13.º Btl de Linha — 1.ª Bda Inf — 9.º Btl de Linha — 17.º Btl de Linha	Cel CARLOS RESIN Cel Barros de Vasconcelos Cap Tude Soares Neiva Maj João Batista de Moraes Cel Wanderley Lins Maj Augusto Rodrigues Chaves Ten Cel Augusto Cesar da Silva Cel Hermes da Fonseca Maj José Antônio Alves Maj Feliciano J. Henriques Cel Pereira de Carvalho Maj Floriano Peixoto Ten Cel Carlos Antonio Pereira de Macêdo	PIRAJU
— Ala Esq. 1.º RA Cav — Corpo de Pontoneiros	Cel Severiano Martins da Fonseca	
— Divisão Argentina Infantaria e Cavalaria Total 1.000 homens	Cel D. LUIZ MARIA CAMPOS	CERRO PERON
GRANDE TOTAL	8.710 HOMENS	

ANEXO "D"

ORDEM DE BATALHA DA TROPA DE PIRAJU

Cmt: General do Exército Argentino D. EMILIO MITRE

ELEMENTOS	COMANDANTES	LOCAIS
Dest. AUTO GUIMARÃES	Brig José Auto S. Guimarães	
— 5.ª Div. Cav		
— 12.º Corpo Prov.	Maj José Luiz da Costa Jr.	
— 14.º Corpo Prov.	Maj Antônio Alves Pereira	
— 5.ª Bda Inf	Maj Francisco Manuel da Cunha	PIRAJU
— 30.º V.P.	Ten Cel Amorim Rangel de Barros	
— 35.º V.P.	Ten Cel Alexandre Albuquerque	
— 53.º V.P.		
— 9.ª Bda Inf	Ten Cel Thomaz Gonçalves	
— 18.º Btl Linha	Ten Cel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Belo	
— 22.º Btl Linha		
— 30.º V.P.		
Guardas de Linha de Comunicações		
— Dest. PARANHOS	Maj Joaquim José de Magalhães	
— 7.ª Bda Inf	Maj Américo Antônio Cardoso	
— 14.º Btl Linha	Ten Cel Joaquim Antônio Fernandes de Assunção	
— 15.º Btl Linha		
— 31.º V.P.		
— Cavalaria		PIRAJU
— 15.º Corpo Prov.	Ten Cel Daniel da Costa Leite	
— 6.º Corpo Prov.		
— Artilharia		
— 1.º Btl Art a pé	Maj Manuel José Pereira Jr.	
— 54.º V.P.	Ten Cel Manuel Gonçalves da Cunha	TAQUARAL
— 11.º Btl Linha	Maj João Nepomuceno Silva	
— 4.º Reg Art	Maj José Clarindo de Queiroz	AREGUA e LUQUE
— 21.º Btl Linha		
— 3.º Btl Art	Tenente-Coronel Pedro Francisco Nolasco	ASSUNÇÃO
— 9.º Corpo Prov Cav	Ten Cel José A. Peixoto	
— 4.º Corpo Caç Cav	Maj Luiz Joaquim de Sá Brito	
— 18.º Corpo Caç Cav	Ten Cel Isaías Antônio Alves	PARAGUARI
— Exército Argentino		
— Cérc de 2.700 homens de Inf e Cav	Gen D. EMILIO MITRE	CERRO PERON
TOTAL	9.317 HOMENS	

ANEXO "E"

Quartel-General em Piraju, 21 Jul 1869

CARTA-INSTRUÇÃO

Ao Senhor General JOAO MANUEL MENNA BARRETO

V. Excia. com a 1.^a Divisão de Cavalaria menos o 2.^o Regimento de Linha, reforçada pela 8.^a Brigada de Infantaria, e mais a ala direita do 1.^o Regimento de Artilharia e a ala esquerda do Btl. de Engenheiros, sairá de Piraju e irá acampar junto a Paraguari. No dia seguinte, parará perto de Cerro Portinho; no subseqüente, nas imediações do arroio Naranjai; depois, além do arroio Canavé, sendo os outros poucos no potreiro do maio da picada Sapucaí, para lá do galho do Tebiquari-Mi, no passo chamado Da Cruz, no encruzamento do caminho de Vila Rica para Ibitimi, e a final, neste povoado, de onde impedirá a saída dos habitantes que ainda ali existam.

De qualquer incidente que altere o seguimento da marcha, procurará o General dar, com a maior brevidade possível, parte ao Cmt. de 1.^o Corpo de Exército, o qual, marchando 3 ou 4 dias depois, naquele intervalo, se achará em Pirajubi.

O General protegerá a força do General Portinho, caso saiba que ele ainda se ache do lado direito do rio Tebiquari.

(a) GASTAO DE ORLEANS

ANEXO "F"

Quartel-General em Piraju, 30 Jul 1869

CARTA-INSTRUÇÃO

Ao Senhor Marechal Marquês do HERVAL

Devendo V. Excia. marchar dêste acampamento na noite do dia 31, para ir ficar junto ao povoado de Paraguari com o C. Ex. de seu comando, procurará, no dia seguinte, marchar até onde julgar possível, na direção de Pirajubi, pela estrada mais próxima à Cordilheira de Ibitirape.

Como V. Excia. não ignora, a uns 9.000 metros de Paraguari encontra-se com esta estrada, a que, por cima da Cordilheira, conduz diretamente a Valenzuela.

V. Excia. deve, logo que fôr possível, mandar explorar essa subida, conhecida por uns pelo nome de Bopicuá e, por outros, pelo de Bacalaté, devendo, uma força ligeira internar-se por ela, até onde não

encontrar resistência, de modo a se conhecer, não só os obstáculos naturais que ofereça semelhante caminho, como qual a força que o inimigo nela conserve. A esta exploração deve acompanhar o Cap. Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim para tomar as competentes notas. Poucas são as notícias adquiridas acerca desse caminho, sendo que a maior parte das informações o dão como intransitável para viaturas. Se, porém, se verificasse não serem exatas tais informações e que ele desse passagem sem grandes inconvenientes, por ele deverá V. Excia. seguir, pois por ali se reduz de 2.000 metros a distância total de Paraguai a Valenzuela, e, se desse modo pudéssemos chegar rapidamente a este último ponto, nos colocaríamos, desde já, na retaguarda do inimigo, conseguindo assim o objetivo principal do nosso movimento.

No caso contrário, que é o mais provável, V. Excia. deve mandar ocupar, com a possível rapidez, a entrada do desfiladeiro de Sapucal, não internando, porém, nela sua retaguarda, sem que esteja à vista a vanguarda do 2.º C. Ex., que sairá deste acampamento, 24 horas depois de Vossa Exceléncia.

A força que marcha às ordens de V. Excia. compreende:

- a 3.ª Divisão de Infantaria;
- a 3.ª Divisão de Cavalaria, mais o 2.º RC., da 1.ª DC;
- a ala direita do Btl. de Engenheiros;
- a parte disponível do Corpo de Transportes;
- a Legião Paraguaia auxiliar;
- o 2.º Reg. Art. e mais 1 Bia de Foguetes e 1 Bia de 4 peças leves, pertencentes ao 1.º Btl.

O comando geral da Art. receberá, nesta marcha, ordens diretas de V. Excia.

As Brigadas 7.ª e 9.ª, da 1.ª DI, ficam neste acampamento, às ordens do Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães.

(a) *GASTAO DE ORLEANS*

ANEXO "G"

Quartel-General em Piraju, 30 Jul 1868

CARTA-INSTRUÇÃO

Ao Sr. Ten-General POLIDORO DA FONSECA QUINTANILHA JORDÃO

V. Excia. dará as ordens convenientes para que amanhã, ao meio-dia, se apresente aqui, um dos Corpos da 2.ª DC.

V. Excia. com a Infantaria que se acha no acampamento do Taquaral, cinco Corpos da 2.^a DC, a ala esquerda do 1.^º Regimento de Artilharia e o Corpo de Pontoneiros, se moverá, na madrugada do dia 1.^º, de modo que as fôrças combatentes venham a ficar, ao amanhecer, à esquerda dêste acampamento, nas imediações da estrada que conduz do Piraju a Ascurra.

Para maior rapidez de marcha, a Infantaria virá pelo trilho de ferro. As outras Armas, porém, devem vir pela estrada de rodagem com o fim de não se arruinar, com o trânsito, a via férrea; e, bem assim o transporte e bagagens, os quais deverão ir ficar na direita dêste acampamento à entrada da estrada que segue para Paraguari.

Ao anôitecer do mêsma dia 1.^º, tôdas as fôrças ao mando de V. Excia. marcharão para Paraguari e, no dia seguinte, até onde se achar a retaguarda do 1.^º C.Ex. Desde o dia em que V. Excia. marchar do Taquaral, os Btl. 11.^º, 30.^º, 35.^º, 53.^º e 54.^º, e bem assim, os três Corpos de Cavalaria que não marcham com V. Excia, e que devem ficar reunidos debaixo das ordens do Sr. Cel Carlos Bethbezé de Oliveira Neri, passarão a receber as ordens do Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães.

Os Btl. 30.^º, 35.^º e 54.^º e Cavalaria disponível e as 12 bôcas de fogo do 4.^º Corpo de Artilharia farão, ao mando do Cel Carlos Bethbezé de Oliveira Neri, uma demonstração contra a posição inimiga de Cabafias, para a qual se darão ulteriores instruções e que terá lugar no referido dia 1.^º.

(a) *GASTAO DE ORLEANS*

ANEXO "H"

Quartel-General em Piraju, 30 Jul 1868

CARTA-INSTRUÇÃO

Ao Sr. Brigadeiro JOSE AUTO DA SILVA GUIMARAES

O Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães fica provisoriamente no comando das fôrças destinadas a proteger não só a linha férrea na sua extensão desde Luque até o último ponto em que ela funcionar, como também a lagoa Ipacarai, fôrças que se comporão das Bdas 7.^a e 9.^a de Infantaria, do 1.^º C.Ex. e Btl. 11.^º, 30.^º, 35.^º, 53.^º e 54.^º, pertencentes ao 2.^º C.Ex., de três Corpos de Cavalaria e de frações do 1.^º Batalhão e do 4.^º Corpo provisório de Artilharia.

A missão dessas fôrças é: — em primeiro lugar, impedir a todo transe, a destruição da linha férrea, não só na parte em que ora funciona, como até Paraguari, logo que este último trecho fôr posto em

estado de servir, e depois, — concorrer para o ultimo ataque às atuais posições do inimigo, quando forem as mesmas ameaçadas à retaguarda pelo resto do exército.

A direção geral das ditas fôrças pertence ao Comandante-em-Chefe do Exército Argentino, General D. Emilio Mitre, segundo o que se convencionou na Conferência de 7 do corrente mês, e cuja ata acompanha por cópia as presentes instruções. Na execução porém, do que indicar o General Mitre, deve o Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães cingir-se aos pontos essenciais estabelecidos na dita ata. Não deve, portanto, empenhar um ataque decisivo nos desfiladeiros da Cerdilheira que se estende em frente a Piraju e a Taquaral, antes que do Comando-Chefe do Exército brasileiro tenha recebido o aviso de haver chegado o momento oportuno. Excetua-se contudo, o caso em que o som do canhão indique achar-se empenhado o grosso do exército em um combate geral. No caso de ter-se de verificar o dito ataque, compete ao General Mitre determinar a direção que deve levar e a repartição mais conveniente das fôrças aliadas, parecendo por ora, pelas explorações a que já têm procedido o Cel Camilo Méricio Pereira e o Cap. Amarante, que a direção mais vantajosa é a das subidas que conduzem aos povoados de Altos e Atirá e às quais se chega pelo caminho que atravessa o braço da lagoa em frente à estação de Taquaral.

Na previsão dêste caso e dos reconhecimentos que previamente possa convir fazer, é pois muito necessário, reunir os meios para poder-se transpor rapidamente o arroio Piraju, quer em frente a Piraju, quer em frente ao Taquaral e qualquer que seja o estado de elevação de suas águas. Para o caso do ataque, a Artilharia que entrar em ação compor-se-á das 12 bôcas de fogo do 4.º Corpo provisório, estacionado no Taquaral e de mais 6 canhões de montanha, sistema Whitworth e 6 de calibre 4, sistema La Hitte, material este que fica em Piraju, a cargo do 1.º Btl. de Artilharia. Deve pois esse material ser provido os animais e arreamentos necessários, requisitando-se do Comando de Assunção para serem tais objetos fornecidos logo que af existirem.

ANEXO "H-2"

O Brigadeiro José Auto da Silva Guimarães se corresponderá com o comando da Guarda de Assunção, para todo objeto de serviço que exigir a cooperação de ambos os comandos, e dêle requisitará, diretamente, os objetos que se tornarem necessários às fôrças de seu comando.

Fica igualmente autorizado a corresponder-se diretamente, quer para a transmissão de notícias importantes, quer para as requisições indispensáveis ou remessas de praças doentes, com o Governo Imperial, como o Comando-Chefe das Fôrças Navais e com os represen-

tantes diplomáticos ou outros funcionários brasileiros existentes nos Estados do Rio da Prata.

A Comissão de Engenheiros, junto ao Comando ora criado, compõe-se á dos Cap. Américo Rodrigues de Vasconcelos e Manuel Peixoto Corsino do Amarante, competindo especialmente a êstes oficiais, debaixo das ordens do referido Brigadeiro, a direção das obras de fortificação que se tornarem necessárias, o preparo dos meios de transporte do arroio, o melhoramento das estradas e a exploração das picadas que conduzem acima das Cordilheiras.

(a) GASTÃO DE ORLEANS

ANEXO "I"

CARTA-INSTRUÇÃO

Caacupé, 15 Agô 1869, (11.00 da manhã).

Ao General VITORINO MONTEIRO

O López safose de Ascurras com todo o seu exército. Passou por aqui (Caacupé) antes de ontem à noite em direção, dizem, ao Barreiro Grande.

Queira pois V. Excia. contramarchar, com seu C. Ex. por Peribebuí ao Barreiro Grande. Mande porém, logo adiante, o Câmara com a Cavalaria e o Regimento de Artilharia, com as seguintes ordens:

Em Peribebuí, tome a Cavalaria que ainda ai está com o Chancaco e no Barreiro Grande a do Bueno e siga com toda a velocidade que permitirem os animais, até onde se achar o López. Pode ser que este tenha tomado o caminho de São José, mas é mais provável que fosse para Caraguataí.

Como quer que seja, V. Excia. encareça ao Câmara a imensa importância de apoderar-se dessa prêsa e o serviço incomparável que prestaria à Pátria, se conseguisse efetuá-la.

Quanto à marcha da Infantaria, que há de ser mais morosa, deixo a V. Excia regulá-la, com a menor perda de tempo possível.

Eu daqui marcharei também para Barreiro Grande ou a Tobati, conforme as notícias que fôr obtendo da marcha do López.

Confia na atividade de V. Excia, êste seu amigo,

(a) GASTÃO DE ORLEANS

ANEXO "J"

QG em frente de Peribebui; (*) de agosto de 1869. As 7 1/2 da manhã.

CARTA-INSTRUÇÃO

Sr. General JOSÉ AUTO

Deveríamos atacar hoje Peribebui, que se acha defendido por 1 000 homens e 16 canhões. A noite, tive, porém, parte que nos vinha pelo flanco direito a força inimiga que se encontrou com Portinho; mandei logo uma coluna de Infantaria para lhe fazer frente, da qual ainda não tenho notícia.

Como quer que seja, creio que ocuparemos êste povoado amanhã.

Torna-se, pois de grande conveniência para cercar o López que a força do comando de V. Excia. suba, o quanto antes a ocupar Atirá.

Lembro-me de que V. Excia tinha perto de 7.000 homens. Mando mais pôr à sua disposição o batalhão 12 e os Voluntários de Mato Grosso que se acham em Assunção, o que lhe dá um aumento de uns 1.000 homens, e com 4.000 que suponho ao exército argentino, perfaz um total de 12.000 homens.

Dêstes, 5.000 homens me parecem de sobra para guardar Piraju e Taquaral. Penso pois, que o General Mitre pode vir a Atirá com 7.000 homens.

V. Excia. queira lhe propor isso, e, se êle concordar, V. Excia., repartirá as fôrças de seu comando conforme êle indicar.

Repto que, chegando a Atirá, não se deve perder tempo em desatar a Cavalaria para reconhecer e, se fôr possível, ocupar Tobati, que procurarei também alcançar do meu lado.

8.

(a) GASTÃO DE ORLEANS

(*) Este precioso documento não está datado, no seu original, mas por seu conteúdo pode-se deduzir ser êle de 11 de agosto de 1869, e segundo informações colhidas só chegou ao destinatário no dia 14 do mesmo mês. Em contrapartida, parece que o aviso do Gen AUTO sobre o inicio do movimento envolvente de MITRE, terá chegado às mãos do Conde d'Eu igualmente, só no decorrer do dia 16.

B I B L I O G R A F I A

- 1) BARROSO, Gustavo
 - História Militar do Brasil.
 - A Guerra do López.
 - Tradições Militares.
- 2) CASCUDO, Luiz da Câmara
 - O Conde d'Eu.
- 3) CENTURIÓN
 - Reminiscencias Historicas sobre la guerra del Paraguay.
- 4) DANTON TEIXEIRA
 - História Militar do Brasil.
- 5) DIONISIO CERQUEIRA
 - Reminiscências da Campanha do Paraguai.
- 6) PIMENTEL, Joaquim S. d'A
 - Episódios Militares.
- 7) PINTO DE CAMPOS, Padre Joaquim
 - Vida do grande Cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva.
- 8) RESQUIN
 - Datos Historicos de la guerra del Paraguay con la Triple Alianza.
- 9) TAUNAY, Visconde de
 - Diário do Exército.
 - Cartas de Campanha.
- 10) TASSO FRAGOSO, General
 - História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai.

ASSINATURA PARA 1970

Estamos enviando com o presente exemplar o cartão de renovação de assinatura para o ano de 1970, conforme anunciamos às páginas 68 do número anterior, o 625. Muito agradecemos a atenção dos senhores assinantes em remeter-nos os mesmos, devidamente preenchidos, no prazo solicitado, 30 de novembro de 1969.

A Diretoria

SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA S.A. — SIDESC

DEFINIÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL

Maj R-1

ARY CANGUSSU DE MESQUITA

I — HISTÓRICO

Durante muitos anos a produção carbonífera de Santa Catarina vem sendo onerada pela separação e estocagem dos rejeitos piritosos. Através de várias iniciativas tentou o Governo Federal promover sua industrialização, consciente de que êsses rejeitos representavam um extraordinário potencial cujo aproveitamento, em condições econômicas, constituir-se-á num marco para o desenvolvimento industrial brasileiro.

O enxófre, cujo consumo é um dos índices do estágio de desenvolvimento de um país, é o principal produto a ser obtido das piritas carbonosas. O óxido de ferro, carvão e energia elétrica, são subprodutos, obtidos nas diferentes etapas da sua industrialização.

As reservas piritosas do carvão de Santa Catarina asseguraram a fabulosa recuperação de aproximadamente 50 milhões de toneladas de enxófre, a longo prazo.

Para promover a industrialização das piritas do carvão catarinense conta o Governo da

União com a Siderúrgica de Santa Catarina S/A — SIDESC, sociedade de economia mista, da jurisdição do Ministério das Minas e Energia.

Por razões correlacionadas ao presente desenvolvimento industrial brasileiro, decidiu o atual governo orientar a SIDESC, no sentido de, prioritariamente, dedicar-se ao aproveitamento do enxófre contido na pirita e, em uma segunda etapa à implantação de uma siderurgia com base no óxido de ferro contido na mesma pirita e no carvão catarinense.

Consciente do seu pioneirismo, em se tratando de pirita carbonosa, decidiu a SIDESC, complementando os trabalhos já executados pela CPCAN, realizar uma série de estudos teóricos, em laboratórios e usinas piloto, assegurando assim as condições necessárias para melhor definir e dimensionar o seu complexo industrial.

Desses estudos que envolveram desde aspectos técnicos até mercadológicos e que foram realizados por empresas nacionais e es-

trangeiras, pode-se destacar os seguintes:

- a) Os rejeitos piritosos do carvão de Santa Catarina e seu aproveitamento — CONESPRO — Engenharia;
- b) Estudo do Mercado de Fertilizantes — Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — SERETE S/A — Engenharia;
- c) Paraguai, Uruguai e Argentina — Pré-estudo do Mercado de Fertilizantes — SERETE S/A — Engenharia;
- d) Estudo referente ao Pôrto de Imbituba e sobre a possibilidade de um pôrto na foz do rio Araranguá — Equipe do Engº Jardy Sellos Corrêa;
- e) Report on Development of Process for Production of Elemental Sulphur from Santa Catarina Pyrites — Woodall-Duckham Limited — England;
- f) Siderúrgica de Santa Catarina — Industrial Complex-Phasei — Technical Economic Study — Lummus International Constructors Limited — USA;
- g) Feasibility Study Report on Sulphuric Acid Plant — for Siderúrgica de Santa Catarina S/A — Mitsubishi-Shoji Kaisha Ltd — Tokyo — Japan.

A análise detalhada desses estudos, realizada por técnicos da SIDESC e consultores independentes, consubstanciada em parecer do Diretor Leopoldo Miguez de Mello levou a Diretoria da empresa a definir e dimensionar o seu complexo industrial, que abrange investimentos da ordem de 18 milhões de dólares.

II — COMPLEXO INDUSTRIAL

Serão construídas duas usinas de concentração de rejeitos piritosos com capacidade de ... 126.000 ton/ano de concentrado, com 44% de enxófre, cada uma.

Ambas usarão o processo básico de concentração por meio de ciclones, já consagrados em instalações industriais em várias partes do mundo.

Uma das unidades de concentração será situada no município de Criciúma, maior produtor de carvão, nas proximidades da localidade do Rio Maina, junto ao silo central de embarque da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

A outra unidade será situada junto ao estoque de rejeitos piritosos existente próximo ao lavador de Capivari, no Município de Tubarão.

Os investimentos nas usinas de concentração elevam-se a 3,5 milhões de dólares, sendo: 1,9 milhões para a usina junto às minas e 1,6 milhões para a usina de Capivari.

As usinas de concentração da SIDESC empregarão cerca de 100 pessoas, entre engenheiros, técnicos e outros.

A matéria-prima básica para as usinas de concentração será o rejeito piritoso, resultante do beneficiamento do carvão de Santa Catarina.

A usina de concentração de Rio Maina será alimentada com rejeitos produzidos diretamente nos lavadores das minas, sendo o seu consumo anual de cerca de

400.000 t de rejeitos com um teor médio de 15% de enxófre.

A usina de Capivari será alimentada com rejeitos do estoque da Estiva dos Pregos, avaliado em 4 milhões de toneladas, e semi-concentrados das minas situadas nas regiões de Lauro Müller e Urussanga. Esta usina beneficiará preferencialmente os semi-concentrados oriundos das regiões de Lauro Müller e Urussanga, utilizando os rejeitos do depósito da Estiva dos Pregos, como estoque regulador, apenas para complementar a produção de modo a atingir os níveis requeridos para o funcionamento da fábrica de ácido sulfúrico, seu consumo anual, em termos de rejeito com 22% de enxófre, será da ordem de 330.00 t anuais.

O rejeito piritoso das minas da região de Criciúma será transportado para a usina de concentração de Rio Maina, por via rodoviária.

A usina de Capivari receberá por via rodoviária o rejeito complementar procedente do estoque da Estiva dos Pregos e por meio da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina os semi-concentrados das regiões de Lauro Müller e Urussanga.

Está estimado em 23 meses, após a assinatura do contrato de construção, o prazo necessário para a implantação das duas usinas de concentração.

III — FÁBRICA DE ÁCIDO SULFÚRICO

Será instalada uma fábrica de ácido sulfúrico com capacidade de 900 t por dia ou seja 300.000 toneladas/ano. Esta fábrica está

concebida com a necessária flexibilidade para no decorrer da sua implantação total, poder operar, econômicamente, com uma produção de 450 t por dia ou seja 150.000 t/ano.

A produção de ácido sulfúrico a partir da pirita catarinense, será feita segundo a prática mundial corrente, sendo a fábrica constituída das seguintes unidades básicas: Ustulação, Purificação, Conversão e Absorção.

O grande volume de ácido sulfúrico produzido, e a distribuição do mercado condicionaram a localização da fábrica próximo a um terminal marítimo, pelo que decidiu a SIDESC situá-la junto ao pôrto Henrique Laje, no Município de Imbituba. A mesma justificativa se aplica após o complexo haver cumprido as suas finalidades germinativas.

A fábrica de ácido sulfúrico compreenderá investimentos da ordem de 13 milhões de dólares, dos quais cerca de 60% deverão ser em moeda nacional e 40% em moeda estrangeira. O montante total do investimento mais o capital de giro, necessário para todo o complexo industrial da SIDESC atingirá a cerca de 18 milhões de dólares.

A fábrica de ácido sulfúrico e a administração central da SIDESC deverão empregar cerca de 150 pessoas entre Diretores, técnicos de nível superior e de grau médio e outros.

A matéria-prima básica para a fábrica de ácido sulfúrico será o concentrado piritoso obtido nas duas usinas de concentração da SIDESC. Este concentrado terá

teor médio de enxófre de 44% e teor de carbono da ordem de 8%.

O volume total de concentrado a ser consumido anualmente será de cerca de 252.000 toneladas.

O concentrado piritoso procedente das usinas de Rio Maina e Capivari chegará a fábrica de ácido sulfúrico através da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, ou via rodoviária, enquanto o ácido produzido que não tiver consumo local será expedido por via marítima, através de terminal especializado, e por via rodoviária devendo todos estes transportes serem, preferencialmente, efetivados por terceiros.

Está estimado em 24 meses após a assinatura do contrato de construção o prazo necessário para a implantação total da fábrica de ácido sulfúrico e serviços auxiliares. Por conveniência da SIDESC a implantação poderá ser feita por etapas, iniciando-se, em 24 meses a produção de ... 150.000 toneladas anuais.

Além do ácido sulfúrico o complexo industrial da SIDESC poderá oferecer ainda, carvão, óxido de ferro e energia elétrica.

O carvão será obtido nas Usinas de Concentração, como subproduto do beneficiamento dos rejeitos piritosos.

Estima-se que a recuperação do carvão poderá ser superior a 50.000 t/ano.

Embora não sendo o aproveitamento do óxido de ferro, resultante da ustulação do concentrado piritoso, fator necessário à viabilidade econômica do empreendimento, decidiu a SIDESC patrocinar todos os estudos aconselháveis com vistas a obtenção

deste subproduto em condições que permitam a sua utilização, economicamente, em processos siderúrgicos, segunda grande etapa a ser atingida no desenvolvimento da SIDESC.

Estima-se em cerca de 150.000 toneladas anuais a provável recuperação do óxido de ferro dos concentrados piritosos ustulados.

Como parte integrante do seu complexo industrial, contará a SIDESC com um turbo-gerador de 12.000 kW que permitirá a empresa ser auto-suficiente de energia elétrica e oferecer à concessionária da região cerca de 60 milhões de kilowatts-hora anuais.

O vapor para acionar o turbo-gerador é obrigatoriamente produzido no processo de fabricação do ácido sulfúrico.

IV — COMERCIALIZAÇÃO

A SIDESC procurará limitar suas atividades comerciais a venda de ácido sulfúrico e do que resultar do aproveitamento do óxido de ferro.

Assim, a utilização do ácido sulfúrico para a produção de fertilizantes e de uma gama de outros produtos químicos deverá ser efetivada pela iniciativa privada.

Destarte a SIDESC evitará o seu ingresso nas áreas que podem ser desenvolvidas pela iniciativa particular uma vez que lhes seja assegurado o suprimento abundante e barato deste importante produto primário.

V — CONDUÇÃO DA OBRA

Deverá ser assinado um contrato de empreitada total com a firma selecionada para a exe-

cução do projeto, devendo a SIDESC assim, receber o seu conjunto industrial em funcionamento.

A firma escolhida, se estrangetra, deverá associar-se a uma firma brasileira de engenharia e construção, mediante prévia aprovação da SIDESC. A responsabilidade final será sempre da firma escolhida, reservando-se no entanto à SIDESC, o poder de fiscalização e de decisão em todas as etapas do projeto e da construção.

VI — REFLEXOS SÔBRE A ECONOMIA REGIONAL

Além do impacto direto sobre a economia da região sudeste de Santa Catarina, provocada pela elevação do nível de empregos com salários médios muito acima do mínimo local, a SIDESC, ao oferecer ácido sulfúrico a baixos preços, estará se constituindo num pólo de industrialização da área.

A oferta de ácido sulfúrico atenderá a principal condição básica para a instalação de indústrias de fertilizantes, criolita, sulfato de alumínio, fluoreto de alumínio e muitas outras indústrias satélites.

Tão grande será a influência da SIDESC na região, que a sua presença sugere a necessidade da criação de um Distrito Industrial cujo objetivo fundamental seria assegurar uma oferta estável e elástica de terrenos industriais, em área bem situada e racionalmente zoneada e equipada, garantindo às indústrias nêle instaladas, melhores condições de

competibilidade pelas vantagens iniciais de implantação e baixos custos de serviços e infra-estrutura.

VII — REFLEXOS SÔBRE A ECONOMIA NACIONAL

Sendo o consumo de enxófre um dos índices clássicos para determinar o estágio de desenvolvimento de uma nação a produção, em grande escala, de ácido sulfúrico a preços competitivos, a partir de matérias-primas nacionais, trará, sem dúvida reflexos positivos sobre a economia nacional.

Estima-se que em 1972 o consumo de enxófre no Brasil será da ordem de 300 mil toneladas. Neste mesmo ano a SIDESC estará apta a suprir cerca de 30% desse total com ácido sulfúrico contendo 100 mil toneladas de enxófre.

A produção brasileira atual de enxófre é apenas de 8 mil toneladas anuais para um consumo de 250 mil toneladas, acarretando um dispêndio de divisas com a importação de cerca de 13 milhões de dólares anuais.

A produção da SIDESC permitirá ao País uma economia anual de divisas de 5 milhões de dólares.

VIII — PRÓXIMAS MEDIDAS

A fim de que possa gozar dos estímulos concedidos pelo governo para projetos da indústria química de alto interesse para a economia nacional, está a SIDESC ultimando a preparação do conjunto de dados do seu pro-

jeto que será submetido à apreciação do GEIQUIM.

Na expectativa de assegurar os recursos necessários para o financiamento do seu complexo industrial, a empresa apresentará formalmente ao BNDE, em caráter preliminar, um resumo do seu projeto.

Visando uma definição quanto aos equipamentos do seu complexo industrial que deverão ser fabricados no Brasil, a SIDESC iniciará em poucos dias as negociações com a ABDIB — Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base — e estão sendo ultimados os preparativos para a assinatura de um convênio com o IPT, de São Paulo, para a realização de várias pesquisas e em especial para definir o processo de concentração do óxido de ferro resultante da ustulação do concentrado piritoso.

IX — CRONOGRAMA

O planejamento e a sua execução deverão obedecer ao seguinte cronograma no correr deste ano:

Até fevereiro de 1969 — conclusão do projeto a ser submetido ao Grupo Executivo da Indús-

tria Química — GEIQUIM e ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE para obtenção dos favores oficiais, empréstimos e aval.

Até março de 1969 — aprovação do projeto pelas autoridades governamentais brasileiras.

Até abril de 1969 — instalação do canteiro de obras.

Até junho de 1969 — conclusão do detalhamento do projeto e inicio das obras civis.

Espera-se que seja iniciada a entrega do equipamento industrial a partir de janeiro de 1970, devendo-se concluir a montagem até o fim desse ano, de forma tal a poderem ser iniciados os testes operacionais dentro do primeiro semestre de 1971.

Como se vê, houve um atraso de 3 meses em relação a previsão constante do relatório de 1967 da SIDESC, quando se esperava, já no fim de 1968, iniciar a implantação do projeto. Tal atraso resultou, em parte da demora pelas autoridades monetárias brasileiras no registro dos contratos de estudos de viabilidade contratados pela SIDESC no estrangeiro, e em parte, pelo atraso na entrega destes mesmos estudos pelos contratantes.

A PERSONALIDADE NEURÓTICA DO NOSSO TEMPO

Capitão de Artilharia
A. MACHADO DE PAIVA
Instrutor da EsIE

I) INTRODUÇÃO

A cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara recomendou aos seus alunos a leitura do livro "A Personalidade Neurótica do Nosso Tempo" da doutora Karen Horney, apresentando trinta questões sobre a obra.

O presente trabalho é um resultado desse estudo e as respostas estão inteiramente calcadas nas opiniões da autora.

Por se tratar de assunto a nossa ver atualíssimo, que diz respeito não apenas a psiquiatras, como também a assistentes sociais, professores, instrutores, militares ou civis, enfim para todos aqueles que necessitam lidar com pessoas neuróticas, o que poderá acontecer com qualquer um, além de ser significativamente importante para o próprio neurótico, trazemo-la a público, na esperança de, assim procedendo, estarmos contribuindo para o entendimento mais realista de um problema que se agrava, nos dias que correm, de maneira assustadora.

II) DESENVOLVIMENTO

1 — Quem é Karen Horney?

Karen Horney, nascida em Hamburgo, Alemanha, em 1885, radicou-se e naturalizou-se nos Estados Unidos, onde veio a falecer em 1952.

Doutora em Medicina, dedicou integralmente sua vida ao desenvolvimento da psicanálise onde apresentou, partindo dos alicerces lançados por Freud, uma psicanálise de sentido mais construtivo, acentuando a importância dos elementos intrapsíquicos e intra-humanos, afastando-se, destarte, da ênfase dada por Freud ao instinto e à gênese e incluindo no quadro total de uma personalidade os fatores biológico, social e cultural.

Lecionou no Instituto de Psicanálise de Berlim, foi Diretora-Assistente do Instituto de Psicanálise de Chicago e professora do Instituto de Psicanálise de Nova York.

É a autora de várias obras de irrefutável valor no campo da psicanálise, como a em foco neste trabalho, "Conheça-se a Si Mesmo", "Nossos conflitos Interiores", "Novos Rumos na Psicanálise" e "Neurose e Desenvolvimento Humano".

2 — Qual a sua posição quanto à importância da 1.ª infância no aparecimento da neurose?

Podendo-se descrever uma neurose como um distúrbio psíquico suscitado por medos e defesas contra estes medos e por tentativas para encontrar soluções conciliatórias para tendências em conflito, não se pode deixar de entender que, em última análise, as neuroses decorrem de experiências vividas na primeira infância, sendo importante, para entendê-la as influências modeladoras da afetividade nessa fase da vida. Crê a autora, entretanto, que nem por isso, dever-se-á focalizar a 1.ª infância com fascinação exclusivista, já que entende que as condições culturais é que irão dar peso e côntra as experiências individuais, determinando sua forma particular.

3 — Por que afirma a autora que "não há uma psicologia normal aplicável a toda humanidade".

Porque, classificando-se como neuróticas as pessoas que apresentem reações diferentes dos indivíduos comuns, torna-se necessário obter uma concepção de normalidade que surge por intermédio da aprovação de certos padrões de conduta e sentimentos. Tais padrões, contudo, variam com a cultura, a época, a classe e o sexo o que nos permite afirmar que existe um sentimento de dúvida acerca da onisciência psicológica. Não é mais válido supor que uma nova descoberta psicológica revele uma tendência universal inerente à natureza humana.

4 — O que significam para a autora "neuroses de caráter" e "neuroses de situação"?

As segundas são as que podem sobrevir em indivíduos cuja personalidade, a não ser por isso, permanece intacta e indeformada, surgindo como uma reação a uma situação externa pejada de conflitos, enquanto as primeiras são o efeito de um insidioso processo crônico, em regra iniciada na infância e abarcando maiores ou menores porções da personalidade com maior ou menor intensidade, provocando deformações do caráter.

5 — Qual a diferença entre medo e ansiedade?

O medo é uma reação proporcional ao perigo que a pessoa tem de enfrentar, perigo este manifesto e objetivo, ao passo que a ansiedade é uma reação desproporcional ao perigo, ou até mesmo uma reação ante um perigo imaginário, de natureza oculta e subjetiva.

6 — Caracterize sumariamente a ansiedade. Descreva as maneiras pelas quais, em nossa cultura, procuramos escapar à ansiedade.

A ansiedade caracteriza-se por:

a) *sensação de inutilidade*. O neurótico sente-se inerme, fica reduzido a impotência e impressionado pela aparente desproporção de sua reação; indigna-se, como se essa reação fosse uma demonstração de fraqueza ou covardia.

b) *aparente irracionalidade*. Nossa cultura dá muito destaque ao raciocínio e à conduta inteligente, encarando a irracionalidade ou o que possa assim parecer, como algo inferior. Para os neuróticos é mais penoso o deixar que qualquer fator irracional os governe.

c) *desarranjo interno*, sendo um incentivo a inspecionar algo dentro de nós mesmos. Em nossa cultura há quatro maneiras principais de escapar à ansiedade:

1.^{a)} Racionalizando-a, isto é, transformando a ansiedade em um medo racional.

2.^{a)} Negando-a, isto é, excluindo-a da consciência.

3.^{a)} Narcotizando-a, quer consciente e literalmente, como por exemplo por meio de bebidas alcoólicas ou entorpecentes, quer engolfando-se em atividades sociais por causa do medo de ficar sózinho.

4.^{a)} Evitando pensamentos, sentimentos, impulsos e situações que

7 — Por que se pode falar de uma personalidade neurótica de nosso tempo?

Porque as pessoas neuróticas, com peculiaridades essenciais comuns, possuem essas similaridades básicas intrinsecamente produzidas pelas dificuldades existentes em nosso tempo e em nossa cultura.

8 — Como funcionam a projeção e a repressão nos impulsos de hostilidade?

Qualquer impulso tem a capacidade potencial de produzir ansiedade e podemos dizer que a principal fonte de que promana a ansiedade são os impulsos hostis. *Reprimir* tais impulsos significa fazer-de-conta que tudo está bem e assim abster-se de lutar, originando uma sensação de inépcia. Processo reflexo, a repressão é o caminho mais curto e mais rápido para se fazer que a hostilidade ameaçadora desapareça da consciência ou seja impedida de penetrar nesta. Um segundo processo reflexo se instala, geralmente, com a repressão: o indivíduo projeta seus impulsos hostis sobre o mundo exterior. Assim, a primeira simulação, a repressão, exige uma segunda: ele faz-de-conta que os impulsos de destruição não provêm dele mas de alguém ou de algo no exterior.

9 — Por que a autora afirma que os impulsos de hostilidade são a principal fonte de ansiedade em nosso tempo ?

Porque a relação entre a hostilidade e a ansiedade não se esgota com a capacidade de a primeira gerar a segunda. O processo também funciona em sentido contrário. A ansiedade, quando baseada em um sentimento de se estar ameaçado, facilmente provoca uma reação defensiva de hostilidade. Esse efeito de reciprocidade entre hostilidade e ansiedade, uma sempre produzindo e reforçando a outra é que habilita-nos a compreender porque encontramos uma soma tão vasta de hostilidade implacável nas neuroses.

10 — Resuma em poucas palavras as causas do surgimento da hostilidade e suas reações na infância.

a) Falta de um autêntico calor humano e afeição resultante da incapacidade dos pais, criando um ambiente que lança as sementes de futuros sentimentos de insegurança.

b) Frustração de seus desejos, especialmente os da esfera sexual e ao ciúme. As crianças, como os adultos, podem aceitar um sem número de privações desde que as reputem justas e necessárias, ou tendo em vista um determinado fim.

O importante é o ânimo com que são impostas as frustrações e não estas em si mesma.

O ciúme pode, também, exercer influências perturbadoras na formação do caráter e nas relações interpessoais.

c) Oposição hostil à família ou a algum de seus membros que obrigue a criança a lutar contra as ações de pais neuróticos.

d) Ameaças, proibições, punições, explosões de cólera ou cenas violentas testemunhadas pela criança ou intimidação indireta.

e) Exagerar-se verbalmente o amor paterno ou materno.

f) Fazer-se a criança sentir-se culpada por qualquer sentimento ou expressão de hostilidade.

g) Isolar-se ou obstar-se a criança em suas experiências próprias.

11 — Como a autora considera a frustração na infância e sua possível ação na estrutura básica das neuroses ?

Considera a frustração como uma fonte de hostilidade rebelde, mas não a única, afirmado que é mais importante o ânimo com que são impostas as frustrações e não estas mesmas. A questão de saber se a frustração por si mesma incita à hostilidade é de difícil julgamento, segundo afirma.

12 — Aponte e descreva os quatro meios principais através dos quais a pessoa procura, em nossa cultura, proteger-se contra a ansiedade básica.

- 1) Afeição
- 2) Submissão
- 3) Poder
- 4) Retraimento

1) A conquista da afeição serve como escudo contra a ansiedade, através do lema: *se você me ama, não me magoará*.

2) Na submissão o lema é: se eu ceder, não serei magoado. Com ela a pessoa concorda com todos e abstém-se de tudo que possa induzir ressentimentos.

3) O poder tem como lema: se eu tiver poder, ninguém poderá magoar-me. A pessoa procura obter segurança através de poder ou sucesso concreto, da posse, da admiração ou da superioridade intelectual.

4) Tem como lema: se eu me retrair, nada poderá magoar-me. É a fuga do mundo, procurando conseguir independência das necessidades internas e externas.

13 — Por que a pessoa que tem necessidade neurótica de afeição é paradoxalmente incapaz de amar?

Porque a fome de afeição, tão freqüente nas neuroses, indica sempre existência de ansiedade, que a seu turno produz hostilidade. Desta forma, ao mesmo tempo que o neurótico tem uma grande necessidade de amor (ansiedade), é incapaz de amar (hostilidade), já que sabemos estarem inextrinavelmente entrelaçadas a ansiedade e a hostilidade.

14 — Descreva a necessidade neurótica de ser amado incondicionalmente.

Sabemos que a necessidade neurótica desenvolve-se nas seguintes condições: ansiedade, não se achar digno de ser amado, incapacidade para acreditar em qualquer afeição e hostilidade às pessoas.

A necessidade neurótica de afeição apresenta como primeira característica a sua natureza compulsiva: para o neurótico a afeição não é um luxo, ou uma fonte de vigor ou prazer, mas uma necessidade vital. Daí resulta uma supervalorização do significado do fato de se ser amado.

Essa necessidade pode focalizar-se em uma única pessoa, ou a certos grupos de pessoas e o neurótico pagará qualquer preço para obter o afeto, geralmente sendo condescendente e um dependente emocional.

Outra característica é a insaciabilidade do neurótico que pode aparecer sob várias formas. Daí podermos distinguir 3 tipos de pessoas neuróticas:

- a) As que anelam por afeição, sob quaisquer formas ou meios;
- b) As que se esforçam por alcançar afeição fracassam, e se retraem;
- c) As que, maltratadas no começo da vida, passam a ter profunda descrença em qualquer afeição.

15 — Em que a autora discorda de Freud a respeito da sexualidade e afeto?

No fato de que, enquanto Freud acha que existe uma conexão entre sentimento de afeto, expressões de ternura e sexualidade, a autora, embora reconhecendo a estreita relação entre ternura e sexualidade, julga ser mais cauteloso presumir a existência de duas categorias distintas de sentimentos que podem coexistir, transformar-se um no outro, ou substituir um ao outro.

16 — a) Que táticas usa o neurótico, a despeito de suas próprias dificuldades, para obter afeição?

- b) Por que na maioria dos casos são peculiares ao sexo feminino?

a) Embora fatores psicológicos não obedeçam a categorias rígidas, podemos dizer que essas táticas são:

- suborno
- apelo à piedade
- apelo à justiça
- ameaças.

b) Porque, ao passo que os homens cresceram com a convicção de que tinham de realizar algo na vida caso quisessem chegar a ser alguém, as mulheres perceberam que por intermédio do amor, e sómente deste, poderiam alcançar felicidade, segurança e prestígio.

17 — Como caracteriza a autora o complexo de Edipo?

Considera-o, ao invés de um processo primário, o produto de diversos processos de diferentes espécies. Ele não é, para a autora, a origem da neurose, mas sim, éle próprio, uma formação neurótica.

18 — Caracterize, sucintamente, o desejo neurótico de poder, prestígio e posses em suas principais reações.

- 1) Esse desejo nasce da fraqueza;
- 2) Decorre, de a nossa estrutura social considerar o poder, o prestígio e as posses como fator de segurança;

- 3) Serve como defesa contra a ansiedade e como canal de descarga para uma hostilidade reprimida;
- 4) Serve como proteção contra o perigo de sentir-se ou ser considerado insignificante;
- 5) Desejo de impor sua vontade;
- 6) Nunca ceder;
- 7) Incapacidade para estabelecer qualquer relação em termos de igualdade.

19 — Quais as diferenças entre a competição normal e a neurótica?

- 1) O neurótico compara-se com os outros, mesmo em situações onde isso não seja o caso, isto é, com pessoas que não são, de maneira alguma, seus competidores e que não partilham de seus objetivos;
- 2) A ambição do neurótico não é só realizar mais do que outros ou ter maior êxito que estes, mas igualmente sem ímpar e excepcional;
- 3) Nas ambições neuróticas existe implícita a hostilidade.

20 — Quais as diferenças entre as posições de Freud, Adler e da autora quanto ao desejo de poder, prestígio e posses na espécie humana?

Adler presume que tais desejos constituem o traço supremo da natureza humana e sua intensificação nos neuróticos é por ele atribuída a sentimentos de inferioridade e à insuficiência de ordem física.

Freud considera a busca de prestígio como uma expressão de tendências narcisistas, imaginando-as como uma expressão do instinto de morte, fiel, portanto, à sua orientação biológica.

A autora dá ênfase ao papel desempenhado pela ansiedade na efetivação desses impulsos, divisando inferências culturais das formas pelas quais eles se exprimem.

21 — Apresente as principais características neuróticas das reações face à competição.

- a) O neurótico é movido por um impulso cego, indiscriminado e compulsivo a rebaixar os outros.
- b) Nas relações amorosas, as tendências do neurótico para vencer, subjugar e humilhar o parceiro desempenham vasto papel.

22 — Quais as reações neuróticas mais características do medo do fracasso e do medo do sucesso?

O temor ao fracasso é uma expressão do medo de ser humilhado: Qualquer falha converte-se em catástrofe. Face a este tipo de medo, ou

o neurótico redobrará os esforços podendo mesmo ficar desesperado em suas tentativas para evitá-lo ou, temendo que os outros identifiquem sua ambição, procurará parecer desinteressado, levando-o a não fazer esforço algum.

O temor ao sucesso decorre do receio da inveja rancorosa dos demais e, portanto, na perda de sua afeição. O neurótico apresentará uma forte compulsão, tão logo tenha dado uma boa saída ou feito qualquer sucesso.

23 — Como a autora analisa os sentimentos de inferioridade?

Considera-os uma combinação de tendências subestimadoras motivadas pela ansiedade aliadas à percepção de falhas realmente existentes.

24 — Caracterize o medo da reprovação e a auto-recriminação no sentimento neurótico de culpa.

O medo da reprovação, muito comum nas neuroses, faz com que o neurótico mostre-se supersensível a ser repreendido, criticado, acusado, desmascarado e pode-se estender a todos os seres humanos ou a um grupo menor.

Com a auto-recriminação o neurótico procura proteger-se contra o medo de reprovação como também induzindo uma reafirmação positiva, provocando afirmações tranquilizadoras em sentido contrário.

25 — Como Freud explica o masoquismo?

Baseado na hipótese segundo a qual há dentro do homem duas forças biológicas capitais: o instinto de vida e o instinto de morte. Esta última força, que visa à autodestruição, quando associada a impulsos libidinosos, produz o fenômeno do masoquismo.

26 — Que "lucro" obtém o neurótico através do sofrimento?

Ao mesmo tempo que faz com que ele obtenha afeição, auxílio e controle, permite-lhe esquivar-se a todas as exigências que os outros façam dele.

27 — Que explicação apresenta para a razão da satisfação advinda desse sofrimento?

O neurótico deseja tão pouco sofrer quanto qualquer outra pessoa. Esse sofrimento não é o que a pessoa quer, mas o que ela paga e a satisfação a que busca não é o sofrimento em si mesmo, mas sim uma renúncia do eu. A principal função desse sofrimento é a de exprimir acusações contra outros sob uma forma velada.

28 — Em que discordam Freud e a autora quanto aos impulsos masoquistas?

A autora considera-os a resultante de conflitos personalógicos, enquanto Freud fá-los resultantes de processos determinados biologicamente.

29 — Resuma os principais tópicos que a autora apresenta no capítulo "Cultura e Neurose".

1) O aumento de civilização tem de implicar, inevitavelmente, em um aumento de neuroses.

2) Há certas dificuldades típicas inerentes à nossa cultura que se refletem como conflitos na vida de todo indivíduo e que, acumuladas, podem suscitar a formação de neuroses.

3) A cultura moderna baseia-se, econômicamente, no princípio da competição individual. O resultado psíquico dessa situação é uma tensão difusa de hostilidade entre os indivíduos.

4) A rivalidade entre pai e filho, mãe e filho, mãe e filha, um filho e outro, não é um fenômeno humano generalizado, mas sim a resposta a estímulos culturalmente condicionados.

5) Pelo fato de corresponder a uma necessidade vital, o amor é supervalorizado em nossa cultura.³⁹¹

6) Existem em nossa cultura certas condições explícitas que formam a base dos conflitos neuróticos típicos, como: competição e sucesso de um lado e amor fraternal e humildade de outro; incentivo de nossas necessidades e frustrações ao tentar satisfazê-las; liberdade do indivíduo e limitações reais.

30 — Que comentários (apreciação ou crítica) você pode apresentar sobre o livro que acabou de ler?

Poucas vezes um livro tratando de assunto tão complexo e profundo terá sido tão feliz no retratar em um quadro minucioso e preciso, o neurótico que vive entre nós, os conflitos que na realidade o governam, suas ansiedades e dificuldades que encontra em suas relações com outras pessoas e consigo mesmo.

O livro recomenda-se, sobretudo, pela simplicidade com que o assunto se desenvolve, sem rebuscamentos desnecessários, mostrando sem subterfúgios, um problema que é típico do nosso tempo e ao qual todos nós estamos sujeitos. Os temas são apresentados de maneira objetiva, em vocabulário acessível.

Em particular, sua leitura nos abre novos caminhos em um setor que Freud, Adler e outros grandes estudiosos do assunto, pareciam haver esgotado.

Ao final de sua leitura, se feita de maneira conscientiosa e atenta, sentimo-nos muito mais capazes de entendermos os que possuem problemas da natureza abordados no compêndio, como também, e isso é muito importante, a nós mesmos.

notas militares

INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES COMO INSTRUMENTOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Cel Cav GERALDO KNAACK DE SOUZA

1. GENERALIDADES

A utilização da informação, como instrumento capaz de fornecer conhecimentos básicos e indispensáveis às decisões, é tão antiga quanto a própria história das guerras.

A evolução da sociedade fez progredir esse instrumento, do espião ou agente, até as grandes e complexas organizações de informações. Hoje, verdadeiras 4ª Fôrças, estas organizações desempenham papel relevante em todas as espécies de luta.

A técnica do trabalho de informações é a mesma para todas as ações; a tática varia com os objetivos de informação, com o meio ambiente e com os recursos disponíveis (pessoal, material e financeiro).

Nesta palestra, é nossa intenção tecer considerações sobre o

ambiente revolucionário; focalizar alguns aspectos, os fundamentais, da guerra revolucionária; mostrar uma forma de organizar as informações e dar uma idéia sobre seu trabalho, ressaltando, em particular, algumas normas que devem ser rigorosamente observadas e, finalmente, apontar o principal objetivo das informações numa G.R.

Não é nosso desejo, nem temos a pretensão de fornecer receitas de organização de informações, mas consideramos nossa obrigação expor claramente nosso ponto de vista, no sentido de defender a tese de que, em certa fase da G.R., a informação é, talvez, o principal instrumento de governo, para manter a estabilidade do regime, desde que a organização seja realmente eficiente, isto é, abranja corretamente os setores a serem pesquisados.

e seja capaz de produzir trabalho elaborado segundo raciocínio sadio.

2. O AMBIENTE REVOLUCIONÁRIO

Segundo Talleyrand — "Nada é mais problemático que o complexo dos interesses de um país, onde muitas vezes o interesse de hoje se torna a desvantagem de amanhã. Pois que a essência da política e, portanto, daquilo que em determinadas circunstâncias se pode fazer, não se orienta para metas longínquas e sim, para as relativamente vizinhas.

O conceito-interesse de um país — resulta sempre em 2/3 de opinião e 1/3 de convicção, e não é possível retirar do conjunto dos interesses do país aquêle véu sutil que os torna pouco visíveis e pouco claros."

O ambiente revolucionário é caracterizado por um conjunto de opiniões acerca do que é melhor para o país ou dos interesses mais autênticamente nacionais, que levam seus adeptos à radicalização em torno de seus pontos de vista e, pouco a pouco, terminam por dividir o campo das divergências.

Tais grupos procuraram sempre ganhar o apoio das massas pela emoção, única via de acesso para dinamizá-las. Estabelece-se, inevitavelmente, um clima emocional, alimentado pela esperança de melhores dias, com a consecução de determinados objetivos, não raro, indefinidos ou indefiníveis pelos seus mais honestos pregadores, por não re-

sultarem, normalmente, de um pensamento sadio. Decorrem de opiniões, às vezes superficiais, que, mais ou menos bem apresentadas, e à força de repetição e propaganda, se transformam em convicções e em aspirações de considerável parte da população.

Vários fatores históricos, políticos, econômicos e sociais são responsáveis pela criação desse ambiente, que se sobrecarrega à medida que vai sendo agitado.

A favor das mudanças pretendidas, avolumam-se razões de todos os matizes, principalmente as ideológicas, que, pelo seu caráter polêmico, facilitam a criação do estado emocional.

Esse estado emocional nem sempre leva o povo à violência, em particular, quando existem válvulas de escape, como as eleições nas democracias, através das quais seus líderes podem alcançar o poder para a realização, de cima para baixo, das transformações consideradas necessárias.

Alcançar ou manter o poder é o objetivo dos líderes revolucionários, a fim de obter a indispensável autoridade para o estabelecimento de um sonhado regime, cujo conceito, na prática, tem correspondido a realidades profundamente diferentes.

Para isto, ao revolucionário, normalmente, qualquer processo é lícito. Da astúcia à violência tudo serve, pois, presumivelmente, está lutando pelo direito de melhorar, que lhe estaria sendo negado ou usurpado.

Convém notar que nos dias de hoje, dificilmente, o mundo assis-

tirá a uma GR inteiramente nacional, como o foram as revoluções inglesa, americana, francesa e russa. Os tempos mudaram, os meios são outros e o mundo se universaliza.

Se no passado, a defesa dos interesses nacionais sofreu os reflexos da situação internacional, hoje, esta reage mais direta e intensamente sobre os interesses dos Estados. A autodeterminação sofre tremendas limitações e não existe em tóda a sua plenitude, nem mesmo para as grandes potências.

A habilidade dos dirigentes de um Estado consiste em resolver seus problemas internos, com o mínimo de interferência externa e de forma a colocar seus Estados em honrosas posições de independência, no concerto das nações.

3. A GUERRA REVOLUCIONARIA P/AS INFORMAÇÕES

Para as informações, o problema da GR consiste em identificá-la pelos traços comuns a todos os movimentos semelhantes, isto é, em determinar o quadro pelos sintomas.

De exaustiva pesquisa sobre o assunto, passados em revista os fatos históricos, as interpretações de diversos autores e a conceituação recomendada pelo EMFA, chegamos a concluir pela existência de alguns pontos comuns a tódas as interpretações:

- A GR é uma luta entre nacionais, que pode deixar de ser autênticamente nacio-

nal, em que ambos os partidos acreditam estar defendendo legítimas aspirações;

- quaisquer que sejam as características dos homens (irresponsáveis, excitados ou apenas sensíveis), a GR desenvolve-se em ambiente altamente emocional, comumente caracterizado pela radicalização de posições;
- a GR é geral;
- das GR resultaram profundas modificações nas estruturas das sociedades, quase sempre decorrentes de atos de violência que antecederam ou sucederam a tomada ou permanência no poder ou, ainda, aconteceram em ambas as oportunidades.

Além disto, o estudo das principais revoluções, com o mesmo caráter dos movimentos que hoje se convencionou chamar GR, mostra-nos a existência de elementos comuns aos diferentes quadros revolucionários, que, na opinião abalizada de Trotsky, ninguém planeja, mas que podem ser liderados em seu desenrolar, por "conscientes e experimentados trabalhadores, educados, em sua maior parte, pelo partido de Lenin".

Esses fatores são:

- o mal-estar econômico, que, por paradoxal que pareça, resultou, em última análise, da evolução econômica em que se encontravam as sociedades que viveram a revolução. O povo necessitado não faz revolução, como reconhece Trotsky: "se o fi-

zesse, haveria revolução todos os dias";

- a radicalização das posições políticas, ocasionando a formação de dois grupos — o revolucionário e o conservador — com a deserção dos grupos intelectuais. É interessante notar que semelhante situação de intransigência resulta, em geral, da disputa entre classes, quando estas se encontram próximas e lutam contra privilégios ou imperfeições e a maquinaria governamental mostra-se falha, ou insuficiente, para enfrentar a evolução e executar as indispensáveis mudanças nas estruturas inadequadas à situação.

O caso da vitória de uma revolução de escravos no HAITI é uma das raras exceções da História;

- a perda da fé nas instituições vigentes, por parte da classe governante, que, assim, se torna ineficiente ou inepta;
- o desafio constante das autoridades constituídas pelos revolucionários e a não utilização da força pelo governo. Nenhuma revolução venceu, nenhuma GR foi possível, antes de o governo perder o controle das Forças Armadas ou de terem os revolucionários conseguido substancial apoio das mesmas. Isto tem sido verdade desde os tempos do arco e da flecha.

A evolução da ciência e da técnica permitiu a guerra total de

nossos tempos e justificou o aforismo de Hitler de que "mais fraca de que os flancos de uma tropa que avança é a sua retaguarda".

O ataque às retaguardas foi principalmente realizado pela famosa 5^a coluna, orientada por Goebbles, um gênio da Propaganda.

O ensinamento ficou e a resposta veio pronta. Após a 2.^a Grande Guerra, assistimos à evolução da doutrina de defesa dos interesses dos Estados, para os atuais termos de Segurança Nacional, em que avulta a Segurança Interna, ou seja, a segurança da retaguarda.

Pela desorganização da retaguarda, aniquilla-se o valor combativo do adversário, ou retardase o aparecimento de um possível competidor.

É fundamental, pois, manter-se em equilíbrio a frente interna.

Esta, entretanto, só se convulsiona pela ação dos fatores já apontados e que resultam mais da imprevidência ou incapacidade dos nacionais, que da ação de estranhos. Estes, a História tem mostrado, procuram tirar partido das situações.

Na busca daqueles fatores que se antepõem ao desejado equilíbrio interno é que se realiza o trabalho de informação no setor da segurança interna.

4. AS ORGANIZAÇÕES DE INFORMAÇÃO E O TRABALHO DE FORMAÇÕES

A primeira pergunta que poderia surgir no quadro deste trabalho, seria acerca da existência

de um organismo de informações para fazer face à GR.

Parece-nos que a GR é, apenas, um dos problemas da Segurança Interna e os problemas desta categoria existem em todos os países do mundo, até nos mais estáveis.

Esta a razão de encontrarmos na Inglaterra, na França, nos EUA, na Rússia, etc., os departamentos que tratam especificamente de informações de Segurança Interna.

Os campos a serem trabalhados por esses departamentos são, praticamente, os mesmos, e, o que se pesquisa em todos eles são os elementos antagônicos ao interesse nacional. Este, traduzido por uma política declarada do governo ou por orientação sigilosa.

A prioridade de trabalho, variável com a situação, vêm também do governo.

Pelo exposto anteriormente, verificamos que a Segurança Interna de um país se resume na manutenção da estabilidade do regime vigente e que esta pode ser ameaçada pela exploração de um ou vários dos seguintes elementos:

- o mal-estar econômico;
- o fracasso da administração pública;
- a exploração política ou político-ideológica;
- atuações negativas de agentes nacionais e/ou estrangeiros, em busca de um estado emocional, caldo de cultura indispensável aos germens da subversão e da revolução.

Em regra, as organizações de informações que fazem Segurança Interna, atuam no campo econômico-financeiro, no da administração pública e assistência social, no da ordem política e no da contra-informação, em qualquer fase da vida dos Estados, estejam ou não ameaçados de co-moções internas.

Cada uma dessas frações se organiza de forma a melhor cobrir o campo de atividades a seu cargo. Isto varia em cada caso. No Brasil, a fração que tratar do setor político terá de, necessariamente, acompanhar as atividades estudantis, o que não acontece na Rússia, nem nos EUA, onde os estudantes não têm valor político.

A fração de Contra-Informações merece aqui uma pequena consideração, por termos notado a existência de alguma confusão acerca do que seja Contra-Informação.

Contra-Informação é o esforço de qualquer nação ou grupo de nações em descobrir, evitar ou neutralizar a ação clandestina inimiga, ou suas possibilidades de atuar clandestinamente contra nós. Ela é, antes de mais nada, a finalidade de um conjunto de ações de qualquer natureza que, por ilusão ou obstrução, visam impedir a um adversário obter informações sobre nós.

A parte das organizações de informações que elabora informações com essa finalidade específica, isto é, para servirem de base às medidas que deverão ser tomadas por qualquer outra organização, incluindo as de informações, é que denominamos de

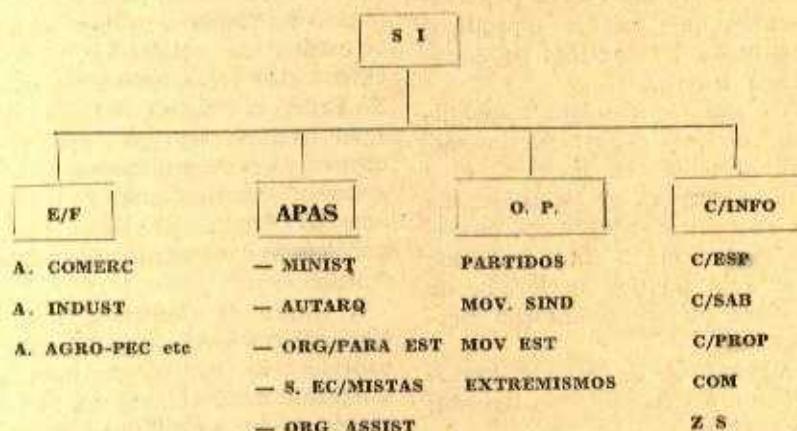
Contra-Informação, que pode ser realizada dentro do país ou fora dêle.

Uma 2^a pergunta lógica seria sobre a localização da fração que trata de comunismo ou se a ação comunista não deverá ter prioridade sobre os demais assuntos a pesquisar. A ação comunista é sistemática e aprofundadamente

estudada na fração encarregada da Ordem Política, pois, por definição, é elemento antagônico à ordem vigente numa democracia cristã.

A prioridade com que deve ser tratada varia com a situação.

Resumindo, poderíamos ter na Segurança Interna uma organização nas seguintes condições:



A amplitude dessa organização é proporcional à da instituição para a qual deverá produzir informações. Seu caráter é civil e eminentemente técnico-profissional.

Esta fração não desempenha suas atividades isoladamente. Constituindo um departamento independente ou não, seu trabalho é entrelaçado com os das frações que fazem informações externas e internas. A primeira, com suas subdivisões em bases geográficas e segundo os aspectos das informações necessárias aos levantamentos estratégicos das áreas visadas. A segunda, incumbida do levantamento estratégico do próprio país, subdivi-

dida, segundo os aspectos das informações a serem elaboradas.

Qualquer que seja a forma de estruturar a organização de informações — em departamentos autônomos ou não, isto é, com direção centralizada ou descentralizada, ela deverá constituir um grupo central de uma comunidade de informação, da qual, forçosamente, farão parte todas as demais organizações de informações departamentais. Esse conjunto é dirigido, em todos os países que dispõem de sistema de informações, por um colegiado, do qual fazem parte os diretores dessas organizações especializadas.

Várias são as razões desta solução unânime:

— obter melhor entendimento e confiança; facilitar a coordenação do trabalho pelo estabelecimento de regras comuns, como de ligações, controle de agentes, etc; evitar perda de tempo e gastos supérfluos, além de conseguir mais eficiência pela repartição adequada dos objetivos de informações e de seus recobrimentos.

O melhor ou pior rendimento do trabalho de uma organização de informações não resulta sómente da elevada técnica de sua execução, mas do entendimento entre seus componentes no sentido de propiciar intensa cooperação, nos limites do princípio básico de funcionamento de qualquer organismo de segurança — *compartimentação*.

Todo esse arcabouço, de nada valerá se não fôr capaz de reunir matéria-prima de boa qualidade. Determinado o que se deseja saber, através de planejamento típico tão conhecido, a reunião de dados que vem a seguir, para satisfazer às necessidades de informação, é trabalho delicado, a ser executado meticulosamente. Compreende duas operações: a da pesquisa de arquivos (documentos e publicações) e a busca operacional. Esta última, constando de operações ostensivas, secretas e clandestinas, utiliza elementos tecnicamente adestrados, pertencentes aos quadros da organização, agentes de baixo e alto nível, informantes,

confidentes e elementos infiltrados, e aplica todos os processos para obter informes — tais como, entrevistas, interrogatórios, provocações, aliciações ou sondagens e observações com auxílio de meios técnicos e sem êles. Tudo, com a finalidade de *ver, ouvir, relatar e transmitir*.

Estas quatro ações exigem preparo longo. Um estudo detalhado sobre as mesmas pode ser assunto para um curso de 4 horas diárias, de 12 a 16 semanas, para a iniciação de um futuro oficial de informações.

O material colhido no trabalho de busca de nada valerá, se não puder ser corretamente avaliado. O importante na avaliação é o estabelecimento de um sistema para classificar o informe. Qualquer que seja o método adotado, um informe não tem explicação, quando não é possível conhecer o acesso do agente à fonte ou ao objetivo, porque foi fornecido e o grau de consciência de quem o forneceu.

Não estamos fazendo um curso de informações e não poderíamos, no diminuto espaço de hora e meia, discutir detalhes de organização, de métodos de trabalho, etc. Ficamos nas considerações gerais e básicas.

Sun Tzu declarou em seu livro a *Arte da Guerra*, 500 AC, que "sómente os governantes e generais sábios serão capazes de utilizar as melhores inteligências do Exército no trabalho de informações".

O trabalho de informações é difícil, pois exige argúcia, cultura, conhecimento profundo do

assunto sobre o qual se pesquisa, equilíbrio para julgar, etc.

A tarefa se nos afigura mais complexa no campo da Segurança Interna, e em particular quando o ambiente é de subversão. Os homens de informação também são nacionais, interessados nos mesmos problemas e influenciáveis pela mesma propaganda hábil.

Informação é conhecimento objetivo das coisas pela luz da razão, e seus responsáveis, à semelhança dos filósofos, devem trabalhar pela verdade, despreocupados da fortuna e da glória.

Os elementos que a compõem devem ser altamente selecionados.

É importante que, em qualquer circunstância, sejam capazes de realizar análises sadias, ou seja, de considerar possibilidades e também probabilidades, a fim de procederem a exames realistas, levando em conta todos os fatores e motivações que influenciam as situações.

A compreensão dos fatos é tarefa da razão, que encontra seus maiores obstáculos no campo emocional. Este, comumente, leva o analista a desvios tais que o impedem de compreender a realidade.

A consciência dessa deformação não é tão facilmente perceptível em nós mesmos, quanto nos outros, mas precisa estar bem presente nos homens de informações, a fim de evitarem toda a forma de pensamento patológico que pode ocorrer em homens saudáveis, por falta de método, por paixão, fanatismo ou duplo-pensamento.

Imaginamos que neste ponto da exposição, já tenhamos grande oposição às sugestões oferecidas porque, aparentemente, elas só teriam valor para a fase da parada à GR e muito pouco para a resposta.

Acreditamos, realmente, que as batalhas devam ser vencidas antes de serem travadas e, nesse sentido, o tipo de organização apresentado atende perfeitamente às duas fases. Informando ao governo para a parada, fornecendo-lhe os dados para o equacionamento das respostas.

Concordamos entretanto que, perdida essa primeira batalha político-administrativa e passando à fase da violência, a da guerra civil, essa organização terá de ser complementada por um sistema militar de informação de combate, amoldável ao tipo de luta (clássica, de guerrilhas ou mista) que dispensa comentários em nosso meio militar, por ser assunto vastamente tratado pelos regulamentos, manuais e notas escolares.

Não cabe no âmbito d'este trabalho a apresentação de um formulário dos elementos a pesquisar dentro de cada campo. Deixamos semelhante tarefa à inteligência dos leitores ou ouvintes e dos que, por dever de ofício, tiverem de tratar do assunto.

5. PALAVRAS FINAIS

Após tantas considerações teóricas, mas que asseguramos terem sido resultantes não só de estudos, mas de intensa prática, onde tudo isto foi observado, executado e corrigido, gostaríamos

de fazer mais duas observações — uma sobre a conjuntura e outra sobre dois princípios básicos.

O Brasil é um país que apresenta vários dos sintomas de estar vivendo um clima de GR, mas porque enfrentamos uma crise de crescimento para a qual não nos preparamos, do que pela ação de agentes subversivos conscientes, nacionais, ou estrangeiros, adeptos ou não de qualquer ideologia política.

Este ambiente não foi planejado por ninguém e ninguém pode exatamente conduzi-lo a seu talante.

É indiscutível que este problema é inteiramente nosso, mas é evidente que há interesses alheios em jôgo e interferência ou desejos de interferência no sentido de influenciar os rumos deste País.

A nós só interessa uma solução — a melhor para o Brasil — de acordo com as nossas tradições, o que não significa ser contrário à evolução, quando tudo evolui.

O coronelismo, hoje combatido, foi solução e, apesar de seus aspectos positivos de ontem, está ultrapassado pelas novas condições de vida.

O conceito de propriedade também tem evoluído. Uma reestruturação agrária em termos brasileiros, aliás a 2ª de nossa história, é indiscutível quanto à sua necessidade.

Nada disto é comunismo, imperialismo russo, americano, ou exatamente capitalismo de estado, como as propagandas se esforçam por demonstrar, no afã de destruir seus oponentes, ao invés de procurarem conduzir a

opinião pública, positivamente, pelas demonstrações das vantagens de adoção das diferentes soluções.

O primeiro tipo de propaganda — o negativo — constrói ódio, acirramento de paixões, radicalização de posições, etc. Não esclarece, emociona, estabelece a confusão e leva à revolução, para que se processe, sobre as cinzas da destruição, a evolução. Esta, que, neste caso, se realiza em dois tempos, o primeiro de reconstrução e o segundo de evolução propriamente dita, raramente, segue qualquer das soluções pregadas.

Isto nos demonstra a História, que também ressalta a raridade das evoluções pacíficas quando, num mesmo país, duas estruturas — uma arcaica e outra nova — entram em choque.

É fundamental que os acontecimentos e os fatos sejam interpretados corretamente, em cada oportunidade.

A propaganda política pode criar os fantasmas que desejar. Os homens de informação não podem aceitá-los sem a devida comprovação.

É importante que defendamos nosso sistema de vida democrática e cristã com base na liberdade, na verdade e com a coragem para reconhecer e corrigir nossos erros.

A definição de GR, aconselhada pelo EMFA, acredita-a de concepção marxista-leninista, mas admite a sua adoção por movimentos revolucionários diversos.

Sabemos, por experiência própria e por estudo, que os fatores componentes de um ambiente

emocional, caracterizado por desejo de mudança para o que seria melhor, são os mais diversos e, raramente, poderão ser criados e mesmo manejados em seu conjunto por alguém ou alguma organização.

Na realidade, êles podem ser explorados a partir de certa fase, quando suficientemente visíveis. Sem a existência dêles não há quem possa criar o clima subversivo, indispensável à GR.

Cumpre pois, à organização de informações, mais do que assinalar aquêles que os exploram, apontar os fatos ou fatores ao governo para que êste elimine os antagônicos, tão cedo quanto possível, sem esquecer que a missão da informação termina com a difusão, não lhe cabendo qualquer interferência na sua utilização.

Este nos parece o objetivo principal das Informações na GR — ser instrumento contra-revolucionário, que permite ao governo prever para evitar, de preferência a reprimir.

Tudo isto está consagrado pela experiência de milênios, Sun Tzu, grande general e técnico em informações, entre outras máximas afirmou: "O que capacita sábios soberanos e bons generais a combaterem, a conquistarem e a alcançarem resultados além dos obtidos pelos homens comuns, é o conhecimento antecipado, que se não adquire eliciando dos espíritos, indutivamente da experiência ou por cálculo dedutivo e só se consegue de outro homem".

Cem libras de prata gastas em informações economizam diariamente milhares de libras, além de

evitar comoções internas e externas, a exaustão dos exércitos e o distúrbio das atividades de centenas de milhares de famílias".

Estes e os outros princípios do célebre guerreiro oriental são válidos nos dias de hoje. Têm aplicação em qualquer tipo de guerra e, a nosso ver, muito em particular, na subversiva e na revolucionária.

Em qualquer caso, às organizações de informações e aos seus homens desejariam lembrar dois principios básicos — Eficiência e Prudência:

- Eficiência para informar certo e a tempo, aos que devem tomar conhecimento das informações;
- Prudência para realizar trabalho constante, escorreito, sem hesitação e sem precipitação.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ART OF WAR — Sun Tzu;
- 2 — BATTLE FOR THE MIND — William Sargent;
- 3 — LA PROPAGANDE LA NOUVELLE FORCE POLITIQUE — Jacques Driencourt;
- 4 — THE ANATOMY OF REVOLUTIONS — Chane Brinton;
- 5 — EM CIMA DA HORA (TRAD) — Suzanne Labin;
- 6 — OS DOIS BRASIS — Jacques Lambert;
- 7 — REVISTA DE LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA (REPUBLICA ARGENTINA) — N.º 347-1932;
- 8 — MENSÁRIO DE CULTURA MILITAR — N.º Especiais de 1961 e 1962 e outros;
- 9 — DOC./ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — ESG;
- 10 — DOC. FA-E-01/61 — EMFA;
- 11 — TRABALHOS SOBRE INFORMAÇÕES — Do autor.

CONCEITUAÇÃO DO ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES

Maj ROBERTO MISCOW FILHO

Everitt e Aner, no primeiro capítulo do seu clássico livro "Communication Engineering", apresentam para os complexos problemas da Engenharia uma divisão básica:

- (a) o processamento de materiais
- (b) o processamento de energia
- (c) o processamento de informação.

A Engenharia de Comunicações, em particular, situa-se exatamente nesse terceiro item. O engenheiro de comunicações é o homem que trabalha para conduzir uma informação de um ponto a outro. Ao veículo dessa informação denominamos *sinal*, e a transmissão do sinal é feita através de um *sistema de comunicações*. Exemplifiquemos: a informação pode ser uma cena de televisão; essa imagem é convertida, através da câmera (orticon ou vidicon) num sinal elétrico. O sinal é conduzido a um rádio-transmissor e, por meio de uma antena, lançado ao espaço livre. Num outro ponto, mais ou menos distante, temos uma antena receptora que capta o sinal; o receptor de TV converte o sinal elétrico em imagem, completando, pois, a transmissão de informação.

O conjunto constituído pela câmera, radiotransmissor, antena transmissora, espaço livre, antena

receptora e receptor de TV é o que chamamos um *sistema*.

Apresentado dessa maneira, parece que se trata de algo muito simples. Vamos, pois, aprofundar a conceituação.

O usuário, isso é, aquêle que vai, no exemplo dado, receber o sinal de TV, precisa, por direito, de uma imagem de boa qualidade, no sentido subjetivo. Mas, para que se saiba como o direito do usuário é protegido, existem normas internacionais que fornecem a medida dessa qualidade; há todo um conjunto de regras e fórmulas matemáticas, elaboradas pela U.I.T. ("Union International des Telecommunications") que determinam como deve se comportar a imagem recebida. Em função dessas exigências, o engenheiro de Comunicações, isso é, o homem responsável pelo *sistema*, é obrigado a especificar corretamente a câmera de TV, o transmissor, a antena transmissora e a receptora, e o receptor; deve conhecer as características da propagação no espaço livre, o terreno que poderá influir no trajeto do sinal, a melhor localização das antenas, etc.

Esse trabalho de especificar, incluindo o estudo da propagação, é uma atividade eminentemente intelectual e baseada sobre a teoria da informação, cálculo das probabili-

dades, teoria dos circuitos elétricos (em particular, dos eletrônicos), conhecimentos de física (em particular, da ótica), etc.

O leigo, infelizmente, quando houve falar em "engenheiro de comunicações" imagina alguém de mangas arregaçadas, brandindo um ferro de soldar na mão direita e consertando um aparelho de TV ou montando um rádio receptor. Para ver como essa imagem é errônea e deformada, basta que se medite na tremenda responsabilidade de uma especificação correta. O fabricante de equipamentos (rádios, antenas, linhas de transmissão, etc) age conforme as solicitações externas. É ao comprador do equipamento que cabe a obrigação de dizer como ele deverá ser feito. Um receptor, por exemplo, de VHF (Very High Frequency) deve apresentar uma determinada figura de ruído, uma distorção máxima no amplificador de áudio, uma certa rejeição de sinais espúrios, uma faixa passante bem definida, um certo silenciamento, etc. Todas essas exigências contêm parâmetros cujos valores são calculados, são medidos, tudo dentro de um rigor e de uma correção matemática.

Outra imagem não muito correta é a de que o engenheiro de comunicações deva trabalhar forçosamente numa fábrica de equipamentos. Ora, tal situação seria meramente acidental. O exemplo que demos acima, ou seja a de uma comum transmissão de TV, "broadcasting", seria agora substituído pelo mais complexo dos sistemas telefônicos pluricanais. Tais sistemas são particularmente importantes num país, como o nosso, de vastidão territorial. Trata-se, sim-

plificando, de transmitir cerca de mil (1.000) ou duas mil (2.000) conversações telefônicas simultâneas, por exemplo, do Rio a Brasília, ou de São Paulo a Pôrto Alegre. O estabelecimento de um tal sistema requer estudos estatísticos do crescimento do tráfego telefônico, com previsões que vão até 15 ou talvez 20 anos; exige extensos levantamentos de perfis topográficos, alterando-se o raio da terra conforme os índices de refração locais; são feitos abundantes cálculos da atenuação de modo a especificar os transmissores de menor potência e os receptores com a melhor figura de ruído, bem com as necessárias antenas de alto ganho e as torres metálicas nas quais elas deverão ser fixadas; os grupos-motores-geradores de emergência com partida automática também são especificados e as adequadas obras civis para as estações repetidoras são encoroadas aos projetistas; são feitos, após a instalação do sistema, ajustes e medidas, medidas e ajustes, de modo que a relação sinal/ruído obedeça às normas da CCITT (Comité Consultatif International Telephonique et Telegraphique). Enfim, uma vasta operação, que abrange trabalhos de prancheta e de campo, é desencadeada para se entregar a milhares de usuários e certeza de uma ligação interurbana confiável. (Os equipamentos poderiam ter sido adquiridos no estrangeiro, mediante concorrência pública, é claro).

Esse trabalho é o que vêm executando os engenheiros da EMBRATEL, e esse é o trabalho que todo engenheiro de Comunicações deve, pelo menos, desejar fazer. Esse desejo é perfeitamente compatível

com o ramo de engenharia que ele escolheu. Lamentavelmente, não foi dada aos engenheiros militares de Comunicações, a mesma oportunidade entregue aos de construções, os quais sempre participaram ativamente da implantação dos sistemas rodoviários no Brasil. Consideramos que umas das causas dessa omissão tenha sido, exatamente, aquela conceituação duplamente errônea a que nos referimos, ou seja: o "engenheiro-montador-consertador-de-rádio", e o "engenheiro-fabricante-de-equipamentos". E, é triste reconhecê-lo, nem sempre foram os leigos os únicos a cometerem tais enganos; os próprios engenheiros militares de comunicações muitas vezes se adaptaram à imagem distorcida...

Sempre chega o momento em que os mais argutos, ou os mais malficiosos, interpelam com aquilo que julgam ser o último argumento. Poderiam êles, talvez, perguntar agora: "Mas, se a EMBRATEL, em boa hora estruturada, está realizando a implantação dos sistemas de comunicações do Brasil, e se, como tudo indica, brevemente a referida empresa cobrir êste imenso País com seus troncos pluricanais — que tarefas sobrarão ainda aos novos engenheiros de Comunicações ou aos que aguardam a oportunidade de uma perfeita realização profissional?".

A êsses responderíamos com a definição que a EUSEC ("The Conference of Representatives from Engineering Societies of Western Europe and the United States of America") dá para o Engenheiro Profissional:

"O engenheiro é competente pela sua educação fundamental e pelo

seu treinamento a aplicar o método científico na análise e solução dos problemas de engenharia. Tem habilitação para assumir responsabilidade pessoal no desenvolvimento e aplicação da ciência e conhecimento da engenharia, especialmente na pesquisa, no projeto, na construção, na manufatura, na superintendência, na gerência e também na educação do engenheiro. Seu trabalho é principalmente intelectual e diversificado, ausente sempre o caráter de rotina física ou mental. Obriga ao exercício do pensamento criador, do julgamento e da habilitação de supervisionar o trabalho técnico e administrativo de outros.

• Sua educação o habilitou a acompanhar contínua e detalhadamente o progresso da ciência da engenharia na sua especialidade, consultando a recente literatura mundial assimilando tais informações e aplicando-as por si próprio. Situa-se por conseguinte em posição de fazer contribuições para o desenvolvimento e a aplicação da ciência da engenharia" (Grifos nossos).

Essa definição do Engenheiro, de modo geral, é válida para o Engenheiro de Comunicações, em particular.

* * *

O engenheiro militar de Comunicações que, por força da função, já teve a oportunidade de dialogar com os colegas civis que trabalham nas indústrias eletrônicas, diálogo êsse sempre necessário nas ocasiões de comprar novos equipamentos — aquêle engenheiro militar, frisamos, sabe como é importante dominar as especificações, suas re-

gras e seus fundamentos teóricos. Caso contrário, isso é, se nós, militares não estivermos a cavaleiro do problema em foco, poderão acontecer situações vexatórias, para não falarmos nos prejuízos materiais funestos ao Exército, ou à Nação em última instância. (Amará realidade comprovada pela experiência...).

Todos os que passaram por uma escola de engenharia sabem que o IME (Instituto Militar de Engenharia), por maiores que sejam os seus méritos, não pode ministrar aos engenheiros um conhecimento integral na sua faixa de especialização. Nós mesmos em particular, aprendemos muito sobre Micro-ondas e sobre linhas de ondas portadoras após o Curso, por esforço

próprio, comprando livros, revistas e procurando contato, a duras penas, com pessoas, organizações e sistemas já instalados.

O Exército tem no Brasil, uma posição de liderança. Ora, os Regulamentos Militares, ao definirem a liderança, apresentam, como um dos seus primeiros sinais, a inteligência. Portanto, face aos argumentos expostos acima, necessário se torna que o engenheiro militar recuse a mediocridade profissional. Se ele optou, dentro do Exército, pelo Serviço de Engenheiro, é mister que o faça com o máximo empenho de um constante aperfeiçoamento técnico. Isso só se consegue através de estudos especializados e em atividades próprias da Engenharia.

IGREJA — "Embora, conforme a frase de Tertuliano, a alma humana seja naturalmente cristã, desde sempre entendeu a Igreja não poder existir sem uma doutrinação... Assim a Igreja pode cristianizar a nação e pode até cristianizar o Estado; e parece-me dever ficar por aí... Se sentisse tentada a intervir na ação política, não devia fazê-lo, porque à medida que vemos materializar-se a vida, se torna mais e mais absorvente a missão espiritual da Igreja."

OLIVEIRA SALAZAR

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A INSTRUÇÃO

Ten Cel Cav
CEZAR MARQUES DA ROCHA

Torna-se oportuno, no momento em que tantos esforços são dedicados à Administração Militar, fazer breve incursão à área da instrução, atividade-lim do Exército.

1 — Planeja-se a criação de Centros de Instrução de Armas, Quadros e Serviços com a extinção da EsAO, época adequada, portanto, para se pensar na criação de dois Centros de absoluta necessidade:

- Centro de Instrução de Guerra em Montanha
- Centro de Instrução de Informações

a. O primeiro preencheria lacuna na instrução especializada. Após o sucesso de Fidel Castro em Cuba, os guerrilheiros crioulos tendem inicialmente a se instalar em regiões de difícil acesso, conforme a malograda experiência de Caparaó demonstrou e outras que possivelmente surgirão.

Poderia o novo Centro ser instalado na região da Serra dos Órgãos, tendo como base administrativa o 1º BC, ou então no Espírito Santo, tendo como apoio o 3º BC.

Um pequeno efetivo, de valor Pelotão, por turma de instrução, mais o material especializado e teríamos um núcleo adequadamente treinado para enfrentar futuras tentativas de subversão nas regiões serranas.

b. O segundo — Centro de Instrução de Informações — desmembrado do CEP, com maiores efetivos, destinar-se-ia à preparação do pessoal de informações, particularmente em Segurança Interna, destinado a lotar o CIE e as Seções de Info dos Ex, Div e Bda.

Poderiam ser aproveitadas para a instalação do Centro, aquartelamentos da A Cos/1 em Niterói, que se acham vazios, e o Centro se beneficiaria da proximidade do CIE instalado na Guanabara.

2 — A transformação das EPC em CM, particularmente em Pôrto Alegre e Fortaleza, fêz com que fossem abandonadas as duas tradicionais fontes de recrutamento de cadetes: RGS e Nordeste.

Examinando-se a relação de candidatos aprovados no exame de escolaridade do concurso de admissão à EsPCEX em 1969, observa-se o seguinte:

NE — 12, RGS — 15, SP — 79, RJ — 80 candidatos aprovados, sendo que SP e GB são Estados onde as oportunidades que as carreiras civis oferecem são maiores do que nos dois citados acima.

Não seria conveniente reexaminar o assunto?

3 — A instrução do cadete na AMAN tem sido aperfeiçoadas com os estágios no CIGS e, no ano que

findou, com a I B Aet realizada por apreciável número de cadetes.

A importância da iniciativa e das ações descentralizadas de pequenos elementos agindo isolados na manutenção da segurança interna, está a aconselhar a adoção da obrigatoriedade do aspirante a oficial das Armas sair da Academia portando o distintivo do curso básico de Pára-quedista ou o de "Comandos".

4 — As unidades de Inf e Cav, principalmente as localizadas no interior e em guarnições isoladas, têm a missão de defender grandes áreas, o que as impossibilitam de ocupar fisicamente o terreno; mesmo motorizadas, o prazo de intervenção em locais afastados seria muito longo. Surgiu então o "Pelotar".

O Pelotar poderia ser de dotação normal de cada unidade das armas acima, recebendo seus integrantes instrução especializada em aviões e helicópteros.

Ainda, tôdas as Unidades das Armas básicas podiam possuir pistas de aplicações militares e de reação, destinadas a aprimorar a instrução individual.

5 — Repetem-se anualmente os problemas referentes à instrução de motoristas e de datilógrafos.

a. O cidadão chamado a prestar Serviço Militar apresenta-se com 18 anos de idade, sem saber dirigir e, na maioria dos casos, com baixo nível cultural.

A unidade necessita, por sua vez, de regular quantidade de motoristas habilitados com a CNH, logo após a incorporação. Têm início os cursos de motoristas com os rotineiros problemas de falta de instrutores, monitores, viaturas, pneus,

baterias, combustível, reprovação dos candidatos nos exames de habilitação, acidentes com viaturas que apresentam também grandes desgastes em seus componentes mecânicos.

Se fôr calculado o preço de custo de um motorista preparado na tropa, é provável que seja muito mais elevado do que se a UA passasse um curso de motorista civil sendo o preparo do recruta complementado no quartel no concorrente à manutenção, marchas, etc.

Essa experiência tem sido realizada com pleno êxito por unidades blindadas, possuidoras de grande número de viaturas e, com muito maior facilidade poderá ser executada por unidades de Inf e Cav, dotadas com menor porcentagem de veículos.

Quanto à instrução de direção de veículo sobre lagartas, devo fazer comparação entre o procedimento do Exército e da Aeronáutica:

Para dirigir um avião de ligação da ELO, que deve custar menos de NCr\$ 100.000,00, é designado um oficial aviador com vários anos de preparo; para dirigir um carro de combate cujo preço chega aos NCr\$ 200.000,00 é designado um soldado, semi-analfabeto na maioria dos casos, com 4 semanas de instrução.

Sem chegar a sugerir a colocação de um 2.º Tenente na direção de um CC, é perfeitamente viável considerar que o seu motorista seja da graduação de cabo do NB. O aumento da despesa com esta medida será compensado de 100% com a diminuição do desgaste desse material, cuja substituição não custará mais de NCr\$ 200.000,00 e sim NCr\$ 300.000,00 ou mais.

b. Com relação aos datilógrafos o problema é semelhante ao dos motoristas.

A matrícula de candidatos selecionados em cursos de datilografia, poupará as máquinas da unidade e permitirá a obtenção dos elementos necessários, a baixo custo e na quantidade desejada.

6 — O treinamento de tiro dos recrutas, se tem apresentado melhoras em meios de instrução, continua utilizando os mesmos métodos do tempo da 1.^a Guerra Mundial.

O soldado após a instrução preparatória vai ao estande e atira com o seu mosquetão, cartuchos que custam mais de 50 centavos cada. Na parte de tiro de armas automáticas e canhões o processo é o mesmo, só que o valor da munição é multiplicado por 10, 100 e 1.000.

As unidades poderiam dispor de meios de pontaria eletrônicos, encontrados em estandes de feiras, e armas de pequeno calibre, como a 22, que utiliza munição de preço

irrisório, ou mesmo a de ar comprimido, antes de enviar o recruta para estágio final de tiro utilizando a arma regulamentar com munição real.

Para morteiros e canhões utilizar os aparelhos redutores de calibre que possibilitam o preparo do atirador a custo mínimo, sem chegar ainda a propor a utilização de aparelhos eletrônicos de tiro, de elevado preço mas que no fim de 2 anos, já economizam verbas da Fôrça Armada, e, no caso dos blindados possibilitam a execução de exercícios de dupla ação com emprêgo dos canhões.

E por falar em tiro, parece ter chegado a hora de serem dotadas as unidades com pequeno número de aparelhos que permitem a visão noturna enquanto se acelera a pesquisa no IME e em nossa indústria civil.

Aproveitemos o sopro renovador, melhoremos a instrução com menos custo para a Nação!

"A fraqueza, a vacilação e a ausência de fé induzem povos, nações e governos à própria destruição".

Churchill

OS CENTROS DE INSTRUÇÃO

Maj Art (QEMA)
ROBERTO NUNES MENDES

RESUMO

1. Introdução
2. Considerações básicas
3. Funcionamento e finalidade dos CI
4. Reflexos no Serviço Militar e na Segurança Nacional
5. Conclusões

1. INTRODUÇÃO

As idéias que aqui serão expostas são fruto de observações pessoais que se consolidaram durante o nosso curso na ECEME, pela troca de impressões e obtenção de novas informações, no convívio com companheiros de outras Armas, e acentuadas pelo desejo de uma modesta contribuição para melhoria de nosso Exército.

É necessário que se diga que não temos a pretensão de apresentar aqui um trabalho completo, pois para isto seria necessário um grupo de trabalho, já que a criação dos CI acarretariam modificações em alguns setores de atividades do Exército, e mesmo na legislação vigente; mas, que não seja isto motivo de empecilho, senão de estímulo aquêles que desejam trabalhar para sermos um Exército moderno, eficiente e econômico.

2. CONSIDERAÇÕES BASICAS

Há um interesse geral em se elaborar uma Doutrina Militar Brasileira, e é evidente que a ela

estarão vinculada a organização de nossas unidades (como melhor organizá-las dentro da doutrina em estudo), bem como o tipo do material com que elas deverão ser dotadas.

Da harmonia dos conceitos operacionais, da organização e do material é que surge a eficiência que se busca. Nenhum deles, por sua vez, tem caráter estável, ora é o material influindo na organização e na doutrina, ora é a doutrina influindo na organização e no material.

Esta é a dinâmica que devemos dar ao Exército para se atingir a eficiência desejada.

Como poderemos chegar a este ponto ideal? Parece-nos que, para tanto, há necessidade de uma diretriz que oriente a pesquisa para a formulação da doutrina. A validade da diretriz variaria em função da importância dos fatores que entram no estabelecimento das medidas para a segurança nacional; daí acharmos que ela é válida apenas para determinado período, já que constantemente deve ser feita

uma reavaliação e atualização de suas premissas básicas. Com base nessa diretriz teriam inicio os testes e experimentações para a elaboração da doutrina militar, sob a orientação de um órgão de desenvolvimento da doutrina (no EME). Caberia a este órgão planejar as fases da elaboração da doutrina e fixar as metas a serem atingidas. Por exemplo: numa primeira fase, seriam feitos pedidos de pesquisas sobre assuntos logísticos, como seja: tempo necessário para abastecer um BI motorizado; tamanho de uma área de reunião de Cia CC etc.; numa segunda fase, seriam feitas pesquisas sobre assuntos operacionais, como seja: tempo necessário para ser desencadeado um contra-ataque de Batalhão etc. Fixados os objetivos, todos os órgãos do Exército, que pudessem realizar a pesquisa, estariam empenhados em colher e apresentar dados de pesquisa. Havendo objetivo, havendo finalidade, haveria o empenho, a preparação, enfim, a motivação para os exercícios das unidades, que teriam papel destacado (que de outra maneira é inconcebível) na formulação da Doutrina Militar Brasileira.

Para cumprir isso, é necessário que as unidades sejam realmente operacionais, o que nos parece ser possível quando tirarmos delas o encargo de formarem o soldado, recebendo-os já formados, podendo desta

3. FUNCIONAMENTO

Os CI serão organizações "tipo escola", onde se concentrarão todos os meios de instrução necessários à formação do homem de determinada Arma ou Serviço, ou especia-

forma dedicar-se integralmente aos testes de material e de organização e ao seu próprio adestramento, por meio de exercícios de subunidade, unidade e grande unidade, realizando também a instrução de aplicação do homem — tudo isso, sem sofrer o pesado ônus que a instrução de formação do soldado acarreta, particularmente sobre o material.

Desta forma, estaremos combatendo e derrotando o espírito de "academicismo", puramente teórico, que domina os nossos quadros, e de cuja amarga experiência vivida a França é um testemunho recente. Não podemos e não devemos nos julgar capazes de testar *definitivamente*, em bancos escolares ou em gabinetes, quer seja a doutrina ou a organização ou o material.

Além da necessidade de termos as nossas unidades em condições operacionais, para serem o instrumento de verificação da doutrina, da organização, e do material, é necessário que haja também um órgão específico de *estudos de doutrina de combate*, com a finalidade de pesquisar, desenvolver, testar e integrar aquêles três elementos, por meio de pesquisas e experimentações em manobras e outros exercícios em campanha.

Dentro desse mecanismo, impõe-se como solução a criação dos Centros de Instrução das Armas e Serviços.

E FINALIDADE DOS CI

lização, desde o soldado até o oficial; assim, haverá um CI para cada Arma ou Serviço. Queremos salientar que não será esta uma experiência nova para o Exército, pois

já possuímos dois deles: o Centro de Instrução Aeroterrestre e o Centro de Instrução de Guerra nas Selvas, o que nos permite concluir ser uma idéia aceita e aprovada. Entretanto, julgamos que alguma coisa mais teria que ser dado a eles, dentro de sua finalidade: a de órgão de especialização e de aperfeiçoamento, além de formador.

Nêles, o conserito receberá a Instrução Básica Militar e a Instrução Básica de Qualificação, após o que será designado para uma unidade da Arma ou do Serviço respectivo, para ser treinado no conjunto da subunidade, da unidade e da grande unidade, até terminar o seu tempo de serviço militar.

A formação do oficial egresso da AMAN, na Arma ou no Serviço por ele escolhido, ou designado, será feito no respectivo CI; assim, vemos que o oficial só terá sua Arma ou Serviço após concluir a AMAN. A formação do sargento seria também feita nos CI, e a EsSA seria extinta. (Nota: considerar a quantidade de material destinado à formação de soldados, cabos, sargentos e oficiais que poderá ser centralizado nos CI, para a mesma finalidade acima).

Uma pergunta poderia surgir logo: onde ou quando obteriam o oficial e o sargento, a noção da combinação das Armas e Serviços? Responderíamos que inicialmente, no próprio CI respectivo, pois embora fosse ele específico de determinada Arma ou Serviço, encontrariam lá unidades de outras Armas de valor batalhão, grupo, e companhia, para atender a esta necessidade, além de oficiais de EM para ministrar a instrução e aplicação de exercícios de combinação

das Armas e Serviços; mas, será mesmo a tropa, que, estruturada da maneira que expusemos acima, dará ao oficial e ao sargento em particular, a exata noção dessa combinação.

Nos CI funcionariam as atuais escolas de especialização, procurando-se manter a afinidade da especialização com a Arma mais adequada; isto não significa que um infante, por exemplo, não possa cursar a Escola de Motomecanização, só pelo fato de estar a dita escola no CI de Blindados.

Os cursos de aperfeiçoamento de oficiais e de sargentos funcionariam, também, nos CI. É fácil de se imaginar a economia de material e de pessoal para a instrução que proporcionarão os CI; além disso, nos permitiria, entre outras, as seguintes vantagens:

- formação uniforme de todos os homens, dentro de determinada Arma ou Serviço;

- todos os homens incorporados receberiam integralmente a instrução de formação;

- elemento mais indicado para apontar ao órgão industrial ou de fabricação as especificações a que devam atender determinado equipamento ou material;

- sensível melhoria na qualidade da instrução, pois poderíamos nos permitir chegar ao requinte de dispormos, sem grande esforço, dos mais modernos meios auxiliares de instrução, tais como projetores, melhoria nos padrões de cinema, e até mesmo a TV, o que seria impossível nos moldes atuais, pois além das escolas temos cerca de quinhentas "miniaturas de CI", que são as OM responsáveis pela formação do homem;

— adoção de um único critério, dentro da mesma Arma ou Serviço, para o acesso das praças, e promoções de oficiais, independentemente de Arma;

— integração do homem brasileiro no nível soldado, particularmente. Aqui poderia surgir a seguinte pergunta: não seria oneroso para o país deslocar um homem do Maranhão para receber instrução militar no CI de Infantaria, em Minas Gerais? Responderíamos que se o transporte fosse feito por companhias civis, seria essa uma fórmula mais vantajosa do que o governo subvencionar os transportes nacionais, além da vantagem anterior apontada; etc.

Alguma coisa deverá ser dita com relação à formação do oficial da reserva. Achamos que os moldes atuais não poderiam ser modificados, por ora, pois temos que considerar que os alunos dos CPOR e NPOR são, em sua maioria, estudantes de nível universitário ou pré-universitário, que não poderão se afastar das cidades sedes das universidades; entretanto, guardamos a possibilidade de que eles possam realizar um curto estágio nos CI, e mais ainda, no caso de mobilização, os CI se encarregariam de atualizar os conhecimentos do oficial convocado, antes de ele se apresentar na unidade designada.

4. REFLEXOS NO SERVIÇO MILITAR E NA SEGURANÇA NACIONAL

A criação dos CI alterará profundamente a legislação do Serviço Militar. O engajamento de praças

seria olhado de forma diferente da que é feita agora. Parece que não deveria haver restrições quanto ao número de vagas para engajamento; exageremos um pouco, e digamos que todo QO de unidade admite praças engajadas. Faria o Exército, com aqueles que quisessem engajar, um contrato por dois anos, prorrogável por mais um, digamos. Esse engajamento sob todos os aspectos é recomendável, principalmente sob o ponto de vista econômico e a possibilidade de reverter o excesso para os que estudam.

Sabemos que atualmente o Brasil possui uma população superior a 80 milhões de habitantes, (*) e que uma classe convocada para prestar o serviço militar comprehende cerca de 400 mil jovens; desses, são incorporados apenas pouco mais de 80 mil, que são as necessidades do Exército. Se considerarmos que dos 400 mil, cerca de 100 mil fôssem julgados incapazes, 200 mil seriam dispensados de incorporação. Sabemos ainda que, em caso de uma mobilização geral, o país deverá mobilizar um exército com um efetivo de cerca de 2% da sua população, ou seja, 1.600 mil homens; que, para isso teríamos que mobilizar 20 classes de reservistas. Achamos que os CI poderiam concorrer para atenuar essas deficiências, pois com eles o número de reservistas atualmente formados em um ano poderia ser dobrado, da seguinte maneira:

— os homens incorporados em ja-neiro, nos CI, receberiam a instrução de formação até maio, quando seriam enviados às unidades, para

(*) O IBGE estima a população brasileira a 10 Jul 69 em 92.282.000 habitantes.

receberem a instrução no âmbito da subunidade, unidade e GU (de maio a novembro);

— em julho, os CI receberiam novo contingente, da mesma classe convocada, para ser formado até novembro, quando iriam para as unidades, que nesta época estariam acabando de licenciar os que foram incorporados em janeiro.

Citamos ainda, como um reflexo, a possibilidade que terão os CI, no caso de uma mobilização, de continuarem a formação de reservistas (ou de novos soldados), já que as unidades estariam com seus efetivos completados pelo pessoal mobilizado.

5. CONCLUSÕES

Os Centros de instrução possibilitariam:

— atenuar, ou mesmo superar, os atuais problemas da instrução no Exército;

— manter as unidades operacionais durante o ano inteiro, pois não mais teriam como missão básica a formação do homem, com reflexos evidentes no estado de conservação do material e na dinamização dos quadros, assim se criando condições para que elas sejam realmente o instrumento básico capaz de testar, desenvolver, formular ou reformular a Doutrina Militar Brasileira, a organização, o equipamento e o material;

— alcançar índices de eficiência mais elevados no homem, por meio de uma instrução de melhor qualidade, de que poderão dispôr;

— a possibilidade de formar número bem maior de reservistas, sem que seja necessário aumentar o número de unidades.

Boas aplicações em Letras de Câmbio e Imobiliárias de sólidas financeiras e na Bólsa de Valores,
estão na



fernasa

distribuidora de títulos e
valores mobiliários. Iota
carta patente n.º 8-68/676

SOB A DIREÇÃO DO GENERAL R/I

FERNANDO DA SILVA SÁ

AV. RIO BRANCO, 277 — CONJ. 501 — TEL. 232-0570 — RIO
(Edifício São Borja)

UM NOVO VELHO MÉTODO DE ENSINAR

2º Sgt JOSÉ HIPÓLITO REIS SILVEIRA

Incoerente o título? Veremos! Aproveitando uma oportunidade fizemos, no "SENAI" — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — de J. Fora, um curso, pequeno mas excepcionalmente interessante, conhecido como "T W I" — Training Within Industry (treinamento dentro da Indústria).

Entusiasmamo-nos tanto com seu método de ensinar, ou treinar como ali se fala, que conseguimos empolgar o Sr. Major EDSON PIMENTA, S/3, de nossa Unidade, na tentativa de adaptá-lo à instrução em Quartel.

O TWI — Histórico

Quando falamos, no título deste trabalho, em novo método é porque, para nós e cremos também para muitos, o TWI é uma novidade, ainda que há mais de um quarto de século foi ele idealizado, aperfeiçoado e vem sendo empregado. Precisamente no inicio da última grande guerra, quando os Estados Unidos da América, se viram envolvidos no conflito mundial, foi lançado o TWI. Ali teve a finalidade preceipua de adaptar, o mais rápido

e capazmente possível, a mão-de-obra não especializada ao esforço de guerra.

Deu resultados! Ótimos! e se propagou pelo mundo inteiro. Mais de 90 países, liderados pela Pátria do TWI, o divulgam, empregam-no com sucesso absoluto, mesmo em países do chamado bloco soviético, sempre rebeldes em acatar novidades do mundo livre, tem-se notícias que é ele empregado.

Este método simples e prático promove, através do treinamento de monitores (supervisores como preconiza o TWI), rápida e surpreendente solução para os inúmeros problemas que surgem nas indústrias e organizações industriais, onde as deficiências são causadas pelo operário mal treinado.

Na América do Norte existe o "TWI Foundation" que, sistemáticamente, promove programas de treinamento e divulga-os, pelo mundo inteiro, através da agência do ICA — International Cooperation Administration —. Em cada país, ou grupo de países, vem o TWI encontrando, por parte de entidades governamentais, ou não, a necessária cobertura e

divulgação. Assim, na Comunidade Britânica é o próprio Ministério do Trabalho o impulsor máximo do TWI; na França o Instituto Científico "CEGOS"; no México o CIP — Centro Industrial de Produtividade —; no Chile o Serviço de Cooperação Técnica Industrial; na Itália, supervisionando ainda mais de 80 países, está o Escritório Internacional do Trabalho.

Já em nosso País, a CBAI — Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial —, introduziu, em 1951, o TWI, rapidamente sendo aceito por nossos industriais. Assim, em 1952, a Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo celebrava um convênio com a CBAI, em 1954 a Guanabara (então Distrito Federal) aderia também, e mais recentemente, 1957, o SENAI se alia à CBAI, para dar maior e mais ampla divulgação do fabuloso TWI.

O Método

Antes de expormos o método de ensino preconizado pelo TWI, falaremos, ainda que ligeiramente, sobre os monitores (supervisores) e o que o TWI exige deles. Sim, pois como não poderia deixar de ser a base do ensinamento, ou treinamento, é o Monitor; não é sem razão que o manual de TWI lembra sempre: — *Se o aprendiz não aprendeu o supervisor não ensinou!*

Um bom monitor, indispensavelmente, deverá preencher os cinco requisitos abaixo:

a) conhecimento do trabalho;

- b) conhecimento das responsabilidades;
- c) capacidade de ensinar;
- d) capacidade de dirigir;
- e) capacidade de melhorar métodos.

Não iremos aqui analisar estes requisitos, ou sejam dois de conhecimento e três de capacidade. Com um pouco de imaginação cada um é capaz de concluir o que querem dizer. O programa de treinamento dos monitores, empregado pelo TWI, desenvolve, descobre e alarga a capacidade dos monitores nestes pontos, através das matérias seguintes:

- Ensino correto de um trabalho;
- Relações no trabalho;
- Métodos no trabalho;
- Desenvolvimento de programas de treinamento; e
- Liderança de conferência,

num total de 75 horas de treinamento.

Após esta ligeira informação sobre os monitores, aqueles a quem cabe aplicar o TWI no ensinamento e treinamento de operários, veremos, em rápidas linhas, em que consiste o tal método.

Em essência o TWI resume-se em 4 (quatro) pontos:

- 1 — Prepare o aprendiz — *Preparação;*

- 2 — Apresente o trabalho — *Apresentação*;
- 3 — Faça o aprendiz executar o trabalho — *Aplicação*;
- 4 — Acompanhe o progresso do aprendiz — *Acompanhamento*.

É o TWI, visto pelos itens acima, o emprêgo do bom-senso, coordena e planeja a arte de ensinar alguma coisa a alguém.

Vamos ver e analisar o que diz cada item acima.

Prepare o Aprendiz

Na Preparação — Prepare o aprendiz —, vamos antes de mais nada colocar aquêle, ou aquêles, que vão receber a instrução, o ensinamento, à vontade. Normalmente quem vem para aprender, chega assustado, desconfiado, sabe e vê que pisa em terreno desconhecido e novo, dai a necessidade, premente, de coloca-lo, antes de mais nada à vontade, em casa.

Uma atitude de simpatia e colaboração da parte de quem ensina, monitor ou supervisor, concorrerá para debelar o receio e a tensão do instruendo. Ao mesmo tempo necessitamos despertar no instruendo o interesse pelo que vai ser ensinado, às vezes só o ato de sua presença já demonstra interesse, mas as mais das vezes está ali obrigado, forçado, pelas circunstâncias ou por alguém, dai a necessidade de despertar o seu interesse ao máximo, e para isto necessário se faz explicar-lhe a finalidade do

que vai aprender, como vai aprender e porque vai aprender. Deve-se também sentir o que ele já conhece do assunto, ou de alguma coisa parecida, fazendo-lhe perguntas. Ao mesmo tempo devemos tomar todas providências para que sua posição seja a melhor possível, na mais ideal para bem descortinar, ver e ouvir o que vai ser dado, devemos lembrar sempre que nós é que sabemos qual a posição melhor para examinar, ver e observar todos os ângulos do que estamos ensinando, não cabendo assim, nunca, a pergunta: — “fulano dai você vê bem?”

Apresente o Trabalho

Ao apresentar o trabalho, a instrução que se vai ministrar, vamos realmente mostrar a tarefa, objeto da instrução e treinamento. Devemos falar, mostrar e ilustrar, se possível usando recursos que impressionem, despetrem todos os sentidos do instruendo. Iremos dissecar, ponto por ponto do assunto, chamando a atenção para “O que fazer” e para “O como fazer”, isto é: — mostrar, detalhadamente, como se executa, como se faz cada fase da tarefa, ao mesmo tempo que mostramos, chamamos a atenção para os detalhes, pontos-chave, “macêtes”!

Faça o Aprendiz Executar

Esta fase da instrução, terceiro ponto do TWI, é a fase da aplicação, pelo instruendo, do que viu, ouviu e aprendeu na fase

anterior (apresentação). É possivelmente, a fase mais importante, é o momento em que realmente o aprendiz vai aprender, pois executa, ele mesmo, passo a passo tudo que foi apresentado, se erra é corrigido imediatamente, descobre por si só os pontos-chave, os macêtes.

Seja que assunto fôr, para que fique gravado no instruendo, necessário se faz que esta fase seja executada com carinho. O aprendiz só pode aprender bem se executa bem, e sómente executará bem se treinar, e treinando nos mostrará tudo o que sabe e aprendeu do que foi ensinado.

A principal ferramenta do monitor, nesta fase, é a pergunta. Perguntando obriga o instruendo a pensar, pensando o instruendo observa e entende.

Acompanhe o Progresso do Aprendiz

Encerrando a instrução, chegamos ao acompanhamento. É o ponto quatro do TWI. É uma fase da instrução, que como diz bem seu nome, obrigará o monitor a ter sempre sob sua vista o instruendo. De agora para frente o instruendo sabe que a cada passo que der, cada vez que executar o movimento ensinado, ou usar a ferramenta que foi mostrada, terá alguém vendo e observando se realmente ele aprendeu alguma coisa. Saberá que de agora para frente pode contar com alguém a quem se dirigir para esclarecer dúvidas, e melhorar a execução. E diremos mesmo a ele que sempre nós, chefes e demais monitores, esta-

remos de agora para a frente à sua disposição, observando, auxiliando, tirando dúvidas.

A palavra acompanhamento é bem expressiva! Diz bem o que é esta fase, e que normalmente, em certos casos, ela nunca termina, sempre obrigará o monitor a estar presente.

Poderemos resumir os quatro pontos acima, dizendo:

- 1) o instruendo toma conhecimento do que vai ser dado, como, porque e quando;
- 2) o instruendo ouve, vê, sente e examina o assunto;
- 3) o instruendo faz, executa, se corrige, mostra por que, como e quando executa;
- 4) o instruendo pergunta, tira dúvidas, se entusiasma por executar o que lhe foi ensinado.

Como Estar Preparado para Ensinar

Já falamos acima que do monitor, do supervisor, daquele que ensina, depende o êxito do instruendo. Sim, devemos lembrar, novamente, a máxima do TWI:

... "Se o aprendiz não aprendeu, o supervisor não ensinou..."

Dai, tornar-se necessário que o monitor se prepare, antes de cada instrução, prepare um roteiro de sua instrução, para cada tarefa a ser executada. O TWI prevê isto em três pontos:

- 1 — faça a tabela do treinamento;
- 2 — faça a divisão do trabalho;
- 3 — tenha tudo preparado.

Cada ponto dêstes, só por seu enunciado, é suficientemente claro, entretanto vamos ver com mais detalhes o que se exige.

O primeiro ponto, "faça tabela de treinamento", obrigará o monitor a pesquisar o assunto, a verificar para quem irá dar a instrução, ver quando irá ministrar a tarefa, e como deverá dar. Preparando este item o monitor deverá estar apto a responder: a) *O que vou ensinar?*; b) *Quem vai aprender?*; c) *Como vou ensinar?*

O segundo ponto, que reputamos o mais importante, é, em verdade, a própria instrução. Com este ponto bem executado, o monitor poderá ter certeza que pelo menos 60% do êxito de sua instrução já está assegurado.

Fazer a divisão do trabalho é a execução, metódica, no papel, do que vamos ensinar. É o roteiro de como vamos ensinar. Por mais que se conheça o assunto é essencial que tenhamos à mão a divisão do trabalho.

Como mostramos adiante, com um exemplo bem simples, a divisão do trabalho nos lembrará, no momento oportuno dos mínimos detalhes, nos alertará sempre que quem está nos ouvindo toma conhecimento pela primeira vez daquele assunto, que tudo para ele é novidade, mesmo aquilo que, devido ao conhecimento profundo que temos do assunto, nos parece fácil, sem importância, ridículo mesmo!

Se executarmos os dois pontos anteriores, com carinho e esmôro, normalmente teremos já executa-

do o ponto número três: — "tenha tudo preparado". Sim, pois quando fazemos a tabela do treinamento, respondendo as perguntas (*Que? Quem? Quando? e Como?*), e organizamos a divisão do trabalho a ser ensinado, estamos tomando todas provisões para reunir tudo o que é necessário a instrução.

Este ponto três poderíamos bem chamá-lo de "revisão", isto é, o momento quando fazemos um exame conscientioso e acurado, olhando se não nos esquecemos de alguma coisa que nos poderá ser útil durante a instrução.

Poderemos acrescentar, ainda, um quarto ponto, que não diz muito a respeito da instrução em si, mas que pode influenciá-la por demais, diz mais respeito do local da instrução, é o: "tenha o lugar de trabalho convenientemente arrumado". Sim, o local, o lugar onde se vai dar a instrução, onde se vai ensinar, deve oferecer condições, acomodação, higiene, atração, conforto ao ins-truendo.

Modelo de Divisão de Trabalho

Apresentamos, a seguir, um modelo, apenas como exemplo, de uma Divisão de Trabalho, já adaptado a um assunto essencialmente militar.

Como já se explicou, a divisão de trabalho é um roteiro, e como roteiro deve ser em linguagem quase telegráfica, é apenas um lembrete, chamando a nossa atenção para: — *O que fazer e como fazer.*

INSTRUÇÃO: continência (parada)	MATERIAL: nenhum a ser empregado
FASES — o que fazer:	PONTOS-CHAVE — como fazer:
1 — Tome a posição de sentido;	1 — calcanhares unidos — ângulo dos pés — abertura — mãos coladas — dedos unidos — cabeça erguida — tórax projetado à frente — olhar firme para frente — sem forçar — gorro certo na cabeça;
2 — erga o braço direito até o dedo médio tocar o gorro;	2 — vigor em suspender o braço — mão espalmada — dedos unidos — o erguer o braço é cadenciado (1-2) — o dedo toca a intercessão da pala com o corpo do gorro — a outra mão colada à coxa;
3 — baixar o braço.	3 — o braço volta com cadênciâ e vigor — mão espalmada — vem colar à coxa.

Relações no Trabalho

O que mostramos até aqui, notaram aquêles que nos seguiram com atenção, se refere apenas ao item primeiro do programa de treinamento de um monitor, para aplicação do TWI: — "ensino correto de um trabalho", que afinal é aquilo que, essencialmente, objetivamos. Mas, para completá-lo necessitamos ver, ainda que ligeiramente, o item segundo: — "Relações no trabalho"!

A base dêste item dois é: "o supervisor consegue resultados por intermédio do pessoal!" Sim, o êxito completo de uma instrução, ensinamento ou treinamento,

só é conseguido com a colaboração espontânea, consciente dos que estão a aprender. Isto será conseguido observando-se pequenas regras preconizadas pela mais nova arma da revolução moderna: — *Relações Humanas!* Esta arma, poderosíssima, que vem modificando a face da terra é resultante de longo processo histórico que, podemos dizer, se inicia com Fjodor Dostoevsky quando disse: — ... "se alguém desejasse reduzir o homem a nada bastava dar ao seu trabalho o caráter da inutilidade..." Chegando ao seu ápice na convenção de pós-guerra da "National Association of Manufactures", quando Clarence Francis disse:

— ... "pode-se comprar o tempo do homem, pode-se conseguir comprar sua presença física em um determinado lugar; pode-se até comprar um certo número de movimentos musculares qualificados por hora ou por dia. Porém, não se pode comprar *Entusiasmo*; não se pode comprar *Initiativa*; não se pode comprar *Devoção* de corações, cérebros e almas..."

Também aqui, como em todo método TWI, podemos dividir o item em quatro fases essenciais:

- a) diga a cada instruendo como ele vai na instrução ou treinamento;
- b) dê valor a quem merece;
- c) fale com antecedência sobre modificações que podem afetar o instruendo;
- d) utilize, do melhor modo possível, a capacidade de cada instruendo.

Cada item dos acima, se analisados em profundidade darão, não um artigo, mas todo um livro, assim limitar-nos-emos, para encerrar, em ligeiro comentário sobre cada um:

Diga a cada Instruendo como ele vai...

Diga, francamente, o que você espera de cada um. Mostre a cada um que eles podem progredir, facilite os meios de aperfeiçoamento.

Dê Valor a quem Merece...

Observe, verifique o esforço de cada um em particular. Eloge quem merece, no momento oportuno, se possível imediatamente na hora do ato, da ação motivadora. Chame a atenção para os fatos ainda "quentes".

Fale, com Antecedência...

Não esconda modificações que irão afetar o instruendo. Se houve erro de interpretação de sua parte, confessse, na hora! Mostre sempre porque está modificando uma explicação. Consiga que os instruendos aceitem as modificações!

Utilize, do Melhor modo Possível...

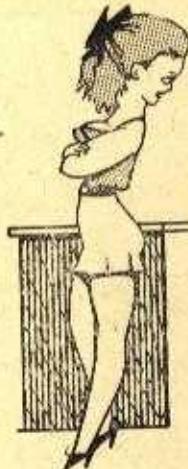
Sinta as aptidões de cada instruendo. Veja para que ele tem mais jeito e "queda". Não seja um obstáculo a seu progresso.

Ajude-o a se desenvolver, a se firmar a progredir.

Cenclusão

Está aí, em ligeiras linhas, o que é o TWI. Qualquer um, bem intencionado, pode perceber que, mesmo sem contrariar o TWI poderá nos auxiliar muito, poderá nos facilitar em muitos pontos e trazer, se bem empregado, resultados espetaculares.

Lógico, se torna necessário adaptá-lo convenientemente, e é o que estamos tentando. A apresentação sumária e descolorida acima transcrita, é parte de um trabalho de maior fôlego que tentaremos realizar. Mas não queremos avançar sózinhos, trazemos a público o assunto na expectativa das críticas, comentários, sugestões, objeções, etc. Tudo será bem recebido, agradecemos e aguardamos, 1/10.^º RI — Juiz de Fora!



INFORMAÇÕES

COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA MEIO SÉCULO DE FUNDAÇÃO

Cel. Prof.
JOSÉ AURELIO S. CÂMARA
Professor do CMF

Não seria necessário que me ligasse eu ao nosso Colégio Militar pela dupla condição de ex-aluno e atual professor para considerar o seu cincuentenário como uma data expressiva na história cultural do Ceará.

Quando foi fundado em 1919, sua presença na paisagem educacional de nosso estado passou a representar um valioso fator de progresso mental para a juventude do Ceará e do Nordeste.

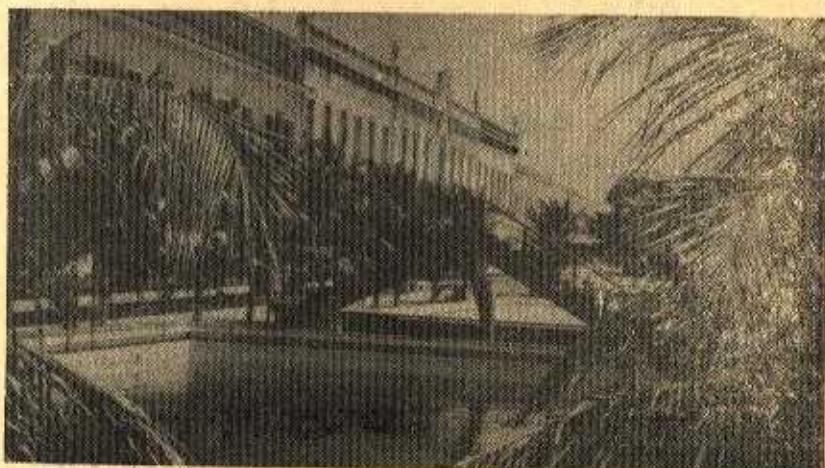
Bem instalado, bem dotado de mestres e instrutores, ministrando com seriedade e exigência um ensino que logo se revelaria modelar, apresentando no seu sistema educacional as componentes da instrução cívica e militar, e da educação física e desportos não tardaria que o estabelecimento assegurasse, enquanto viveu, a

liderança do ensino secundário no setentrião brasileiro.

Por suas salas de aula passaram alunos que seriam mais tarde figuras representativas das Forças Armadas e da vida pública nacional, bem como figuras exponentiais das profissões liberais, do comércio e da indústria.

O Colégio já representava no meio cearense um prolongamento da tradição militar aqui firmada por um estabelecimento de ensino que fez época — a velha Escola Militar do Ceará que se instalou ainda na Monarquia, em 1889, e que seria extinta em 1897.

Aquela Escola, por seus professores militares e seus cadetes, teve participação destacada em acontecimentos de ordem política e intelectual que aqui se desenrolaram em fins do século passado.



COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA — Fachada principal e parque aquático

A instalação da República no Ceará, a deposição do presidente da Clarindo de Queiroz, são ocorrências ligadas à sua atuação na vida cearense. Também lhe deve ser creditado um surto de atividade intelectual aqui então registrado através da fundação de jornais e revistas, da criação de clubes literários e da realização de conferências de cunho literocientífico por parte dos cadetes da velha Escola Militar.

O Colégio Militar do Ceará, que sucedeu à Escola tornou-se o herdeiro e continuador natural de uma tradição que já se firmara vitoriosamente em nosso meio. Extinto em 1938, logo sucedeu-o a Escola Preparatório de Cadetes de Fortaleza que, como o C.M.C. viveu também 20 anos e como ele prestou ao Exército e à Nação os mais assinalados serviços.

Com a extinção da E.P.F. em 1962, surgiu em seu lugar o novel

Colégio Militar de Fortaleza, o quarto estabelecimento de ensino que o Exército sediou no Ceará e que está agora prestando à juventude cearense o mesmo admirável serviço que lhe prestaram no passado, os três que o antecederam.

Quando se comemora o cinquentenário de fundação do Colégio Militar, o que ocorrerá no próximo dia 1.º de junho, podemos considerar com justiça que um espírito comum une e identifica essas casas de ensino, e que assim a existência da Escola Preparatória entre o primeiro e o segundo Colégio Militar não compromete, antes solidifica e assegura esta continuidade.

Foi graças à existência em Fortaleza do Colégio Militar, por tão largo período, que um grande número de cearenses se conta hoje entre oficiais-generais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como em postos menores das três Armas. A esse fato se deve tam-

bém creditar o êxito com que muitos cearenses venceram em cursos superiores e correspondentes profissões, pois decisivo lhes foi o bom curso ginásial realizado no velho casarão do Outeiro.

Não apenas militares, nem estes constituem o maior número dos que ali passaram, mas engenheiros, bacharéis em Direito, médicos, agrônomos, professores, economistas, parlamentares, jornalistas, químicos, diplomatas comerciantes e industriais se contam entre ex-alunos do estabelecimento.

Seu cinqücentenário não é apenas uma festa do próprio Colégio, nem dos seus ex-alunos:

E, sobretudo, uma festa do Ceará e do Exército.

Por uma feliz coincidência, encontra-se à frente do Colégio Militar um seu ex-aluno, e dos mais brilhantes, o Coronel de Artilharia Haroldo Erichsem Studart da Fonseca, cujo comando se vem desenvolvendo no sentido de cada vez mais assegurar àquela Casa

a posição de destaque que merecidamente conquistou através de tantos anos de fecundo labor. E a programação que o comando do Colégio está elaborando para as comemorações cincuentenárias de 1.º de Junho é moldada não apenas sob o aspecto do ritual militar, mas atendendo à importância que o fato assume na história cearense, a que está hoje indissoluvelmente ligado aquêle estabelecimento de ensino.

A adesão às comemorações por parte da 10.ª Região Militar, cujo atual comandante é ex-aluno e ex-instrutor do Colégio, dos comandantes de organizações militares de Fortaleza, todos ex-alunos do Colégio ou da Escola Preparatória, de numerosos ex-alunos civis e militares no Ceará, em Pernambuco, no Rio e em outros pontos do País, mostra quanto a grande data repercute dentro e fora deste Estado, e assegura o brilho de que elas se revestirão. (Transcrito do jornal "O POVO" de Fortaleza-CE).

ENCADERNAÇÃO E DOURAÇÃO

PLANETA

Executa-se com perfeição encadernações de livros e revistas, em percalina e couro e reforma de bibliotecas, etc.

S. CARVAS CAMARA

RUA CACHAMBI, 206 - LOJA D — MEIER — TEL. 261-4055

LEITURA DINÂMICA

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos êste capítulo, último de nossa série referente à Leitura Dinâmica, temos quase certeza de que os leitores que nos acompanham, se tiverem realizado assiduamente os exercícios propostos, estarão realizando os 4 movimentos com algum desembaraço. No entanto, não será demasiado repetir que o domínio pleno da técnica só será alcançado através de muita prática. A reiteração dos exercícios servirá de catalisador benéfico ao rendimento. Hoje, para concluir, forneceremos alguns elementos também importantes à **melhor compreensão do texto**. Já dissemos que não basta ler com velocidade: é preciso, com igual rapidez, entender o que se está lendo. Caso contrário, de nada valeria termos perfilhado a L.D.

2. COMO DETERMINAR O 'SENTIDO DA PALAVRA'

Na lição anterior vimos da importância que tem para o leitor o levantamento do **tema** de um texto: isto vai permitir que, de imediato, se tenha uma noção geral do(s) raciocínio(s) do escritor. A determinação do tema, em alta velocidade, já vai facilitar sobremaneira a compreensão de cada parágrafo. No entanto, é conveniente que o leitor saiba, de imediato, levantar o valor semântico das palavras — o seu **significado** — para que a integração do conjunto se faça instantaneamente.

Como alcançarmos isto? Através da assimilação de certos princípios relativos à **formação e estrutura** das palavras.

Grosso modo, as palavras possuem um **radical** (1), elemento fundamental, que encerra o **núcleo significativo** comum às palavras de uma mesma família: **ferr** (= ferro) em **ferreiro**, **ferrugem**, **ferradura**, etc. A identificação imediata de cada radical irá permitir que se conheça, com maior facilidade, o significado das palavras em que ele aparecer.

Por sua vez, palavra ou radical poderão ser precedidos de um outro elemento, o **prefixo**, que altera o significado da palavra: **infelicidade** (o prefixo **in**, anteposto à felicidade, inverte o significado da palavra).

(1) Na verdade, a **raiz** é que contém o núcleo significativo. Para o nosso estudo, porém, nivelaremos os conceitos de **raiz** e **radical**.

Outros elementos são, também, importantes: as **desinências** e os **sufixos**, os primeiros indicando as flexões das palavras, os últimos servindo para derivarmos nossas palavras (de plano, com o sufixo *-ie*, ter-se-á *planicie*).

A seguir fornecemos uma lista de prefixos, (2) sufixos e radicais que o leitor deve percorrer com atenção. Sua memorização ser-lhe-á muito útil.

3. PREFIXOS LATINOS

ABS, AB (afastamento):

abster, abstrair, abdicar, aberrar, abjurar, abuso.

AD (movimento para, aproximação):

adjacente, adjunto, adorar, adventício, advogado.

Precedendo palavra começada por *e, f, g, l, n, p, r, s, t, o d* dêste prefixo assimila-se a tais consoantes, dando-se posteriormente a simplificação das geminadas, exceto quanto ao *r* e ao *s*.

Acrescentar, afirmar, aparecer, arrendar, arrogar, assimilar, assinar

Este prefixo apresenta a forma vernácula a:

abraçar (de braço), amadurecer (de maduro), avivar (de vivo).

AMBI (duplicidade):

ambídestro, ambiente, ambigüidade, ambivalente.

ANTE (anterioridade, precedência);

antebraço, anteceder, antedatar, anteontem, antepor, ante-sala.

Tem a forma *ant* na palavra *antolhos*.

BIS (repetição):

bisavô, biscoito, bisneto.

Aparece também com a forma *bi*: biênio, bifronte, bimestre.

CIRCUM (movimento em torno):

Circunferência, circunjólio, circumpolar, circunscrito, circun-vagar.

Assume a forma *circu* em circuito (*circu + itum, supino de ire*).

CIS (posição aquém):

cisatlântico, cisandino, cisplatino.

CONTRA (oposição):

contradizer, contrapéso, contraprova, contraveneno.

CUM (concomitância, reunião):

A forma latina **cum** figura em raras palavras portuguêses — (**cúmplice**, **cumprir**), em que, aliás, já se perdeu o sentimento da derivação.

A produtiva é a forma vernácula **com**, que se apresenta como **con** antes de consoante que não seja **b** ou **p**; **co** antes de vogal; **cor** antes de **r**. Segundo-se-lhe **m** ou **l**, dá-se uma assimilação, simplificando-se depois as geminadas.

Exemplos:

combater, combinar, compor, comprimir, condensar, confundir, conjurar, consoante, correligionário, corroborar, coexistir, coirmão, comover, colaborar, colégio.

DE (movimento de cima para baixo):

decapitar, decrescer, deformar, demolir, depenar, depender, depor.

DES (separação, privação, ação contrária, negação):

desfazer, desfolhar, desleal, desmascarar, desonesto, desprotegido, destravar, desumano.

DIS (movimento para diversos lados, ação contrária):

discordar, discutir, disseminar, disjungir, distender.

Antes de palavra encetada por **g**, **l**, **m**, **n**, **r** e **v**, reduz-se a **di**:
digerir, dilacerar, diminuir, divagar.

Antes de **t**, dá-se a assimilação do **s** de **dis**, com posterior simplificação das geminadas:

difícil (**dis** + **fácil**), outrora grafado **difficil**.

EX (movimento para fora):

excêntrico, expatriar, expectorar, expelir, expor, exportação, exprimir, expulsar.

Apresenta as formas vernáculas **es** e **e**:

esburacar, escorrer, espernear, espraiar, estender, efusão, emigrar, eleger, evadir, eruditó.

"As vêzes substitui-se **es** por **des**: esfarelar ou desfarelar, estripar ou destripar, escampado ou descampado" (1).

EXTRA (posição exterior):

extralingüístico, extramuros, extranumerário, extraordinário, extraviar.

IN (Há dois prefixos in, de origens diversas)

Um indica movimento para dentro; é o contrário de ex:
incrustar, incorrer, induzir, ingerir, importar, imprimir.
Com esta significação, assume a forma vernácula en:
enraizar, enterrar, entroncar, embeber.

O outro expressa negação, privação:
incapaz, incômodo, indecente, inútil, impuro.

Em ambos os casos, escreve-se ir antes de r e i antes de l e m, em consequência da assimilação do n de in às referidas consoantes, posteriormente simplificadas:

irromper, irrigar, iludir, iluminar, imigrar, irresoluto, ilícito, imutável.

INTER (posição no meio):

interamericano, internacional, interplanetário, interromper, intervir.

A forma vernácula é entre:

entreabrir, entreato, entrelaçar, entrelinha, entretela, entrever.

INTRA (posição dentro de* alguma coisa):

intramuscular, intraverbal, intravenoso.

INTRO (movimento para dentro):

introduzir, intrometer, introspectivo.

OB (posição em frente):

obstáculo, obstar, obstruir, obter, obviar.

Antes de c, f, p e m, toma a forma o, em razão de o b de ob se assimilar às mencionadas consoantes, simplificando-se depois as geminações:

ocorrer, ocupar, ofício, ofuscar, opor, oportuno, omissão.

PER (movimento através):

percorrer, perdurar, perfurar, perplexo, permeável.

PRE (anterioridade):

preceder, precipitar, prefácio, prefixo, preliminar, prepor.

PRO (movimento para a frente):

progresso, promover, prometer, propelir, prorromper, prosseguir.

RE (movimento para trás; repetição):

refluir, refrear, regredir, reatar, reaver, reconstruir, redizer, renascer.

RETRO (movimento mais para trás):

retroagir, retrocesso, retrógrado, retrospectivo.

SEMI (metade):

semicírculo, semideus, semidemente, semimorto.

SUPER (posição em cima):

supercilio, supérfluo, supersensível, superpor, superprodução.

Tem a forma vernácula sóbre:

sobrescrito, sobreviver, sobrepor.

SUPRA (também significa posição em cima):

supracitado, supradito, supra-renal.

SUB (movimento de baixo para cima; posição inferior):

subir, subjugar, submeter, subverter, subdiretor, suboficial, subraça, subsolo.

Apresenta a forma sus, por subs² (como ab por abs):

suscitar, suspender, sustentar, suster.

Asimila-se o b de sub à consoante inicial de palavra começada por e, f, g e p, criando-se geminadas que depois se simplificam:

suceder, sufocar, sugerir, supor.

Reduz-se a su antes de sp:

suspeitar, suspirar.

Assume as formas vernáculas sob e so:

sobestar, sobpor, sobraçar, soerguer, soterrar.

Em sorrir deu-se a assimilação do b ao r (sob + rir).

TRANS (passar além de):

transalpino, transbordar, transluzir, transmontar, transpor.

São formas vernáculas tras, três e tra:

trasladar, trasmudar, tresmalhar, tresnoitado, tradição, traduzir.

Em certas palavras alternam êstes prefixos; exemplos:

transmudar ou trasmudar; transpassar, traspassar ou trespassar.

ULTRA (posição além do limite):

ultraliberal, ultramarino, ultrapassar, ultra-realista.

VICE (em lugar de):

vice-cônsul, vice-diretor, vice-rei.

Altera-se em vis na palavra visconde.

4. PREFIXOS GREGOS

AN. A (usa-se **an** antes de vogal, **a** antes de consoante; privação, negação):

anarquia, anômalo, anônimo, acéfalo, aferia, ateu.

ANA (movimento de baixo para cima, inversão; repetição):

anagrama, anállise, analogia, anástrofe, anabatista.

ANTI (oposição):

antagonista, antídoto, antipatia, antípoda, antítese; antiaéreo, antiintegralista.

AMPHI (de um e outro lado):

anfíbio, anfibologia, anfiteatro, ânfora.

APÓ (afastamento):

apogeu, apóstata, apóstolo, apoteose.

ARKHI (posição em cima):

arcanjo, arcebispo, arquétipo, arquipélago, arquiteto.

DIA (movimento através):

diâmetro, diáfano, diafragma, diagnóstico, diagonal.

DYS (dificuldade):

dispnéia, dispepsia, disenteria.

EK, EX (usa-se **ek** antes de consoante, **ex** antes de vogal; movimento para fora):

eclipse, écloga (ou égloga); exefese, êxodo, exorcismo.

EN (posição interna, movimento para dentro):

encéfalo, energia, entusiasmo, embrião.

EPI (posição superior, movimento para):

epiderme, epidemia, epitáfio, epiteto, epílogo, epístola.

EU (bom; tem a forma **ev** na palavra Evangelho e derivados):

eucaristia, eufemismo, eufonia, eugenia.

Figura em muitos nomes de pessoas:

Eulália, Eudócia, Eusébio, Eugênio.

HEMI (meio):

hemiciclo, hemiplégico, hemisfério, hemistíquio.

HYPER (sobre, além de):

hipérbole, hipertrofia, hipercrítico.

HYPÓ (em baixo de):

hipodérmico, hipocrisia, hipogástrico, hipoglosso, hipótese.

META (mudança):

metáfora, metamorfose, metonímia, metátese.

PARA (ao lado de):

paradigma, paradoxo, paralelo, parasita, paródia, parônimo.

PERI (em torno de):

periante, periferia, perifrase, perímetro, período, peripécia.

PRÓ (posição em frente; movimento para a frente):

problema, pródromo, prognóstico, programa, prólogo.

KATÁ (movimento de cima para baixo):

cataclismo, catacumba, catadupa, cataplasma, catapultia, catarro, catástrofe.

SYN (simultaneidade, reunião):

sincronismo, sinfonia, silaba, silepse, simpatia, simetria, sintaxe, síntese, sistema.

5. CORRESPONDÊNCIA DE PREFIXOS GREGOS E LATINOS

GREGOS

- A, AN (acéfalo, anônimo)
- ANTI (antagonista, antidoto)
- AMPHI (anfíbio, anfiteatro)
- APÓ (apóstolo, apóstata)
- DI (digrafo, ditongo)
- DIA (diáfano, diagnóstico)
- EN (encéfano, energia)
- ENDO (endocárdio, endocarpo)
- EK, EZ (éxodo, exorcismo)
- EPI (epiderme, epítalo)
- EU (eufonia, evangelho)
- HÉMI (hemiciclo, hemistíquio)
- HYPO (hipoglosso, hipótese)
- PARA (paradigma, paralelo)
- PERI (periante, perifrase)
- KATA (cataclismo, catástrofe)
- SYN (simpatia, sincronia)

LATINOS

- DES, IN (desleal, incapaz)
- CONTRA (contraveneno, contradizer)
- AMBI (ambidestro, ambíguo)
- AB (abuso, aberrar)
- BI-S (bipede, bisneto)
- TRANS (translúcido, transpassar)
- IN (ingerir, incrustar)
- INTRA (intravenoso, intramuscular)
- EX (excêntrico, expatriar)
- SUPER (superpor, supercílio)
- BENE (benefício, benévolos)
- SEMI (semicírculo, semimorto)
- SUB (subsolo, subterrâneo)
- AD (advogado, adjacente)
- CIRCUM (circumpolar, circunlúquio)
- DE (decapitar, demolir)
- CUM (cúmplice, colega)

6. SUFFIXOS LATINOS

ADA (forma substantivos de substantivos):

boiada, colherada, facada, laranjada, marmelada, meninada, noitada, pedrada, pincelada, risada.

AGEM (forma substantivos de substantivos):

aprendizagem, estiagem, ferragem, folhagem, malandragem, vadiagem.

AL (forma adjetivos e substantivos de substantivos):

genial, mortal, pessoal, areal, arrozal, bananal, pantanal, rosal.

ANO, ÂO (forma adjetivos de substantivos):

americano, mundano, republicano, romano, serrano, beirão, comarcão, cristão, vilão.

AO (ampliado em alhão, arrão, eirão, zarrão, figura na formação do aumentativo):

casarão, chapeirão, grandalhão, homenzarrão, toleirão, santarrão.

ARIA, ERIA (forma substantivos de substantivos):

alfaiataria, cavalaria, drogaria, feitiçaria, luvaria, maquinaria, pedraria, pirataria, rouparia.

Na linguagem brasileira de nossos dias, têm **eria** as seguintes palavras:

bateria, (importada do Francês), correria, galeria, leiteria, loteria, (importada do Italiano), parceria, sorveteria.

ÁRIO, EIRO, A (forma substantivos de substantivos):

boticário, campanário, estatuário, barbeiro, cajueiro, galinheiro, nevoeiro, toureiro, cabeleira, cigaretteira, pedreira, pulseira.

ATO, ADO (forma substantivos de substantivos):

baronato, sindicato, tribunato, arcebispado, apostolado, bacharelado, condado, consulado, principado.

Ato é o representante vernáculo de **ato**.

DADE (forma substantivos de adjetivos):

bondade, castidade, cristandade, crueldade, dignidade, divindade, facilidade, falsidade, maldade, ruindade.

DOR, TOR, SOR (forma substantivos de verbos):

acusador, armador, carregador, comprador, corredor, pescador, roedor, salvador, instrutor, tradutor, ascensor, confessor.

DURA, TURA, SURA (forma substantivos de verbos):

assadura, atadura, ditadura, fechadura, urdida, assinatura, abertura, cobertura, escritura, clausura, mensura.

EAR (forma verbos de substantivos):

barbear, cartear, golpear, guerrear, pastorear, rodear, vozejar.

ECER (forma verbos de substantivos):

amanhecer, amarelecer, anoitecer, entardecer, escurecer, favorecer.

EDO (forma substantivos de substantivos):

arvoredo, lajedo, alivedo, passaredo, rochedo, vinhedo.

EJAR (forma verbos de substantivos):

cortejar, gotejar, lacrimejar, manejar, velejar, voejar.

ENSE, ÈS (forma adjetivos de substantivos):

ateniense, cearense, paraense, parisiense, vassourense, vienense, cortês, montanhês, montês, português.

EZ, EZA (forma substantivos de adjetivos):

alтивez, estupidez, malvadez, sensatez, surdez, beleza, certeza, moleza, rudeza, tristeza.

FICAR (forma verbos de substantivos e adjetivos):

exemplificar, petrificar, dignificar, falsificar, purificar. (1).

ICIE, ICE (forma substantivos de adjetivos):

calvície, planície, criancice, doidice, meninice, tolice, velhice.

IO (forma substantivos de substantivos):

mulherio, poderio, rapazio, senhorio.

ITAR e INHAR (forma verbos de substantivos):

saltitar, cuspintar.

IVO (forma adjetivos de verbos):

afirmativo, comparativo, fugitivo, lucrativo, pensativo.

MENTO (forma substantivos de verbos):

casamento, cerceamento, conhecimento, esquecimento, fingimento, impedimento, pensamento.

(1) Said Ali relaciona ficar entre os sufixos portuguêses de origem erudita (Cf. Gramática Histórica, II, pág. 24 e Gramática Secundária, pág. 160). Não se tratará, mais propriamente, da raiz apofônica de facere à terminação ar?

OSO (forma adjetivos de substantivos):

cheiroso, famoso, garboso, gostoso, montanhoso, orgulhoso, temoso, volumoso.

TÓRIO, DOURO (forma substantivos de verbos):

dormitório, laboratório, oratório, purgatório; ancoradouro, bedadouro, matadouro, sorvedouro.

O sufixo erudito, **tório** ainda forma adjetivos:

divinatório, notório, satisfatório, transitório

TUDE, DAO (forma substantivos de adjetivos):

altitude, amplitude, latitude, longitude, certidão, escuridão, frouxidão, lassidão, mansidão, vastidão.

UDO (forma adjetivos de substantivos):

beijudo, bieudo, cabeçudo, carnudo, narigudo, peludo, sisudo.

URA (forma substantivos de adjetivos):

amargura, brancura, doçura, frescura, loucura, ternura.

VEL, BIL (foma adjetivos de verbos):

amável, desejável, discutível, louvável, removível, solúvel, suportável, flébil, ignobil.

7. SUFFIXOS GREGOS

IA:

astronomia, filosofia, geometria, energia, eufonia, profecia.

ISMO:

aforismo, cataclismo, catolicismo, comunismo, jornalismo.

ISTA:

catequista, evangelista, modernista, nortista, socialista.

ITA:

eremita, jesuita, ismaelita, selenita.

ITE:

bronquite, colite, dinamite, rinite.

IZ (AR):

batizar, catequizar, realizar, rivalizar, suavizar.

Não confundir com os verbos cujo radical termina em **iz** (ajuizar, de **juiz**; enraizar, de **raiz**), ou em **is** (avisar, de **aviso**; alisar, de **liso**; encamisar, de **camisa**).

OSE:

esclerose, osteose, tuberculose.

TÉRIO:

gatistério, cemitério, necrotério.

HUMBERTO DE CAMPOS E OS MILITARES

Várias crônicas de Humberto de Campos acham-se reunidas em agradável volume, sob o título "Fatos e Feitos" (Gráfica Ed. Brasileira Ltda, São Paulo, 1949). A de n.º IV — "O Soldado Brasileiro" — não tem sido, ao que parece, bastante conhecida. Ali se acham interessantes observações, relativas ao comportamento dos militares das grandes potências, na 1.ª Grande Guerra; e, a propósito, uma comparação com o procedimento dos militares brasileiros, que muito nos distingue e exalta. Eis alguns trechos significativos:

"Em um trabalho interessantíssimo sobre a História Militar do Brasil, agora aparecido em volume, o Capitão Genserico de Vasconcelos, traz à luz documentos curiosos e significativos, que demonstram à evidência, para admiração alheia e orgulho nosso, o que já eram, naquele tempo, a honestidade dos nossos soldados e a cultura moral dos nossos generais."

"Não obstante essa penúria das forças em viagem, a propriedade

privada era sagrada. E, como prova, transcreve o ilustre historiador militar esta Ordem do Dia de Caxias ao pisar a 4 de setembro de 1851, o território do Estado Oriental:

"A obediência a essas prescrições de Caxias tornou-se absoluta. Faminto, rôto, necessitado, o soldado brasileiro não se apoderava, sequer, daquilo que, porventura, descobria no chão, pelo caminho."

"A moralidade do Exército brasileiro era, em suma, tão patente, que o Estado-Maior argentino assim a assinalou, por essa época, em uma monografia oficial:

"Faltassem ao soldado brasileiro os atributos da coragem, da bravura, do heroísmo, que jamais lhe faltaram, e ele seria digno da admiração do mundo, marchando na vanguarda de todos os Exércitos da terra, por esse passado de disciplina, de honestidade, de honradez."

No afã de fazer trabalho completo, objetivando a facilitar o bom êxito dos que nêle se empenharem, a Revista editará também o Guia do Monitor da Cartilha do Soldado que habilitará nossos Oficiais e Sargentos a empregarem a Cartilha do Soldado na execução dessa patriótica tarefa de cooperar para a educação dos brasileiros menos afortunados.

Cinco lições em 45 aulas de duas horas e teremos o homem médio alfabetizado!

Poderemos erradicar o analfabetismo em 45 dias. Aproximadamente, um período de adaptação. Ótimo, vamos fazê-lo? O método é bom, e já foi experimentado com êxito. Não percamos tempo em discuti-lo!

E, a guisa de conselhos: não brigue com o problema, resolva-o; aplique o método e forneça suas observações para aperfeiçoá-lo, e exterminaremos o analfabetismo no País.

Assim, teremos dado passo firme para a criação de sólida base para o tão desejado progresso, que estamos procurando conseguir em cadência adequada aos anseios de Bem-Estar do povo do Brasil, através da Política de Desenvolvimento.

ASSINATURA PARA 1970

Estamos enviando com o presente exemplar o cartão de renovação de assinatura para o ano de 1970, conforme anunciamos às páginas 68 do número anterior, o 625. Muito agradecemos a atenção dos senhores assinantes em remeter-nos os mesmos, devidamente preenchidos, no prazo solicitado, 30 de novembro de 1969.

A Diretoria

RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA "REVISTA"

GUANABARA

1.^º RI — Ten Acelino Cardoso Vale
1.^º B P Ex — Ten Dilson Paes do Nascimento
Btl de Guardas — Ten Sergio Roberto do Amaral
B I Aet (S. Dumont) — Sgt Manuel Inacio Abreu Lima Filho
R Rec Mec — Ten Roberto Nogueira de Sousa
1.^º Esqd Rec Mec — Ten Sergio Roberto Dentino Morgado
G Ex Art — Ten Sergio Rodrigues Vieira
1.^º G O 105 — Subten Joaquim da Silva Pereira
2.^º G A Cos — Cap João Belem de Holanda
1.^º Gpt Au Ae — Ten Ary Andrade Barreto
G O 105 Aet — Cap Lucio Berlim
1.^º B Con Ex — Maj Reginaldo Moreira de Miranda
D G P — Ten Antonio Feitosa da Silva
D M C — Ten Ederval Alves de Lima
S I Ex — Ten Claudio Danilo Moreira dos Santos
QG/1.^a R M — Ten Satiro Mendes de Sá
I M E — Ten Fernando Barros Marinho
Es S G — Ten Antonio Jacob Calliar
Es A O — Cap Max Hoertel
Es M B — Ten Roberto Pereira Chaves
Es Art Cos Aae — Cap Bruno José Meneses
Es I Esp — Cap Antonio Machado de Paiva
CM/RJ — Ten Alcidino Gomes
C P O R/RJ — Cap Carlos Roberto Belelli
Cia Es Com — Ten Danilo Carvalho Vellela
B M Arm — Ten José Carlos A. de Amarante
1.^º B Saúde — Ten Zélio Tocantins de Lara
111.^a Cia Ap MB — Ten Nelson Mariano da Fonseca

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1.^º/10.^º G A Cos M — Ten Deusdedit Moreira Costa
AMAN — Ten José Gonçalves de Oliveira
B Dep M — Cap José Americo Moreira
3.^º C S M — Cap Alberto Gonçalves de Freitas (ES)

MINAS GERAIS

10.^º RI — Ten Walter da Silva
11.^º RI — Cap Antonio Maria Claret da Silva
12.^º RI — Ten Luiz Francisco dos Santos



O GLÁDIO

ESTRANHAS COINCIDÊNCIAS ENTRE LINCOLN E KENNEDY

- 1 — Ambos os Presidentes, Lincoln e Kennedy, estavam preocupados com os problemas dos Direitos Civis.
- 2 — Lincoln foi eleito em 1860; Kennedy em 1960.
- 3 — Ambos foram assassinados em uma sexta-feira e na presença de suas respectivas esposas.
- 4 — Ambos foram atingidos pelas costas e na cabeça.
- 5 — Seus sucessores, ambos chamados JOHNSON, eram democratas sulistas e ambos estavam no Senado.
- 6 — Andrew Johnson nasceu em 1808 e Lyndon Johnson em 1908.
- 7 — John Wilkes Booth (assassino de Lincoln) nasceu em 1839, Lee Harvey Oswald (assassino de Kennedy) nasceu em 1939.
- 8 — Booth e Oswald eram nativos do sul e favorecedores de idéias impopulares.
- 9 — Booth e Oswald foram assassinados antes de irem a julgamento.
- 10 — Ambas as esposas dos Presidentes perderam crianças, enquanto na Casa Branca.

- 11 — A Secretaria de Lincoln, cujo nome era Kennedy, advertiu-o para não ir ao teatro.
- 12 — A Secretaria de Kennedy, cujo nome era Lincoln, advertiu-o para não ir a Dallas.
- 13 — John Wilkes Booth assassinou Lincoln em um teatro e correu para um armazém.
- 14 — Lee Harvey Oswald assassinou Kennedy de um armazém e correu para um teatro.
- 15 — Os nomes Lincoln e Kennedy possuem, cada um 7 letras.
- 16 — Os nomes Andrew Johnson e Lyndon Johnson possuem, cada um, 13 letras.
- 17 — Os nomes John Wilkes Booth e Lee Harvey Oswald contêm, cada um, 15 letras.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

PARA QUE SERVE A POESIA

FORMA DE CONHECIMENTO

CASSIANO RICARDO

Verdade que se tornou famosa a frase de Fernando Pessoa, de que o poeta é um bom "fingidor". Mas não é o próprio Fernando Pessoa que acha, com Novalis, que "quanto mais poético mais verdadeiro"? Sim, o poeta poderá fingir situações humanas que, sendo fingidas para ele, poeta, serão "verdadeiras" para os que o lerem.

Parece que essa coisa de poesia como fingimento já vem da "gaiá ciência". Mas se assim era ao tempo da epistola do Marquês de Santillana ao condestável de Portugal o certo é que a poesia serve hoje para constituir uma forma de conhecimento tão legítima como a do conhecimento lógico.

Uma de suas funções é mesmo penetrar e conhecer o humano menos visível. Elliott falou do "raiding the inarticulate", do "ataque ao que ainda não foi dito", da inclusão da experiência inédita no campo da arte,

Saint-John Perse mostrou isso, muito bem, ao receber o prêmio Nobel da Academia de Estocolmo. Ciência e poesia têm um campo comum de germinação: a imaginação criativa e ativa.

Os serviços que a poesia presta à filosofia, à psicologia, à sociologia, à lingüística, — quem os contestará?

Uma canção de Safo, uma ode de Pindaro, a "Vita Nuova", de Dante, os sonetos de Petrarca, o "Divã Ocidental-Oriental", de Goethe, os poemas de Leopardi ou de Holderlin, qualquer dessas obras (são palavras de Cassirer, em "As Ciências da Cultura"), nos dá muito mais que uma série de emoções flutuantes e sóltas, que desapareceriam logo e se perderiam no nada. Tudo isso "é", "perdura", "permanece". Abre ao nosso espírito um conhecimento que não é possível aprender em conceitos abstratos e que se ergue diante de nós como uma revelação de algo novo, até então ignorado e desconhecido.

E é para isso que serve a poesia.

**SITUAÇÃO MARÍTIMA DA RÚSSIA EM RELAÇÃO A OUTRAS POTÊNCIAS
NAVIOS**

TIPOS DE NAVIOS	EUA	URSS	INGLATERRA	FRANÇA
Porta-aviões de ataque	18	0	3	0
Porta-aviões leves ou porta-helicópteros	20	2	4	4
Navios lançadores de mísseis de terra-terra	0	18	0	0
Navios lançadores de mísseis de terra-ar	67	13	8	6
Destruidores clássicos	585	163	92	40
SUBMARINOS				
Possuidores de instrumentos balísticos:				
De propulsão nuclear	41	12	4	2
Diesel	0	29	0	0
Possuidores de instrumentos aerodinâmicos:				
De propulsão nuclear	0	27	0	0
Diesel	0	20	0	0
De ataque:				
De propulsão nuclear	52	20	5	0
Diesel	66	259	43	21

O GLOBO

LIBERDADE DE QUÊ?

GUSTAVO CORCÃO

Tenho diante de mim duas notícias muito diferentes e de procedências diversas. Uma vem de Paris, e se refere a um grupo de padres, denominado *Exchange et Dialogue*, que se ergue contra a estrutura hierárquica da Igreja, e mais precisamente contra o princípio de autoridade, alegando que nada é mais imoral do que esse princípio que a Igreja mantém, usa, ensina e defende.

A segunda notícia vem de Nova York, e se refere à Associação Americana de Professores Universitários, que se ergueu para protestar contra as medidas energicas anunciadas pelo Presidente Nixon para reprimir a agitação estudantil em dezoito Estados.

E o que me impressionou, como denominador comum nos dois casos, foi o critério invocado em defesa da desordem.

Em Paris, é o próprio Arcebispo D. Marty que se pronuncia dizendo que antes de aprovar ou condenar é preciso compreender, que Paris efetivamente constitui um aglomerado difícil, e que está disposto a dialogar e a defender sempre a liberdade dos cristãos.

Em Nova York a supramencionada associação de professores reprova a energia governamental

porque ela "representa uma ameaça direta à liberdade universitária".

Ora, tanto num caso como noutro tomo eu a liberdade de perguntar: — "Liberdade de quê?" Sim, porque me parece evidente que as liberdades exteriores são muitas e especificadas pelo ato que o indivíduo, em cada caso, tenciona efetivar. Estou certo de que o Sr. Arcebispo de Paris, se alguém entrasse em seu gabinete e lhe perguntasse se Sua Eminência lhe concedia liberdade, logo perguntaria como perguntamos: — "Liberdade de quê?"

Tomemos o caso dos universitários. Logo nos acodem ao espírito duas espécies de liberdade bem distintas: a liberdade de estudar, e a liberdade de atirar bombas nas salas de aula ou de provocar desordens no ambiente universitário. Parece-me incontestável que nenhum governo passado, presente ou futuro, foi, ou é ou será capaz de defender ao mesmo tempo as duas espécies de liberdade. Há de defender uma em prejuízo da outra.

Também me parece não menos incontestável que os governos devam defender as liberdades orientadas para o bem comum, e reprimir as outras com os conhecidos

dos aparelhos jurídicos, morais e até físicos. Hoje em dia, graças a uma série de descobertas que vêm "atualizar" a religião, a política, a moral e a concepção geral da vida e do mundo, muitos intelectuais e bispos acharão que os governos devam defender as desordens, ainda que em prejuízo dos estudos.

Não quero, no momento, discutir esta ou aquela escolha. Admitamos ora um, ora outro critério, e logo veremos que o governo ora defenderá o estudo, ora a desordem; ou se quiserem, ora a liberdade de estudar, ora a liberdade de agredir os professores. Mas em nenhum dos casos houve a tal "liberdade universitária" com que sonha a Associação Americana de Professores, porque em cada caso houve uma coação.

Em definitivo é preciso estabelecer uma vez por todas a impossibilidade de realizar todas as liberdades, e a insanidade de pretender pugnar pelas liberdades ou pela Liberdade. E conhecido o grito de Mme Roland à beira do cadaafalso: "Liberdade! Liberdade de quantos crimes se praticam em teu nome!" Mais modestamente nós dirfamos: "Quantas asneiras já se escreveram!"

* * *

Há nas palavras de Deus um claro e singelo ensinamento do uso da liberdade: "Comportai-vos como homens livres, NAO COMO HOMENS QUE FAZEM DA LIBERDADE UM MANTO PARA

COBRIR SUA MALICIA, mas como servos de Deus." (I Ped. I,16).

Os verdadeiros amigos da liberdade, isto é, os que a amam pela largueza maior que ela oferece à prática do bem e ao serviço de Deus, devem ser os primeiros a gritar contra a impostura do liberalismo que, no primeiro tempo, defende a liberdade incondicional e absoluta, para no segundo tempo receber, acolher, alimentar e afagar os liberticidas. Gritemos: a impostura do liberalismo consistiu exatamente naquilo que S. Pedro previu. Para cobrir a malícia de uma civilização que recusa obediência a Deus para fazer do homem a sua própria lei, o liberalismo relativizou a verdade e o bem, e absolutizou a liberdade. Ora, uma coisa colocada fora de seu lugar se degrada, ou colocada acima de sua própria altura se quebra. E é por isto que o liberalismo inevitavelmente conduz à pior forma de anarquismo, ao totalitarismo. Esses que gritam "liberdade! liberdade!" sem nenhum discernimento, na verdade, o crime primeiro que praticam é contra a dita liberdade. Querem-na vil para que seja rejeitada. Obscuramente, o liberalismo, por ser uma forma profunda de ceticismo muitas vezes fantasiada de progressismo, tende irresistivelmente para o caos, para o nada. Mesmo porque, em matéria de tendências, não temos outra alternativa: ou crescemos e nos libertarmos como servos de Deus, ou tendemos para o nada segundo o tropismo próprio da matéria.

Relação dos Assinantes em dia com a Revista

Gen Rinaldo Câmara	Maj Gilberto Freitas
Gen José Campos de Aragão	Maj Francisco Moacyr Meira Fontenele
Gen Guilherme José Rodrigues Junior	Maj Dover Santa Rosa Caldas
Gen Antonio Bandeira	Maj Mario Sergio Ferreira Vellanca
Gen Renato de Paiva Pio	Maj Valfreido Dantas de Oliveira
Cel Ivan Lobo Mazza	Maj Rubens Del Nero
Cel Ibsen Polibio Freire	Maj Alceu Leal
Cel Waldir da Costa Godolphim	Maj Geraldo Izaias de Macêdo
Cel Delio Lima Taboada	Maj José Sampaio Maia
Cel Darci Buano Mussoi	Maj Ivan Lopes da Rosa
Cel Jayme de Paiva Bello	Maj Alir Maia
Cel Fabio de Moura e Silva Lins	Maj Luiz Carlos Cochilar
Cel Bruno Harger	Maj Jorge Silveira
Cel Yedo J. Blauth	Maj Danubio de Moraes Guidette
Cel Murillo Victor Holboult Carão	Maj Mecenas Freire Vilanova
Ten Cel Garone Romão Veloso	Maj Nelson Barcelos da Veiga Filho
Ten Cel José Corrêa de Macedo	Maj Antão G. Schawarzbach
Ten Cel Plínio Cezarotte	Maj Ari Canavo
Ten Cel Fabio de Moura Silva Lins	Maj José Bezerra Leite
Ten Cel Gabriel Antonio Duarte Ribeiro	Maj Aloisio B. Castanheira de Souza
Ten Cel Alberto de Léo	Maj Carlos Guaggio
Ten Cel Marques Ferreira Pinto	Maj Daniel Lomando Andrade
Ten Cel Flavio Guedes Ribeiro	Maj Tancredo Neves Forte
Ten Cel Gelson Castro Corrêa de Sá	Maj Hiran de Aguiar e Souza
Ten Cel Sylvio Almeida	Maj Jeune Ribeiro
Ten Cel Helio Perello Fleury	Maj Albano Guilherme da Silva
Ten Cel Delso Lanter Peret Antunes	Maj Nelson Machado
Ten Cel Milton Soares Murrelis	Maj Wilson Machado
Ten Cel Rutildo Pulido	Maj Edison Beltrão de Medeiros
Ten Cel João Fonseca de Souza Leal	Maj Jorge Sebastião Ribeiro do Nascimento
Ten Cel Alberico Barbosa de M. Filho	Cap José Maria P. de Paulo Pessoa
Ten Cel Ezequiel da Rocha Alves Corrêa	Cap Herval Cândido Valverde
Ten Cel Fernando Krug	Cap Tolentino Paz da Silva
Ten Cel José Peres de Vasconcelos	Cap Areldo Galvão de Oliveira
Maj Dirney Soares Barbosa	Cap Carlos Luiz Heredia
Maj José Luiz de G. Pondê Chaves	Cap Telmo Luiz Tusi
Maj Luiz Felipe de Alencastro	Cap Paulo Aristomenha Benetos
Maj Manoelito Lemos Barreto	Cap Resende Guimarães
Maj Ivan Henrique da Silva	Cap Ronaldo M. Aldo Martins
Maj Aricildes de Moraes Motta	Cap Ary dos Santos
Maj Clycio D'Azevedo	Cap José Olinto Soares
Maj Evandro Souto Maior	Cap Democrito Mansur de Carvalho
Maj Evandro Cavalcante dos Santos	Cap Nilton Serano Pereira
Maj Humberto Duarte Carneiro	Cap João Gualberto Pinheiro dos Santos
Maj Walfredo Silva	Cap João Maria Araujo
Maj Arthur Holsbach Netto	Cap Sylvio Cardoso
	Cap Sergio Brasil
	Cap Valdir Chagas
	Cap Mauro Nogueira da Silva

- Cap Adão Laurenno Dias Xavier
 Cap Carlos Gomes Pereira
 Cap José Luiz Bicalho
 Cap Sergio Antonio Rocha
 Cap Walter Roriz Fragoso
 Cap Darly Rugeri Wollmann
 Cap Alonso Roncada Borges
 Cap Carlos Monteiro de Carvalho
 Cap Léo Pinto Pereira
 Cap Edilberto Cordana
 Cap Pedro Ernesto Rozani
 Cap João Maria Araujo
 Cap Nelson Rocha
 Cap Sylvio Cardoso
 Cap Sergio Brasil
 Cap Helio Fernandes de Almeida
 Cap Murilo Xisto Pizzato
 Cap Iade Ribeiro Ferragem
 Cap Danilo Vieira Martins
 Cap Amaureth Ubiratan M. da Silveira
 Cap Marco Antonio Felicio da Silva
 Cap Cezar Brasil Moreira
 Cap Hyssot Otavio Miragaya Junior
 Cap Fernando Lopes Quintas
 Cap Ienio Marques da Rocha
 Cap Raul Ferreira Dias
 Cap José Antonio Bento
 Cap Arlindo Sousa
 Cap Carlos Fernando Ramos
 Cap Carlos Geyer Rodrigues
 Cap Carlos Rubleski
 Cap Casemiro Moreira
 Cap Mariano Mendonça Filho
 Cap Ney Leite Xavier
 Cap Milton Guimaraes Novaes
 Cap Roberto Hermes da Fontoura Fonseca
 Cap Roberto Otto Popien
 Cap Anibal Albuquerque
 Cap Joap Batista L. da Ponte
 Cap José Ayrton de A. Ramos
 Cap José Pontes de Melo
 Cap Manoel Humberto C. D. Alencar
 Cap Pedro Alberto Passos Rey
 Cap Luiz Prudencio
 Cap Roberto Nunes Mendes
 Cap Ivaldo de Almeida
 Cap Roosevelt Tome Silva
 Cap Carlos Luiz Heredia
 Cap Mario Moreira Leite
 Cap Nelson Donveles da Silva
 Ten Sergio Tovão
 Ten Othon Guilherme Pinto Bravo
 Ten Roberto A. Duque Estrada
 Ten Benevides Moreira Siqueira
 Ten Augusto Cesar de Almeida
 Ten Alberico Vieira Lima Filho
 Ten Elmo Lopes Haygert
 Ten Inocêncio Rodrigues dos Santos
 Ten Celio Guimaraes Remigio de Oliveira
 Ten Martin Homichim
 Ten Jorge Bastos Michelle
 Ten Varlei Fortes Passos
 Ten Brasilio Chandoha
 Ten Paulo Rogerio de Gouveia Peixoto
 Ten Raymundo Kleber Terra de Faria
 Ten Renato Juarez R. Silva
 Ten Luiz Antonio Peres
 Ten José Batista de Queiroz
 Ten Raimundo Brancio Q. Brito
 Ten Celio Guimaraes Ramires de Oliveira
 Ten Flavio Sá Padilha
 Ten Ataide Gonçalves de Figueiredo
 Ten Carlos Fernando Rocha Bremand
 Ten Antonio Joaquim Machado
 Ten Jader Lima Ribeiro
 Ten Osvaldo Martins
 Ten José Carlos Ferraz
 Ten Sergio Corrêa Lima Sobrinho
 Ten Joaquim Braga
 Ten José Ananias Filho
 Ten Nelson Costa
 Ten Arlindo da Silva Mendes
 Ten Geraldo Buffe Chamone
 Ten Edson Sá Rocha
 Ten José de Jesus C. Almeida
 Ten Julio Costa Gonçalves Reis
 Ten Julio da Silva Lopes
 Asp José Ricatte Bossau
 Asp Fernando Antonio de A. Kneipp
 Asp Flavio Cesar Terra de Farias
 Asp Luiz Alberto Degami
 Asp Marco Antonio Longo
 Asp Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto
 Asp João Luiz Ribeiro da Silva
 Cadete Ezequiel da Rocha Alves Corrêa
 Subten Eberhard Husah
 Subten Lino José da Rocha
 Sgt Francisco Aniceto A. de Carvalho
 Sgt Leonardo Eckert
 Sgt Zigomar Gonçalves dos Santos
 Sgt Dival Nunes Vieira
 Sgt Osni Pissante da Rocha
 Sgt Carlos Moraes Gomes
 Sgt José Claudio Antunes
 Sgt José Alves de Oliveira

- Sgt Antonio Alves Fortes
 Sgt Francisco Carlos Muller
 Sgt Adlberto Welke
 Sgt Alvaro de Oliveira Machado
 Sgt Daniel Felix Ribeiro
 Sgt Evaldo José da Hora Fonseca
 Sgt João Batista de Sousa
 Sgt Jorge Mathey
 Sgt Manoel Bento Ferreira
 Sgt Melchior Zannata
 Sgt Noberto Kober
 Sgt Silvio Palhano de Sousa
 Sgt Celio Cezar Guimarães Sandir
 Sgt Alipio Bueno de Oliveira
 Sgt Milton Soares de Sousa
 Sgt Augusto de Almeida Maciel
 Sgt Moacyr da Costa
 Sgt Honorio Smario Schilleng
 Sgt Erony Pereira Flores
 Sgt Pedro Ifran Soares
 Sgt Adelir Adelio Texeira
 Sgt Adão do Nascimento Sousa
 Sgt Alizio Pereira de Carvalho
 Sgt Francisco Alves de Sousa
 Sgt José Bazzera Cavalcante
 Sgt Moacir Soares
 Sgt Benedito Celso Medeiros Pereira
 Sgt Antonio Cristina Cardoso
 Sgt Cidionor Mena Barreto
 Sgt Gelson Mazim de Freitas
 Sgt Selmar Sales Texeira
 Sgt Gilmar Jesus Goulart
 Sgt Roberto Costa Mello
 Sgt Sergio Abreu de Sousa
 Sgt Carlos Inacio da Silva
 Sgt Antonio Alexandre Netto
 Sgt Clovis Silveira Danutti
 Sgt Jeão Borges Bitencourt
 Sgt Milton Luiz Schuck
 Sgt Sady Ramos Britz
 Sgt Avelino da Silveira
 Sgt Pedro Geyer dos Santos
 Sgt Valdemar Pedro Severo
 Sgt Gilson Oliveira dos Passos
 Sgt Flavio Andrade
 Sgt Adão Olivio de Carvalho
 Sgt Paulo Cezar Ribeiro Lud
 Sgt Manfredo Unterberger
 Sgt Douves Faria Filho
- Sgt Natalino Duleba
 Sgt José Simão Rivas
 Sgt José Alcir Simões
 Sgt Luiz Alberto Carvalho
 Sgt Francisco Gonçalves de Sousa
 Sgt Jarbas Branco Carneiro
 Sgt Celso Adão Felix
 Sgt Liberato Crestiano Turman
 Sgt Alecio Gabriel de Oliveira
 Sgt Oscar Luiz Cardoso de Freitas
 Sgt Alcedo Alvino Hauth
 Sgt Adão do Nascimento de Sousa
 Sgt Alesio Pereira de Carvalho
 Sgt Ricardo de Couto
 Sgt Fredolino Scholze
 Sgt Oscar Aiache
 Sgt Antonio Pimentel
 Sgt Antonio Freitas Borba
 Sgt Genervino Valerio de Sousa
 Sgt Valmer Texeira
 Sgt Luiz Longo
 Sgt Alvaro Pinto da Silva
 Sgt José Andre dos Santos
 Sgt Aldomir Avila Dornellis
 Sgt Claudionor dos Santos Corrêa
 Sgt Zeferino Alves de Oliveira
 Sgt Franklin Roosevelt Fontenele
 Sgt Dalmo Kuntz
 Sgt Sergio Mennargo Bittanzos
 Sgt Erico Duler
 Sgt Ruy Marangon
 Sgt José Aquino Girola da Silva
 Sgt José Moura Muzeiro Bitencourt
 Sgt Helmut Kunert
 Sgt Arno Felipe Fenke
 Sgt Anseno Klaus
 Sgt Julio Olavo Campos
 Cb Faustino R. Calma de Almeida
 Cb Ireno Pereira Oliveira
 Cb Francisco Amaury G. Feitosa
 Cmd João Mitello de Matos
 Sr. José Theófilo Carneiro Neto
 Sd João Gervasio G. Sanchez
 10.^º RC (Bela Vista-MG)
 2.^º Btl Rodoviário
 Prof Idalmiro Kersteng
 Prof Vilson Martins
 4.^º BE Comb
 Centro Social da Guarnição de Guiara

ASSISTÊNCIA SOCIAL — FATOR DE DEFESA

ASPECTOS DA SUA PROBLEMÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOTÉRICAS

A compreensão do problema da assistência social tem vinculado, à noção moderna da arte de governar, um sentido absolutamente inesperado e fecundo.

De fato, antigamente, fantasiava-se a assistência social com vária roupagem, derivada dos grupos humanos dispersos e sem a mínima proteção, abandonados mesmo a uma sorte ingrata e difícil.

Não são sómente os agrupamentos urbanos ou rurais que se marginalizam, a exigir o amparo do poder público e a manutenção de um "statu quo" patriótico e desvelado.

A revolução de 1964 trouxe consigo novos entendimentos nesse setor, tão amplos e profundos que os seus parâmetros mais dilatados abrangem mesmo a própria estrutura social do país.

Por quantos setores tenha o Brasil, o menor ângulo de visada nos demonstra sem qualquer sombra de dúvida, até onde chegaram os desbravadores da grande floresta social, dotando os Estados de um arcabouço digno de respeito e de emulação.

Esse arcabouço não poderia depender, de nenhuma forma, sólamente das arrecadações orçamentárias, visto como a ampliação sistemática do fenômeno social não depende de fontes fixas ou previsões.

Só os cálculos atuariais de uma fonte escilante como as loterias estaduais, por exemplo, poderiam acompanhar o ritmo cada vez mais dilatado da assistência social provinciana, cuja realidade tem de acompanhar o desenvolvimento positivo dos grupamentos sociais, além do avanço crescente de sua expressão demográfica.

Esse contingente, que significa a retaguarda da Nação nas horas difíceis de guerra, representa uma força, antes inteiramente abandonada e hoje em fase de recuperação dentro do propósito governamental de valorização do homem, com a participação das modernas entidades lotéricas.

Assim no Estado do Rio, aqui bem próximo, os dirigentes da loteria estadual deram, como de resto em outras unidades da Federação, um caráter eminentemente prático e progressista à Loteria do Estado, que serve hoje de base a uma série de iniciativas da mais alta importância.

Em 1964, ano vitorioso da Revolução, foram proposto 66.555,75 cruzeiros novos. Logo a seguir, em 1965, essa quantia subiu para 121.935,39 cruzeiros novos, e que atesta a caminhada encetada. Em 66, os auxílios chegaram a 296.647,20 cruzeiros novos, atingindo um ano depois, isto é, em 1967, a soma de 830.158,49 cruzeiros novos, todos bem localizados e revertidos na assistência social do povo fluminense.

No ano passado, em 68, a aplicação financeira foi da ordem de 971.416,35 cruzeiros novos, numa demonstração de eficiência louvável.

Em auxílios financeiros foram atendidas 480 pessoas, sendo que 259 para cadeiras de rodas, 58 triciclos para aleijados, 61 pernas mecânicas para acidentados, 66 aparelhos ortopédicos, 12 pares de muletas, 27 aparelhos auditivos, 66 pares de óculos, 18 máquinas de costura, 100 fogões a gás para escolas, dois olhos de vidro, 7 ambulâncias para atendimento popular, dois duplicadores e 300.000 cadernos escolares para estudantes pobres.

Eis a cooperação do grupo lotérico do Estado do Rio, revelando firmeza na sua orientação e escrúpulos na aplicação desejável dos dinheiros em disponibilidade, a ser ampliado e seguido por outras organizações congêneres.

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan/68, a respeito da importância e da significação que tem "A DEFESA NACIONAL", a cujo teor é o seguinte:

1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan/68, do então Ministro da Guerra, General Caetano Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem "A Defesa Nacional" para a carreira profissional e geral dos militares do Exército, cumpre o dever de congratular-se com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que esta emprende para a revalorização do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.
2. Ela continua a merecer todo o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a continuidade de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da aprimoramento dos conhecimentos e dos estudos impre vindos ao preparo profissional, o que constitui não apenas amor à profissão, como também militares em todas as Armas do Exército.
3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de "A Defesa Nacional" recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.
4. Esta recomendação deve ser transformada, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os estabelecimentos de comando e de administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov. de 1968, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar

NCr\$ 1,00

S Ge Ex
IMPRENSA DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro — 1969